



DISTOPIAS URBANAS

Rogério Proença Leite
Ewerthon C. J. Vieira
Organizadores

COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS



Criação Editora

DISTOPIAS URBANAS

DISTOPIAS URBANAS

Organizadores
Rogerio Proença Leite
Ewerthon C. J. Vieira

Expediente:
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFS
Coordenador Dr. Marcelo Alario Ennes

COLEÇÃO SOCIOLOGIAS NECESSÁRIAS

Coordenadores da Coleção
Dr. Frank Marcon
Dr. Marco Aurélio Dias de Souza
Dra. Vilma Soares de Lima Barbosa

Revisão
Danielle de Noronha
Taís C. S. de Figueiredo

ISBN
978-65-88593-71-4

EDITORA CRIAÇÃO CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza



COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS

4

DISTOPIAS URBANAS


Rogério Proença Leite

Ewerthon C. J. Vieira

ORGANIZADORES



Criação Editora
Aracaju | 2021



Copyright 2021 by Rogério Proença Leite; Ewerthon C. J. Vieira

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anízio Gomes - CRB-8 8846

L533d Leite, Rogério Proença; Vieira, Ewerthon C. J. (orgs.).
Distopias urbanas / Organizadores: Rogério Proença
Leite e Ewerthon C. J. Vieira. -- 1. ed. -- Aracaju, SE : Criação
Editora, 2021.
342 p.; il. tabs.; quadros.
(Coleção Sociologias Necessárias, n. 4).
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-88593-71-4

1. Ciências Sociais. 2. Culturas Urbanas. 3. Sociedade.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDD 302.5
CDU 316.324

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Ciências sociais: Interação social dentro de grupos / Relações individuais com a sociedade.
2. Ciência política: Sociedade (sociologia).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LEITE, Rogério Proença; VIEIRA, Ewerthon C. J. (orgs.). **Distopias urbanas**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. (Coleção Sociologias Necessárias, v.4). E-Book (PDF 2 Mb). ISBN 978-65-88593-71-4.

Sumário

- 9** **Apresentação**
Rogerio Proença Leite
Ewerthon C. J. Vieira
- 15** **Tem alguém aí? Sobre a Pandemia Sonora das Outras Cidades**
Carlos Fortuna
- 29** **Distopias em uma sociedade dualizada**
Irllys Alencar F. Barreira
- 47** **Desigualdades socioespaciais e pandemia: a dimensão metropolitana da COVID-19**
Lucia Maria Machado Bógus
Luís Felipe Aires Magalhães
- 77** **Cultura da criatividade e espetacularização urbana na sociedade neoliberal: notas sobre a imagem da cidade de Aracaju/SE**
Ewerthon C. J. Vieira
- 109** **O cenário de distopia “Recife Frio”: uma análise comparativa com o urbano em Aracaju em tempos de pandemia**
Bárbara Silveira Abril
Luciano Silva Vasconcelos

- 129** **Largo da Gente Sergipana: representatividade e conflitos em espaços culturais urbanos**
Daniela Senger
- 145** **Consumo e sociabilidade urbana na área central de Pelotas/RS. Apontamentos para pesquisas em cidades médias**
Eder Malta
- 173** **Deslocamentos pendulares e trabalho: a importância do lugar em um cotidiano fraturado**
Sergio Ricardo Gomes dos Santos Melo
- 197** **Um novo sujeito: reflexões sobre empowerment e educação**
Sarah Karenine Proença
- 213** **A Cacofonia da cidade e o s(om)ilêncio da identidade**
Cristiano Ricardo de Azevedo Pacheco
- 229** **Reflexões sobre o Calçadão Praia Formosa em Aracaju-SE: a produção de um cartão postal**
Cindy Rosa Melo
- 255** **O despejo de uma estética da práxis**
Josevânia Nunes Rabelo
- 293** **Cidades Literalizadas: o uso estratégico da literatura de Jorge Amado como incentivo ao consumo cultural em Salvador**
Mário César de Souza
- 311** **Uma introdução à psicopolítica: autovigilância e ascese do desempenho**
Rogerio Proença Leite

APRESENTAÇÃO

 Rogerio Proença Leite

 Ewerthon C. J. Vieira

NESTE ANO DE 2021, o Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (Labeurc) completa 20 anos de existência atuante na pesquisa e consultorias na área dos estudos urbanos, dos modos de vida urbanos e dos patrimônios culturais. Nada melhor do que comemorar essa data com mais um reencontro de amigos e pesquisadores em torno do contexto de alta complexidade de uma pandemia que alterou de modo incontornável a vida ordinária cotidiana das cidades.

Os textos que compõem esta coletânea resultam da participação dos seus autores na Mesa Redonda “Repensar as cidades: urbanidades distópicas” e no GT “Cidades e Culturas Urbanas”, ambos sucedidos de modo remoto no III Seminário Nacional de Sociologia do PPGS/UFS, em outubro de 2020. Apesar das restrições do formato remoto, foi possível acolher perspectivas variadas em torno do cenário distópico que, de alguma forma revelou, sob novos prismas, antigos problemas das cidades e das culturas urbanas.

No capítulo de abertura, intitulado: “Tem alguém aí? Sobre a Pandemia Sonora das Outras Cidades”, Carlos Fortuna apresenta uma reflexão sobre as cidades no contexto pandêmico da COVID-19. Em específico, Fortuna atenta para a importância de estudarmos as dimensões



“outras” das cidades, compreendendo-as em sua sensibilidade, muitas vezes negligenciadas pelos estudos urbanos. Nesta perspectiva, o autor destaca a **respiração** e a **sonoridade** como elementos sensíveis e significativos para a análise. Assim, podemos tecer uma relativa vinculação entre os textos que compõe esta organização, destacando eletivamente o primeiro e último capítulo, na medida em que levamos em conta **o que falta**, mas também **o que sobra**. As ausências das “cidades outras”, sensivelmente convocadas por Carlos Fortuna, encontram ressonâncias nos efeitos psicopolíticos dos excessos, notadamente experimentados por uma vida urbana marcada pela aceleração e produtividade neoliberal, conforme Rogerio P. Leite aborda no ensaio que encerra esta organização.

No capítulo 2, “Afetos e laço social: distopias em uma sociedade dualidade”, Irlys Barreira retoma a importância do conhecimento sociológico e sua histórica vinculação com processos de crises e mudanças sociais. Para a autora, interessa refletirmos qual o lugar do afeto na produção desse saber e quais os níveis de implicação da afetividade na lógica distópica que temos vivenciado. De alguma maneira, conforme observa Irlys, no horizonte das problemáticas sociológicas, desde os clássicos, as interpretações apontam direta ou indiretamente para seguinte formulação: como e em que medida é possível convivermos, “estarmos juntos”?

No texto “Desigualdades socioespaciais e pandemia: a dimensão metropolitana da COVID-19”, Lucia Bógus e Luís Felipe Magalhães apresentam uma análise sobre a disseminação e os impactos demográficos da COVID-19 nas principais regiões metropolitanas brasileiras. Conforme observam os autores, é possível identificarmos um relativo padrão de disseminação do vírus nessas regiões, que encontra correspondência nas desigualdades socioespaciais historicamente existentes. Para tanto, se valem dos chamados “nível de integração entre os municípios e o polo da região metropolitana” e o “índice de Bem-estar urbano” como instrumentos metodológicos importantes para a análise das desigual-



dades socioespaciais das regiões metropolitanas. Como já vem sendo desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles, o estudo desses processos é fundamentalmente significativo, na medida em que se evidencia objetivamente as desiguais condições de acesso à rede médico-hospitalar, habitação, deslocamento e trabalho entre as diferentes cidades que compõe uma região metropolitana.

No capítulo 4, “Cultura da criatividade e espetacularização urbana na sociedade neoliberal: notas sobre a imagem da cidade de Aracaju/SE”, Ewerthon Vieira argumenta que, apesar dos esforços de positividade constituintes da “nova razão mundo” (Dardot e Laval, 2016), manifestada através das práticas “estratégicas de *city marketing*”, comuns à lógica da “espetacularização urbana”, não se observa nenhuma significativa contribuição deste modelo de sociedade na efetiva produção de emancipação social, muito menos no desenvolvimento urbano pautado nos básicos fundamentos do **direito à cidade**. Nesta perspectiva, para o autor, o paradigma contemporâneo da “racionalidade neoliberal” produz, mediante a “justificação” (Boltanski e Chiapello, 2009) e “espetacularização urbana” (Vieira, 2016) realizadas numa espécie de “cultura da criatividade”, importantes elementos que tornam ainda mais complexa a contínua busca de governos locais na construção de imagens positivas sobre as cidades.

No texto “O cenário de distopia “Recife Frio”: uma análise comparativa com o urbano em Aracaju em tempos de pandemia”, Bárbara Abril e Luciano Vasconcelos apresentam uma leitura da cidade e do urbano através do diálogo com a arte cinematográfica, especificamente o curta metragem distópico “Recife frio” (2009), dirigido por Kleber Mendonça Filho. A análise proposta pelos autores toma a cidade de Aracaju como resultado histórico e avesso de seu projeto original de fundação. Se o início refletiu a aparente utopia do projeto moderno de Joaquim Inácio Barbosa, a atualidade aracajuana reitera, na visão dos autores, uma complexa condição distópica, sob a qual se verifica a realidade segregada e deslocada de pertencimento identitário da capital sergipana.



Essa discussão também é abordada por Daniela Senger, no texto “Largo da Gente Sergipana: representatividade e conflitos em espaços culturais urbanos”. Em específico, a autora apresenta os conflitos em torno da seletividade do reconhecimento patrimonial e a lógica de visibilidade e consumo urbano presentes na construção do “Largo da Gente Sergipana”. A obra, que foi inaugurada em 2018 na cidade de Aracaju, se configura como mais uma etapa que retoma a discussão sobre “sergipanidade”, políticas urbanas e culturais em Sergipe. Conforme observa Daniela, as vozes dissonantes sobre a referida intervenção artística e cultural são significativas para se pensar a lógica dos “grupos” e “antigrupos” (Latour, 2012) que compõe o dissenso da vida urbana contemporânea.

No texto “Consumo e sociabilidade urbana na Área Central de Pelotas/RS. Apontamentos para pesquisas em cidades médias”, Eder Malta destaca a importância do desenvolvimento de pesquisas em cidades médias, e apresenta uma análise das transformações urbanas ocorridas em Pelotas/RS. Através de pesquisa empírica, o autor investigou como as requalificações patrimoniais, intervenções imobiliárias e a crescente presença de uma cultura estudantil, resultante da chegada da Universidade Federal de Pelotas, dinamizam práticas de consumo e sociabilidades contemporâneas.

No texto “Deslocamentos pendulares e trabalho: a importância do lugar em um cotidiano fraturado”, Sérgio Gomes analisa como os movimentos pendulares de deslocamento e trabalho impactam na configuração do cotidiano e nos sentidos de pertencimentos dos indivíduos, tendo em vista a lógica contraditória da fluidez, expressa pela contemporaneidade urbanizada e financeirizada das sociedades capitalistas. Conforme argumenta o autor, esses diálogos entre os macro e micro processos sociais refletem questões subjacentes ao estatuto modernizante de uma vida social cada vez mais colapsada pelas suas promessas não realizadas. Dessa maneira, Sergio buscou verificar empiricamente, através das experiências dos indivíduos em deslocamentos pendulares,



como se edifica uma espécie de “cotidiano fraturado”, pois segundo reitera o autor “é na localidade que a vida acontece”.

O capítulo intitulado “Um novo sujeito: reflexões sobre *empowerment* e educação”, de Sarah Karenine Proença, analisa como as políticas de bem-estar social têm deslocado o foco das iniciativas do crescimento e inovação do Estado para os indivíduos, alterando a lógica empreendedora ao colocar as soluções nos esforços e capacidades individuais em detrimento do papel do Estado enquanto responsável pelo desenvolvimento econômico e social. Dentre essas abordagens que estimulam e reforçam o empreendedorismo individual, estão aquelas que destacam o papel da criatividade e da inovação como componentes facilitadores para uma nova inserção socioeconômica.

No texto “A Cacofonia da cidade e o s(om)ilêncio da identidade”, Cristiano Pacheco aborda o estudo da cidade através da sonoridade, enquanto instância analítica significativa para a compreensão da constituição identitária da vida urbana. Para o autor, o sentido sensorial da audição tem sido legado a importância secundária na apreensão dos fenômenos sociais urbanos. Por essa razão, conforme ele argumenta, é fundamental retomar o recurso analítico da cidade sensível, evidenciando através das sonoridades urbanas, inteligibilidades das conformações identitárias que se expressam diante do mundo globalizado e das cidades em processos de “destraditionalizações” (Fortuna, 1997).

No capítulo “Reflexões sobre o Calçadão Praia Formosa em Aracaju/SE: a produção de um cartão postal”, Cindy Rosa apresenta uma análise que se inscreve nos estudos sobre as lógicas de produção urbana contemporânea, tomando como recorte empírico específico a cidade de Aracaju/SE, notadamente o chamado Calçadão Praia Formosa. Segundo observa a autora, a referida intervenção urbana encontra estreita vinculação com a tendência reiterada de se criar imagens de consumo atrativas das cidades. No âmbito de uma complexa competitividade interurbana, Rosa destaca como apesar da referência homogênea da produção desses espaços, seu caráter público expressa usos dissonantes e



sentidos conflituosos em detrimento do ideário pretendido de consumo típico dos cartões postais.

O texto “O Despejo de uma Estética da Práxis”, de Josevânia Nunes Rabelo, relaciona o livro “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus com os autores Michel de Certeau, em “A Invenção do Cotidiano”, e José Machado Pais, em “Sociologia da Vida Quotidiana”, que elaboram interpretações sobre o significado destas práticas do dia a dia. A análise estabelece um diálogo entre cada um destes livros e a narração memorialística da autora expresso pela sua vivência na periferia paulista e nas suas andanças pelas ruas da cidade.

No capítulo “Cidades Literalizadas: o uso estratégico da literatura de Jorge Amado como incentivo ao consumo cultural em Salvador”, de Mário César de Souza, é abordado o uso estratégico da literatura como incentivo ao consumo cultural e suas vantagens nas concorrências intercidades. O objetivo é entender de que modo, e até que ponto, cidades que entendemos “literalizadas”, dispostas em obras iconográficas, são apropriadas por agentes públicos e privados, com propósito de inseri-las nos contextos de concorrência intercidades.

Por fim, no texto “Uma Introdução à Psicopolítica: autovigilância e ascese do desempenho”, Rogério Proença Leite propõe pensar como a noção de esgotamento pode se constituir em um mecanismo psicopolítico de autovigilância e desempenho produtivo neoliberal. Analisa alguns dispositivos técnicos de comunicabilidade virtual na Sociedade do Consumo que atuam de modo crescente numa forma muito particular de autovigilância do atual sujeito do rendimento, através da exposição de dados pessoais, estilos de vida, gosto e padrões de consumo. Argumenta, o autor, que ações de autocontrole técnico-moral elegem metas inatingíveis para a vida, fato que gera formas exacerbadas atividades e ocupações ordinárias que, uma vez não alcançadas, incorrem em frustração, sofrimento e alienação pessoal.

Desejamos a todos uma boa leitura.



TEM ALGUÉM AÍ? SOBRE A PANDEMIA SONORA DAS OUTRAS CIDADES

 Carlos Fortuna¹

Lisboa nua
Despida sem querer
Coitadinha de você
Tão sozinha e vulnerável
Sem sua gente amável
Lisboa não tem culpa porquê
O medo tomou conta de você
(...)
Valéria Carvalho, *Lisboa Nua*².

OS DIVERSOS SOBRESSALTOS gerados pela pandemia da COVID-19 atingiram severamente os modos de estar nas cidades. Além de tudo o que se alterou de forma inesperada e com grande intensidade quer no domínio das práticas sanitárias (pessoal médico, equipamentos hospitalares e soluções técnicas), quer no plano da reação política e social (medidas restritivas e confinamentos, negacionismos), a COVID-19 suscitou numerosas reflexões na esfera da comunicação e no campo da

¹ Professor da Faculdade e de Economia, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. E-mail: cfortuna@gmail.com

² Valéria Carvalho, *Lisboa Nua*. (<https://anabranco.blogs.sapo.pt/lisboa-nua-uma-homenagem-de-valeria-85916>)



pesquisa acadêmica. Na medida em que a busca de soluções se focou nas ciências biomédicas e farmacológicas, estas ganharam proeminência nas agendas de investigação e na escala inaudita dos projetos dos financiamentos captados. Hoje, quando estão já disponíveis prometedoras vacinas, esta narrativa técnica perde peso na sua anterior hegemonia e a reflexão desloca-se gradualmente para a política de desconfinamento, os contornos políticos da vacinação e sua desigual distribuição.

Neste cenário, a intervenção das ciências sociais e humanas foi mais limitada e captou muito menor atenção pública. A sociologia, a antropologia e a ciência política, por exemplo, tardaram em focar a problemática da calamidade e grande parte do seu discurso adotou um viés de julgamento e debate públicos, desprovidos dos habituais fundamentos teórico-conceituais e metodológicos requeridos pela prática investigativa. À parte alguns ensaios de mais aturada reflexão filosófica produzidos em 2020, na fase inicial de quase descontrolada contaminação – que, no entanto, ainda se mostra violenta em vários recantos do mundo – surgiram valiosos textos, como sejam os estudos de pensadores como Bernard-Henri Lévy (2020), Boaventura de Sousa Santos (2020), Daniel Innerarity (2020), Ivan Krastev (2020), e Slavoj Žižek (2020), a que se juntam muitos outras intervenções de intelectuais e académicos que opinam sobre a matéria, com assinalável prontidão e naturalidade, embora, por vezes, com menor ponderação e profundidade que os primeiros.

Na verdade, a pandemia deu origem a uma manifesta onda de estudos e reflexões *fast thinking* traduzida na volumosa produção de textos breves e depoimentos enunciando não tanto as causas, mas, sobretudo, os eventuais efeitos socioculturais trazidos pela COVID-19 e os seus desenvolvimentos.³

³ Entre as principais plataformas digitais de registo de títulos (livros e artigos), a Google Scholar anunciava, desde o ano de 2020 até abril de 2021, um total de 149.000 títulos com o descritor “COVID-19”, sendo 19.400 os títulos disponíveis em língua portuguesa. Por sua vez, a *WorldCat* indica 440.592 entradas com o mesmo descritor, a que se juntam os 99.512 resultados incluídos na *Web of Science* e os 1.040,728 resultados registados na *EBSCO Discovery Service*.



Permito-me indicar ainda a série de debates, seminários online e webinars que, com mais limitadas intenções de afirmação do pensamento consolidado sobre o tema do que a produção escrita, contribuíram para alertar o pensamento no meio acadêmico e universitário, tirando vantagens do generalizado uso da internet (Ward, 2020). É sobre uma destas participações pessoais que trata o presente texto, sendo esta uma oportunidade para renovar o meu agradecimento aos colegas organizadores dessa série de “conversas” – **Repensar as Cidades – Urbanidades Distópicas** – patrocinada pela Universidade Federal do Sergipe.

A ausência das “outras cidades”

A sugestão para abordar a temática da pandemia a partir da perspectiva das cidades e dos seus efeitos nas urbanidades, entendidas como modos de estar e de relação ao urbano, convida a enunciar uma nota prévia: um dos efeitos mais sensíveis provocados pela COVID-19 foi a política de confinamento doméstico que, em si, coloca a muito sensível questão das condições desiguais em que esse confinamento se pode processar. Na verdade, atendendo aos milhões de favelados e de sem-abrigo nas geografias da destituição de tantos e tantos países, em termos práticos, a obrigação de confinar não pode significar reclusão em casa, mas antes deve ser lida como aviso para não permanecer na rua, seja qual for o estrategema a adotar para concretizar essa medida.

A rua surge, deste modo, como espaço-sujeito distópico, que deve ser evitado a todo o custo porque aí se propaga e consome o perigo da contaminação. A rua, o espaço de criatividade cultural e cívica da retórica encantatória da urbanidade, onde se forjou a interação social moderna e se caucionou o conflito entre opostos, é agora a fonte primeira dos malefícios sanitários. A rua urbana passou a ser vista como a “rua dos outros”, dos ameaçadores transmissores do vírus e da doença e morte, que não a rua daqueles cautelosos e prevenidos urbanitas que a devem evitar. De repente, a rua urbana surge convertida em território



de todo o medo que tomou conta das cidades, como prefacia a lírica com que abro este texto. Renovou-se, assim, uma velha fobia urbana que, como outrora, faz rezear e, por isso, despe os espaços da convivência e da partilha urbanas.

Muitas das políticas restritivas de combate ao vírus revelam a indolência do pensamento e a falta de reflexão sociológica que preside a muitas narrativas ações decretadas por políticos e decisores. No campo oposto, encontram-se as narrativas e as ações daqueles que negam a perigosidade sanitária universal da COVID-19 e adotam e defendem o mais ignaro e inaceitável comportamento em espaços públicos.

O raciocínio de alguns políticos e decisores assemelha-se a muitos dos descuidos teóricos avaliativos do urbano, como são algumas das mais falaciosas conclusões da sociologia urbana convencional. Baseada na experiência sócio-histórica das cidades industriais Ocidentais – Berlim, Londres, Paris, Manchester e outras – a sociologia urbana convencional, produzida por acadêmicos oriundos dessas mesmas geografias da centralidade socioeconômica, ignorou os trajetos e as ambiências urbanas que tipificam as cidades do que hoje surge designado como o Sul global. Do mesmo modo que a rua perigosa se converteu na “rua dos outros”, também essas cidades podem, por analogia, ser tratadas como as “outras cidades”.

Estas “outras cidades” colonizadas, pobres e afastadas do eixo geodésico do capitalismo euro-americano, constituem hoje exemplos gritantes de um urbanismo invertido. O seu crescimento e as condições de vida que revelam não resultam nem de qualquer desenvolvimento econômico florescente, nem de qualquer oferta digna de emprego e sustento, como também nada devem a um estado social capaz de assegurar direitos típicos da cidadania urbana. Constituem, desde a sua formação, um desafio epistemológico para o entendimento das urbanidades modernas, só compaginável nos termos da chamada “sociologia das ausências” (Santos, 2006).

As “outras cidades” não são apenas as geografias exógenas dos lugares distantes, uma vez que elas estão **dentro** e fazem parte inte-



grante das cidades que a sociologia urbana convencional conhece melhor. São também os territórios urbanos marginalizados e precários onde pontua a não-participação política dos seus residentes, tanto nos seus como nos nortes globais. Este é o *missing factor* que ressalta de muitas análises da urbanidade pós-colonial (Roy, 2009; Simone, 2014) e que encontra réplicas ampliadas em tantas e tantas considerações sobre a COVID-19 nos contextos urbanos autoritários de escala mundial.

A estas “outras cidades” não foi atribuído o reconhecimento acadêmico próprio da vida urbana sensível. Se a materialidade estrutural das suas vivências e hierarquias sociais e simbólicas é o que mais faz sobressair a invisibilidade acadêmica das “outras cidades”, esta recorrente dificuldade em incluir o lado da vida sensível dessas urbanidades acentua a marginalização e a incompletude da sua compreensão. A cidade da pandemia constitui, neste sentido, também ela, uma cidade outra, porquanto é escasso o manancial de conhecimento disponível sobre os modos de organização e funcionamento das suas estruturas e recursos. Ameaçada a integridade da sua estruturação pela COVID-19, a cidade pandêmica é vítima de escassa reflexão interpretativa que a converte em território desconhecido, muito à semelhança da cegueira cognitiva da sociologia que tem colocado à margem o universo das cidades e metrópoles do Sul global.

Pretendo destacar duas dimensões da vida sensível que se encontram em geral ausentes da análise das “outras cidades”. A primeira dimensão diz respeito à informalidade econômica – da residência ao emprego –, às formas alternativas de relação social e aos sentidos díspares dos valores cultivados como realidades impensadas da urbanidade que, negligenciados cognitivamente, acabam por, via indireta, serem comparáveis e conferir legitimidade à narrativa política, mormente no tocante aos recentes impactos da COVID-19.

A experiência de “aceleracionismo” sociocultural é a segunda das dimensões que agravam o cenário urbano das “outras cidades”. O conceito de aceleracionismo retiro-o do trabalho de Hartmut Rosa (2015)



que reelabora o sentido linear da velocidade da vida social – a lógica do tempo instantâneo, pessoal e profissional (Sennett, 1999; Urry, 2000) – para assinalar o volume crescente de atividades ou experiências desempenhadas a cada unidade de tempo. Veja-se, nesse sentido, como contrasta o ritmo do crescimento demográfico (natural e migratório) de muitas das “outras cidades” com o panorama do crescimento das metrópoles europeias: por exemplo, enquanto Lagos, na Nigéria, cresce ao ritmo de 58 novos moradores por cada hora e Daca, no Bagladesh, cresce com novas 50 pessoas/hora, em contraste, Londres ou Berlim registam 6 ou entre 1 e 2 pessoas por hora, respectivamente (Fortuna, 2020a).

São realidades como essas que agravam o cenário descrito dos efeitos da pandemia nesses territórios marginalizados. Contudo, é impossível não pensar naquilo que, apesar do “aceleracionismo” de hoje, se conserva e não se altera. Pode soar precipitado e é certamente injustificado neste texto, mas diria, para ser sintético, que aquilo que não muda e se reproduz no mundo pobre do Sul global é a **sub**-vivência e a destituição das amplas margens pobres de população destas metrópoles.

A chamada de atenção para o lado sensível da vida que continua ausente da compreensão que a sociologia urbana convencional pode enunciar-se através das “sensibilidades sensoriais” entendidas como modalidades e dispositivos que operam a relação humana com o mundo (Rosa, 2019). Entre estas sensibilidades, o ato de respirar foi a que ganhou maior proeminência no debate científico e jornalístico sobre COVID-19.

Os ares da cidade sufocam?

Respirar, enquanto relação com o mundo, só surge como matéria objetiva capaz de cativar a atenção sociológica, em situações limite. Assim sucede com a análise do impacto causado pelo *Great Smog* londrino que, em dezembro de 1952, assumiu proporções assustadoras ao provocar milhares de mortes devidas ao fortuito acontecimento meteorológico-



co.⁴ Situações similares têm sido experimentadas em diversas metrópoles como São Paulo, Sidney, Pequim ou Nova Deli, sempre associadas a efeitos concertados das deflorestações e de incêndios de larga escala, da poluição urbano-industrial e das mudanças climáticas súbitas, arrastando enorme perigosidade para o sistema pulmonar, em especial para as crianças, sujeitas a efeitos irreversíveis.⁵

A Organização Mundial de Saúde dá conta de cerca de 90% da população mundial que reside em lugares de deficiente qualidade do ar que se respira. Muitas dessas limitações respiratórias têm origem política e podem mesmo ser causadas pela violência policial, como o grito lancinante – *I can't breathe* – com que, em Minneapolis a 25 de maio de 2020, George Floyd sufocou até à morte causada pela pressão continuada do joelho do agente policial.

A COVID-19 veio dar à respiração o estatuto de objeto autônomo, revelador da relação de maior ou menor abertura ou reserva e precaução que cada pessoa mantém com esse bem comum que é a atmosfera em seu redor. De repente, em março de 2020, respirar, sobretudo, respirar sem cautelas nem proteção, passou a ser particularmente perigoso e objeto de crítica social. Recordar o sentido libertador e emancipatório prometido pelo aforismo medieval alemão *Stadtluft macht frei!* (“Os ares da cidade libertam!”), conduz a admitir como os tempos de hoje configuram um retrocesso civilizacional, pelo menos enquanto tarda a solução científica capaz de eliminar os riscos da desprendida respiração nessas “ruas” que dissemos serem as “ruas dos outros”.

Respirar conduziu a um debate particular sobre a COVID-19 e a imposição do uso das máscaras protetoras como novo dispositivo de segurança respiratória. A respiração, pode-se dizer, assumiu então um estatuto próprio entre os modernos objetos da sociologia das cidades, que

⁴ Veja-se (https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Nevoeiro_de_1952). Acesso em 15/10/2020.

⁵ Pode consultar-se https://www.who.int/phe/health_topics/outdoorair/databases/cities/en/. Acesso em 15/10/2020.



antes era monopolizado pelas ciências biomédicas e a disciplina pneumológica. Nesse desenrolar, instalou-se o conflito global focado nas precauções com o uso e a marca das máscaras. Cirúrgicas ou sociais, FFP2, NK95, de origem chinesa ou artesanais, o recurso a máscaras disponíveis no mercado dos dispositivos técnicos de segurança e veio complexificar como nunca as representações sobre aquilo que antes era o ato mais banal de existência. No limite, são as máquinas ventiladoras que artificializam a respiração e asseguram a relação vital mínima dos humanos com o mundo da COVID-19. A disputa em torno do mercado global das vacinas é tão-só a mais recente decorrência da evolução da pandemia e da evolução das reações técnico-científicas da sua contenção e evitamento.

De entre outras modalidades de “relacionamento” desigual dos humanos com o mundo urbano pandêmico são as sonoridades, a que me dedicarei de seguida para tecer algumas considerações sobre os sons e a pandemia para, nessa linha, abordar a questão da pandemia em contextos urbanos.

Os sons e ruídos do cotidiano urbano contam-se entre os *missing factors* mais salientes da cidade confinada. Como assinalei noutra lugar, a abrupta interrupção das habituais paisagens sonoras da cidade, torna-a desalmada e faz perder o seu sentido primordial de contínuo movimento e fluxo. Assim me expressei,

com as pessoas confinadas em casa, a cidade fica em suspenso. E a cidade suspensa é um oxímoro. (...) É também desconcertante a *paisagem do silêncio urbano* que se instala onde antes dominava o ruído. São tristes os cafés, as lojas, os museus, os cinemas e os jardins que anunciam estar “encerrados ao público”. Sem o “público” e sem a rua, a cidade desalmada repele (Fortuna, 2020b).

A cidade que repele é a cidades das relações “frias” e do caos gerado pelo vazio a que a COVID-19 remeteu as cidades e as ruas. O realismo de Edward Hopper parece ter antecipado como paisagem marcante da



interação urbana recatada, típica da periferia citadina americana de entreguerras.



Ed. Hopper, Nighthawks (1942)



Ed. Hopper, Automat (1929)

A meu ver, o isolamento pessoal e o distanciamento físico dos sujeitos urbanos de Edward Hopper revelam traços psicológicos particulares, em que se fundam as relações-sociais-de-não-relação que ilustram o receoso individualismo a que a COVID-19 forçou os residentes urbanos. O medo de uns e de outros, do ar que se respira, do ônibus que se compartilha, do ritual familiar interrompido, do trabalho em equipe que foi descontinuado são os inversos da interação urbana que, mesmo se hierárquica e tensional, compunha a regra da vivência urbana.

O refúgio nos ecrãs – celulares, computadores – e nas redes sociais – *facebook*, *twitter*, *whatsapp*, *zoom* - amenizou os efeitos devastadores dessa urbanidade desalmada. O recurso às tecnologias de comunicação fez diminuir os efeitos sociais mais negativos sentidos pelos idosos, mas também experimentados nas práticas recém-adotadas de ensinar/aprender e na quebra do convívio gerado no teletrabalho (Etzioni, 2020). Não é exagero pensar que talvez estejamos a forjar um novo *ethos* social e uma outra forma de estar de base fundamentalmente tecno-comunicativa, quiçá progressista, como fundamento de novas e basilares relações globais de convivência e solidariedade.

Ao afirmar isto, quero explicitar que essa eventual nova convivência não pode deixar de ser sonora e ruidosa. Foi o estranho manto de silêncio urbano com que a COVID-19 cobriu as cidades e as fez perder



a alma, ao suspender o que antes fazia delas um território sonoro de dinâmicas sociais que nos faz pensar como é, hoje, bem vindo o ruidoso cotidiano da urbanidade de sempre.

A ausência do ruído transmite a sensação estranha de que, repentinamente, tudo deixou de funcionar, o que remete para uma experiência inusitada, capaz de gerar desconforto pessoal e estranhamento. O silêncio da cidade COVID-19 é a irrefutável comprovação de como é anormal a “máquina” que se silencia. Também a “máquina” urbana se silenciou, como todas as outras máquinas que deixam de funcionar. O silêncio urbano – de que até a estridente sirene da ambulância faz parte – é marca da desordem sociocultural das cidades da pandemia. Queremos escutar tudo e estabelecer relações (sonoras) com o mundo, como mostra o prosaico ato de ligar o rádio do carro mal nos aprestamos a dirigi-lo.

Instalou-se assim uma renovada agorafobia. Não a da “doença das multidões” que os clássicos da sociologia urbana atribuíam ao confronto do indivíduo com a multidão, mas a gerada pela sua ausência e o perturbador vazio dos espaços da cidade. Um pouco por toda a parte, ir à janela cantar ao final do dia tornou-se uma prática ritualizada em cidades que insistiam em não perder a alma. Foi um sinal de vida que a voz coletiva dos grupos à janela devolvia às ruas e praças moribundas. Ali os sujeitos expunham-se ao ameaçador caos urbano, numa relação em tudo semelhante à indesejada “comunidade dos que não têm nada em comum” que, como diria o filósofo Alphonso Lingis (1994), é mera exposição aos sinais ameaçadores da morte.

Enquanto se cantava e aplaudia nas varandas, acenava-se aos vizinhos, o que se convertia em equivalente funcional das sociabilidades interrompidas pela pandemia. Ensaiaava-se, deste modo, uma sociabilidade sem socialização nem partilha. Reestabelecida por breves instantes, como os cumprimentos diários entre vizinhos ou conhecidos, este comedido aceno a distância nada mais era que mero simulacro, ainda que insinuasse uma futura vizinhança urbana mais calorosa e afetiva.



Essas sonoridades humanas funcionaram como um convite ao ruído de todos os dias e de todas as máquinas, exatamente como celebraram os futuristas italianos há um século (Fortuna, 2020c). Essa cultura do barulho, por sua vez, corresponde ao “som indesejado”, como o canadiano Murray Schafer (2012), o grande analista das modernas paisagens sonoras, caracterizou o ruído urbano e o historiador francês Jacques Attali considera não ser mais do que o “ruído dos outros” (Attali, 2001). Repentinamente, este ruído era bem vindo a instalar-se na paisagem das cidades (Fortuna, 2020c). Escutar esses cânticos e músicas vindas das varandas e terraços, e o sonoro e afável aplauso significava a esperançosa garantia de que “tudo iria ficar bem!”. O som da música e o canto eram comprovadamente expedientes valiosos de restabelecimento da relação humana com o mundo.

Num plano distinto, o mais lido semanário português – o jornal **Expresso** – de 17 de junho 2020, publicou uma matéria de Christiana Martins, em que eram relatadas inusitadas situações e comportamentos de pessoas que tinham sido hospitalizadas com COVID-19 no Hospital de Santa Maria, o hospital central de Lisboa. É comovente, para o analista da urbanidade, o relato de pessoas que, em estado crítico, ligadas às máquinas e ventiladoras, conservam viva e relatam a memória dos sons dos equipamentos hospitalares, garantindo que ser esse “o único sinal de continuarem vivas”. Diríamos, sem dúvida, que estas experiências – cantar à janela e reconhecer a existência de vida no som produzidos pelas máquinas – comprovam como a relação humana convalescente com o mundo (das máquinas) é também uma relação manifestamente sonora, em particular, em momentos de acentuada vulnerabilidade física. Isso mesmo surge confirmado pelo conhecido psiquiatra português Daniel Sampaio que relata o ambiente da sua hospitalização causada pela COVID-19, incluindo os 15 dias de ventilação, e reconhece que “a experiência foi muito dura porque há um barulho terrível e permanente provocado pelas máquinas a que os doentes estão ligados, com apitos e alarmes constantes” (Sampaio, 16 de abril de 2021, p. 20).



Também a cidade de Nova Iorque esteve “ligada às máquinas”. Mesmo quando silenciada pelo vírus, a memória da “cidade que nunca dorme” mostra-se sonora, como comprovaram as responsáveis pela Biblioteca Pública da Nova Iorque que decidiram produzir um CD com os sons gravados da ruidosa Manhattan pré-pandemia. “*Missing Sounds of New York*”⁶ trouxe de volta os sons ausentes do cotidiano urbano da cidade. Tanto os sons **sub**tterrâneos – do metrô – como os **sup**raterrâneos - das praças, das avenidas e dos músicos de rua. Nas palavras da líder Angela Montefinise, a iniciativa foi uma “forma de ajudar a cidade”. Dir-se-ia, na linguagem utilizada aqui, procurar repor o fator ausente (*missing factor*) do ruído urbano é uma forma de solidariedade com todas as “outras cidades” e manter viva a sua alma. O acolhimento das pessoas ao som gravado da urbanidade novaiorquina foi entusiástico, carregado de tonalidades emocionais por se poder voltar a escutar o som da cidade e fazer da sua ressonância um sinal de vida pessoal e coletiva.

Os sons gravados de Nova Iorque, como todos os sons gravados, autorizam a escuta daquilo que pode ter sido eliminado por vias não-democráticas e o medo. Esses sons gravados do CD da Biblioteca de Nova Iorque, à semelhança de muitos dos sons cantados nas janelas, permitem “descolonizar o ouvido” que fora remetido ao caótico silêncio da cidade e veio autorizar a escuta libertadora de escutar tudo e todos os que partilham o mundo conosco. Escutar a atmosfera e o ambiente em redor é um ato sensível do consumo desse bem comum que, por isso, tem de ser protegido e experimentado sem reservas, tanto políticas como socioculturais.

⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xlqdvSIFn2w>. Acesso em 15/10/2020.

Referências

- Attali, Jacques. **Bruits. Essai sur l'économie politique de la musique**. Paris: Fayard/PUF, 2001.
- Etzioni, Amitai. “**The Sociology of Surviving the Coronavirus**”. *The National Interest*. March, 16, 2020.
- Fortuna, Carlos. **Cidades e Urbanidades**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020a.
- Fortuna, Carlos. “**A cidade desalmada**”. (Disponível em A_Cidade_Desalmada-Carlos_Fortuna.PDF (uc.pt), 2020b.
- Fortuna, Carlos. “O mundo social do ruído. Contributos para uma abordagem sociológica”. **Análise Social**, LV, 234, pp. 28-71, 2020c.
- Innerarity, Daniel. **Pandemocracia. Una filosofía de la crisis del coronavirus**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2020.
- Krastev, Ivan. **¿Ya es mañana? Cómo la pandemia cambiará el mundo**. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2020.
- Lévy, Bernard-Henri. **Este vírus que nos enlouquece**. Lisboa: Guerra & Paz, 2020.
- Lingis, Alphonso. **The Community of Those Who Have Nothing in Common**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- Rosa, Hartmut. **Social Acceleration – A new theory of modernity**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2015.
- Rosa, Hartmut. **Resonance. A Sociology of our relationship to the world**. Londres: Polity, 2019.
- Roy, Ananya. “Strangely familiar. Planning and the worlds of insurgence and informality”. **Planning Theory**, 1, 8, 2009, p. 1-11.
- Sampaio, Daniel. “**Houve momentos em que achava que me devia deixar morrer**”. Entrevista a Christiana Martins. *Expresso*, 16 de abril de 2021. «HoH
- Santos, Boaventura de Sousa. “Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências”. **A Gramática do Tempo. Para uma nova cultura política**. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p. 87-125.
- Santos, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: Da pandemia à utopia**. Lisboa, 2020
- Schafer, Murray. **A afinação do mundo**. São Paulo: UNESP, 2012.



Sennett, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro. Record, 1999.

Simone, AbdouMaliq. “The missing people. Reflections on an urban majority in cities of the south”. In Parnell, Susan e Oldfield, Sophie (orgs.). **The Routledge Handbook on Cities of the Global South**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2014, p. 322-336.

Urry, John. **Sociology Beyond Societies**. Londres: Routledge, 2000.

Žižek, Slavoj. **A pandemia que abalou o mundo**. Lisboa: Relógio d’Água, 2020.

Ward, Paul R. “A sociology of the Covid-19 pandemic. A commentary and research agenda for sociologists”. **Journal of Sociology**, 56 (4), 2020, p. 726-735.



DISTOPIAS EM UMA SOCIEDADE DUALIZADA¹

 Irllys Alencar F. Barreira²

A SOCIOLOGIA NASCE em momentos de crise e mudança social, sendo convocada a analisar situações de impacto em diversas circunstâncias históricas. A ciência do social debruçou-se sobre os problemas do pós-guerra, as consequências da industrialização, a urbanização e a repartição da produção social em períodos de escassez. Analisou, ainda, formas de dominação, exclusão e colonização, incorporando visões de mundo e ações coletivas que fundamentam processos sociais.

Os questionamentos tratados pelas Ciências Sociais voltaram-se para explicar a produção e reprodução da vida social, pois nasceram na lógica do desencantamento do mundo, rompendo com a ideia de destino segundo os princípios religiosos ou míticos.

Conclui-se também que a contribuição mais importante dos pensadores pioneiros, na área de ciências sociais, foi a criação de um discurso sobre a sociedade que trazia em seu bojo a ideia do intelectual como intérprete e sujeito de seu tempo. Sujeito capaz de atestar que o mundo tinha um ordenamento lógico, suscitando um conjunto vasto de articulações entre problemáticas. A reflexividade do pensamento so-

¹ O presente texto foi apresentado como conferência, no III Seminário Nacional de Sociologia do PPGS da UFS. Mesmo adaptado à escrita busquei manter proximidade com a forma original.

² Professora Titular em Sociologia da UFC; ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS, Pesquisadora do CNPq. E-mail: irlys.firmo@gmail.com



ciológico, já apontada por Giddens (1991), mostra a existência de uma relação simbiótica das Ciências Sociais com seu contexto de referência.

É importante lembrar que a articulação entre o pensar sociológico e os desafios do mundo social foi também enfatizada, no Brasil, por Florestan Fernandes (1980) quando afirmou que a sociologia nasceu e se desenvolveu na esteira de contextos sociais problemáticos.

Um inventário de questões acompanha o desenrolar do pensamento sociológico e as teorias do social tentam principalmente responder **como e de que modo é possível estarmos juntos**. Enquanto a vida parece calma as interrogações permanecem, mas as exigências de respostas são menores. É importante ressaltar que a teorizações sociológicas não se fazem sob o prisma de soluções definitivas, mas construções ou reelaborações de perguntas, podendo assim a sociologia assumir a condição de esporte de combate, na acepção de Bourdieu (1998; 2004).

O subtítulo deste Congresso, **sociologias necessárias**, pode significar uma alusão às interrogações emergentes. É válido também considerar que em momentos problemáticos, como este que estamos vivendo de eclosão da pandemia e desconfiança nas instituições, a vida social parece se dar a ver com maior intensidade, em seus dilemas e contradições de ordem temporal e espacial.

Os pioneiros da sociologia desenvolveram teorizações sobre o mundo social tendo por base a complexidade do momento em que viveram. Foi com Durkheim que aprendemos a ver os fios que unem o tecido social a partir da existência de crenças coletivas e regras comuns partilhadas (Durkheim, 1973;1989). O pensador e teórico do consenso, não obstante haver identificado as situações de anomia, olhou com otimismo o alvorecer do mundo urbano industrial, enfatizando a interdependência de papéis sociais. Teorizou sobre a existência de um cimento afetivo capaz de ordenar o mundo e criar pontos comuns de referência, sob o prisma da solidariedade.

O olhar de Durkheim, se por um lado priorizava o papel das crenças coletivas na construção da vida social, pouco tematizava sobre os



conflitos como elemento também integrante das interações cotidianas. Sabemos que percepção dos conflitos como parte intrínseca da sociedade moderna capitalista foi tratada sobretudo por Marx (1987) para quem a violência encontrava-se, desde já embutida nas formas de dominação e apropriação indevidas, embora legalizadas, do produto social. Seguindo na trilha dos clássicos é possível dizer que a centralidade da violência na sociedade moderna e a existência de instâncias legítimas para o seu exercício integraram um dos recortes analíticos tratados na obra de Weber (1999) que está completando cem anos. O Estado, na condição de detentor do monopólio da violência, teria o papel fundamental de evitar a “justiça pelas próprias mãos”, instituindo mecanismos de controle e formas legitimadas de exercício do poder.

Ainda na esteira do pensamento pioneiro não há como esquecer que o princípio norteador dos liames que perpetuam relações coletivas entre indivíduos foi formulado por Marcel Mauss (2018), para quem a dádiva dá início ao circuito interdependente das interações sociais, criando a obrigação da retribuição. É a relação entre participantes de um contrato simbólico não-formalizado que desencadeia a perpetuação de vínculos, não postos no domínio da troca imediata, mas nas transações permanentes realizadas de forma descontínua. A dádiva, como uma noção de crédito de uma dívida social não quitada, acionaria o fluxo contínuo das trocas.

Em síntese, as teorias clássicas sobre o funcionamento da vida social, aqui expostas de forma panorâmica, estão atravessadas por dilemas que passam pelo contexto histórico em que foram formuladas, mas a ele não se restringem. O que elas têm em comum é a tentativa de explicar **como, onde e porque estamos juntos**, corroborando com a definição de Ítalo Calvino de que “clássico é aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível” (Calvino, 1998, p. 15).

Penso em contribuir para a nossa reflexão de hoje, tendo os afetos como porta de entrada para pensar as distopias e suas implicações



sociológicas. Os afetos abrangem, nesta exposição, um conjunto vasto de ações, percepções e discursos que nos atingem tanto no plano subjetivo como em esferas mais amplas que se desdobram em esferas institucionais.

No circuito dos sentimentos como componente fundamental da vida social é importante lembrar de Simmel (1967) que tratou sobre os afetos na cidade, abordando a sociedade moderna como expressiva de um conjunto de indivíduos em interações específicas. O estudioso de uma urbanidade emergente percebeu a presença de formas e conteúdos nas diferentes interações sociais, apreendidas sob o prisma das subjetividades e sociações. A sociedade foi por ele abordada como vasto campo de sociabilidade que une conteúdos e formas sociais acionados por meio de trocas materiais e simbólicas. A relação entre afetos e sociedade emerge especialmente no espaço urbano, na medida em que ele induz a reserva, defesa para superar o excesso de estímulo. Os estímulos e a condição de incerteza e estranheza em relação ao distante induzem a construção do anonimato como um sistema de defesa. Simmel abordou o conflito como forma inerente ao social, atravessado pelo embate entre subjetividades.

O conflito como relação antitética e convergente leva à unidade, a acordos, a alianças, à formação de um ‘nós relacional’ que difere das identidades individuais. A Gratidão e a Fidelidade estão associadas à preservação de laços entre indivíduos organizados em interação, com a diferença que a gratidão está vinculada a noção de reciprocidade, enquanto que fidelidade remete ao princípio de laços sociais já construídos. O sujeito moderno na percepção de Simmel é lançado em um mundo que lhe exige cotidianamente uma socialização complexa e plural, de modo que deve assumir uma postura reflexiva frente aos estímulos que recebe.

É com base nessa socialização complexa e plural que podemos inserir o tema da distopia que se apresenta nos desencontros entre formas e conteúdos. Podem ser chamados distópicos os afetos que interferem de forma descontínua nas nossas percepções de tempo e espaço.



O contraponto de Simmel é o cenário rural e urbano. Gostaria, no entanto, de tomar os afetos em suas expressões dualizadas no próprio contexto urbano brasileiro, entendendo que os tempos atuais são marcados por separações sociais e políticas indutoras de distopias. As dualidades se expressam no ódio, no horror ao diferente e na recusa de mediações institucionais no trato das relações sociais. Chamo atenção para o fato de que desde as denominadas **jornadas de 2013** (Barreira, 2014), as dificuldades de comunicação entre instituições e demandas sociais se apresentaram no cenário público, provocando muitas indagações. Aquele contexto caracterizou-se por uma mistura de demandas provenientes de vários segmentos e ideologias. No divisor de águas, as dualidades se mostraram mais nítidas e foi nesse contexto que o tema do ódio plantou suas primeiras raízes.

O ódio em suas expressões sociais e políticas vem, ao longo do tempo, se apresentando na dificuldade de tolerar diferenças, de mediar demandas pela via institucional, ou construir opiniões com base em argumentos. Nas ruas, as dualidades se mostraram em territórios e públicos demarcados, confirmando separações nítidas onde reconhecer-se em um dos lados das manifestações tornou-se importante na configuração de identidades políticas. As cores das manifestações, os espaços expressivos das diferenças em territórios urbanos sinalizaram performances que diferem dos movimentos sociais em momentos anteriores da sociedade brasileira. O “estar nas ruas” não representou apenas uma sinalização de protesto, mas adesão significativa a um lugar de posicionamento. Os apoiadores do atual governo foram às ruas em nome de “inimigos a combater”.

Estabelecendo um diálogo com a psicanálise é válido mencionar o tema do ódio, evocando as formulações de Freud (2017). Em “Psicologia das massas e análise do eu” Freud refere-se à coesão grupal e a instituição do “outro”, o externo, sobre o qual os afetos são projetados. A figura do “estrangeiro” também trabalhada por Simmel (1971) serve para o fortalecimento das identidades grupais, alimentando-se da construção imaginária do inimigo a ser eliminado. Cria-se, assim, o motivo do revi-



de e o lugar de projeção de sentimentos de rejeição. Em termos morais o ódio pode dirigir-se à categoria de estigmatizados: **os drogados, prostitutas, preguiçosos, vagabundos, pervertidos, homossexuais etc.** Na Europa e Estados Unidos, o ódio figurou-se nos migrantes, vítimas de processos de fragilização de pertencimentos e, ultimamente, vemos a eclosão de atos racistas. Muitas vezes os afetos reportam-se a informações feitas de memórias deslocadas e generalizadas. Países como Cuba, Venezuela, Rússia ou líderes como Fidel Castro, Lenin, comunistas e petistas representam, no Brasil, os emblemas da rejeição extrema. O ódio opondo-se ao diálogo ou à argumentação, não cria um campo de dúvida. Sem a possibilidade alternativa de interpretação afirma o triunfo de uma verdade considerada inquestionável.

Redes e demarcação das diferenças

As redes sociais acrescentam elementos importantes à reflexão sobre a dualidade presente nos afetos. De um lado, o sentido de resistência na troca de mensagens entre pares vem reforçando laços internos entre coletivos excludentes, distanciando-se da transversalidade prevista por Castells (1999) quando imaginou as redes como ampliação de acesso democrático aos acontecimentos pelo cidadão comum. Emerge também, no espaço das redes, uma forma de sociabilidade distante do que Simmel (1967) pensou para identificar o homem urbano na condição blasé. Sem o limite imposto pela presença do outro, as redes podem exprimir o ódio a quem não posso ver, mas posso eliminar em um clique, figurando afetos que se propagam sem as contenções institucionais.

O psicanalista Mauro Mendes Dias (2016) fala das vociferações que em momentos variados da história se fazem presentes nos corpos e em discursos, excluindo a presença de determinados sujeitos designados como “outros”. Seus estudos mais recentes incluem as vociferações acionadas no momento do nazismo. As redes sociais podem ser pensadas como um dos espaços de exercício das vociferações.



O tema da dualidade revela que os sujeitos e seus afetos não se inscrevem no plano das diferenças entre pontos de vista, sendo elas postas como intoleráveis. Na perspectiva dualizada, o congelamento de visões de mundo ou os imaginários opõem versões e aversões, pois os discursos tendem a se explicitar no interior de segmentos fechados.

É importante enfatizar que os afetos não comparecem na vida social como expressões substantivas, mas históricas. A retomada dessa questão é feita por Pierre Ansart (1983) quando analisa as paixões políticas no decorrer da história. Indaga o autor sobre a intensidade de uma emoção coletiva e suas consequências, a persistência da ligação entre a violência de um amor, ou um ódio político – a forma como os sentimentos se produz e reproduz em determinadas sociedades e contextos sociais.

Dentre as possibilidades de desenvolvimento de uma ferramenta analítica para pensar sobre os afetos e sua expressividade, Luc Boltanski (1990) abre uma via analítica interessante. Sua abordagem permite verificar o modo como ações coletivas adquirem um estatuto de legitimidade através do agenciamento de afetos nas quais noções de amor, justiça e competência passam a ter sentido. O desafio para pesquisas a serem feitas no Brasil, acrescentaria eu, seria o de considerar os mecanismos sociais de construção dos afetos dualizados e politicamente posicionados, verificando o modo como são formulados e transitam nos domínios privado e público, incidindo sobre a construção e dissolução de vínculos. Os afetos e suas linguagens, os lugares de aparecimento e as interlocuções, presentes hoje na sociedade brasileira, suscitam pontes analíticas enriquecedoras, criando possibilidades de comunicação entre a psicanálise e as ciências sociais. Penso que ao conceito de ideologia, já familiar no âmbito das ciências sociais, é possível agregar a importância de dispositivos presentes em discursos e tecnologias da informação que interferem no espaço das subjetividades. O discurso do ódio vem se manifestando nas relações de amizade e nas interações familiares. Tudo se passa como se a forma amizade que protegia o con-



fronto entre as diferenças, sob o princípio de algo mais importante a preservar, adquirisse matéria proveniente de práticas de exclusão.

Sergio Adorno em conferência feita por ocasião da Anpocs, logo após os resultados eleitorais de 2018³, referiu-se ao paradoxo dos setenta anos da declaração universal dos direitos humanos com suas agendas e ações, convivendo ao lado de cenários caracterizados por violações dos direitos, com manifestações frequentes de radicalismo, ódio, crueldade e intolerância.

Na ocasião do evento, a fala do conferencista sinalizou a necessidade de se trabalhar na área de Ciências Sociais com informações minúsculas ou sutis, para além da busca inicial de grandes causas. As singularidades do pensamento de Nietzsche e Foucault foram mencionadas para pensar nas tragédias e nas formas menos visíveis da dominação. Na ocasião, o ponto de interrogação era o entendimento das filigranas do comportamento humano, sendo importante a recorrência de autores da filosofia e da literatura. Os romances e a capacidade de evocações ao cotidiano emergiram como fontes importantes para narrar tragédias que se tecem silenciosamente nos gestos e nas palavras.

Imaginou Sergio Adorno a história de uma antiga família cuja matriarca costumava alertar contra os perigos do comunismo, sendo o pai o sr. K uma espécie de mentor de ideários que foram se modificando no decurso de gerações. Um dos filhos, fez o curso de história e passou a ter “pensamentos diferentes”. Outros foram assimilando o ar “dos tempos de WhatsApp”, passando a rir de piadas de humilhação que dirigiam seu humor grosseiro a categorias estigmatizadas (pobres, negros, homossexuais). A falta de compaixão com a dor alheia e o reforço de estigmas sem censura caracterizava esse novo momento de explosão de preconceitos.

A necessidade de uma nova escuta do social, com o uso de categorias sensíveis de compreensão do mundo inspirou essa narrativa ficícia, construída com base em uma família comum, dotada de valores

³ A conferência realizada no 42º encontro anual da Anpocs foi intitulada “A erosão da ordem pública na contemporaneidade: radicalismos, ódio, crueldade, intolerância”.



conservadores, aos poucos fortalecidos na dinâmica da atual conjuntura de incentivo ao ódio e horror aos diferentes.

Ao final, o conferencista convocou um abraço das ciências sociais para saber “o que estava acontecendo conosco”, tendo em conta as polaridades e as opacidades de compreensão, suscitando a necessidade de afinação de recursos analíticos.

Elias (1990) observador dos afetos em sua expressividade cotidiana pode ajudar a entender um contexto sócio-histórico singular caracterizado por distopias. Sua percepção da sociologia configuracional, que analisa a sociedade como um espaço de interações e redes intercomunicantes, pode ajudar a perceber como se organiza o mundo dos afetos. É neste embaralhamento de redes e conexões inesperadas que podemos falar de vociferações.

A distopia da fala conduz ao terreno da opacidade, induzindo não só a construção de mentiras, mas dizeres ou chistes que como pedradas não se postulam na forma de argumentos. As palavras que costumamos ouvir cotidianamente, muitas vezes não se dobram a evidências factuais, representando um dito que se afirma como independente, resvalando para o pitoresco, a mentira ou o que vira piada frequentemente difundidos em redes e *fake news*.

É possível supor que há um recalcado que retorna como se “agora sim houvesse chance de falar o que se pensa”. Os vizinhos, os taxistas, o “tio do churrasco” todos têm opiniões contundentes sobre como resolver a violência, como “colocar vagabundos para trabalhar”, como eliminar mulheres “ousadas”, comunistas, negros etc.

Saindo da universidade, uma ilha de pensamentos críticos relativamente consolidados, e observando outros contextos interativos é comum encontrar expressões de ódio que ultrapassam argumentos, mesmo baseados em fatos. Exemplifico esta questão por meio de uma fala escutada na academia de ginástica⁴:

⁴ Conversa com uma frequentadora da academia de ginástica em 29/08/2019.



“Não acredito em mais nada.....”

“Esses incêndios aí do Pantanal mostrados na televisão sempre aconteceram. É tudo mentira”.

“O Bolsonaro não é político, diz tudo que pensa ao contrário do político que mente na sua cara”.

Hoje noções de verdade e mentira estão submetidas não só aos meios de comunicação, como anteviu Arendt (2019), mas aos *fake news*, criando certa independência entre notícias e fatos. Tudo se passa como se a forma de narrar e construir a versão fosse mais importante que a própria averiguação dos fatos. Os meios de comunicação não oficiais, fabricantes de opinião, tornaram-se grandes aliados da política, radicalizando, ainda mais, a relação já formulada por Arendt entre política e opinião. A referida autora fala em instituições que estariam menos construídas em torno do poder, capazes de se tornarem refúgios da verdade como a academia, incluindo também o judiciário, hoje em plena “crise de verdade” entre nós.

Na visão da estudiosa do totalitarismo, os fatos controlam a tendenciosidade do poder pois se afirmam por serem inflexíveis e superiores à política: “É a opinião e não a verdade que pertence à classe dos pré-requisitos indispensáveis a todo poder” (Arendt, 2019, p. 289). E continua Arendt: “O apagamento da linha divisória entre verdade fatural e opinião é uma das inúmeras formas que o mentir pode assumir, sendo todas elas formas de ação” (p. 309). Diz ainda que o grande problema é quando a mentira se dirige a um público que já não se sente mais capaz de distinguir a linha demarcatória entre verdade e falsidade, revelando-se o que chama de “destruição de sentido”. Segundo suas próprias palavras, trata-se do fato de que

o resultado de uma substituição coerente e total da verdade dos fatos por mentiras não é passarem estas a ser aceitas como verdade, e a verdade ser difamada como mentira, porém um processo de destruição do sentido diante do qual nos orientamos no



mundo real – incluindo-se entre os meios mentais para este fim a capacidade de oposição entre verdade e falsidade (Arendt, 2002, p. 317-318).

O ódio pode, assim, se expressar através da impossibilidade de lidar com o contraditório.

A narrativa totalitária, ao contrário da democrática não abre brechas para a discussão ou questionamentos, constituída que está pela função explicativa sem furos. Sua ficção é o absoluto, a certeza e a exclusão das diferenças. Não havendo espaço para o contraditório, os “outros” devem ser banidos da cena pública, física e simbolicamente. A mentira opera como exclusão e ocultação. Assim, o totalitarismo considera que tudo o que está fora do seu campo interpretativo é mentira e erro. Fechado na construção de um saber absoluto, a narrativa totalitária não suporta as incompletudes, tentando paralisar o movimento da história.

O sentido de democracia assume, em contraponto, a ideia da verdade na política como objeto de uma construção permanente e não definitiva, fazendo das instituições uma instância de elaboração da representação. Como fica a mentira em nossa experiência política atual?

Seria possível identificar três circunstâncias ou terrenos férteis a partir dos quais se pode associar o tema da mentira na presente conjuntura política. O desejo de apagamento de fatos históricos, a força persuasiva dos meios de comunicação, as *fakes news* e as polaridades ideológicas.

A busca de reescrita da história supõe uma ocultação das experiências e destruição de patrimônios culturais e políticos que caracterizaram as gestões do poder, na última década. A tentativa de eliminação simbólica do passado político se faz acompanhar do desejo de exclusão de personagens indesejáveis. Neste contexto, emerge o não-reconhecimento de saberes e fatos. Os patrimônios culturais, científicos e tecnológicos são denegados e substituídos pela primazia do discurso político



oficial. As falas do poder hegemônico descredibilizam evidências factuais baseadas em dados. “Não há desmatamento, não há fome, não há produção científica de qualidade, não há mortes tornadas públicas pela “comissão da verdade” durante a ditadura”. Também, na situação de pandemia, a evidência das mortes é naturalizada e muitas vezes questionada.

É importante saber se os chistes ou piadas não representam a constatação de um país extremamente elitista, sendo as vociferações e preconceitos a face oculta que também retorna como espécie de vírus. As hipóteses sociológicas desenvolvidas por Jessé de Souza (2019) no livro denominado a “Elite do atraso” é a de que somos um país extremamente desigual e hierárquico, disfarçado sob o verniz da cordialidade. Talvez a vivência efêmera do tempo dos direitos humanos não tenha conseguido apagar as mentiras construídas sobre a igualdade racial ou a tolerância de classes.

As dualidades podem ser pensadas com base na instituição de temporalidades. O momento ritualizado de disputas radicais, entre as quais as eleições se incluem, sinaliza um calendário que não é só cronológico. Enquanto dispositivo legitimado para a expressão de tolerância e explicitação das diferenças entre escolhas, os pleitos eleitorais são reguladores dos afetos. Estes tomam a forma de discursos e as radicalidades se recompõem, “quando tudo passa”. É possível aventar a hipótese de que a permanência da dualidade no cotidiano e as impossibilidades de mediação institucional produzem a distopia das palavras e a emergência de argumentos descontextualizados.

A distopia também se produz na construção fantasmática de “inimigos a combater”. É importante lembrar que todos os golpes foram tecidos na América Latina em nome da ordem e da moral. O imaginário dos “comunistas destruidores da ordem” ou dos “inimigos da moral” faz pensar sobre os mecanismos psíquicos e sociais que instituem a diferença a combater. A personificação do ódio é endereçada ao inimigo supostamente capaz de destruir a economia, os bons costumes, as ins-



tituições, ou, ao contrário, salvar a nação. A orquestração repartida do bem contra o mal evoca a figura mitológica do Salvador trabalhada por Raul Girardet (1987).

A busca de conexão entre sentimentos e a ordem social está presente nas pesquisas antropológicas de Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990), quando analisam o discurso da emoção como prática social em diferentes contextos etnográficos, considerando que as emoções são em si mesmas fatos sociais, linguagens constitutivas do mundo social.

A escolha do ódio como expressão da distopia não supõe a apologia de uma sociedade harmônica, antes indagando sobre o modo como os afetos vem sendo construídos e endereçados. Falamos hoje de “crise da democracia” e penso que ela tem alcance amplo que passa pelas instituições, pela construção dos afetos e pelas formas de ver o mundo.

Questões postas mais recentemente pela situação da pandemia

Uma profusão de análise e discursos baseados na sociologia vem à luz atualmente no espaço público, considerando-se o momento da pandemia como fator impulsionador de questões que já vinham se constituindo anteriormente.

A pandemia produziu inquietações sociológicas, construção de novas perguntas e reposição de antigas inquietações. A busca de respostas potencializou a necessidade de junção de elementos macro e micro sociológicos.

A certeza de que as ações que integram o mundo da política da ecologia, da saúde, da economia estão juntas evidenciou-se, neste momento, de forma contundente. As reflexões de Boaventura de Souza Santos (2021), Bruno Latour (2018), Viveiros de Castro (2014) e outros pensadores do mundo contemporâneo seguem na direção de valorizar a emergência de novos enquadramentos de percepção, radicalizando questões já sabidas, mas pouco difundidas. Entre elas os vínculos entre o homem e a natureza que se mostram neste momento de eclosão da pandemia.



As formulações sobre a confiança na modernidade já tratadas por Giddens (1991) e Bauman (2001) vem à tona e, neste momento, as distopias parecem ocupar um espaço inesperado. As distopias indicam prenúncios não só de incerteza, evocando um sentido de ausência de futuro. Por este motivo, elas são indutoras de afetos como o medo (tema tratado por Viveiros e Castro (2014) sobre as visões catastróficas referentes ao meio ambiente) e ao ódio, acrescento, anteriormente comentado. Esses temas não estão dissociados e mereceriam uma outra reflexão.

As distopias fortalecem uma demanda para compreensão dos problemas do meio ambiente, saúde e reprodução, pondo as ciências sociais no foco de duas necessidades: a de sintonizar-se internamente e também manter uma interlocução com outras áreas do conhecimento.

Percebe-se que, ao longo do tempo, as pesquisas vêm incorporando um sentido de utilidade em seu horizonte. Nas últimas décadas já percebemos nos formulários dos financiadores da pesquisa indagações sobre a aplicabilidade do conhecimento. Bruno Latour (1995; 2018) refere-se, por exemplo, à existência de redes sociotécnicas que se articulam a um conjunto complexo e múltiplo de pesquisadores, cientistas, técnicos das agências financiadoras, empresários e membros da sociedade que interferem na formulação e construção de problemas.

Se esse fato esteve mais historicamente presente nas ciências exatas e naturais, hoje constitui uma demanda presente em nossa área. Impõe-se, neste contexto, a necessidade de um conhecimento partilhado, não obstante todo processo de desvalorização das ciências sociais que hoje vivenciamos.

Precisamos hoje dialogar com a biologia e outras ciências, recuperando o poder de liderança e convocatória da sociologia frente à sociedade. A pandemia colocou a necessidade de explicações complexas para um mundo complexo: multiplicidade de fatores hoje reconhecidos como importantes para a análise da vida social.

Agora gostaria de enfatizar o pressuposto das ciências sociais em sua acepção crítica. Bourdieu se refere à importância de conceber a so-



ciologia como um esporte de combate. Contra as ideologias, a naturalização dos fatos sociais e a imposição do pensamento unidimensional, a sociologia deveria instituir um lugar da crítica e desvendamento. No momento em que vivemos uma distopia da palavra, com a descontextualização de sentidos, é importante realçar o estatuto de nossa capacidade de analisar a complexidade.

Uma reflexão sobre a dimensão nacional, regional e internacional do conhecimento precisa ser efetivada. Hoje, os analistas do desenvolvimento percebem que a questão da desigualdade social e econômica continua sendo da maior atualidade e que ela deve ser reintroduzida a partir de outros marcos interpretativos que considerem a diversidade cultural e ambiental.

É importante tratar o desenvolvimento para além da espacialidade geográfica, viabilizando a comparação de experiências diversas de mudança social. A título de exemplo, é importante considerar que problemas do desenvolvimento no México ou em Angola se reproduzem com suas especificidades no Brasil e necessitam ser avaliadas nas diferenças e proximidades. Repensar o desenvolvimento implica incorporar a relação entre desigualdade e diferença, retomando os temas da sustentabilidade, da cultura, política, memória e recursos ambientais

É evidente a importância das ciências humanas em um mundo que repõe o debate sobre a ética, o desenvolvimento sustentável, os investimentos ligados ao desenvolvimento e suas opções.

Os grandes cientistas sociais foram ricos analiticamente porque ampliaram suas reflexões para além de sua área e de seu tempo. Apropriando-me da expressão Weberiana pergunto se não estamos necessitando de um novo “desencantamento do mundo”, agora não mais voltado para exorcizar os mitos e as magias, mas interessado em repensar o endereçamento dos afetos, suas formas de expressão e mediação, tendo em conta a existência de instituições e falas organizadas. A velha questão **como e de que modo estamos juntos** retorna com muito vigor, associada ao tema das distopias.



Referências

Abu-Loghod, Lutz Catherine A. "Introductions: emotion, discourse and the politics of everyday life". In **Language and politics of emotion**, Cambridge: University Press, 1990.

Ansart, Pierre. **La gestion des passions politiques**. Suisse: L'âge d, Homme, 1983.

Arendt Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Barreira, Irllys Alencar F. "Ação direta e simbologia das "jornadas de junho": notas para uma sociologia das manifestações". **Contemporânea**. São Paulo: UFSCAR, vol. 4, n. 1, Jan-Jun, 2014, p. 145-164.

Bauman, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzler, Rio Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Boltanski, Luc. **L'amour et la justice comme compétences**, Paris: Folio Essais/Galimard, 1990.

Bourdieu, Pierre. **Meditações Pascalinas**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

_____. **Usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp/Inra, 2004.

Calvino, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

Castells, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

Castro, Eduardo Viveiros de; DANOWSKI, Débora. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Desterro, Cultura e Barbárie e Instituto Socioambiental, 2014.

Dias, Mauro Mendes. **O ódio da democracia**. São Paulo: Biblioteca Virtual do Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise, 2016.

Durkheim, Émile. **O Suicídio, estudo sociológico**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

_____. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989

Elias, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.

Fernandes, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: T. A. Queiroz, 4. ed.,1980.

Freud, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Tradução Renato Zwick, Porto Alegre: L&PM, 2017.



Giddens, Anthony. **As consequências da modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 1991.

Latour, Bruno. **Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica**. Tradução Carlos Irineu da Costa, São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. **Diante da Gaia: oito conferencias sobre a natureza no Antropoceno**. Tradução Maryalua Meyer, São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu editora/Ateliê de humanidades, 2018.

Marx, Karl. **Para uma crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 4. ed., 1987.

Mauss, Marcel. **Relações reais e práticas entre psicologia e sociologia**. São Paulo: EDUSP, 2018, p. 140-164.

SimmeL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: Otávio G. Velho (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 4. ed., 1967.

Simmel, Georg. “Parte I – sobre a sociedade e a cultura”. In: Jessé Souza e Berthold Oélze (Orgs). **Simmel e a modernidade**. Brasília: EdUNB, 1998, p. 21-117.

Simmel, George. **El extranjero: sobre la individualidad y las formas sociales**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Ediciones, 1971.

Santos, Boaventura de Souza. **Futuro começa agora, da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021.

Weber, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UNB, vols. 1 e 2. 1999.



DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E PANDEMIA: A DIMENSÃO METROPOLITANA DA COVID-19

 Lucia Maria Machado Bógus¹

 Luís Felipe Aires Magalhães²

ESTE ARTIGO TEM COMO OBJETIVO analisar a disseminação da Covid-19 nas 15 principais Regiões Metropolitanas brasileiras³ (RMs) e os impactos demográficos recentemente observados que resultaram na redução do crescimento populacional em algumas regiões do país. Merecerão destaque não apenas as características e tendências comuns a estas RMs, como também as especificidades e temporalidades do contágio e da mortalidade por Covid-19 ali observadas. Nesta refle-

¹ Professora titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). Coordenadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo São Paulo.

² Pós-Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). Pesquisador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo São Paulo. Coordenador-Adjunto do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-Unicamp). São Paulo, SP, Brasil

³ As 15 principais regiões metropolitanas brasileiras são justamente aquelas que de forma mais intensa exercem funções de direção, comando e coordenação dos fluxos econômicos no país. São elas: Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), Região Metropolitana de Belo Horizonte, Região Metropolitana de Curitiba, Região Metropolitana de Porto Alegre, Região Metropolitana de Salvador, Região Metropolitana de Recife, Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Manaus, Região Metropolitana de Belém, Região Metropolitana de Goiânia, Região Metropolitana de Campinas, Região Metropolitana de Florianópolis e Região Metropolitana da Grande Vitória.



xão, analisaremos a disseminação da Covid-19 à luz das desigualdades socioespaciais existentes nas metrópoles, assinalando como os Níveis de Integração entre os municípios das RMs e destes com os municípios polo ajudam a entender o padrão de disseminação da doença e suas interferências no Índice de Bem-Estar Urbano.

A análise das desigualdades socioespaciais tem demonstrado que elas impactam decisivamente sobre as condições de expansão e enfrentamento da pandemia do coronavírus: além do acesso ao sistema médico-hospitalar, as condições de habitação, trabalho e deslocamento são decisivas para amenizar os riscos do contágio ou, ao contrário, para tornar a população pobre e desassistida ainda mais vulnerável à doença.

Na abordagem do conjunto das 15 principais Regiões Metropolitanas, aprofundaremos o estudo de seis regiões metropolitanas - São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Fortaleza, Distrito Federal e Porto Alegre - onde os números de casos e de óbitos foram especialmente elevados. Procuraremos apontar em que medida a maior ou menor integração dos municípios com o respectivo polo metropolitano pode ser um fator explicativo desse comportamento em relação à pandemia, interferindo também nas condições de vida e no bem-estar urbano de seus habitantes.

Começaremos a análise dos casos pela região metropolitana de São Paulo, maior formação metropolitana do país, concentradora não apenas de população e atividade econômica como também, por consequência, de casos e óbitos por Covid-19 no Brasil. Nesta região, a expansão dos diferentes municípios que a compõem produziu, a um só tempo, processos de segregação sócio espacial e formas de sociabilidade marcadas pelo conflito na disputa pelo espaço nas cidades. Tais processos também são estruturadores do tecido urbano das demais metrópoles aqui analisadas, em cujas periferias proliferam núcleos de favelas e loteamentos irregulares, com habitações precárias, sem saneamento e muito congestionadas, em condições adversas ao isolamento social e a outras medidas de combate à pandemia.



Além disso, os baixos níveis de escolaridade dificultam a compreensão da real gravidade da doença por uma parcela da população, exposta cotidianamente a riscos dos mais variados tipos e que adota, muitas vezes, uma atitude de incredulidade e conformismo entregando à própria sorte, a possibilidade de escapar à contaminação, ante a insuficiência ou mesmo ausência de serviços de saúde - quando não o próprio negacionismo, que não é exclusivo da periferia mas que, por razões históricas e estruturais, torna-se nela ainda mais perigoso (Bógus & Magalhães, 2020, p.76).

Nesse contexto, para refletir sobre o impacto da COVID-19⁴ nos espaços metropolitanos – bem como sobre os impactos da diversidade desses espaços sobre as formas de enfrentamento e combate à doença – será preciso olhar para as cidades e analisar a forma desigual como elas foram e ainda são, cotidianamente, produzidas e vivenciadas. Explicar teoricamente as desigualdades urbanas supõe uma análise do próprio processo de segregação sócio espacial pois conforme Villaça (2012), o entendimento dos distintos aspectos que compõem a cidade passa pelo conhecimento da segregação, tanto econômica como social, que caracteriza nossas cidades e regiões metropolitanas.

Níveis de Integração e Índice de Bem-Estar Urbano

Para o estudo das desigualdades socioespaciais utilizaremos aqui, como recurso metodológico, os Níveis de Integração dos municípios que formam as Regiões Metropolitanas e o Índice de Bem-Estar Urbano, o IBEU – ambos elaborados por pesquisadores do INCT Observatório

⁴ Neste artigo, utilizamos como fonte de dados sobre a Covid-19, tanto para casos como para óbitos, as informações divulgadas pelo Consórcio de Imprensa, que são colhidas e consolidadas junto às Secretarias Estaduais de Saúde. Os números divulgados são agrupados no Banco de Dados do Observatório das Metrôpoles – Núcleo São Paulo, onde, especificamente para o caso do Estado de São Paulo, são agrupados também os dados colhidos e divulgados pela Fundação SEADE, captado também junto à Secretaria Estadual de Saúde do estado de São Paulo.



das Metr6poles, com dados do Censo Demogr6fico de 2010. Partimos da hip6tese que quanto maior a integra76o dos munic6pios entre si e com o polo metropolitano, maiores as possibilidades de cont6gio e maior a necessidade de adotar medidas de preven76o, nem sempre poss6veis. Os n6veis de integra76o (Ribeiro, 2009; Pasternak e B6gus, 2015) s6o uma ferramenta conceitual operacional que considera as seguintes vari6veis: i) popula76o residente dos munic6pios de regi6o metropolitana; ii) taxa de crescimento geom6trico anual da popula76o residente em munic6pios de regi6o metropolitana; iii) grau de urbaniza76o; iv) percentual dos ocupados em atividades n6o agr6colas; v) densidade demogr6fica dos setores censit6rios urbanos; vi) Produto Interno Bruto (PIB) municipal; vii) renda total da popula76o residente; viii) volume bruto (entradas mais sa6idas) dos movimentos pendulares no munic6pio e ix) percentual da popula76o que estuda e/ou trabalha em outro munic6pio que n6o o de sua resid6ncia. Essas vari6veis s6o classificadas atrav6s de an6lise fatorial e agrupados por cluster (Moura, 2012), sendo importantes para compreendermos diversos processos socioespaciais, como a din6mica das mobilidades pendulares entre os munic6pios que formam a regi6o metropolitana, a presen7a de imigrantes internacionais na RM e o pr6prio padr6o de dissemina76o da Covid-19 na regi6o.

A diversidade dos n6veis de integra76o expressa as diferentes faces do processo de metropoliza76o, que n6o 6 homog6neo no tempo e no espa7o e tampouco absorve as din6micas urbanas municipais, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade.

Diante disso, a integra76o dos munic6pios 6s din6micas da metropoliza76o tem n6veis muito heterog6neos. Em muitas unidades, h6 um pequeno grupo de munic6pios que podem ser considerados efetivamente integrados. Para alguns munic6pios, a integra76o 6 din6mica metropolitana 6 t6o limitada que refletem o perfil desigual da inser76o dos munic6pios na realidade econ6mica, social e demogr6fica das respectivas unidades. Esses diferentes n6veis de integra76o t6m tamb6m podem incentivar a76es pol6ticas

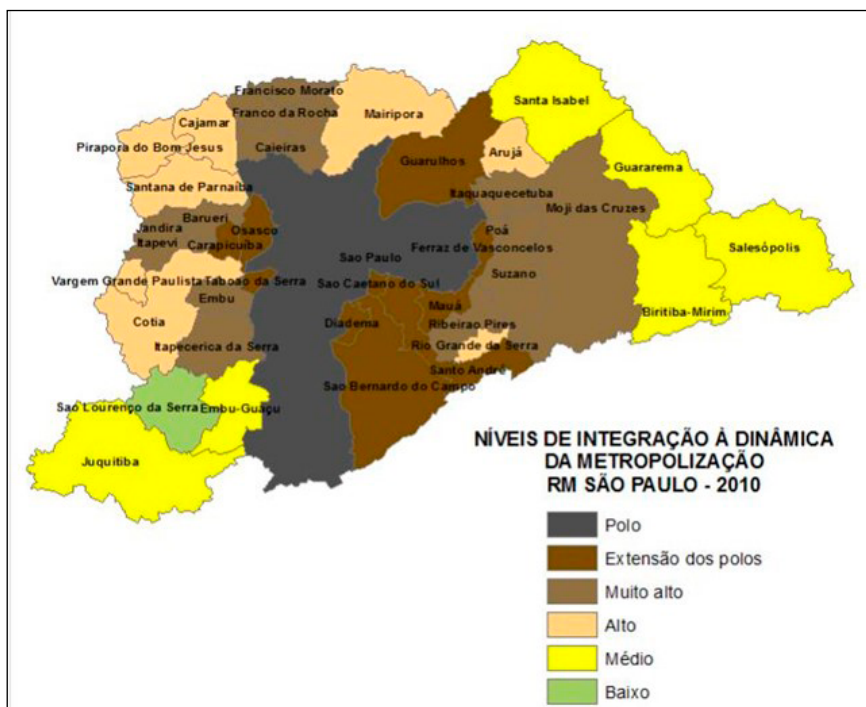


e formas de mobilização distintas, inclusive no que se refere à criação ou fortalecimento de instituições que promovam as condições indispensáveis à ação coordenada dos atores do mercado, da sociedade e do poder público. Portanto, reconhecer tais níveis é imprescindível para que as práticas de governança surtam efeitos positivos em toda a extensão das unidades institucionalizadas. Tal reconhecimento também é importante para orientar os estudos sobre as dinâmicas internas desses aglomerados, assim como os estudos comparativos de âmbito nacional, sob recortes determinados, e estadual – neste caso, contextualizando as diferentes unidades de uma mesma unidade da federação (Observatório das metrópoles, 2012, p. 6).

O mapa abaixo, ilustra que os maiores níveis de integração não correspondem, necessariamente, à maior proximidade geográfica com o município polo, no caso a cidade de São Paulo, mas supõem uma estrutura mais complexa de relações, trocas, complementariedades e contiguidades. Atesta isso o fato de São Lourenço da Serra, menor nível de integração entre os municípios da região metropolitana de São Paulo, ser mais próxima do polo metropolitano que municípios com maior nível de integração, como Rio Grande da Serra, Santa Isabel e Guararema. Os níveis de integração, portanto, como a própria metropolização, não se restringem à escala espacial, senão que contemplam também dimensões econômicas, populacionais e infra estruturais.

A seguir, iremos apresentar os mapas das Regiões Metropolitanas por níveis de integração daquelas metrópoles que possuem tendências e trajetórias mais ilustrativas de cada grande região. São elas: Manaus, na região Norte, Fortaleza, na região Nordeste, São Paulo, na região Sudeste, Porto Alegre, na região Sul, e a RIDE, no Centro-Oeste.



Mapa 1. Região Metropolitana de São Paulo segundo níveis de integração (2010).

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012.

No que diz respeito aos impactos da pandemia, a Região Metropolitana de São Paulo é a mais afetada, tanto em termos de casos como de óbitos, pela Covid-19 dentre todas as metrópoles brasileiras, o que se explica, de um lado, pela sua intensa vinculação com os circuitos internacionais de circulação de pessoas. Foi na RMSP, especificamente na cidade de São Paulo, onde ocorreu o primeiro caso confirmado de Covid-19 no país, em 26 de fevereiro de 2020 - um típico caso de transmissão importada, pois o infectado acabara de retornar da Itália. Também foi na RMSP, novamente na capital paulista, onde ocorreu o primeiro óbito por Covid-19 no Brasil, em 12 de março de 2020. O Gráfico abaixo apresenta a trajetória dos óbitos por Covid-19 na RMSP desde o início da série de registros de casos e de óbitos pela Fundação

Seade, em 26 de março de 2020 - quando já havia 994 casos e 57 óbitos pela doença na RMSP.

Na RMSP, os municípios que apresentam maior nível de integração com o município polo são justamente aqueles com os maiores números de casos e de óbitos por Covid-19. Dez municípios encontram-se nesta condição: Carapicuíba, Diadema, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Mauá, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Taboão da Serra. Estes municípios, limítrofes com a capital paulista em suas franjas periféricas especialmente da Zona Leste e Zona Sul, somaram, até 13 de março, 227.339 casos de Covid-19 e 9.470 óbitos pela doença, o que representa, respectivamente, 24,62% e 27,64%. Nos municípios caracterizados como extensão do polo, a média⁵ de casos por município é de 22.734, e a de óbitos, de 947. À medida que os níveis de integração são menores, essas médias diminuem.

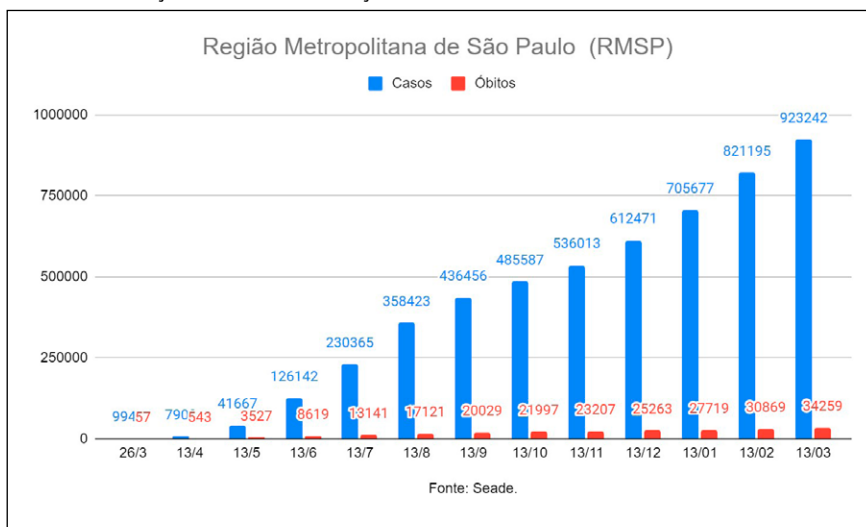
A tendência de diminuição dos números da Covid em relação ao nível de integração dos municípios com o polo metropolitano é mantida para o grupo dos municípios de alto nível de integração. Neste grupo, estão 8 municípios, quais sejam: Arujá, Cajamar, Cotia, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus, Rio Grande da Serra, Santana de Parnaíba, Vargem Grande Paulista. Juntos, estes municípios somaram 29.653 casos de Covid-19 e 914 óbitos pela doença, até 31 de março de 2021. A média observada foi, respectivamente, de 3.706 casos e 114 óbitos.

Há apenas um município classificado como baixo nível de integração na Região Metropolitana de São Paulo: São Lourenço da Serra. Neste município, foram 459 casos confirmados e 17 óbitos pela doença. Estes números confirmam, novamente, a tendência de maior gravidade da Covid-19 quanto maior for o nível de integração do município em relação à capital paulista. Neste caso, trata-se de município com perfil ainda rural, onde o isolamento social é uma consequência da localização geográfica.

⁵ Aqui, bem como nas demais regiões metropolitanas, calcularemos a média de casos e de óbitos por nível de integração para eliminar o efeito do número desigual de municípios.



Gráfico 1. Evolução do número de casos e de óbitos por Covid-19 na Região Metropolitana de São Paulo (26 de março de 2020 a 13 de março de 2021)

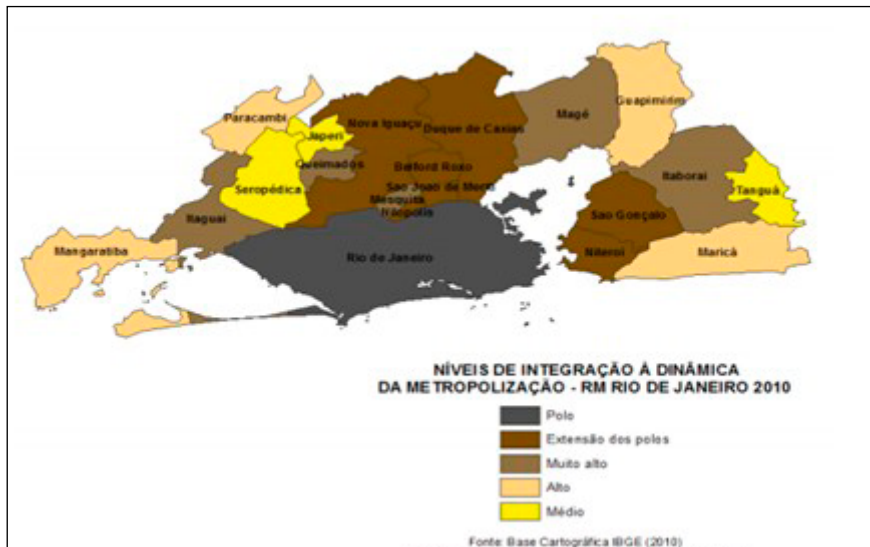


Fonte: SEADE, 2021.

Assim como São Paulo, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) apresenta elevada integração entre os municípios que a compõem, o que reflete, também, um padrão de disseminação de casos e óbitos de grande intensidade. O Mapa abaixo apresenta a composição da RMRJ quanto aos níveis de integração de seus municípios.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro registrou, até 13 de março de 2021, o número de 385.962 casos confirmados e de 28.400 óbitos por Covid-19. Apenas no município polo, a cidade do Rio de Janeiro, foram 213.289 casos e 19.379 óbitos. A cidade concentra, portanto, 55,26% dos casos e 68,23% dos óbitos da região metropolitana.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, não há, diferente da RMSP, nenhum município com baixo nível de integração com o polo metropolitano. Todavia, assim como observado na RMSP, também se verifica a tendência de maior gravidade da situação epidemiológica quanto maior a integração do município em relação à capital fluminense.

Mapa 2. Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sete municípios compõem o grupo das cidades extensão do polo: Niterói, São Gonçalo, Nilópolis, São João do Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Estes sete municípios somam 18.165 casos de Covid-19 e 6.275 óbitos pela doença. A média de casos nestes municípios é de 16.880 e a de óbitos, de 896.

O nível de integração muito alto é formado por quatro municípios: Itaboraí, Magé, Queimados e Itaguaí. Somados, estes municípios registraram 22.645 casos confirmados de Covid-19 e 1.104 óbitos pela doença. A média de casos nestes municípios foi de 5.661, e a de óbitos, de 276 no período considerado.

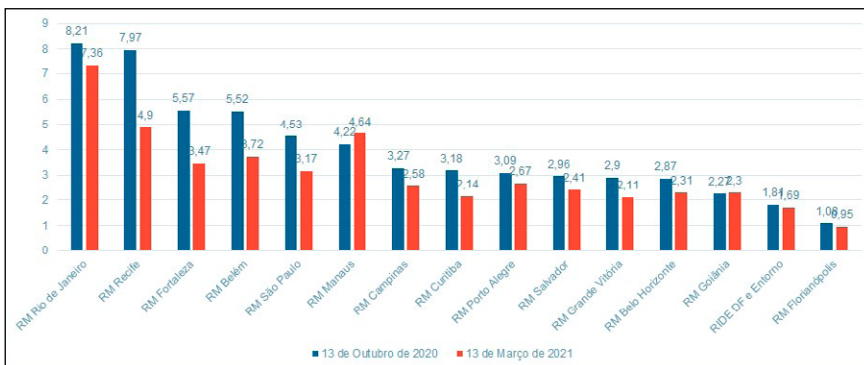
O nível de integração alto é, também, formado por quatro municípios: Maricá, Guapimirim, Paracambi e Mangaratiba. Somados, estes municípios registraram 12.718 casos confirmados pela Covid-19 e 407 óbitos pela doença. A média de casos nestes municípios foi de 4.239, e a de óbitos, de 136. Novamente, ocorre diminuição em relação ao nível de integração muito alto, reafirmando a hipótese de um gradiente,



que se mantêm, também, no caso dos municípios com médio nível de integração

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é, dentre as 15 RMs analisadas, a que apresenta a maior taxa de letalidade da doença, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

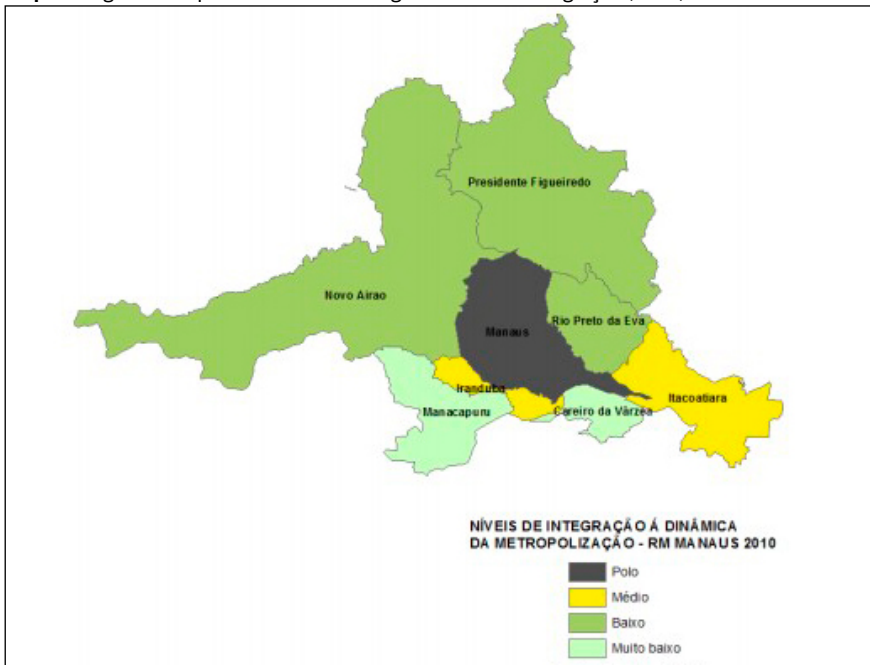
Gráfico 2. Taxa de letalidade da covid-19 (13 de outubro de 2020 e 13 de março de 2021, em %).



Fonte: Consórcio de Imprensa, 2021.

O gráfico acima também nos permite observar que apenas uma Região Metropolitana dentre as analisadas apresentou uma piora da taxa de letalidade entre 13 de outubro de 2020 e 13 de março de 2021, a Região Metropolitana de Manaus, na região Norte do Brasil. Na primeira data, a letalidade da doença era de 4,22% e, na segunda data, de 4,64%. Esta elevação expressa o colapso do sistema médico-hospitalar a que chegou a capital do Amazonas nos primeiros meses de 2021, com repercussão direta, portanto, na capacidade de tratamento da doença e no surgimento de nova cepa. A Região Metropolitana de Manaus apresentou, até 13 de março de 2021, 199.534 casos e 9.265 óbitos, dos quais 153.118 casos (76,73% do total de casos) e 8.157 óbitos (88,04% do total de óbitos) na cidade de Manaus.



Mapa 3. Região Metropolitana de Manaus segundo níveis de integração (2010).

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012.

A análise dos números da Covid na Região Metropolitana de Manaus nos permite também avaliar a relação direta destes números com os níveis de integração dos municípios com o polo, tal como observado nas regiões metropolitana de São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo a classificação dos níveis de integração, não há municípios com muito alto e nem com alto nível de integração na região metropolitana de Manaus, pelas próprias características geográficas. No grupo de nível de integração médio, constam dois municípios: Itacoatiara e Iranduba. Este grupo apresentou, em 13 de março de 2021, 14.617 casos confirmados de Covid-19, e 394 óbitos pela doença. A média de casos foi de 4.872 e a de óbitos, de 131.

No grupo de baixo nível de integração, formado por três municípios (Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva) foram 11.695



casos confirmados de Covid-19, e 175 óbitos pela doença. A média de casos foi de 3.898, e a de óbitos, de 58.

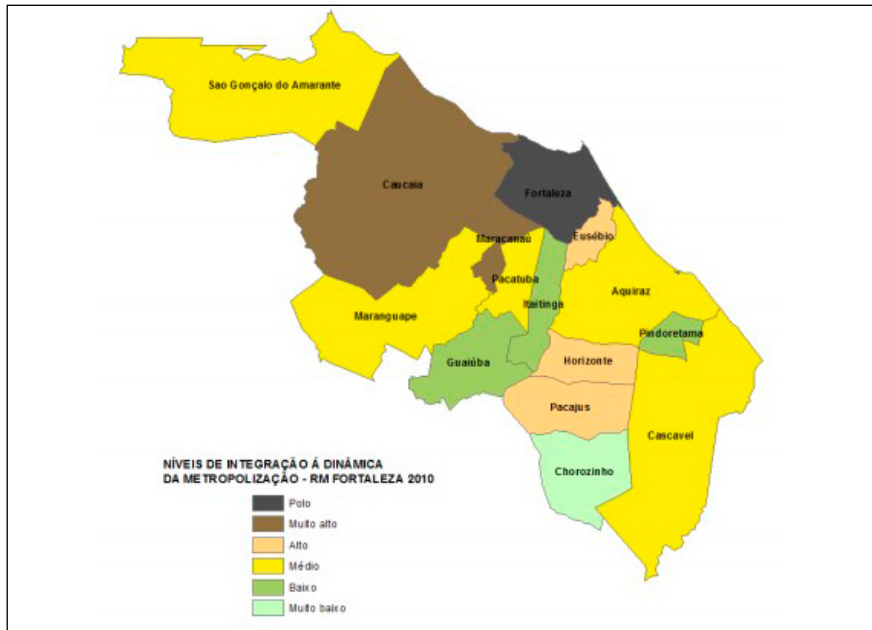
É apenas no grupo de muito baixo nível de integração em relação à Manaus (municípios de Manacapuru e Carreiro da Várzea), em que foram registrados 8.137 casos confirmados e 296 óbitos, que a tendência de quanto menor a integração, menor a gravidade da situação epidemiológica, é quebrada. Neste grupo, a média de casos foi de 4.068 e a de óbitos, de 296. Essa inflexão da tendência é causada pela situação específica da doença em Manacapuru, onde é precário o atendimento médico-hospitalar

A 100 quilômetros de Manaus, 95 mil habitantes vivem às margens do rio Solimões na cidade de Manacapuru. Ali, 246 pessoas já morreram até a noite de terça-feira (19) em decorrência da infecção pelo novo coronavírus. A taxa pode parecer pequena, mas representa uma situação dramática: o município tem a maior mortalidade média por covid-19 no estado, de 222 por cada 100 mil habitantes (Madeiro, 2021).

Desde a data de publicação do trecho citado acima, o número de óbitos subiu para 283 em 13 de março de 2021.

Na região Nordeste, destacamos o caso da Região Metropolitana de Fortaleza, que se destaca pelo elevado número de casos e óbitos. Conforme o gráfico acima, a região apresenta, juntamente com Recife, elevada taxa de letalidade, explicada, em grande medida, também por sua grande densidade demográfica. Com significativos 7.786,44 habitantes por Km², a cidade de Fortaleza possui a maior densidade demográfica de sua Região Metropolitana, a maior do estado do Ceará e a nona maior do país, sendo a maior entre as capitais. Esta elevada densidade se estabelece como uma importante condição do padrão de disseminação da doença na capital cearense. Na Região Metropolitana de Fortaleza, foram registrados, até 13 de março de 2020, 203.343 casos de covid-19 e 7.066 óbitos pela doença. A capital Fortaleza concentrou, até a mesma data, 67,45% do total de casos e 74,31% do total de óbitos de sua região metropolitana.



Mapa 4. Região Metropolitana de Fortaleza segundo níveis de integração (2010).

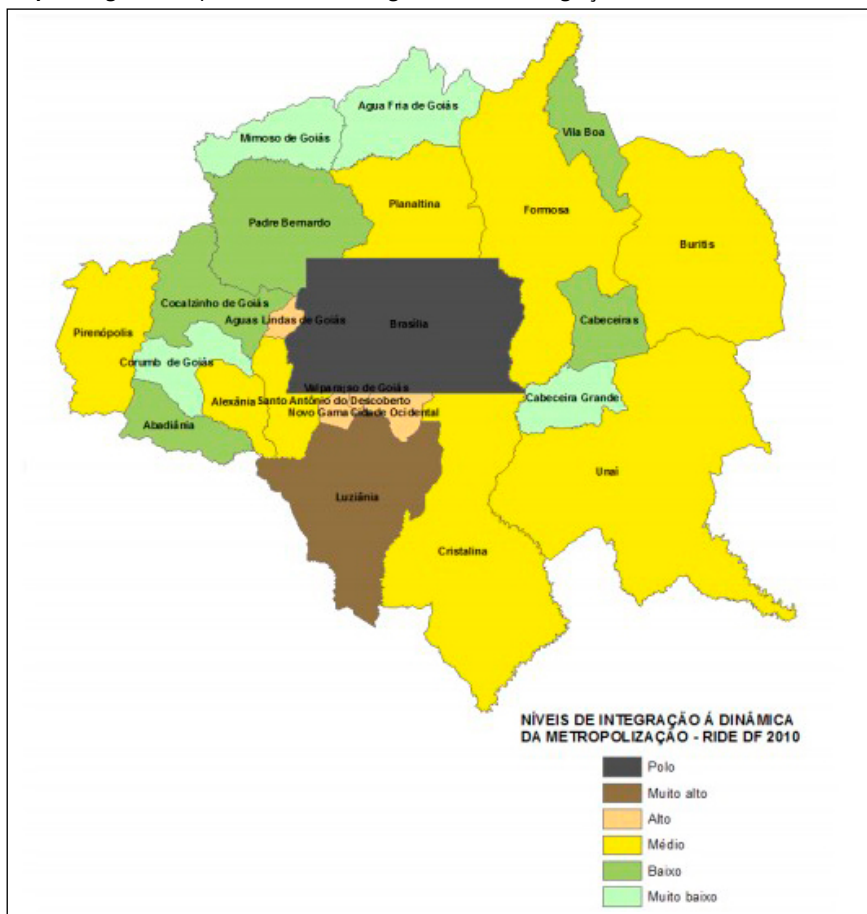
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012.

Na Região Metropolitana de Fortaleza, novamente observa-se a tendência de diminuição dos números da Covid-19 à medida que diminui o nível de integração em relação ao município polo. O nível de integração muito alto (Caucaia e Maracanaú) apresentou 25.210 casos e 813 óbitos, com média de casos de 12.605 e de óbitos de 406. Esta média diminuiu para 3.782 casos e 81 óbitos no nível de integração alto (municípios de Horizonte, Pacajus e Eusébio). No nível de integração médio (municípios de Cascavel, Aquiraz, Pacatuba, Maranguape e São Gonçalo do Amarante) há uma inflexão na tendência, em razão, especialmente, da situação da doença em Maranguape. A tendência volta a ser observada no nível de integração baixo (municípios de Itatinga e Guaiúba), com média de casos de 1.269 e de óbitos 35. O nível de integração muito baixo, formado apenas pelo município de Chorozinho, apresentou 1.078 casos e 19 óbitos.



Na região Centro-Oeste, destacaremos neste artigo a RIDE, Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, onde foram registrados, até 13 de março de 2021, 385.019 casos de Covid-19 e 6.501 óbitos pela doença. No município polo desta Região, a cidade de Brasília, foram registrados 316.181 casos de Covid-19 e 5.097 óbitos pela doença, representando, com isso, 82,12% dos casos e 78,40% dos óbitos de sua região.

Mapa 5. Região Metropolitana de Brasília segundo níveis de integração (2010).



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012.

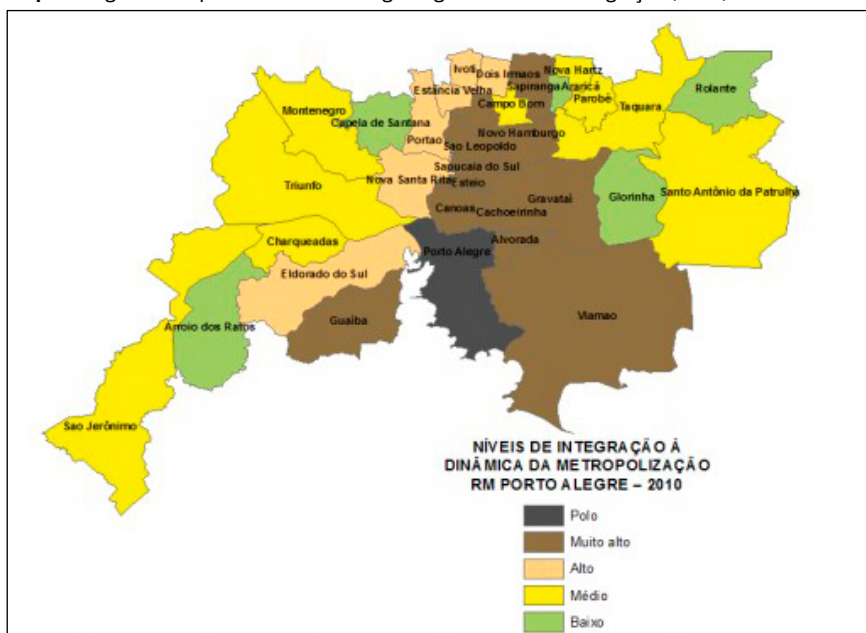


Na RIDE observa-se, também, muito claramente, a tendência de diminuição dos números da Covid à medida que diminui também o nível de integração entre os municípios da RIDE e o polo. O nível de integração muito alto (município de Luziânia) apresenta 11.155 casos e 180 óbitos, ao passo em que o nível de integração alto (municípios de Águas Lindas de Goiás, Nova Gama e Cidade Ocidental) apresenta média de 4.416 casos confirmados e 107 óbitos. A diminuição de casos e óbitos segue à medida que diminui também o nível de integração. O nível médio de integração (municípios de Cristalina, Unai, Buritis, Formosa, Planaltina, Pirenópolis, Alexânia e Santo Antônio do Descoberto) apresentou média de 2.593 casos confirmados e 52 óbitos. O nível de integração baixo (Cabeceiras, Padre Bernardo, Vila Boa, Cocalzinho de Goiás e Abadiânia), média de 473 casos confirmados e 13 óbitos. Por fim, o nível de integração muito baixo (municípios de Cabeceiras Grande, Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás e Corumbá de Goiás), média de 181 casos confirmados e 6,5 óbitos.

Na região Sul, destacamos a Região Metropolitana de Porto Alegre, que apresenta, a 13 de março de 2021, a maior taxa de letalidade da Covid-19 na região Sul do país - 2,67%, além do maior número tanto de casos como de óbitos. Na Região Metropolitana de Porto Alegre foram registrados, até a mesma data, 278.895 casos de Covid-19 e 7.446 óbitos pela doença. No município polo, a capital gaúcha, foram registrados, até a mesma data, 102.970 casos de Covid-19 e 2.737 óbitos pela doença, representando 36,96% do total de casos e 36,75% do total de óbitos da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, observa-se a tendência geral apontada até aqui, porém com uma inflexão no nível de integração médio, no qual a situação dos dados relativos à covid-19 é mais grave que no nível de integração alto.



Mapa 6. Região Metropolitana de Porto Alegre segundo níveis de integração (2010).

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012.

No nível de integração muito alto (municípios de Guaíba, Sapiranga, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Esteio, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada e Viamão) foram registrados 11.389 casos de média, e 332 óbitos. No nível de integração alto (Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Portão, Estância Velha, Ivoti e Dois Irmãos) a média de casos confirmados, a 13 de março de 2021, foi de 2.171, e a de óbitos 47,5. Nos municípios de nível médio de integração (São Jerônimo, Campo Bom, Charqueadas, Triunfo, Montenegro, Nova Hartz, Parobé, Taquara e Santo Antônio da Patrulha) a média de casos confirmados foi de 3.229, e a de óbitos 66. Essa alteração no padrão observado para a relação entre casos e grau de integração dos municípios ao polo metropolitano pode ser explicada pelo tipo de atividade econômica ali presente, especialmente nas cidades de Campo Bom e Parobé, nas quais predomina a indústria calçadista. Esta atividade favorece a disseminação do vírus

devido às condições de adensamento das oficinas e fábricas de calçados. Por fim, os municípios com baixo nível de integração (Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Araricá, Glorinha e Rolante) registraram os menores números de casos e de óbitos.

A análise dos mapas metropolitanos, segundo os níveis de integração, permite destacar as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, cujos níveis de integração mais elevados entre seus municípios repercutem diretamente no padrão de disseminação da Covid-19. Trata-se das duas regiões metropolitanas mais integradas do país, em razão especialmente da grande expansão econômica, populacional e urbana de seus municípios polo que passaram, de forma crescente, a vincular e a condicionar a dinâmica urbana e social dos municípios vizinhos, formando uma megametrópole na contiguidade espacial com o Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que as principais variáveis consideradas na construção dessa ferramenta metodológica e analítica, notadamente, a pendularidade populacional entre municípios, a contiguidade das periferias e as dinâmicas econômicas e laborais comuns, constituem importantes indicadores para analisar os vetores urbanos da Covid-19.

Para complementar nossas análises, recorreremos ainda a outra ferramenta metodológica, também elaborada por pesquisadores do Observatório das Metrópoles, e que nos permite compreender as consequências socioespaciais da pandemia nas metrópoles brasileiras: o índice de bem-estar urbano (IBEU)⁶.

Esse índice permite analisar a forma desigual com que grupos sociais residentes nas 15 maiores metrópoles brasileiras – e nos municípios que as compõem, com seus diferentes níveis de integração ao município polo – usufruem de recursos coletivos urbanos. Trata-se, portanto, de indicador das desigualdades sociais urbanas e do acesso

⁶ Para aprofundamentos sobre o Índice de Bem Estar Urbano, o IBEU, consultar: Observatório das metrópoles (2016) e Ribeiro, Luiz César de Queiroz; Ribeiro, Marcelo Gomes (Orgs) (2013).



desigual aos recursos disponíveis nas cidades, capaz de expressar não apenas as enormes diversidades urbanas como também apontar a fragmentação e a ruptura do tecido socioespacial. Segundo Ribeiro (2016), são as condições de reprodução social que definem o nível do bem-estar urbano, ainda que por meio de situações, práticas e experiências individuais.

O IBEU foi calculado para o conjunto das 15 principais regiões metropolitanas que analisamos neste artigo, tendo em vista cinco dimensões construídas com base em informações censitárias, a saber:

- Mobilidade urbana – considera o tempo de deslocamento da casa ao trabalho;
- Condições ambientais urbanas – constituídas pela arborização do entorno e pelas condições sanitárias, localizando as áreas precárias, com esgoto a céu aberto e lixo acumulado;
- Condições habitacionais urbanas – indicam a presença de habitações precárias, a densidade domiciliar, as condições sanitárias e o material de revestimento das habitações;
- Presença de serviços coletivos urbanos – considera o fornecimento de água e energia elétrica, coleta de lixo e esgotamento sanitário;
- Infraestrutura urbana – considera as condições do entorno dos domicílios e a oferta de iluminação pública, pavimentação, calçada, acesso para cadeirantes e logradouros.

Tais dimensões permitem aferir o índice de bem-estar urbano nas metrópoles, avaliar o grau de inclusão ou exclusão da população nelas residente e possibilitam identificar os espaços de segregação da riqueza e da pobreza, bem como as condições e o grau de apropriação, por grupos sociais específicos, dos recursos coletivos urbanos. Permitem avaliar os riscos presentes em determinadas áreas do tecido metropolitano e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade por aqueles que ali residem, à medida que a segregação e até o relati-



vo isolamento de áreas pobres, pela ruptura do tecido social urbano, dificultam o acesso aos serviços de saúde e de assistência social. Em relação à Covid-19, a inexistência de postos de atendimento nas áreas precárias, sobretudo aquelas distantes das regiões centrais, pode levar ao agravamento das condições de contágio. Outro agravante é o fato de que, nessas regiões periféricas, predomina população ocupada em atividades econômicas informais, nas quais as condições de trabalho remoto, o “home office”, é praticamente inexistente, o que também dificulta o isolamento social e aumenta o nível de exposição ao vírus.

É importante frisar que o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) reflete as desigualdades urbanas no que se refere ao acesso aos recursos coletivos indispensáveis à vida na cidade. As dimensões do IBEU podem ser, por sua vez, agrupadas em cinco níveis, permitindo classificar os municípios metropolitanos em áreas que apresentam: muito alto bem-estar urbano, alto bem-estar urbano, médio bem-estar urbano, baixo bem-estar urbano e muito baixo bem-estar urbano.

A Tabela 1 aponta que a proporção da população residente, em 2010, nas 15 principais metrópoles brasileiras, em municípios classificados segundo níveis de bem-estar urbano era de respectivamente 8,6% (nível muito alto), 32,2% (nível alto), 35,5% (nível médio), 22,6% (nível baixo) e 1,1% (nível muito baixo). Quando se reúne os últimos dois grupos, conclui-se que cerca de um quarto das pessoas ainda vivia em condições precárias nas principais regiões metropolitanas do país, naquela data. No escopo das 15 principais metrópoles analisadas, a região metropolitana de São Paulo (RMSP) ocupava uma posição intermediária. A tabela 1 apresenta, também, a proporção da população residente na RMSP segundo os níveis de IBEU, tendo em vista suas especificidades, por ser a maior região metropolitana do país. Em relação ao conjunto das 15 metrópoles, observa-se maior concentração da população dessa região nos níveis de IBEU alto e médio. Por outro lado, há na RMSP uma menor proporção de população residindo tanto em municípios com nível muito alto, como nos níveis baixo e muito baixo, consideradas as



cinco dimensões do IBEU, explicitadas anteriormente, e que indicam diferentes condições de acesso aos serviços coletivos urbanos.

Como o cálculo do IBEU é feito com base em dados censitários de 2010, ainda não atualizados por razões políticas e sanitárias, ligadas direta e indiretamente à pandemia, partimos de alguns supostos para sua utilização. O principal desses supostos é que, na última década, poucos investimentos públicos foram realizados e poucas políticas sociais de impacto foram implementadas, de modo a produzir mudanças expressivas na malha urbana e nas variáveis utilizadas para a classificação dos municípios, segundo os níveis de bem-estar urbano. Assim, consideramos que os dados censitários que utilizamos, a nível de setor censitário, constituem uma base sólida para a realização de nossas análises.

Tabela 1. População residente nas 15 principais regiões metropolitanas brasileiras e na região metropolitana de São Paulo (RMSP) segundo níveis de bem estar urbano (IBEU) em 2010.⁷

Níveis do IBEU	% da População Residente nas 15 Regiões Metropolitanas Brasileiras	% da População Residente na RMSP
Muito Alto	8,6	5,8
Alto	32,2	40
Médio	35,5	41,1
Baixo	22,6	12,6
Muito Baixo	1,1	0,5
Total	100	100

Fonte: Ribeiro, M. 2016, publicado no artigo “Desigualdades de Bem-estar urbano nas metrópoles brasileiras”, com base em dados do Censo Demográfico de 2010.

A maior concentração relativa da população residente em áreas da RMSP com melhores níveis de bem-estar urbano, em comparação à média das outras metrópoles brasileiras, não significa que não haja desigualdade de acesso aos recursos coletivos urbanos em São Paulo.

7 Esta tabela tem como objetivo apresentar, à luz das desigualdades sócio espaciais que o IBEU expressa, a distribuição da população residente nas metrópoles analisadas em cada um dos grupos de IBEU. Em razão da metodologia de cálculo deste índice, que se ampara em dados censitários, não é ainda possível atualizar essas informações para o ano de 2020, tendo em vista a não realização do Censo.



Não obstante a RMSP situar-se em uma posição intermediária de IBEU dentre as 15 metrópoles analisadas, chama a atenção que 13,1% da população da metrópole paulista situe-se em situação inadequada de acesso aos recursos coletivos urbanos, residindo em municípios classificados nos níveis de bem estar urbano baixo e muito baixo. Esse percentual representava, em 2010, 2.582.552 pessoas que não tinham o acesso adequado aos serviços urbanos coletivos, como o transporte público de boa qualidade, as condições sanitárias e ambientais, além de outros serviços urbanos essenciais à garantia da mobilidade, da saúde, do lazer e do exercício pleno da cidadania. Assim, não obstante as enormes diferenças existentes entre as metrópoles brasileiras, há em todas elas territórios e grupos populacionais com benefícios urbanos que lhes asseguram bem-estar, mas que outros grupos, pobres e vulneráveis não conseguem acessar.

Com relação às condições de vulnerabilidade da população de baixa renda, o enfrentamento da insegurança no bem-estar dependerá dos recursos que as pessoas tenham condições de mobilizar, tanto para enfrentar eventuais crises como para buscar oportunidades em processos de resistência ante os efeitos negativos de mudanças que afetem sua existência e agravem suas condições de vida.

No caso das metrópoles brasileiras em pauta, a análise dos grupos sociais que têm acesso aos recursos e benefícios urbanos revela não apenas predominância de pessoas com nível de ensino superior, como de população ocupada com maior rendimento médio mensal e, ainda, da população de cor branca. Considerando o conjunto das 15 metrópoles, a população branca representava, em 2010, data do último censo demográfico, 78,9% de toda a população residente em áreas com índice de bem-estar muito alto e 26,2% dos residentes em áreas com bem-estar muito baixo. Conforme demonstram vários estudos, a cor da pele é um mecanismo que permite o acesso aos recursos urbanos, de forma que as desigualdades sócio espaciais urbanas são, também, desigualdades raciais e o acesso ao bem-estar urbano pode ser entendido como produto



dessas desigualdades, cujo caráter é estrutural na sociedade brasileira. E o acesso aos serviços de saúde e de assistência social não escapam à essa lógica. Como consequência, a população preta e parda é a principal afetada pela pandemia de Covid-19 no país: segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios sobre Covid-19 (PNAD-Covid-19), elaborada em caráter extraordinário pelo IBGE, dos 4,2 milhões de brasileiros que tiveram, até setembro de 2020, algum sintoma da Covid-19, 70% eram de cor preta ou parda (que constituem por sua vez 54% da população brasileira).

No caso da região metropolitana de São Paulo é possível indicar, por meio do índice de bem-estar urbano a forma pela qual essa região aprofundou, nos últimos anos, sua segregação sócio espacial, relacionando esse fenômeno às transformações urbanas recentes. Dentre essas transformações destacam-se o processo de reconversão econômica – com a substituição de atividades industriais por serviços, tanto formais de baixa qualificação como aqueles ligados ao setor informal da economia – a deterioração das áreas centrais, sobretudo no caso do município sede, e a presença, nessas áreas deterioradas, de um novo perfil de moradores, marcado por grande vulnerabilidade: os imigrantes internacionais (Magalhães, Bógus e Baeninger, 2018; Bógus e Magalhães, 2019). Esses imigrantes chegaram ao longo dos últimos 10 anos, para viver e trabalhar em São Paulo, inserindo-se, geralmente, em atividades laborais precárias e mal remuneradas.

Com base no exposto, consideramos que o IBEU é um indicador muito útil para avaliar os riscos sócio espaciais da expansão da Covid-19, uma vez que as condições diferenciais de bem-estar urbano nas regiões metropolitanas estudadas poderão servir como *proxy* para as demais metrópoles brasileiras e para outras cidades não-metropolitanas, com padrões semelhantes em termos de estruturação urbana, segregação e condições de vida. Acredita-se que a capacidade de enfrentamento da Covid-19 esteja associada à gradação expressa pelo índice, com maior fragilidade, inclusive do sistema de saúde nos municípios pior classifi-



cados. A exceção ficará por conta da variável interveniente “estrutura etária”, uma vez que nos municípios melhor classificados na escala do IBEU a estrutura etária é mais envelhecida, com um número maior de residentes com mais de 70 anos.

A vinculação do processo de segregação sócio espacial às transformações urbanas recentes, incluindo alterações nas dinâmicas demográfica e econômica demonstra, também, a natureza estrutural do processo de fragmentação do espaço urbano, onde o aumento da pobreza e exclusão social favorece a expansão da pandemia. De fato, não obstante a Covid-19 tenha se manifestado primeiro nas áreas centrais das sedes metropolitanas, cujos moradores possuem melhores condições de vida e maiores contatos com o exterior, ela atingiu rapidamente as áreas pobres e muito precárias, tanto nas periferias distantes como nos enclaves centrais de cortiços e favelas, onde seus efeitos tendem a ser devastadores. No caso do município de São Paulo, a expansão da covid-19 é ilustrativa desse processo, devendo-se ressaltar o papel dos transportes coletivos de massa, como o metrô e o trem na disseminação do contágio (Bógus e Magalhães, 2020).

A expansão da Covid-19 para as áreas periféricas da cidade de São Paulo aponta para a importância de implementar a prática do isolamento social como estratégia de contenção do vírus e preservação da rede de assistência médica, que é mais precária e insuficiente justamente nessas regiões da cidade. Se nas áreas centrais, onde reside a população de maior renda, os idosos são o grupo de risco, nos bairros distantes do centro e com maior vulnerabilidade, o risco abrange um grupo etário diversificado, com registro de casos e inclusive de mortes em faixas etárias mais jovens.

Essa situação tem se agravado pelas dificuldades de implantação das medidas de isolamento social em contextos urbanos periféricos e a vulnerabilidade das condições de vida e de trabalho da população ali residentes. No município de São Paulo, o efeito destas desigualdades sobre a mortalidade por Covid-19 pode ser observado na figura 1, com dados para setembro de 2020.



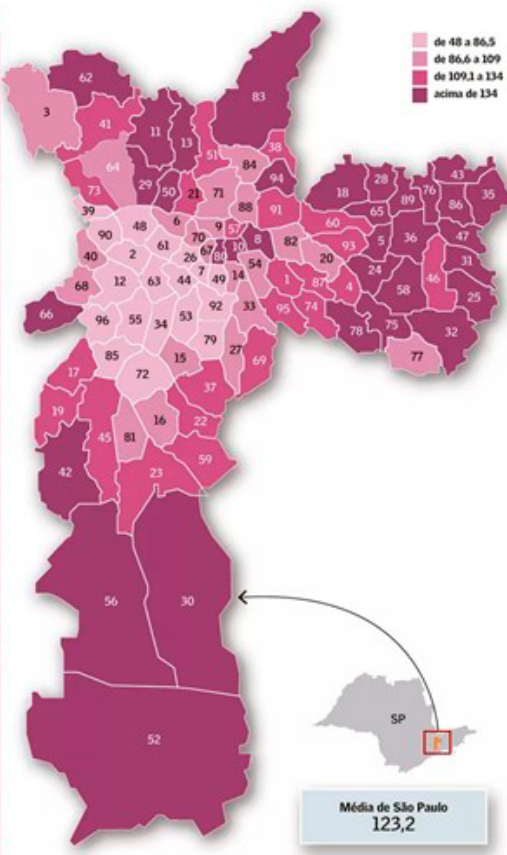
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E PANDEMIA

Figura 1. Taxa de Mortalidade por 100 mil habitantes na cidade de São Paulo (setembro de 2020)

Mais pobreza, mais mortes em SP

Taxa de mortalidade por 100 mil habitantes*

Distrito da cidade	Taxa	Distrito da cidade	Taxa
44 Jardim Paulista	48,1	74 São Lucas	116,2
2 Alto de Pinheiros	50,8	1 Água Rasa	117,4
63 Pinheiros	51	93 Vila Matilde	118
53 Moema	55,4	38 Jaconé	122,1
61 Perdizes	56,4	23 Cidade Dutra	123,2
12 Butantã	62,2	91 Vila Maria	123,2
34 Itaim Bibi	63,5	22 Cidade Ademar	124,4
26 Consolação	64	51 Mandaguai	127,5
7 Bela Vista	64,3	46 José Bonifácio	127,9
48 Lapa	68,4	57 Pari	128,3
92 Vila Mariana	69,4	4 Aricandova	128,6
90 Vila Leopoldina	70,2	41 Jaraquá	129,9
55 Morumbi	70,4	45 Jardim São Luís	133,5
79 Saúde	70,8	19 Capão Redondo	133,8
72 Santo Amaro	74,7	21 Casa Verde	134
96 Vila Sônia	80,3	30 Grajaú	134,4
39 Jaqueira	82,3	18 Cangaíba	135
49 Liberdade	86,2	83 Tremembé	135,2
15 Campo Belo	86,8	65 Ponte Rasa	135,7
82 Tatuapé	89,4	28 Ermelino Matarazzo	136,4
6 Barra Funda	90,6	66 Raposo Tavares	137,2
70 Santa Cecília	90,9	94 Vila Medeiros	138,9
40 Jaguari	91,7	35 Itaim Paulista	140,1
81 Socorro	92	36 Itaquera	140,8
71 Santana	92,3	8 Belém	141,7
16 Campo Grande	92,6	80 Sé	142,4
88 Vila Guilherme	93,1	52 Marsilac	142,6
85 Vila Andrade	94,9	75 São Mateus	144,2
33 Ipiranga	96,4	50 Limão	145,6
27 Cursino	98,2	24 Cidade Líder	146,3
84 Tucuruvi	98,3	42 Jardim Ângela	147,4
67 República	98,5	29 Freguesia do Ó	147,9
54 Mooca	99,7	5 Artur Alvim	150,4
68 Ro Pequeno	103,3	56 Parelheiros	152,7
14 Cambuci	103,8	58 Parque do Carmo	154,1
77 São Rafael	104,7	86 Vila Curuça	154,1
9 Bom Retiro	105,6	89 Vila Jacuí	154,5
64 Pirituba	105,8	78 Sapporêmba	157,5
20 Carrão	106,1	62 Perus	157,8
3 Anhanguera	108,6	11 Brasilândia	164,7
37 Jabaquara	109,2	13 Cachoeirinha	167,2
69 Sacomã	109,6	25 Cidade Tiradentes	173,3
59 Pedreira	111,1	76 São Miguel	175,1
95 Vila Prudente	113,3	31 Guaiunases	187,5
60 Penha	113,9	47 Lajeado	188,4
87 Vila Formosa	115,1	43 Jardim Helena	188,5
17 Campo Limpo	115,5	32 Iguatemi	191
73 São Domingos	115,9	10 Brás	192,3



Fonte: "Social inequalities and Covid-19 mortality in the city of São Paulo." * Taxa ajustada por idade

Fonte: Valor Econômico, 2021.

A figura acima, que tem como referência os óbitos por covid-19 na capital paulista até setembro de 2020, sintetiza de forma muito clara o efeito das desigualdades socioespaciais urbanas em São Paulo sobre a mortalidade por Covid-19. Podemos perceber, pelas cores mais fortes e escuras, a maior letalidade da doença, à medida que os distritos se afastam do quadrante sudoeste do município. Trata-se de uma questão

não apenas física ou geográfica, mas social, urbana, tendo em vista que a maior mortalidade ocorre em distritos que, não obstante se localizem na região central, passaram por intenso processo de deterioração urbana, ao longo das últimas décadas. É o caso do Brás, com 192,3 óbitos por 100 mil residentes - distrito, aliás, caracterizado por intensa presença de imigrantes internacionais pobres e por habitações congestionadas.

Em todos os Estados do Brasil, são as capitais que apresentam o maior número de casos e de óbitos pela Covid, reforçando a hipótese de que mais do que um fenômeno urbano, a Covid-19 é um fenômeno metropolitano.

A dimensão metropolitana da Covid-19 se expressa na grande concentração da doença nas 15 Regiões Metropolitanas trabalhadas neste artigo: juntas, essas regiões registraram, em abril de 2020, 74,74% dos casos confirmados da Covid-19 e 74,50% dos óbitos pela Covid-19 de todo o Brasil. Em 13 de março de 2021, embora significativamente menor, essas proporções seguem altas (40,75% dos casos totais e 53,84% dos óbitos totais por Covid-19 no Brasil).

A Tabela 2 apresenta dados sobre o total de casos confirmados e óbitos pela Covid-19 para o conjunto das 15 regiões metropolitanas estudadas, agrupadas segundo grandes regiões.

A dimensão metropolitana desta enfermidade indica que também sua prevenção, tratamento e estratégias de enfrentamento devem ser coordenadas e não seguir a lógica dominante das hierarquias urbanas vigentes, nas quais os municípios competem entre si por recursos e investimentos. Essa estratégia será fundamental para que não ocorra uma distribuição desigual dos leitos, equipamentos de proteção individuais e demais elementos para prevenção e tratamento da Covid-19.



Tabela 2. Registros de casos e óbitos pela Covid-19 nas 15 regiões metropolitanas, segundo grandes regiões, até as 20h do dia 13 de março de 2021.

REGIÃO METROPOLITANA	Casos	Óbitos
Região Norte		
Região Metropolitana de Belém	104499	3883
Região Metropolitana de Manaus	199534	9265
Região Nordeste		
Região Metropolitana de Fortaleza	203343	7066
Região Metropolitana de Recife	138469	6790
Região Metropolitana de Salvador	214976	5178
Região Sudeste		
Região Metropolitana de Belo Horizonte	258509	5983
Região Metropolitana de Campinas	170454	4395
Região Metropolitana da Grande Vitória	167810	3545
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	385962	28400
Região Metropolitana de São Paulo	1571247	49762
Região Centro-Oeste		
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno	385019	6501
Região Metropolitana de Goiânia	195766	4497
Região Sul		
Região Metropolitana de Curitiba	240549	5151
Região Metropolitana de Florianópolis	146415	1390
Região Metropolitana de Porto Alegre	278895	7446
Total	3995588	135265
Brasil	11439250	277216
RMS/Brasil (%)	34,93%	48,79%

Fonte: Levantamento realizado pelos autores deste artigo junto às Secretarias Estaduais de Saúde.

As barreiras econômicas, culturais, sociais e até policiais, criadas para evitar a interação entre os diferentes grupos sociais dentro desses contextos espaciais, denotam precisamente a característica mais evidente da segregação socioespacial: a fragmentação do tecido social urbano, que interfere nas formas de uso e de percepção do espaço urbano por quem nele habita, trabalha e vive. A pandemia da Covid-19 também afeta diferencialmente a população residente nos diferentes espaços das metrópoles, já que a população pobre que vive nos limites da sobrevivência e enfrenta os mais diversos tipos de risco e de vulnerabilidades é a mais exposta ao risco da pandemia, pelas condições de congestionamento de suas moradias e pelo grande adensamento do entorno, no caso das favelas e dos cortiços.



No passado, em fins do século XIX e no início do século XX, as epidemias de varíola e gripe espanhola, além da tuberculose, afetaram mais diretamente as áreas urbanas pobres e insalubres de algumas capitais brasileiras e levaram as elites a buscarem novos espaços residenciais, longe da pobreza e da doença, segregando-se em áreas de maior salubridade. Foi nesse contexto de epidemias que se constituiu na cidade de São Paulo, um novo eixo de expansão urbana, com a criação do bairro de Higienópolis e o povoamento dos arredores da Avenida Paulista, num claro processo de segregação das elites. Hoje não há qualquer possibilidade de isolamento, pois não há regiões urbanas que estejam a salvo do vírus e a contaminação segue o caminho contrário do passado, partindo de áreas nobres em direção às periferias e aos enclaves insalubres. Mesmo nesse contexto, o isolamento residencial recomendado como prevenção à Covid-19 é privilégio de poucos, já que a maioria da população das cidades e áreas metropolitanas vive em habitações congestionadas e em espaços marcados por vulnerabilidades e superposição de carências.

A permanência deste processo e a seletividade das políticas urbanas e habitacionais, salvo articulações específicas importantes, mas incapazes de alterar a lógica da produção do espaço nas cidades e metrópoles brasileiras, promoveram ao longo da história recente a expansão do tecido urbano em territórios da riqueza e da pobreza, que se vinculam e interpenetram na dinâmica de reprodução do espaço urbano, em suas dimensões econômica, política e institucional.

Breves considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos analisar os impactos da covid-10 ante a fragmentação do tecido social urbano nas metrópoles brasileiras, com destaque para a Região Metropolitana e o município de São Paulo, à luz dos Níveis de Integração e do Índice de Bem-Estar Urbano. Procuramos apontar como a presença deficitária dos benefícios urba-



nos a que se refere cada uma dessas dimensões, nas diferentes áreas da metrópole, afeta as condições de vida e limita as possibilidades de acesso dos grupos sociais ali residentes aos serviços urbanos, aumentando a vulnerabilidade de alguns desses grupos e os riscos de adoecimento, especialmente no contexto da pandemia.

Importante salientar que pelas características próprias do coronavírus, como seu alto grau de contágio (R_0 , que oscila entre 0,4 a 5,7, isto é, cada indivíduo portador pode transmitir o vírus para até 5 pessoas, dependendo do modelo epidemiológico que se esteja utilizando, das condições de ventilação e densidade do ar e da própria imunização da população), o isolamento social e a vacinação foram as estratégias mais eficientes para sua contenção e preservação da vida. Isso implica não apenas na necessidade de campanhas de esclarecimento, como também de políticas públicas mitigadoras dos efeitos econômicos e sociais do isolamento. Nesta conjuntura, há alto grau de responsabilidade das autoridades em sua comunicação à população. Ao desacreditar, por exemplo, esta estratégia, o próprio Presidente da República colabora para a elevação do potencial de contágio do vírus e para parte significativa do número de casos e de óbitos pela covid-19.

Este artigo chamou ainda a atenção para a natureza metropolitana do contágio e dos óbitos pela covid-19 nas diferentes regiões do país e seu agravamento no período de um ano de pandemia. A aproximação dos temas da mobilidade urbana e do processo de segregação sócio espacial apresentou um conjunto de desafios teóricos e metodológicos; mas esperamos que a reflexão aqui proposta, sobre alguns indicadores de qualidade de vida e de estruturação do espaço das cidades, contribua para a realização de análises qualitativas e para a construção de novas hipóteses de trabalho.



Referências Bibliográficas

Bógus, Lucia Maria Machado; Magalhães, Luís Felipe Aires. “Desigualdades socioespaciais e pandemia: impactos metropolitanos da Covid-19”. In: Passos, João Décio (Org). **A Pandemia do Coronavírus: Onde estivemos? Para onde vamos?** São Paulo: Paulinas. 2020. 240p.

Bógus, Lucia Maria Machado; Magalhães, Luís Felipe Aires. “Reconversão Econômica e Novos Imigrantes Internacionais no Município de São Paulo”. In: Magalhães, Luís Felipe Aires; Bógus, Lucia (Orgs). **Cidades e Políticas Públicas – Atualização Pedagógica**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019. 112p.

Emplasa, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. **Macrometrópole Paulista 2012**. São Paulo, 2012.

Fundação SEADE – **Boletim Coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/coronavirus/>

Gottmann, J. **Megalopolis or the Urbanization of the Northeastern Seaboard**. *Economic Geography*, v. 33, n. 3, jul., 1957, p. 189-200.

Koury, Ana Paula; Cavalcanti, Cristina Kanya Caselli; Bruna, Gilda Bruna. “Metrópoles Brasileiras: Abrangência em macrometrópole e desafios da gestão sustentável”. In: Bruna, Gilda Collet; Phillipi Jr., Arlindo (Eds). **Gestão Urbana e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2019. 1088p.

Magalhães, Luís Felipe Aires; Bógus, Lúcia; Baeninger, Rosana. “Migrantes Haitianos e Bolivianos na Cidade de São Paulo: Transformações econômicas e territorialidades migrantes”. In: **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 26, n. 52, abr., p. 75-94 2018.

Observatório das Metrôpoles. IBEU **Municipal: Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/IPPUR, 2016. Disponível em: https://ibeu.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2021/03/IBEU-MUNICIPAL_FINAL.pdf,

Observatório Das Metrôpoles. **Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, RIDEs e Aus à Dinâmica da Metropolização**. Disponível em <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2020/01/N%C3%8DVEIS-DE-INTEGRA%C3%87%C3%83O-DOS-MUNIC%C3%8DPIOS-BRASILEIROS-EM-RMs-RIDEs-e-AUs-%C3%80-DIN%C3%82-MICA-DA-METROPOLIZA%C3%87%C3%83O.pdf>

Pasternak, Suzana. “Local de residência, idade e a pandemia: resultados de 2020 para o município de São Paulo”. In: **Instituto Questão de Ciência, Notas Técnicas**. Disponível em: https://iqc.org.br/ciencia/uploads/2021/03/IQC_No



ta-tecnica_Local-de_residencia-idade_e-a-pandemia_resultados-de-2020_para-o-municipio-de-Sao-Paulo.pdf.

Pasternak, Suzana e Bógus, Lúcia. **São Paulo: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro, Letra Capital., 2015.

Pasternak, Suzana e Bógus, Lúcia. “Evolução da situação das favelas na metrópole paulista e desigualdade socioespacial”. In: Bruna, Gilda Collet; Phillipi Jr., Arlindo (Eds). **Gestão Urbana e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2019. 1088p.

Ribeiro, Marcelo Gomes. “Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras”. In: **Revista Sociologias** [online]. 2016, vol.18, n.42, pp.198-230.

Ribeiro, Luiz César de Queiroz; Ribeiro, Marcelo Gomes (Orgs). **IBEU Municipal: Índice de Bem-Estar Urbano**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Disponível em: https://ibeu.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/05/Indice_de_bem-estar_urbano.pdf.

Villaça, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012, 295p.



CULTURA DA CRIATIVIDADE E ESPETACULARIZAÇÃO URBANA NA SOCIEDADE NEOLIBERAL: NOTAS SOBRE A IMAGEM DA CIDADE DE ARACAJU/SE.

 Ewerthon C. J. Vieira¹

A cidade como mar de afetos: “Ninguém está entediado, tudo é entediante”²

PARA QUEM SE INTERESSA em compreender os fenômenos urbanos e culturais, os estudos sobre as cidades implicam, em algum nível, no desafio de interpretar as várias nuances da vida social. Neste sentido, as significações culturais e as imagens oficiais que enunciam uma cidade dizem respeito a muitos processos que variam e se relacionam historicamente. Muitas vezes acabam por convergir e ou subsumir teias de acontecimentos mais amplos e complexos. As transições dos modos políticos e econômicos sob o qual as cidades têm sido planejadas e geridas se relacionam, por exemplo, com as formas culturais e afetivas do

¹ Doutor em Sociologia (PPGS-UFS). Professor de Sociologia do CODAP-UFS e professor colaborador do DCS-UFS. Pesquisador e Vice-coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais da UFS. E-mail: ewerthonclauber@yahoo.com.br.

² Título do ensaio de Mark Fisher que compõe o livro “Realismo Capitalista. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?” (2020). O ensaio de Fisher foi inspirado no espetáculo teatral chamado We Are All Very Anxious (Estamos todos ansiosos), organizado pelo Institute of Precarious Consciousness (Instituto da Consciência Precária).



novo capitalismo (Boltanski e Chiapello, 2009; Sennett, 2019), recorrentemente datado a partir dos anos de 1970.

Segundo observa Mark Fisher (2020), passamos do “tédio” para a “ansiedade”, assim como transformamos o modo de produção fordista em uma forma flexível, instável e precária. Não se trata de defender em si o tédio, mas de perceber como as demandas críticas sobre este sentimento foram incorporadas e apropriadas por uma nova ordem social capitalista, muito mais do que pelas perspectivas progressistas que constituíram os movimentos insurgentes dos anos de 1960. Nesta esteira, a pauta do “direito à cidade”, pleiteada como espaço de igualdade de direitos e deveres fundamentais, como moradia, trabalho, saúde, educação, participação política etc. tem sido substituída por **planejamentos estratégicos** (Vainer, 2009) fundados em técnicas de *city marketing*, que objetivam construir melhores formas de se vender financeiramente os espaços e as práticas culturais locais.

Não por acaso, as lógicas de produção urbana contemporânea, parecem corroborar essa transição afetiva, diagnosticada no curto ensaio de Mark Fisher (2020), intitulado “Ninguém está entediado, tudo é entediante”. O tédio seria o afeto que diz respeito a uma organização social excessivamente burocrática, mecânica e de pouca mobilidade socioeconômica. Ela se aproxima aqui ao contexto paradigmático do “direito à cidade”, em que a referência de um capitalismo industrial habilitaria dispositivos de gestão das desigualdades constituintes ao modelo produtivo. Já a ansiedade representa o sentimento da falta de garantias e insegurança material, própria da sobrevivência individual. Neste cenário de instabilidade e precariedade socioafetiva, o paradigma urbanístico vigente insinua uma necessidade contínua de alto qualificação e especificação da imagem da cidade, através de políticas urbanas e culturais competitivas no mercado de **reestruturação produtiva** (Harvey, 1994; 2005).

Neste texto, busco refletir sobre as lógicas produtivas e as imagens da cidade no capitalismo contemporâneo. A meu ver, mesmo quando



deixa de ser apenas retórica, o constructo da “cidade criativa”, reafirma-se circunscrita ao que Pierre Dardot e Christian Laval chamaram de “nova razão mundo” (Dardot e Laval, 2016). Nesta perspectiva, a “nova racionalidade neoliberal” ordena a produção urbana contemporânea, através da valoração de atributos abstratos como diversidade, liberdade, criatividade e inovação. Mas apesar destes esforços “estratégicos” (Certeau, 1998; Vainer, 2009) dos planejadores e construtores oficiais das cidades, não se observa contribuições para a efetiva produção de emancipação social, muito menos para o desenvolvimento urbano pautado nos básicos fundamentos do “direito à cidade” (Lefebvre, 2008). Sendo assim, diante deste paradigma é possível apreendermos importantes elementos que tornam ainda mais complexa a contínua busca de governos locais na formação de imagens positivas sobre as cidades, tendo em vista, sobretudo, os processos de “justificação” (Boltanski e Chiapello, 2009) e “espetacularização urbana” (Vieira, 2016) que passam a constituir uma espécie de “cultura da criatividade”.

Em face desse exercício reflexivo de aproximar leituras sobre neoliberalismo e as lógicas produtivas que objetivam enunciar imagens atrativas das cidades, a capital de Sergipe, Aracaju, expressa um objeto empírico em construção³. Ou seja, considerando sua imagem oficial de “Cidade humana, inteligente e criativa”, estendo algumas notas argumentativas possíveis, entre as elaborações teórico conceituais referidas e esta dimensão exploratória sobre Aracaju/SE.

No primeiro momento apresentarei a discussão sobre o conceito de “cidade criativa”, passando pela origem e usos contemporâneos até sua tendência de universalização, que proponho ser lida como própria desta

³ Em agosto de 2020, iniciei como coordenador um projeto de Iniciação Científica, intitulado “Políticas urbanas e imagens da cidade: Aracaju, cidade humana, inteligente e criativa?”. Com atividades coletivas que envolvem estudantes de graduação, professores e demais interessados nos estudos urbanos e culturais, temos articulado interpretações sobre as lógicas de produção urbana contemporânea com o emblema imagético da cidade de Aracaju. Com efeito, algumas ideias aqui desenvolvidas resultam destes agradáveis encontros de troca e reflexão.



espécie de “cultura da criatividade”. Na segunda parte irei expor como a “nova racionalidade do mundo” (Dardot e Laval, 2016) se caracteriza como paradigma vigente de uma sociedade marcada pelos fundamentos neoliberais de produção e subjetivação. Em específico discutirei como a “razão neoliberal” (Hilário, 2020) opera na lógica das políticas urbanas e imagens das cidades, constituindo processos de “justificação” (Boltanski e Chiapello, 2009), “espetacularização” (Vieira, 2016) e “smartificação urbana” (Morozov e Bria, 2019). Por fim, com base no levantamento documental acerca da imagem oficial da cidade de Aracaju/SE, apresentarei algumas notas interpretativas sobre as circunstâncias empíricas locais e as tendências gerais destas lógicas de produção urbana.

Sobre a nau da *criatividade*: Origem e usos do conceito de “cidade criativa”

Após mais de duas décadas da publicação de *The Creative City – a Toolkit for urban innovators* (1994) (“A Cidade Criativa: Um Kit de Ferramentas para Inovadores Urbanos”), de autoria de Charles Landry, as controvérsias em torno do conceito de “cidade criativa”⁴ cresceram, mas não o suficiente para afundar esta perspectiva comumente apresentada como inovação de planejamento e gestão urbana contemporânea (Vivant, 2012; Seldin, 2017). Ademais, no começo dos anos 2000, o paradigma da “cidade criativa” ganhou um importante agente fomentador para sua consolidação. Com as publicações de “A ascensão da Classe Criativa” (*The Rise of The Creative Class*) e “Cidades e a Classe Criativa”

⁴ Em 1995, Charles Landry, em coautoria com Franco Bianchini, publicaram *The Creative City*, reforçando a perspectiva já defendida por Landry. De fato, nos registros que pude levantar, o primeiro projeto destinado a fomentar uma cidade criativa ocorreu em 1990. Foi feito justamente por Charles Landry para a cidade de Galsgow. Conforme observa o próprio Landry (2013), o pressuposto fundamental neste primeiro projeto já residia no axioma de que sempre há um potencial a ser revelado em cada cidade.

⁵ A publicação original desta obra data o ano de 2002. Em 2011 houve uma primeira tradução para português, pela editora LPM. A partir de agora farei menção ao exemplar em português.



(*Cities and the Creative Class*), do economista norte americano Richard Florida, se buscou “justificar” (Boltanski e Chiapello, 2009) cientificamente como o fomento do capital humano se realiza mediante espaços e uma cultura planejada.

Com base em um restrito diagnóstico empírico, Richard Florida (2011) sistematizou uma generalização polêmica, acerca do que ele denominou por “classe criativa”, que, de modo superficial, pode ser entendida como o conjunto de indivíduos altamente qualificados e produtores de ideias. Para Florida, a força de trabalho é classificada em três tipos: “Centro Hipercriativo”; “Profissionais criativos” e “Profissionais de serviços”⁶. Os dois primeiros tipos constituem efetivamente a chamada “classe criativa”. Esta noção se ancora numa base de índices⁷ conhecida como “teoria dos 3 T’s” (talento, tecnologia e tolerância). No âmbito do “talento”, se busca evidenciar o número de pessoas com qualificação, notadamente ensino superior e mestrado completos. O tópico “tecnologia” indica o número de diplomas técnicos. E a “tolerância” é subdividida em outras três dimensões, que dizem respeito ao nível de diversidade (taxas de imigrantes que vivem na cidade), presença da comunidade homossexual (notadamente a partir do quantitativo de casais homossexuais, o que gerou o polêmico “índice gay”⁸) e a boêmia artística.

⁶ No “Centro Hipercriativo” estão “cientistas, engenheiros, professores universitários, poetas, romancistas, artistas, atores, designers, arquitetos, líderes visionários, escritores de não ficção, editores, personalidades culturais, pesquisadores influentes, críticos e outros formadores de opinião”; Entre os “Profissionais criativos” estão o “pessoal de tecnologia da informação (TI), indivíduos na área de serviços financeiros, profissionais da saúde, advogados e administradores de empresa”; E os “Profissionais de serviços”, que é considerada uma força de trabalho importante, mas de uma classe secundária, inclui garçons, atendentes de redes de fast-food, empregados domésticos etc. (Florida, 2011, p. 69).

⁷ Para validar seus polêmicos argumentos de seleção/exclusão, Florida (2011) utiliza-se de um conjunto de índices, igualmente controversos, como os “índice gay” e o “índice da boêmia”. De acordo com a tese do autor, quanto maior o registro destes índices mais desenvolvida é a cidade.

⁸ Conforme adverte Elsa Vivant (2012, p. 14), “tomar o gay como símbolo do indivíduo criativo é algo que joga com os preconceitos segundo os quais os homossexuais são diferentes e vivem de outra maneira. De certa forma, o gay representa a figura do indivíduo hipermoderno, que inventa sua própria vida e seu próprio modelo, fazendo malabarismos com as normas e as regras legislativas”.



De fato, conforme observa Elsa Vivant (2012), quando Florida sugere o cruzamento destes dados elencados pelos indicadores acima, é possível inferir alguma avaliação quantitativa sobre o conceito de tolerância, o que, com efeito, contribui na retórica de autopromoção das cidades como a mais “criativa”, “inteligente”, “boêmia” e “*gay-friendly*”. Não se tratam, contudo, de atributos que se invalidam, mas que se agregam. Sendo assim, a noção de criatividade comumente pode se relacionar com a alta tecnologia, para citar outra tendência de construção das imagens das cidades, conhecida como “smartificação urbana” (Morozov e Bria, 2019).

Diante disso, segundo Florida, o foco das intervenções urbanas e culturais deveria ser o de atrair e oportunizar o estabelecimento da “classe criativa”. Ou seja, não se trata de conceber um espaço como resultado da vida praticada, mas como projeto, tecnicamente preparado, para alcançar determinados sujeitos potencialmente criativos. Nesta esteira de busca pelo suposto *ethos criativo*, o que os gestores urbanos deveriam fazer seria fomentar a realização desta “essência”, de modo a deslocar a marginalidade cultural da criatividade para o centro dos planejamentos estratégicos.

Conforme observa Claudia Seldin (2017), todas estas supostas novidades de planejamentos urbanísticos vêm sofrendo transformações históricas, que vão do “planejamento cultural estratégico”, advindo no final dos anos de 1970, para o “planejamento estratégico criativo”, consolidado a partir dos anos 2000, quando o ideário plástico da “criatividade” se tornou ainda mais conveniente. Na medida em que autores/consultores urbanos, como Landry, Bianchini e Florida, identificaram potencialidades nas manifestações e práticas culturais espontâneas das cidades, passaram eles mesmos a postular a própria regulação do espontâneo, instrumentalizando a originalidade e a inovação a ponto de inventar, inclusive, particularidades. (Vivant, 2012; Seldin, 2017). Para Seldin (2017), reside aqui uma contradição lógica. Se o ponto forte perpassa aquilo que não é planejado e dirigido, o exercício de controle implicaria contrassenso.



Contudo, a meu ver, os referidos consultores urbanísticos mantêm-se coerente é com a possibilidade mercantil de suas ideias e projetos. Se isso, efetivamente, propicia a valorização e o desenvolvimento local, parece não importar na prática. Essa discursividade, portanto, se espelha em um exercício concreto que potencialize plataformas políticas dos gestores contratantes, além da circulação de capital para um seleto grupo de agentes privados. Desta maneira, todos os demais efeitos negativos desta lógica de produção urbana acabam por tender a serem subsumidos, em virtude do empenho na geração de valor e prestígios políticos aos adeptos do paradigma da criatividade. Nesta perspectiva, corroboro com Seldin quando afirma que:

[...] a noção de “cidade criativa” surgia como nada mais do que uma nova etapa do *marketing urbano* e do processo de venda da imagem da cidade – um novo slogan a ser explorado na competição global, agora com ênfase na inovação como motor da produção (Seldin (2017, p. 72).

Segundo o balanço feito pelo próprio Landry, no livro “Origens e Futuros da Cidade Criativa” (2013), as problematizações negativas que evidenciam insuficiências a respeito da noção de “criatividade” e “cidade criativa” devem-se a dois fatores: o uso excessivo e o uso negligente do conceito. Para Landry (2013), por um lado, na esteira da moda global, muitas cidades querem se autodefinir criativas, sem fazer nenhum trabalho de planejamento cultural, urbano e político para isso. Aqui se pauta o desejo por se inserir no *hall* do prestígio das agendas globais de financiamento sem nenhum esforço concreto de transformação e trabalho. Por outro lado, a “criatividade” operada em muitos casos não contemplam o enfrentamento de problemas sociais existentes. Neste aspecto, o autor destaca que não é possível construir um cenário propício de **revelação** da “criatividade” e do desenvolvimento local sem levar em conta a maioria das pessoas que não possui inerentemente capacidades percebidas como criativas. É como se todos pudessem ser úteis e rentáveis à sua maneira.



De qualquer forma, em ambas as situações, o autor não titubeia por reafirmar que na dinâmica das transformações sociais em curso, desde a década de 1960, há sempre “perdedores” e “vencedores”. Com esta perspectiva, Landry não só fala sobre a alteração das formas sociais vigente (da sociedade industrial à sociedade do conhecimento, da microeletrônica, da criatividade, do consumo), como também opera uma naturalização dos mecanismos de perpetuação da lógica capitalista, forjados pela “racionalidade neoliberal” (Dardot e Laval, 2016), tais como a intensificação da concorrência, soberania do mercado e responsabilização individual e personificada do “sucesso” ou do “fracasso”.

A existência de uma “crise” (que se vincula ao declínio econômico da era industrial, acompanhada de uma mudança de comportamento e valores no mundo do trabalho) é um dos principais pressupostos para a realização das intervenções “criativas”. Para apresentar esta categoria difusa e flexível, Charles Landry (2013) destaca que há duas dimensões em curso. Uma diz respeito as chamadas “agendas básicas” e a outra aos denominados “movimentos de pensamento”. Na primeira, podemos entender um conjunto de pautas que concretamente se espraiam nas principais agências de financiamento e plataformas de governos. A segunda se refere ao modo interpretativo que se impõe como adequado às mudanças necessárias para a “evolução” das formas sociais vigentes.

Neste sentido, a referida “crise” precisaria ser enfrentada com “inconformismo” (Landry, 2013, p. 06). Isso quer dizer, que atributos como “curiosidade”, “imaginação” e “criatividade” são “apropriados”⁹ (Vieira, 2016) como pilares culturais sensíveis as novas demandas do mundo social. Na noção de “liberdade criativa”, defendida por Landry, subjaz

⁹ Considero que na noção de “apropriação cultural” (Vieira, 2016) há um dos aspectos fundamentais para a dinâmica conflitiva da configuração urbana contemporânea, sob a qual a dissimulação, especulação e mercantilização cultural, própria da espetacularização das cidades, expressa o modo em que determinadas práticas e narrativas locais são instrumentalizadas pelos construtores oficiais das cidades, como forma de potencializar o caráter mercantil e atrativo da imagem cidadina, em face da acirrada *competição interurbana* (Harvey, 1994; 2005) existente.



o entendimento de que para as cidades (leia-se: gestores, moradores, empreendedores, indivíduos criativos), o que é necessário é fomentar o exercício da “revelação” da criatividade, demandada “naturalmente” pela sociedade contemporânea.

Todavia, considerando a lógica evolutiva que pauta este paradigma produtivo neoliberal, ocorre que a própria noção de “criatividade” teria entrado em crise no final da primeira década do século XXI, o que leva a crer que a criatividade não é um atributo estável, mas contínuo. Para Malcolm Miles (2012), de fato, desde a crise financeira de 2008, o ideário de “cidade criativa” tem sofrido questionamentos mais cruciais a respeito do seu conteúdo implícito, notadamente sobre a lógica de expulsão e segregação de usuários não identificados como potenciais consumidores e ou empreendedores urbanos. Nesta perspectiva, quando não se exclui efetivamente sujeitos e práticas culturais não convenientes ao mercado turístico cultural, acaba-se por assimilá-las de modo seletivo. Para Milles (2012: 17),

Assim, a cidade cultural aloja a classe criativa num ambiente de afluência e aparato. É uma cidade de exibição. Na sua economia simbólica e de marca, até a vida de rua e as disputas do espaço são reacondicionadas – como aconteceu com os grafiteiros, integrados no mercado de arte. Isto demonstra a função de policiamento brando da cultura, que, em vez de banir uma atividade, a integra numa nova categoria, tornando inofensivo o seu conteúdo. Se os grafiteiros foram, em tempos, consoante a perspectiva, quer uma voz para os que não têm voz, quer uma praga, hoje em dia são uma mercadoria.

Quando se observa estes fenômenos para além da narrativa discursiva sobre a crise, como é o caso concreto do colapso econômico de 2008, o que percebemos é que, na maior parte dos lugares, a alteração de usuários passa a ser uma solução de atendimento duplo. Por um lado, contribui para retomar áreas “não produtivas” para o capital. Por outro se sustenta a inadequação de antigos moradores e usuários.



Em face deste duro diagnóstico, Malcolm Miles (2012) sugere que pensemos em um contexto de construção crítica de “cidades pós-criativas”, sob o qual chegaria o momento das “[...] pessoas começarem a opor resistência, rejeitando a despolitização da sociedade engendrada pelo neoliberalismo” (Miles, 2012: 25). Vale ressaltar que Seldin (2017), convergindo com essa inclinação crítica de Miles, identifica a importância das resistências diante deste modelo de produção urbana, em que muitas vezes os próprios indivíduos qualificados como “criativos” acabam por ser excluídos e ou precarizados em suas condições de sobrevivência na cidade.

Segundo Landry (2013), ainda na suposta avaliação autocrítica de sua formulação teórica, embora os fundamentos da cidade criativa sejam convincentes, os usos estariam gerando um paradoxo, sob o qual quanto mais se utiliza a imagem (retórica) da criatividade, menos ela é praticada. A meu ver, a dimensão paradoxal tem outra explicação, pois é na medida em que se efetiva a generalização pretendida discursivamente pelo ideário de “cidade criativa” que se torna mais evidente sua caracterização especulativa, segregadora e desigual. Mas diante da impossibilidade deste reconhecimento, o que os estrategistas urbanos neoliberais reafirmam é a necessidade de “melhor” e “maior” prática “criativa”. Desta maneira, podemos depreender a existência referencial de uma espécie de “cultura da criatividade”, sutilmente apresentada como horizonte normativo, que continuamente, os planejadores e gestores urbanos precisam alcançar. Afirma Landry, (2013, p. 9):

O conceito de Cidade Criativa se tornou controverso. Por conta de seu uso excessivo, é perigoso que a noção de criatividade resulte em algo sem fundamento e irreal. Alguns se preocupam com o fato de ela estar bastante na moda, aplicada irrefletidamente, sem um entendimento detalhado de seu potencial. Consequentemente, **as pessoas ficam entediadas e pensam na “próxima grande novidade”: “a cidade do aprendizado”, “a cidade habitável” ou a “cidade inteligente”**. (grifos meu)

Semelhante a um produto cultural de consumo, é como se Landry chegasse a reconhecer que o referencial da cidade criativa estaria sob o risco de também se submeter a lógica da obsolescência programada do mundo das mercadorias capitalistas. A cidade passa a ser lida em uma metáfora realista de afetos, que, não aleatoriamente, nos faz lembrar da relação inicialmente proposta por Mark Fisher (2020), quando observa as características sociais contidas na transição afetiva que vai do tédio a ansiedade. A consequência lógica disto é que na suposta incapacidade de cultivar o tédio, se experiencia impositivamente a ansiedade da contínua enunciação empreendedora de si mesmo. Essa análise que leva em conta o impacto da produção de subjetividade a partir de modelos de planejamento e gestão urbana pode ser lida através da mudança que vai da “sujeitificação da cidade à objetificação do indivíduo” (Seldin, 2017). Conforme Seldin destaca em seu trabalho (2017, p. 86).

A observação de Krätke a respeito da subjetividade do conceito de “criatividade” é interessante pois nos leva a constatar que a noção de capital criativo acaba por implicar uma simplificação da essência humana e, até mesmo, em sua materialização. [...] mencionamos a tendência do “planejamento cultural estratégico” dos anos 1970-1990 em “sujeitificar” a cidade; o que percebemos com o advento da estratégia criativa é uma instrumentalização do próprio humano, sua “coisificação”. Essa tendência das estratégias políticas e econômicas que implicam a inversão dos papéis – em cidades que se tornam sujeitos e homens que se tornam objetos – certamente merecem ser analisadas e debatidas no momento contemporâneo. [...] Neste sentido, a criatividade ao invés de espontânea, acaba predeterminada através de categorias e setores econômicos rentáveis em um esquema de perversão do conceito original de originalidade e autenticidade. No âmbito do planejamento, observamos que este novo paradigma acaba surgindo como mais um jargão urbano utilizado para justificar projetos e políticas que atendem a interesses específicos dos detentores do capital. A criatividade começa a somar-se a termos como “sustentabilidade”, “legado social”, “diversidade cultural”



ou “multiculturalismo” – que vêm sendo despidos e esvaziados de seu conteúdo devido ao uso repetitivo para justificar políticas públicas e projetos urbanos e arquitetônicos.

Nas águas da concorrência: desempenho e competição como nova racionalidade urbana

Segundo Pierre Dardot e Christian Laval, na obra “A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal” (2016)¹⁰, há uma nova racionalidade moldando as sociedades ocidentais. Proponho, em acordo com os autores, compreendê-la como correspondente as lógicas de produção e gestão urbana contemporânea. Para tanto, é fundamental identificar como essa modulação se caracteriza e se diferencia em relação a razão moderna que constituiu o desenvolvimento do capitalismo clássico e seu respectivo processo de urbanização.

Para Dardot e Laval (2016), esta nova racionalidade é neoliberal e precisa ser apreendida a partir do estabelecimento de quatro importantes caracterizações: a primeira é que o mercado não é um dado natural, como pensou o liberalismo clássico. Sendo assim, ele deve ser construído e pautado sobretudo pela concorrência, não pela troca; a segunda é que é preciso construir um ordenamento, sob o qual as empresas, mas também o Estado possam seguir as regras concorrenciais inerentes ao referido mercado; a terceira é que o Estado atua como garantidor da “ordem-quadro”, ao mesmo tempo que funciona como agente ativo e submetido a mesma regra dessa referida ordem; a quarta característica é que tanto o Estado, quanto os indivíduos se constituem como jogadores da “ordem-quadro” concorrencial. Assim, indivíduos e instituições, como por exemplo o Estado, legitimam e viabilizam as regras do jogo, na medida em que se constituem como jogadores ativos deste ordena-

¹⁰ Este livro foi publicado originalmente em Paris-França, entre os anos de 2009 e 2010. O título original é *La Nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*.

mento concorrencial. Neste “prolongamento da governamentalidade neoliberal” (Dardot e Laval, 2016) se esgarça a forma pela qual a vida social funciona como uma empresa, e todo indivíduo deve se realizar como sujeito empreendedor de si mesmo (Vieira, 2020a).

A “racionalidade neoliberal” torna-se assim a nova “razão mundo”, pois sua generalização construída e induzida afeta de instituições a indivíduos, submetendo-os como atores ativos em sua própria objetivação contínua de empreendedores de si. Essa nova racionalidade do mundo ocorre na justa medida em que a democracia liberal se esgota como norma política. Em outro âmbito, se elimina a figura do “cidadão” como indivíduo de direitos e deveres, responsabilizado dentro de uma coletividade, para dar lugar aos atores auto empreendedores. No limite, conforme bem sugeriu Leite (2016), a ampliação da mercantilização da vida urbana, nessa “sociedade do consumo”, ocorre em acordo com a mercantilização do indivíduo, tomado não mais pelo seu valor, mas sim pelo “valor-ser”. Sendo assim, não parece fazer mais sentido pensar no “direito à cidade”, mas na sua capacidade crítica de criação e empreendimento sociocultural.

Nesta perspectiva, considero que há em curso uma “nova racionalidade urbana” dominante, sob a qual se “reestruturam” (Harvey, 1994; 2005) a forma em que as cidades são produzidas, geridas e vivenciadas. Através da égide da “criatividade”, subsumimos às clássicas políticas urbanas por um ordenamento político “estratégico e criativo” (Seldin, 2017; Vieira, 2020a). Assim, as cidades passam a serem planejadas e intervindas como suscetíveis a se descobrirem em sua potencialidade produtiva. A cidade agora, ainda mais, precisa se empreender. Essa substancialização conferida a complexidade da vida urbana não opera uma transição da “sujeitificação da cidade” para a “objetificação do indivíduo”, conforme sugeriu Claudia Seldin (2017) em seu trabalho, mas realiza uma dinâmica em que ambos os processos se retroalimentam.

Segundo sublinham Francisco Fonseca e Lúcio Viana (2020), no âmbito urbano, sobretudo das metrópoles, essa dinâmica neoliberal



se realiza através de uma governança privatizante, operada por Organizações Sociais (OSs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips). Com os “contratos de gestão”, se impõe ao Estado lógicas privadas, que se apresentam como exemplares de eficácia gerencial tal qual se anunciam ideologicamente nas Parcerias Público Privadas (PPPs). Por essa razão, Fonseca e Viana (2020) reafirmam o entendimento de que o neoliberalismo é um sistema complexo que normatiza a vida social do ponto de vista ideológico, político e econômico. Reiteram também que há efeitos subjetivos e estruturais desse sistema, especialmente em sua versão contemporânea, radicalizada pró-mercado.

Com base nessa leitura, Fonseca e Viana (2020) depreendem que, portanto, a governança neoliberal se opõe a plataforma de direitos sociais paucitadas historicamente pelo modelo de Estado de Bem-Estar Social. De fato, na análise empírica das políticas urbanas brasileiras dos últimos anos, isso se apresenta de maneira elucidativa. No entanto, em uma análise histórica mais ampla, talvez seja mais pertinente observarmos que o neoliberalismo não se constitui, em si, como um modelo negacionista do Estado nem de toda a ideiação keynesiana, mas antes, conforma-se como face adequada as exigências capitalistas contemporâneas. Por essa via é que Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior (2013), suscitam a noção de um “keynesianismo neoliberal”, como forma de revelar os imbricamentos do Estado, das intervenções urbanas, das políticas públicas e do mercado¹¹. Para os autores (Ribeiro e Santos Junior, 2013, p. 28)

Pode-se colocar como hipótese de reflexão a reconstrução da coalisão conservadora que vinha comandando a expansão do capitalismo brasileiro desde os anos 1950, calcada no tripé capital

¹¹ É válido dizer que assim como Fonseca e Viana (2020), Ribeiro e Junior (2013) estão considerando empiricamente o contexto brasileiro de preparação e realização dos megaeventos esportivos, como Copa das Confederações, Copa do Mundo (ambos eventos da FIFA) e os Jogos Olímpicos. Nessa perspectiva, a análise dos modos em que as cidades são planejadas e geridas se tornam fundamentais para revelar as novas lógicas de produção urbana, cunhadas pela financeirização neoliberal.



internacional/Estado/capital nacional, agora sob a hegemonia do capital financeiro (internacional e nacional) e de sua lógica, com o reforço e internacionalização de grandes grupos econômicos nacionais. Este seria o fato mais relevante para compreender o paradoxo do período vivenciado pelo Brasil, em que o Estado intervém fortemente na economia, mas num padrão que poderia ser identificado como keynesianismo neoliberal.

Em face disso, é importante lembrarmos como nacionalmente, o Estado brasileiro se afirmava de modo positivo por conseguir angariar o direito de ser sede de um conjunto de megaeventos esportivos. A nível das estruturas administrativas estaduais e municipais, essa narrativa era igualmente fomentada pelos gestores políticos e agentes privados, que atuavam como verdadeiros “construtores oficiais das imagens das cidades”, que sediaram os jogos dos referidos megaeventos. Tudo se passava como uma verdade inquestionável, sob a qual o ideário fetichista e “espetacular” da “oportunidade única” fatalmente levaria as cidades para significativos crescimentos socioeconômicos (Vieira, 2016). Complementam Ribeiro e Santos Junior (2013, p. 28):

No âmbito nacional, são implementadas políticas neo-keynesianas, que reconstróem as condições da circulação do capital e da força de trabalho, ao mesmo tempo que subordinam as decisões em torno da utilização dos recursos do fundo público à lógica do mercado e aos interesses dos grandes empresários. Além disso, são adotadas políticas de ativação da demanda efetiva, via a criação e a expansão do crédito ao consumidor, transferência de renda, aumento real do salário-mínimo, etc., expressando políticas redistributivas que incidem sobre as condições de reprodução social. No âmbito local é que as políticas neoliberais parecem emergir com toda a força, resultando no padrão aqui identificado como keynesianismo neoliberal.

Para Leomir Hilário (2020), é fundamental considerarmos que a “razão neoliberal” resulta das transformações históricas do próprio ca-



pitalismo. Aqui o autor se alinha a importantes teses (Brenner, 2006; Menegat, 2019) que compreendem que o neoliberalismo não opera uma ruptura ao Estado Social Keynesiano, mas sim uma continuidade nefasta. Isso quer dizer que a referida racionalidade neoliberal funciona como uma espécie de dispositivo técnico de instrumentalização da vida social à lógica colapsada de geração de valor¹² (Kurz, 2018).

Entretanto, segundo argumenta Hilário (2020), esta funcionalização da “razão instrumental neoliberal” já teve sua ascensão, marcada até o final da última década do século XX. Atualmente, o que experimentamos diria respeito ao seu declínio, contexto no qual observa-se um esgarçamento do quadro de “barbárie social” (Menegat, 2019). De fato, a leitura não é que simplesmente uma forma social é superada por outra, mas como elas são constituintes às próprias contradições lógicas do capitalismo. Dessa maneira, o diagnóstico é que a própria ascensão evidencia as condições do declínio. O fator normativo da concorrência se apresenta assim como elemento crucial para o desdobramento desse processo, pois naturalizado o ideário do **desempenho**, o “sucesso” ou o “fracasso” dos sujeitos, assim como das cidades, faz parecer que tudo só diz respeito a uma questão individual de gestão e esforço político.

Para atender as exigências esperadas por essa forma subjetiva e instrumental, acabamos por aceitar passivamente a “corrosão do caráter”, tal como sugere Richard Sennett na obra que recebeu exatamente este título “A Corrosão do Caráter. O Desaparecimento das Virtudes com o Novo Capitalismo” (2016)¹³. Ao identificar as características diferenciadas entre o capitalismo industrial e o chamado “novo capitalismo”, o autor analisou,

¹² Em face do entendimento de que há em curso uma crise estrutural do capitalismo, mediante a tendência histórica de destituição do trabalho vivo, Robert Kurz (2018, p. 57) assevera que: “A eliminação maciça do trabalho produtivo imediato não pode mais ser compensada pela produção em massa de produtos ‘barateados’, pois essa produção em massa deixou de proporcionar uma reabsorção na produção de população trabalhadora ‘tornada supérflua’ previamente noutro lado”.

¹³ A obra foi originalmente publicada entre 1998 e 1999. O título original é *The Corrosion Of Character*.



através das narrativas biográficas, mas também metafóricas de Enrico, Rico e Jeannette, as nuances que envolvem a flexibilização, liberdade de mercado e a temporalidade dos laços sociais nas relações íntimas.

Na obra “A cultura do NOVO CAPITALISMO” (2019)¹⁴, Sennett avança com essa discussão e observa que a ironia desta referida nova cultura perpassa sua capacidade de transformação e apropriação das críticas progressivas e anticapitalistas advindas da década de 1960. Isso quer dizer que os pontos positivos que se depreendem disso acabaram por realçar atributos de individualidade, autonomia, flexibilidade, proatividade, etc. Não obstante, todos estes valores constituem pilares ideológicos da racionalidade neoliberal, que, como vimos, também protagoniza efeitos negativos como a precariedade das condições do trabalho e de toda a vida social, na medida em que o nível de descartabilidade desta nova sociedade do consumo produz uma subjetividade de **desempenho** e desencanto.

Nesse mal-estar civilizacional, parece que nos tornamos incapazes de imaginar um outro mundo, ao passo que toda a responsabilidade de êxito se torna individual. A contradição perversa é que em face disso o que se observa é que, socialmente, os indivíduos tendem a individualizar uma trajetória sem lastro concreto de realização de horizontes promissores. Assim, segundo Sennett (2019), a nova cultura do capitalismo fez emergir junto com ela uma nova percepção de “narrativa”, “utilidade” e “perícia”. Na ideia de “narrativa” Sennett elabora o valor crítico que representa a relação de temporalidade e como isso se transformou implicando em uma carência que precisa ser atendida para que os indivíduos possam voltar a vislumbrar horizontes edificantes. Aqui consta a complexidade da dinâmica entre estabilidade/instabilidade. Na noção de “utilidade”, o autor elabora a questão da funcionalidade e adequação da qualificação adquirida pelos indivíduos, que diante do novo

¹⁴ A obra foi originalmente publicada em inglês, no ano de 2006. O título original é *The Culture Of The New Capitalism*.



capitalismo, tornou caduca boa parte das competências anteriormente importantes. Aqui se destaca o exercício contínuo das capacitações e como essa mudança submete os indivíduos a transitarem de um perfil artesanal para o meritocrático. Em contraponto aos múltiplos e superficiais saberes, Sennett reflete a noção do valor crítico da “perícia”, que diz respeito a objetividade do compromisso e durabilidade dos projetos.

Dessa maneira, é possível considerar que o preço pago pelo pleito irrestrito contra a burocracia das instituições do capitalismo tradicional foi que, a um só tempo, a liberdade e a individualidade se constituíram como “prisão” e “lar”. Afirma Sennett (2019, p. 166-167):

As novas instituições, como vimos, não são menores nem mais democráticas; pelo contrário, o poder centralizado foi reconfigurado, separando-se o poder da autoridade. As instituições são capazes de inspirar apenas uma lealdade débil, diminuindo a participação e a mediação de comandos, gerando níveis baixos de confiança informal e níveis altos de angústia com a inutilidade. No cerne dessa degradação social encontra-se um arco encurtado de tempo institucional; para chegar às instituições de ponta, foi necessário capitalizar as relações humanas superficiais. Esse mesmo arco de tempo encurtado desorientou os indivíduos em suas tentativas de planejar estrategicamente suas trajetórias de vida, ao mesmo tempo diminuindo a força disciplinadora da antiga ética do trabalho baseada na gratificação postergada.

Esse recurso argumentativo a um atributo humano, historicamente negligenciado pela burocracia e dinâmica enrijecida do capitalismo industrial de massas, acabou sendo “apropriado” (Vieira, 2016) e convertido em um tipo específico de “justificação” capitalista neoliberal, conforme também notaram Boltanski e Chiapello, em “O novo espírito do capitalismo” (2009)¹⁵. Desse modo, a nova “racionalidade neoli-

¹⁵ A obra foi originalmente publicada em francês, no ano de 1999, o que expressa a contemporaneidade analítica dos autores com os argumentos de Richard Sennett aqui mobilizados. O título original é *Le nouvel esprit du capitalisme*.

beral” (Dardot e Laval, 2016) ressignifica direitos e deveres concretos em abstrações “justificadas” (Boltanski e Chiapello, 2009) por ideários de “motivação”, “estímulo” e “incentivo” à “inovação”. Por **justificação** os autores entendem o modo pelo qual se estabelece a legitimação do atual estágio normativo do capitalismo.

Quando esta dinâmica se estende as lógicas de produção urbana contemporânea, o que ocorre é que, no máximo se obtém impactos que podem afetar os níveis de gerenciamento político do capital, mas não sua raiz produtiva em si (Vieira, 2016; 2018). Nessa esteira, no âmbito das cidades, além dos mecanismos de **justificação** (Boltanski e Chiapello, 2009), entendo que é sobretudo através dos processos de **espetacularização** (Vieira, 2020a) e **smartificação urbana** (Morozov e Bria, 2019) que se realiza a nova racionalidade neoliberal.

Como tenho argumentado (Vieira, 2016; 2018; 2020a; 2020b), por **espetacularização urbana** entendo a incidência de um processo normativo, especulativo e dissimulado de mercantilização da vida cidadina. Neste, construtores oficiais das imagens da cidade (poder público e agentes privados locais) se propõe a atrair investimentos financeiros, através da gerência da “política às avessas”¹⁶ e construção de “espaços de consumo”¹⁷,

¹⁶ Com base na noção de “política”, desenvolvida por Jacques Rancière (1996), sugiro que nas lógicas de produção urbana contemporânea, tem ocorrido um processo avesso, sob o qual a participação e concessão de direitos a determinadas camadas sociais das populações locais são negados. Sendo assim, não se efetiva uma reparação daqueles que historicamente tiveram sua parte expropriada, mas sim uma “apropriação” consensuada por formas aparentes e espetaculares de inclusão. O campo empírico específico que sustentou essa sugestão conceitual foi a cidade de Salvador (BA), no contexto de preparação e realização das Copas da FIFA de 2013 e 2014. Em trabalhos anteriores, explorei melhor como esse entendimento reforçava a narrativa de “oportunidade única” difundida pelos construtores oficiais na capital baiana. (Vieira, 2016; 2018).

¹⁷ Considero que os “espaços de consumo” são configurações espaciais e narrativas, que resultam de **apropriações** locais seja de **um espaço público** ou de um lugar (Leite, 2007), a fim de tornar mais incisivo o consumo em forma de lazer (Vieira, 2016). As características desta específica maneira de **espacialização** (Fortuna, 2013) da cidade e alguns de seus desdobramentos foram mais bem desenvolvidos em outros trabalhos (Vieira, 2018; 2020b), em que destaquei nuances dos usos, fundamentalmente marcados pela especulação imobiliária, atividade turística e de entretenimento local, no fomento da produção de uma cidade a ser espetacularmente vendida.



dinamizados em torno das “(re) apropriações” de práticas e atores culturais locais.

A noção de “espetacularização urbana” deriva da reflexão em torno da ideia de “espetáculo” em Guy Debord (1997)¹⁸ e “espetacularização da cultura” de Rogerio P. Leite (2008). Com ela, sugiro o entendimento de como se pauta a normatização da cidade, suscetível a investimentos financeiros e práticas de consumo, relacionadas sobretudo ao mercado turístico. A meu ver, é mediante o constructo de “espaços de consumo”, conciliados com a reificação das práticas culturais e costumes locais, que se empreendem imagens oficiais da cidade, funcionalizadas para serem vendidas sobre a aparência de singularidades atrativas.

No âmbito da crítica urbanística, a ideia de “espetacularização da cidade” também foi, em alguma medida, objeto de análise de outros importantes trabalhos (Jeudy, 2006; Fernandes, 2006; Jacques, 2006). Em específico, Paola Berenstein Jacques compreende a “espetacularização” como contraponto a desejável produção de experiências urbanas corporificadas. Para Jacques (2006), nestes processos há uma tentativa de redução da participação dos atores ordinários na construção dos sentidos atribuídos a cidade. Assim, a própria “experiência urbana” é fragilizada em detrimento do empreendimento urbanístico espetacular¹⁹.

A crítica se constitui na constatação de que esse processo tende a transformar **espaços públicos** em meros **cenários urbanos**. A contraposição identificada por Jacques (2006) se dá nas **errâncias**, condutas de enfrentamentos políticos que se realizam através de três importantes pro-

¹⁸ A obra “A sociedade do espetáculo” foi originalmente publicada em 1967, com o título *La Société du spectacle*.

¹⁹ Cf. observa a autora (Jacques, 2006, p. 137-nota 19): “A espetacularização das cidades parece ter surgido com o próprio urbanismo, enquanto disciplina, com as primeiras modernizações ou embelezamentos das cidades, desde o início da disciplina urbana as cidades já estavam em competição. A cidade, para o mercado internacional, sobretudo do turismo - os *tours* turísticos são o contrário das errâncias, e o turista é o anti-errante por excelência -, se tornou uma imagem fixa espetacular, sem corpo, um logotipo.”



priedades, capazes de: ressignificar um sentido de uso do espaço, previamente normatizado (ato de **se perder**); contrapor a temporalidade do uso (ato **da lentidão**); e reafirmar sua existência física (ato **da corporeidade**).

Mesmo com especificidades analíticas, esta noção agrupa-se aos esforços de entender as práticas culturais contemporâneas. Por exemplo, no conceito de **contra-usos** sugerido por Leite (2007), temos, com inspiração na **teoria das práticas** de Michel De Certeau (1998), uma interpretação que aponta de maneira mais latente para o atributo deliberadamente político “da insubmissão nos modos de viver”²⁰ (Leite, 2018). Dessa maneira, Leite destaca como o conflito continua a ser central nas experiências urbanas contemporâneas. No seu trabalho sobre a cidade de Barcelona, depreende-se duas importantes tendências: a primeira reitera as características do conflito e do **contra-uso** em processos de enobrecimento urbano, notadamente marcados por requalificações patrimoniais; a segunda aponta para os paradigmas de construção do ideário de **smartificação e criatividade** (Leite, 2018).

A meu ver, Leite consegue ser muito preciso sobre as tendências em curso, tanto no que diz respeito ao estatuto da conflitividade, quanto das narrativas que são tomadas como novos axiomas retóricos das lógicas de produção e gestão das cidades. Nesta perspectiva, me parece que a própria noção de “antinormatividade”²¹ que propus em trabalhos

²⁰ Cf. observa o próprio autor (Leite, 2018, p. 56-57): “O conceito de contra-uso tenta avançar ligeiramente na análise das práticas sociais cotidianas na medida em que se revela também – e principalmente – no espaço próprio das relações de poder (e não apenas em suas brechas, como sugere Certeau). O *contra-uso*, assim, procede exatamente como forma de tornar mais visível e público o confronto e o desentendimento em relação à ordem normativa. Derivado da noção de tática (Certeau, 1984), o contra-uso pode ser considerado tópico porque ele implica a criação de topos na cartografia pretensamente lisa (sem obstáculos aos fluxos de produção e consumo) da cidade contemporânea.”

²¹ Considero que as práticas contestativas são dotadas de algum teor de **antinormatividade**. Assim, com base nas características “antinormativas” identificadas na pesquisa doutoral (Vieira, 2016) sobre os processos de espetacularização urbano cultural da cidade de Salvador (BA), no contexto dos megaeventos esportivos de 2013 e 2014, sugeri, como “tipos ideais”, os seguintes casos de “reapropriações culturais”: I - reapropriação cultural como contracena espetacular; II - reapropriação cultural como empreendimento popular da cultura



anteriores (Vieira, 2016; 2018) contribui para entendermos como as disjuntivas de usos ocorrem por dentro de uma lógica espetacular.

Diante das **apropriações** de práticas e espaços locais, por gestores públicos e agentes privados, vinculados ao mercado turístico e imobiliário, argumento que há **reapropriações culturais**, onde se expressam **antinormatividades**. Marcadas pela tensão em torno da esfera política e gerencial das imagens de consumo oficiais da cidade, a prática **anti-normativa** não se opõe a produção da **espetacularização urbana**. A rigor, ela se refere a característica desviante da norma estabelecida, que se expressa como uma espécie de negociação do consenso forjado, e, no limite, ressignifica os termos do “espetáculo”, mas não parece ser capaz de impedi-lo.

Nesse sentido, em acordo com Leite (2018), reafirmo a tendência de conflitividades que coexistem junto a continuidade segregadora e desigual das intervenções urbanísticas contemporâneas. Apesar das narrativas de inclusão, sustentabilidade, criatividade e inteligência, a prática de gestão e planejamento das cidades atende soberanamente a interesses privados. Para Leite (2018, p. 74),

[...] esse urbanismo repete, em menor escala e circunscrito à cidade, a falácia do projeto moderno que prometeu emancipar e tornar iguais e fraternas pessoas tão distintas umas das outras. De fato, a única igualdade que o projeto moderno realmente promoveu foi o de a todos reduzir – igualmente – a ser-valor (Leite, 2016). A negação da singularidade do espaço urbano e sua redução a uma lógica generalizada do consumo têm tornado certos espaços da cidade expressões de uma decadência cada vez mais crescente nas cidades pós-enobrecidas. E aqui talvez devêssemos retornar ao início para dizer que, apesar da exaustão do modelo de enobrecimento e suas comprováveis repercussões negativas na vida cotidiana, várias cidades continuam reproduzindo esse tipo de

reificada; III - reapropriação cultural como tática diferencial de comércio; IV – reapropriação cultural mediante a ludicidade crítica do espetáculo. (Vieira, 2018).

intervenção urbana, sempre com ares renovados e com outras terminologias. Há pelo menos quatro décadas que assistimos a semelhantes processos de intervenção urbana em sítios de alto valor patrimonial, em formas nominais variantes: revitalização, requalificação, regeneração, nobilitação, gentrification, *creative cities*, *inteligente* ou *smart cities*. Resguardadas as peculiaridades de cada uma, essas iniciativas se assemelham nomeadamente pela invasiva postura em relação a moradores nativos, pelo enfoque demasiado mercadológico no trato dos espaços e dos patrimônios existentes e, de modo geral, pela falta de qualquer pudor na instalação de mecanismos que segregam os usos dos espaços urbanos.

Segundo bem observam Evgeny Morozov e Francesca Bria (2019), os esforços por constituir *smart cities* se apresentam através de uma narrativa de **evolução social desejável**, que se materializa sobretudo pelos investimentos públicos em contratos de tecnologias urbanas. Não obstante, se estreitam aqui os fundamentos da **smartificação urbana** com os postulados da governança neoliberal, na medida em que a construção de uma “cidade melhor” se ampara na competitividade generalizada que objetiva tornar a cidade atrativa para investidores financeiros e, sobretudo, enunciar prestígio político por meio de plataformas políticas “inovadoras”.

Morozov e Bria (2019) sublinham que a motivação para adesão dos “contratos smart” pode ser classificada em dois tipos: normativas e pragmáticas. No primeiro caso, busca-se sistematizar, a longo prazo, práticas que incentivam atributos como “participação”, “inclusão política” e “sustentabilidade urbana” baseada no fomento da “criatividade”. Já do ponto de vista mais pragmático, o entendimento é que em contextos de austeridade e flexibilidade, as tecnologias digitais podem servir como solução objetiva, capaz de reduzir custos otimizando elevados **desempenhos**. Em ambos os casos, persiste um conjunto de narrativas adequadas a “nova racionalidade neoliberal” (Dardot e LAVAL, 2016), que nesse caso específico, se realiza através da “justificação” (Boltanski



e Chiapello, 2009) da segurança, traduzida com o aumento do policiamento e da vigilância de determinados espaços e setores sociais.

Embora as novas tecnologias sejam apresentadas como dispositivos neutros, a adesão e os usos que os governos locais fazem delas qualificam a inserção das cidades nos quadros concorrenciais da imagem de consumo e prestígio desejada. Sob a lógica dos *rankings*, a classificação de um bom governo parece se apartar das dificuldades objetivas que as populações locais encontram no seu cotidiano. Nesta perspectiva, a política é destituída de sua função reparadora. Agora, em seu lugar, emerge a visão imparcial e técnica, que retroalimenta a negação dos direitos fundamentais em detrimento do ideário do **solucionismo digital** (Morozov, 2020).

Ondas que vem e vão? Aracaju e a imagem de “cidade humana, inteligente e criativa”

Cidade inteligente e humana é uma evolução das primeiras iniciativas de implantação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação nas cidades, que as transformaram em cidades digitais ou conectadas, integrando todas as soluções tecnológicas disponíveis para produzir bens e serviços criativos, e, principalmente, incluindo nesse processo o cidadão, propiciando-lhe condições para que atue como cocriador de soluções e serviços. Ele agora não apenas demanda obras e serviços, ele participa da gestão da cidade²².

Desde 2017, o governo municipal de Aracaju/SE tem apostado na construção de uma nova imagem da cidade, ancorada sobre a plataforma política do “Programa Aracaju Inteligente Humana e Criativa”. Vin-

²² Trecho da apresentação do “Programa Aracaju Inteligente Humana e Criativa”, conforme consta no site oficial da prefeitura municipal de Aracaju. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/industria_comercio_e_turismo/programa_aracaju_inteligente_humana_e_criativa. Acessado em 16/02/2021.



culada à secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, este programa tem sido enunciado como transformador e capaz de inscrever a capital sergipana no *hall* das novas lógicas de produção urbana.

De fato, na proposta de governo cadastrada nas eleições de 2016, este referido programa consistia apenas em um dos 5 eixos da candidatura de Edvaldo Nogueira (PCdoB) e a vice Eliane Aquino (PT)²³. Os outros eixos destacavam nuances mais clássicas de um paradigma, que ao menos discursivamente, se vinculava ao pleito do “direito à cidade”. Assim, noções como gestão democrática, desenvolvimento sustentável, políticas sociais e afirmativas figuravam na referida proposta de governo. A candidatura se anunciava como oposição crítica à plataforma política identificada como conservadora do então prefeito João Alves Filho²⁴ (2013-2016) e sua suposta continuidade na candidatura de Valadares Filho (PSC).

O referido Programa, criado no primeiro mandato do governo de Edvaldo Nogueira (2017-2020), foi estendido para a sua atual gestão (2021-2024), tendo em vista a reeleição do gestor como prefeito nas eleições municipais de 2020. Segundo consta no *site* oficial da prefeitura, há quatro principais projetos vinculados a esta marca imagética da cidade, a saber: 1) Projeto Aracaju Conectada; 2) Projeto Aracaju na Palma da Mão; 3) Projeto Aracaju Iluminada e Monitorada; 4) Projeto do Polo de Economia Criativa de Aracaju. Através de levantamento do-

²³ É válido dizer que na reeleição de 2020, Edvaldo Nogueira mudou de legenda partidária, saindo do PCdoB para o PDT. A sua nova vice-prefeita é a delegada Katarina Feitoza (PSD). A meu ver, este movimento sinaliza para uma inclinação da plataforma de governo ainda mais vinculada a perspectiva de direita vigente no cenário nacional. Nesse sentido, não parece ser fortuito a escolha de uma vice que é delegada, haja vista, a legitimidade que setores militares alcançaram nos últimos anos. Por diversas vezes, inclusive, durante a campanha eleitoral de 2020, Edvaldo salientou que seu governo não estaria disposto a entrar em conflitos políticos partidários, aludindo a noção famigerada do “não político”.

²⁴ João Alves Filho (1941-2020) foi um reconhecido político local, que cumpriu mais de 5 mandatos entre prefeito de Aracaju e governador do estado de Sergipe. Marcado por uma tendência partidária de direita, chegou inclusive a ser prefeito biônico (1975-1979), à época da ditadura militar no Brasil.



cumental, temos percebido que há uma dimensão central que vincula este programa, à nova imagem oficial da cidade e ao empenho do contrato de adesão, em que mais de R\$ 500 milhões devem ser investidos em tecnologia.

Essa perspectiva de “smartificar” (Morozov e Bria, 2019) Aracaju corresponde ao estipulado no seu “planejamento estratégico” (Vainer, 2009), que objetiva enunciar uma cidade conectada com os novos paradigmas urbanísticos globais, notadamente marcados pela lógica concorrencial e legitimada por diversos índices classificatórios. Isso quer dizer que o simples fato da cidade concorrer a algum prêmio ou figurar entre algum **ranking de cidade inteligente** e **criativa** constitui razão suficiente para circular alguma notícia publicitária que enalteça o governo local e a imagem oficial da cidade. Nessa esteira, torna-se fundamental vincular a cidade a outras experiências mundiais, como uma efetiva receita que se encadeia e se justifica com eficácia, independentemente das particularidades culturais e socioeconômicas. No caso de Aracaju, a relação com Nova York (EUA) e com cidades europeias pode ser identificada em depoimentos e entrevistas que versam sobre o programa da prefeitura. Seja na referência da licitação para o sistema dos novos semáforos, ou na concepção geral do conceito de *smart cities* se destaca o tom positivo da ação governamental.

A partir do uso da fibra ótica teremos um reforço de tecnologia na SMTT e posso garantir que sairemos da idade da pedra e vamos para a pós modernidade, pois o vencedor da licitação dos semáforos é o mesmo que opera os semáforos em Nova York (EUA) e vamos ter uma central de monitoramento com o mesmo padrão de qualidade²⁵.

De fato, a questão das *smart cities* tem sido um fator diferenciador nas grandes cidades europeias como forma de melhorar a quali-

²⁵ Cf. <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/75804>. Acessado em 17/04/2020.



dade de vida das pessoas. Um caminho onde todos aprendemos, uns com os outros²⁶.

Ao longo do século XXI, boa parte das mudanças nas imagens oficiais de Aracaju encontraram respectivos paralelos com as transformações nos modos em que as cidades são produzidas e geridas. Dessa maneira, da “cidade de todos” e “capital da qualidade de vida”, imagem edificada no começo dos anos 2000²⁷, a especificação atual realça atributos do “novo espírito do capitalismo”, combinando termos como “humanidade”, “inteligência” e “criatividade”²⁸. Além das muitas narrativas que enaltecem abstratamente os sentidos destas palavras, na prática poucos projetos se realizaram concretamente.

O **Projeto Aracaju Conectada**, que prevê ofertar acesso de internet gratuito, através de *wifi*, em alguns espaços como a orla marítima, praças e parques, não avançou até então. E mais significativo ainda é o fato de não se ter nenhuma discussão sobre os critérios que irão fundamentar a seleção dos espaços que deverão ou não ser contemplados. O **Projeto Aracaju na Palma da Mão** gerou o aplicativo **Ajuinteligente**, que também não tem atingido efetivamente a maior parte da população local. O **Projeto Aracaju Iluminada e Monitorada**, que prevê monitoramento remoto como forma de reduzir os custos de manutenção e serviços prestados pela prefeitura encontra na polêmica do Parque

²⁶ Este depoimento ocorreu no evento de apresentação do “Programa Aracaju Inteligente Humana e Criativa”, em setembro de 2020. Na ocasião, o então secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Jorge Santana, era acompanhado por Hugo Barros (coordenador do Conselho Regional de Inovação do Algarve-CRIA), da Universidade do Algarve, região sul de Portugal, cidade que foi premiada com o Prêmio Smart Cities IBM, em 2015. Disponível em: <http://www.faxaju.com.br/index.php/2017/09/23/78895/>. Acessado em 03/10/2020.

²⁷ Sobre a construção da imagem de “cidade de todos” e “cidade da qualidade de vida”, vê o trabalho “Políticas Urbanas e Imagens da Cidade: Da Terra Dura ao bairro de Santa Maria” em Aracaju/SE (Vieira, 2011).

²⁸ É relevante observar, embora não seja o objetivo em si deste trabalho, que a ordem destes termos tenha sido alterada. No Programa o primeiro termo é “inteligente”. Já na imagem oficialmente vinculada a cidade, o primeiro termo é “humana”.



Semafórico²⁹, apenas uma das pendências a serem sanadas. Já o **Projeto do Polo de Economia Criativa de Aracaju** até o momento não resultou em nenhuma ação sistematizada de oportunidades de fomento a cultura local, muito menos de emprego e renda.

Em face disso, questiona-se: até que ponto a atual imagem oficial da cidade de Aracaju reflete uma “evolução” nos direitos fundamentais de viver a cidade? De que modo é possível realizar os atributos de “humanidade, inteligência e criatividade”? É sabido que estes evocam uma “ordem quadro” (Dardot e Laval, 2016) de concorrência e desempenhos individuais, tanto das cidades (e suas gestões municipais) quanto dos indivíduos, mas como converter isso em um “imenso guarda-chuva de oportunidades com espaço para todos³⁰”? No pouco que pude observar, trata-se, antes de tudo, de mais um exemplo (uma onda que vem e vai?) em que se realiza discursivamente a retórica neoliberal da **cultura da criatividade** e sua **espetacularização**, traduzida em ressignificadas estratégias de *city marketing*.

²⁹ “A população de Aracaju, em especial os condutores de veículos, estão encontrando dificuldades na sinalização do trânsito em alguns pontos da capital. A implantação dos semáforos inteligentes, por exemplo, está deixando muitos condutores confusos. Em alguns pontos da cidade, [...] há a presença do semáforo novo – o inteligente – instalado ao lado ou na frente do antigo que ainda está em funcionamento, dificultando a visão dos condutores que muitas vezes não identificam se o sinal está aberto ou fechado.” Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/sinalizacao-semaforica-da-capital-confunde-condutores/>. Acessado em 12/05/2020. Vale ressaltar ainda que o “Parque Semafórico” foi anunciado em março de 2018, mas até meados de 2020 o que se tem são cruzamentos com dois equipamentos semafóricos. O antigo que apresentava boas condições de uso e é o que continua a ser utilizado, e o “novo”, que foi instalado junto com “câmeras de inteligência”.

³⁰ Cf. o secretário municipal da Indústria, Comércio e Turismo, Jorge Santana, na apresentação do Programa Aracaju Inteligente, Humana e Criativa, “[...]o programa é um moderno conceito de gestão das cidades usando as tecnologias de informação e comunicação para estimular a eficiência governamental, com participação e engajamento dos cidadãos como demandantes de serviços e partícipes da gestão. [...] colocar o ser humano no centro do planejamento e desenvolvimento da cidade. Todas as transformações se dão a partir da participação, do engajamento, onde o foco é o cidadão. De um lado, como demandante de serviços, e no outro, um colaborador para as soluções. [...] As oportunidades estão abertas para todas as áreas da administração”. **Quando falamos em cidades inteligentes falamos em um imenso guarda-chuva de oportunidades com espaço para todos**” (Grifos meu). Disponível em: <http://www.faxaju.com.br/index.php/2017/09/23/78895/>. Acessado em 14/07/2020.



Referências Bibliográficas

Boltanski, Luc; Chiapello, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Brenner, Robert. **Economics Of Global Turbulence: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005**. New York: Verso, 2006.

Certeau, Michel De. **A invenção do cotidiano, vol. 1**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves 1998.

Dardot, Pierre e Laval, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

Debord, Guy. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Fernandes, Ana. "Cidades e Cultura: rompimento e promessa". In: **JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). Corpos e Cenários Urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006. P. 51-66.

Fisher, Mark. "Ninguém está entediado, tudo é entediante". In: **Realismo capitalista. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** Tradução de Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária. P. 156-159, 2020.

Florida, Richard. **The rise of the creative class. And How It's Transforming Work, Leisure and Everyday Life**. New York/USA: Basic Books, 2002.

_____. **A ascensão da classe criativa**. Tradução de Ana Luiza Lopes. Porto Alegre: L&PM, 2011.

Fonseca, Francisco César Pinto; Viana, Lúcio Hanai Valeriano. "A dinâmica neoliberal nas metrópoles: governança privatizante e financeirização dos espaços públicos". In: Bógus, Lucia; Guimarães, Iracema Brandão; Pessoa, Zoraide Souza Pessoa (orgs). **Cidades brasileiras [recurso eletrônico]: temas e questões para debate**. São Paulo: EDUC, 2020. P. 27-52.

Fortuna, Carlos. "A cidade como palco. Precisamos mais teatro!". In: Fortuna, C...et al. (orgs.). **Cidade e espetáculo: a cena teatral luso-brasileira contemporânea**. São Paulo: EDUC, 2013. P. 17-22.

Harvey, David. **A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução Carlos Slak. São Paulo: Anablume, 2005.



Hilário, Leomir. “Ascensão e Colapso da Razão Instrumental Neoliberal”. In: **Revista Debates Insubmissos, Caruaru, PE. Brasil. Ano 3, v. 3, n° 11, set./dez.** 2020, p. 174-201.

Jacques, Paola Berenstein. “Elogio aos Errantes: a arte de se perder na cidade”. In: JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). **Corpos e Cenários Urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006. P. 117-140.

Jeudy, Henri-Pierre. “Reparar: uma nova ideologia cultural e política?”. In: Jeudy, Henri-Pierre; Jacques, Paola Berenstein (Orgs.). **Corpos e Cenários Urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 13-24.

Kurz, Robert. **A crise do valor de troca**. Tradução de André Villar Gomez, 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

Landry, Charles. **The Creative City – a Toolkit for urban innovators**. Londres: Comedia, 1994.

Landry, C. e Bianchini, F. **The Creative City**. Londres: Demos e Comedia, 1995.

Landry, Charles. **Origens e Futuros da Cidade Criativa**. Tradução Global Translations. São Paulo: SESI-SP, 2013.

Lefebvre. H. **O Direito À Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

Leite, Rogerio P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2. ed. Aracaju, EdUFS/ Campinas/SP, Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Image making*: notas sobre a estética visual nas cidades contemporâneas. In: Leite, Rogerio P. (org.). **Cultura e Vida Urbana: ensaios sobre a cidade**. Aracaju: EdUFS, 2008. p 171-199.

_____. “Atopic City: Consumption and Death in Urban Life. In: *Current Urban Studies*, 4, 2016, p. 280-296. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4236/cus.2016.43019>.

_____. “Modos insubmissos de viver: Barcelona aos passos de Michel De Certeau”. In: **Revista de Antropologia. Dossiê Michel De Certeau [em uso]**, v. 61 n. 2 (São Paulo, Online): USP, 2018. P. 55-77. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/148932>. Acessado em 14/02/2019.

Menegat, Marildo. **A Crítica do Capitalismo em Tempos de Catástrofe. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

Miles, Malcolm. “Uma cidade pós-criativa?”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais, n° 99**, 12 de dezembro. Online, Centro de Estudos Sociais (CES), 2012. P. 9-30.



Morozov, Evgeny; Bria, Francesca. **A Cidade Inteligente. Tecnologias Urbanas e Democracia**. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

Morozov, Evgeny. “Solucionismo, nova aposta das elites globais”. Tradução de Simone Paz, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/solucionismo-nova-aposta-das-elites-globais/>. Acessado em 25/04/2020.

Seldin, Claudia. **Imagens Urbanas e Resistências. Das Capitais de Cultura às Cidades Criativas**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2017.

Sennett, Richard. **A corrosão do caráter. O desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo**. Tradução de Marcos Santarrita, 2ª edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

_____. **A cultura do Novo Capitalismo**. Tradução de Clóvis Marques, 7ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Rancière, J. **O Desentendimento. Política e Filosofia**. Tradução Angela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.

Ribeiro, Luis Cesar de Queiroz; Santos Junior, Orlando Alves dos Santos. “Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira”. In: **Revista O Social em Questão - Ano XVI - nº 29**, 2013, p. 23-42. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5522/552256740002.pdf>. Acessado em 04/12/2020.

Vainer, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009, p.75-104.

Vieira, E. C. J. **Políticas Urbanas e Imagens da Cidade: Da “Terra Dura” ao Bairro de “Santa Maria” em Aracaju-SE**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

_____. **Espectacularização da cidade e (re)apropriações culturais: políticas urbanas e as novas imagens de consumo de Salvador-BA**. Tese, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2016, 478 f.

_____. “Licença quem me dá são meus orixás!”. Espectacularização urbana e antinormatividades em salvador da bahia. In: Bógus, Lucia M. M.; Guimarães, Iracema B.; Pessoa, Zoraide S. (orgs.). **Cidades no século XXI temas para debate**. São Paulo: Educ, 2018. p. 47-57.

_____. “Das políticas urbanas às políticas da “criatividade”: cidades S/A em tempos de espetacularização cultural. In: Bógus, Lucia M. M.; Guimarães, Iracema B.; Pessoa, Zoraide S. (orgs.). **Cidades Brasileiras. Temas e questões para debate**. São Paulo: Educ, 2020a. p. 257-283.



_____. “Cidades sem lugar? Reflexões sobre a espetacularização urbana e a formação de espaços de consumo na cidade de Salvador (BA)”. In: **Alas. Dossier ciudades latinoamericanas en el nuevo milenio - grupo de trabajo 2**. Lima (Peru). 2020b, p. 1611-1626. Disponível em: <https://sociologia-alas.org/wp-content/uploads/2020/12/Dossier-GT2-CONTENIDO.pdf>

Vivant, Elsa. **O que é uma Cidade Criativa?** Tradução de Camila Fialho. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

SITES CONSULTADOS

Faxaju. “Aracaju Inteligente, Humana e Criativa terá como Foco as Pessoas” (2017). Disponível em: <http://www.faxaju.com.br/index.php/2017/09/23/78895/>. Acessado em 03/10/2020.

Infonet. Sinalização semafórica da capital confunde condutores (2020). Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/sinalizacao-semaforica-da-capital-confunde-condutores/>. Acessado em 12/05/2020.

Prefeitura Municipal de Aracaju. Parque semafórico de Aracaju será modernizado (2018). Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/75804>. Acessado em 17/04/2020.

_____. Programa Aracaju Inteligente Humana e Criativa S/D. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/industria_comercio_e_turismo/programa_aracaju_inteligente_humana_e_criativa. Acessado em 16/02/2021.



O CENÁRIO DE DISTOPIA “RECIFE FRIO”: UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM O URBANO EM ARACAJU EM TEMPOS DE PANDEMIA

 Bárbara Silveira Abril¹

 Luciano Silva Vasconcelos²

AS OBRAS LITERÁRIAS e produções audiovisuais retratam, muitas vezes, críticas à sociedade, em que ultrapassando os limites de ser apenas o palco, a cidade se torna o principal foco dos enredos. Derivando de raízes gregas, Thomas More³ escreveu em 1516 “A Utopia”, apresentando a ideia da ilha Utopia, um lugar ideal onde não havia desigualdades sociais e promovia um bem-estar para os seus habitantes. Atrás desta concepção de cidade utópica escondia-se a ideia de uma sociedade perfeita, harmônica, livre dos defeitos das outras cidades e sociedades históricas, onde viviam os seus idealizadores (Freitag, 2001, p. 3). Entretanto, com o passar do tempo, as percepções das cidades contemporâneas foram se assemelhando cada vez mais ao conceito oposto dessa ilha, sendo uma grande imersão em características distópicas com grandes

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Fortaleza e graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: barbara.silveira@souunit.com.br

² Me. Luciano Silva Vasconcelos - Arquiteto e Urbanista pela Universidade Tiradentes. Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é Professor EBTT no Instituto Federal de Sergipe. E-mail: luciano.vasconcelos@ifse.edu.br

³ Filósofo, diplomata, escritor, advogado e homem de leis.



disputas territoriais, falta de mobilidade urbana e um sufocamento do meio ambiente.

Tendo em vista essas concepções das cidades atuais, é possível traçar pontos em comum entre o urbanismo desenfreado e o aumento do uso de distopias no cinema. Iniciado com os curtas-metragens dos Irmãos Lumière⁴, o cinema se apropriou do cotidiano da sociedade para retratar sua realidade. Ricciotto Canudo⁵, na lista do “Manifesto das Setes Artes”⁶, apresenta as artes audiovisuais como a sétima arte, pois segundo o mesmo é uma arte completa por realizar a união das artes anteriores criando assim uma arte plástica em movimento. O audiovisual que desde a sua invenção é diretamente influenciado pelo seu contexto social, na visão de Canudo, é formado pela junção da música, artes cênicas, pintura, arquitetura, literatura já que todas essas contribuem para a ambientação e roteiro.

Ao apresentar futuros distópicos, o audiovisual se alimenta do cenário socioespacial que vivencia, atua como um propulsor social para transformações e como um impedimento desse futuro se tornar realidade. Denis Diderot⁷ é um dos pioneiros ao apresentar um caráter social na arte e potencial instrumento para reformas sociais, afinal o mesmo é um propulsor que impulsiona a sociedade e não, simplesmente, um mero espelho que a reproduz.

Com base no cinema como propulsor social, foi realizada uma análise comparativa com o futuro distópico do curta-metragem Recife Frio e da realidade urbana da cidade de Aracaju. A partir da ideia de comunicar a realidade da capital nordestina por meio de uma distopia, foi analisado sua estrutura urbana, meio ambiente, convívio social e, visando abranger uma dimensão completa desse cenário Aracajuano, é apresentado o contexto histórico da construção da cidade e formulada

⁴ Inventores do cinematógrafo, conhecidos como pais do cinema.

⁵ Teórico e crítico de cinema pertencente ao movimento futurista.

⁶ Canudo, R. (1923) “Manifeste des Sept Arts”. Não está na bibliografia

⁷ Filósofo, escritor francês, conhecido por ter sido o cofundador da Encyclopédie.



uma pesquisa que aborda a vivência dos seus habitantes realizada durante o contexto da pandemia do coronavírus.

Histórico urbanístico de Aracaju.

O presidente de província, Inácio Joaquim Barbosa assina em 1855 a transferência da capital de Sergipe, tornando Aracaju o foco das políticas urbanas da época. Com um plano retilíneo, a cidade inicia com uma aspiração elitista e com a ambição de possuir uma população específica e restrita, sendo a nova capital uma promessa para um futuro promissor. Devido a topografia dividida em cidade alta e cidade baixa, propícia para defesa dos ataques de holandeses, São Cristóvão, antiga capital, possuía dificuldade de transporte de mercadorias. Além do pensamento de que a mesma era uma cidade ultrapassada e oposta aos ideais modernizadores e elitistas do presidente da província que inspirado por motivos de cunho político e econômico, sem nenhum apoio popular, transfere a estável capital para uma região próxima a uma vila de pescadores conhecida como “Santo Antônio de Aracaju”. Todo o processo de transferência da capital é oficializado pela Resolução Provincial nº 413 de 17 de março de 1855, que eleva essa região inóspita à condição de capital da Província de Sergipe del Rey. (Filgueiras, 2019, p. 29)

Movido pelo pensamento utópico de construir uma capital moderna sob a lama dos manguezais, é encomendado um projeto urbanístico ao engenheiro militar Sebastian Pirro, que almejava uma cidade construída em formato de tabuleiro de xadrez, inspirado no traçado europeu, composto por 32 quadrados de 110x110m cada uma (Loureiro, 1983, p. 51). Em paralelo a isso, diversos códigos de posturas e estatutos foram criados para moldar o comportamento da população e a arquitetura presentes na cidade. A mesma demorou em torno de 10 anos para se firmar e, durante esse processo, passou por uma década permeada de adversidades políticas, sociais e ambientais. A partir de então, se inicia



um novo ciclo de desenvolvimento para o estado de Sergipe, que dura até os primeiros anos após a proclamação da república.

O tabuleiro de Pirro tornou o centro aracajuano o início de tudo e o coração da cidade, fazendo com que o “cajueiro de papagaio” emergisse dos charcos, mangues e dunas crescendo dentro de uma delimitação geométrica. Devido ao pouco tempo dado pelo Governo e ao processo acelerado de construção da capital, não foram realizados levantamentos suficientes para a construção de Aracaju provocando erros irreparáveis vistos até os dias atuais, como, por exemplo, as inundações frequentes e o impacto ambiental nas redondezas (Brazil, 2016, p. 8).

Além disso, a aplicação desse modelo baseado em padrões comportamentais europeus num local de identidade brasileira pode ser considerada falha, pois as diferenças culturais modificam a forma como as pessoas se relacionam com o espaço, o que acabou tornando o tabuleiro em apenas um labirinto de casas. É possível observar grandes falhas na construção de Aracaju, se analisado a partir do pensamento de Jacobs: “As cidades têm condições de oferecer algo a todos apenas porque, e apenas quando, são criadas por todos” (Jacobs, 1961, p.164)

Tendo em vista essa citação, é possível analisar a evolução urbana aracajuana sendo elitista e exclusiva para os habitantes do perímetro do tabuleiro de Pirro. As primeiras décadas do século XX foram marcadas com higienização e embelezamento inspirados pelo movimento europeu da Belle Époque (Cruz, 2016, p. 30). Serviços com focos sanitaristas, bondes, energia elétrica e rede de telefonia começaram a ser implantados apenas nos 32 quadrados que eram considerados a região de Aracaju. Em associação, é iniciado um processo de ampliação urbana generalizada para o Norte, Sul e Oeste da região Central.

A região Norte é marcada pela presença do bairro Santo Antônio, que é considerado o início de Aracaju, já que era a região dos pescadores, entretanto, os planos de Pirro e de Inácio Joaquim Barbosa não incluíam a região e os serviços de melhoria na qualidade de vida, propostos anos depois, não tinham o espaço como foco. O Oeste possuía a



presença de muitos trabalhadores que forneciam serviços para a região central, mas não possuíam dinheiro para pagar as altas taxas cobradas pelo governo para construir e morar dentro do tabuleiro. Além disso, existia a presença de ex-escravos que começavam a migrar para a capital visando melhores oportunidades. Ao Sul, surgem os bairros da Atalaia e da 13 de Julho, iniciando um processo de migração da burguesia, fazendo com que o centro aos poucos vá perdendo sua função residencial, e a dos investimentos do governo, conforme Silva (2009).

O cartão postal de moradias perfeitas do início da cidade foi transformado em um grande centro puramente comercial e a utopia elitista de Inácio Barbosa foi sufocada junto com os mangues pelas construções da nova Aracaju. A realidade de cenário distópico da cidade é marcada por uma titulação dos indicadores sociais de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que a denominou de “Capital da Qualidade de Vida”, em comparação com um plano diretor de 2000 marcado por 20 anos de atraso e intensos problemas urbanísticos, segregação socioespacial, déficit habitacional, caos nos modais de transportes, falta de identificação da população com a cidade, além de um saneamento básico que chega apenas a 60% da população, segundo dados da Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso. Todos esses problemas, em junção a urbanização desenfreada da capital, nos apresenta uma imersão em suas características distópicas.

Distopias ficcionais, o Brasil e a pandemia.

As sociedades do século XIX foram marcadas por bruscas transformações sociais que geraram obras distópicas feitas com críticas industriais, espaciais e sócio-políticas movidas pelo medo dos futuros possíveis. Admirável mundo novo⁸ (1932), 1984⁹ (1949) e Fahrenheit

⁸ Romance distópico escrito por Aldous Huxley.

⁹ Romance distópico escrito por George Orwell.



451¹⁰ (1953) são exemplos de ferramentas literárias que se apropriam desse possível futuro para criticar o presente e impactar a sociedade de forma que a mesma modifique sua realidade. A palavra derivada do grego formada pelo prefixo “dis” (afastamento, dispersão) em junção a topos (lugar), significando afastamento de um lugar, ao combinar sua etimologia com suas principais obras, pode ser definida em síntese como uma situação projetada no futuro, com um poder totalitário, opressão, controle das pessoas e dos seus pensamentos. Ademais, Claeys (2017) buscou o início da literatura distópica, podendo ser observado o seguinte:

O termo ‘distopia’ foi evidentemente cunhado em 1747, escrito como ‘dustopia’. Em 1748, a ‘distopia’ foi definida como ‘um país infeliz’ [por Budakov]. O uso relevante seguinte veio em um discurso de 1868, de John Stuart Mill, no Parlamento. Ali chamou a política britânica na Irlanda de ‘muito ruim para ser praticável’, e seus defensores como ‘cacotopianos’ (como no grego, lugar ruim), ou dis-topianos. [...] A distopia veio a uso comum significativo no final do século XX e, principalmente, na literatura secundária, concentrando-se em textos contemporâneos (Claeys, 2017, p. 274).

O discurso literário é portador de uma capacidade metafórica capaz de conferir sentidos e funções aos lugares, já que a transfiguração do real não apenas transmite as sensibilidades passadas do viver em cidades, como também nos revela os sonhos de uma comunidade que projeta no espaço vivido as suas utopias (Pesavento, 2002, p.13). Observando algumas obras e com base nessa colocação, o espaço urbano se torna personagem em utopias e distopias, retratando cidades modificadoras da personalidade dos habitantes, facilitadoras de submissão a um poder institucional e perpetuadoras de comportamentos através da arquitetura e do urbano. A observação da cidade como uma personagem da obra é abordada desde “A República” de Platão (380 a.C.), fonte

¹⁰ Romance distópico escrito por Ray Bradbury.

inspiradora de Thomas Moore que idealizou espaços na obra “Utopia”, e segue sendo utilizada nas obras contemporâneas.

Apesar da forte presença em obras ficcionais, o termo já foi utilizado por Claeys (2017) ao enquadrar fatos reais como a revolução francesa como utopias, já que essa tinha como premissa a idealização e transformação dos espaços em lugares igualitários. A partir deste ponto de vista, é apresentado os resultados desta experiência como distopia, pois indo contrário aos seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, possui traços marcantes de autoritarismo, desigualdades, repressão a liberdades, xenofobia e exclusão. Claeys (2017) ainda considera a distopia como estado psicológico associado ao medo e a experiências coletivas.

O reforço do poder de um grupo dominante que tem como objetivo reprimir e excluir certos grupos também sai da ficção de obras como 1984 de George Orwell e não se limita à revolução francesa. É possível observar essas características na Alemanha nazista e na União Soviética de Stalin que se apropriaram de campos de concentração para exercer essas práticas.

João Paulo Cuenca (2016) afirma que o Brasil por si só é um local distópico, já que o país nasceu sob a égide da distopia, com o processo histórico fruto de uma colonização que usufruía de artifícios como genocídio, estupro e escravidão. A realidade brasileira, para o escritor, é marcada por um estado injusto, com rasgos de autoritarismo, militarizado e violento. Essas afirmações podem ser comprovadas com as mudanças climáticas bruscas, altos índices de desigualdades sociais, negligência à educação e uma obsessão pelas mídias sociais presentes em todo país. Afinal, a distopia está presente na imagem e no sujeito, no que vemos e no que nos olha (Didi-Huberman, 1998)

Uma tipologia de distopia utilizada nas artes é a pandêmica, presente em “Ensaio Sobre a Cegueira”¹¹ (1995), “Androides Sonham com

¹¹ Romance distópico escrito por José Saramago.



Ovelhas Elétricas?”¹² (1968) e “Filhos da Esperança”¹³(2006), nessas realidades o mundo é atingido por uma pandemia que ocasiona uma vivência distópica. Segundo Crouch (2020), a pandemia do coronavírus dá uma ideia do que é viver dentro de uma distopia, sendo assim essa distopia sai das artes e adentra na nossa realidade gerando impactos sociais, culturais e econômicos perceptíveis do que a pandemia da COVID-19 está causando no mundo.

Apesar de não ter sido a primeira pandemia que a humanidade enfrentou, tendo exemplos como a varíola, o sarampo e a gripe espanhola, as dimensões globais do coronavírus e sua rápida proliferação é o retrato da globalização e de uma crise estrutural no sistema governamental. Souza (2020) aborda que não se pode deixar de reconhecer que a pandemia, evidentemente, agrava algumas expressões da questão social, especialmente, o desemprego. Inclusive, a narrativa neoliberal oscila entre um discurso a favor das medidas de prevenção (como o afastamento social) e a famigerada defesa da economia, sob o subterfúgio de que a bancarrota (e a miséria que supostamente surge daí) matará mais do que a COVID-19.

Recife Frio e o Cli-fi

Recife é uma cidade localizada no Nordeste brasileiro, capital do estado de Pernambuco, marcada pela forte presença de um clima tropical. Segundo dados da Secretaria Estadual de Turismo e Lazer de Pernambuco, o estado recebeu mais de 5,9 milhões de turistas, movidos por um interesse em suas praias, na forte presença de valorização cultural do local e pela ideia do povo acolhedor que é o pernambucano (Turismo, 2019). Ademais, a cidade é permeada por uma arquitetura que

¹² Romance distópico escrito por Philip K. Dick.

¹³ Filme distópico livremente adaptado do romance *The Children of Men*, de P. D. James, dirigido por Alfonso Cuarón.



está sendo engolida pela contemporaneidade, fruto de uma reprodução massificada dos prédios.

É nesse cenário caloroso que se passa o curta-metragem distópico “Recife Frio” (2009) do diretor recifense Kleber Mendonça Filho. Por meio do formato de um falso documentário, é apresentada uma mudança climática do clima tropical de Recife e o impacto que a sociedade sofre por conta disso. O fenômeno da natureza que ocorre de maneira inexplicável, chama a atenção de uma equipe de repórteres argentinos que nos apresentam ao longo da narrativa uma sequência de fatos estranhos: um meteorito cai sobre a Praia de Maria Farinha, pinguins são incluídos em sua fauna, a cidade deixa de ser tropical e ocorre uma inversão de valores uma arquitetura Casa Grande - Senzala.

A cidade que não sabia o que era frio, experimenta uma ressignificação de existências e de pensamentos da sua cultura junto com intensas chuvas. Anteriormente influenciados por uma cultura eurocêntrica, o frio possuía uma simbologia de elegância para a sociedade recifense, porém ao vivenciar o frio se tornam vítimas arquitetônicas e do descaso governamental. Entretanto, diversos símbolos estrangeiros já foram assimilados pela nossa cultura, um exemplo disso é o caso do papai noel, os funcionários que se fantasiam no período natalino sofrem com a presença do calor na região, porém o frio facilita suas vidas, pois o seu entorno remete a uma ambiência nublada forânea e combina com seus trajés vindos de comerciais de coca cola no polo norte.

Suas artes são transformadas para o contexto, com grandes símbolos da cultura popular, repente e cerâmica, representando novas simbologias e significados. O ideário de povo acolhedor, entra em contradição ao ser apresentado uma fila de pessoas em situação de rua mortas por conta de hipotermia e descaso social. Outrossim, a especulação imobiliária, muito presente no recife contemporâneo, vê os negócios virarem de cabeça para baixo, após as pessoas começarem a mudar dos seus apartamentos luxuosos de arquitetura massificada.



Além disso, há o caso da família Nogueira, moradores de um dos bairros mais caros da região, que protagonizam um dos casos mais interessantes que aparecem na longa reportagem, em que o filho da família passa a dormir no quartinho da empregada, pois sentia frio em seu quarto, devido a ventilação. O arquiteto Fernando Luiz Lara (2005) aponta que até o final do século XIX a arquitetura das casas tinha um modelo de mini casas grandes, a verticalização das cidades expõe cada vez mais a questão das raízes escravocratas presentes na arquitetura contemporânea, que desumanizam criando espaços minúsculos, mal ventilados, sempre localizados aos fundos e sendo considerados na área de serviço. Análogo a isso tudo, a historiadora e rapper Preta Rara (2019) aponta que “A senzala moderna é o quartinho da empregada.”

Um ponto inabitual do curta-metragem é o local que as pessoas encontram para o refúgio do frio, o Shopping Center. Afinal, esse representante da globalização, de arquitetura massificada e extremamente similar entre si na maioria dos casos, em situações usuais é a referência de clima frio das capitais nordestinas. Esses lugares apáticos, com pouca presença de identidade cultural, se fazem marcante no cotidiano atual da sociedade capitalista e a metáfora desse espaço como refúgio nos apresenta uma forte crítica às mudanças de hábitos e as perdas das representações culturais nas capitais nordestinas que tentam se aproximar ao máximo de metrópoles.

Percorrer esse traçado urbano caótico e desenfreado traz a sensação de que cada imagem do filme nos parece similar, como se essa distopia fosse a nossa realidade. Apesar de ser um filme que se passa num Recife não existente, o curta-metragem não pode passar por um reducionismo ser um filme sobre Recife, ele é uma representação das capitais atuais, permeada por ideias urbanísticas frias marcada por verticalizações, especulação imobiliária com a cultura sendo colocada em um plano inexistente e uma forte segregação socioespacial.



Reflexões e conjecturas

Utilizando da metodologia de pesquisa descritiva e avaliativa foi feito um comparativo do contexto atual urbano de Aracaju e do curta-metragem Recife frio (2009), é possível observar características similares para conexão de ambos. Tendo isso em vista, foi elaborado um formulário de oito perguntas com o objetivo de analisar a segregação socioespacial, produzida desde o início da cidade, o impacto da especulação imobiliária, as diferenças de gestão pública em cada região e a inviabilização da identificação cultural.

A metodologia escolhida tem como base a observação da situação, o questionamento sobre o assunto para outras pessoas, a coleta desses dados, uma análise deles e por fim a interpretação. Observando essas etapas, o ponto base da pesquisa surge da teoria de que Inácio Joaquim Barbosa construiu uma utopia denominada Aracaju que ao longo do seu processo de urbanização adentrou numa imersão distópica tal qual a do curta-metragem Recife Frio. Após uma intensa pesquisa de embasamento teórico, foi realizado um formulário, por meio da plataforma digital *Google Forms*, que possibilitou a ampla divulgação da pesquisa desta tese e que a mesma pudesse ser realizada de forma rápida. Além disso, tendo em vista o período de distanciamento social e as principais formas de compartilhamento de informações, o questionário foi divulgado nas redes sociais com o intuito de abranger todas as regiões de Aracaju e aumentando assim o seu público.

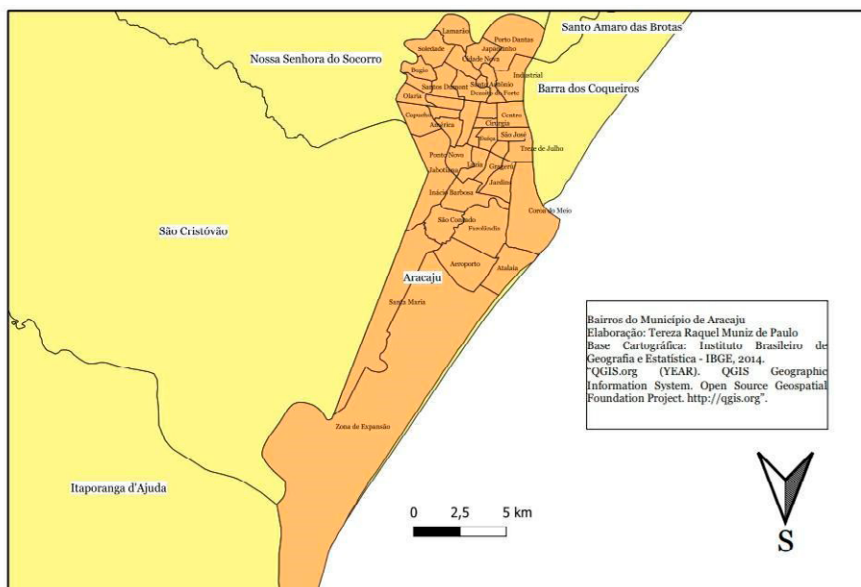
As perguntas do questionário estavam voltadas para características em comum do curta com a realidade aracajuana, abordando por exemplo a questão da frequência em que as pessoas vão para alguns lugares da cidade, se existiu algum investimento público na região onde a pessoa mora, o quanto a pessoa considera Aracaju uma cidade segregada, o quanto a pessoa se sente pertencente à cultura sergipana, o quanto a pandemia impactou a relação com a casa e como ela enxerga a relação com a cidade nesse momento da pandemia. Além das perguntas sobre gênero, faixa etária e o bairro em que a pessoa mora, utilizadas para analisar a questão da segregação socioespacial da cidade.



O formulário foi aplicado em um total de 230 pessoas de diversas regiões aracajuanas. O principal ponto da análise era traçar um paralelo entre o sentimento e a relação do Aracajuano com a sua cidade e o impacto dos sentimentos dos Recifenses com a mudança climática e cultural retratadas no filme Recife Frio. Além de explicitar a hipótese da pesquisa da transformação utópica de Inácio Joaquim Barbosa na distopia urbanística atual da cidade por meio de conceitos levantados na pesquisa bibliográfica.

Após vinte dias em aberto, o formulário foi fechado para a análise dos resultados. Todas as respostas foram passadas para uma planilha em que foi possível determinar as porcentagens e a criação dos gráficos. Além disso, as respostas para a pergunta se houve algum tipo de investimento público na região onde a pessoa mora foi dividida por zonas, com base no seguinte mapa (figura 1.0) que mostra os bairros de Aracaju:

Figura 1. Mapa de Aracaju (Bairros do Município de Aracaju)



Fonte: Tereza Raquel Muniz de Paulo, 2020.

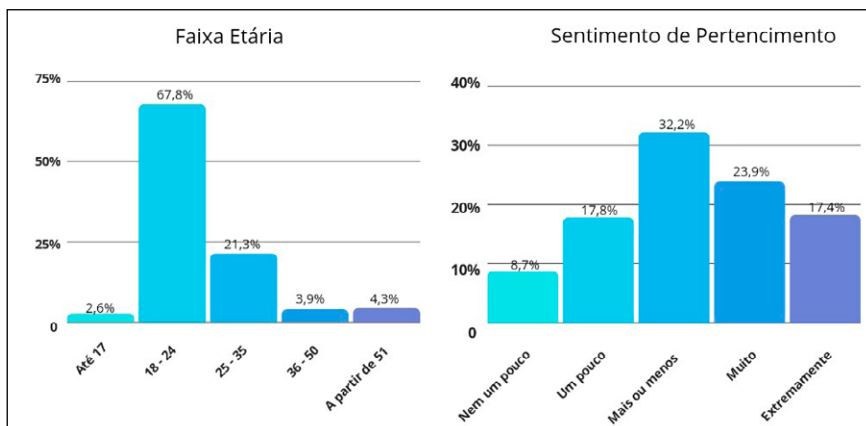
Os bairros foram divididos entre zona norte, sul, oeste, central e de expansão, possuindo a presença dos seguintes bairros: Santo Antônio, 18 do Forte, Bairro Industrial, Santos Dumont, Bugio e Olaria como zona norte; 13 de julho, Atalaia, Coroa do Meio, Farolândia, Grageru, Inácio Barbosa, Jardins, Salgado Filho, São Conrado, São José, Augusto Franco, Luzia e Ponto Novo como zona sul; Bairro América, Jardim Centenário, Jabotiana, José Conrado, Siqueira Campos, Cidade Nova, Santa Lúcia e Novo Paraíso como zona oeste; Suíssa, Getúlio Vargas, Centro, Cirurgia e Pereira Lobo como zona central; e Aeroporto, Aruana, Mosqueiro e Santa Maria como zona de expansão.

O estudo tem uma metodologia fundamentalmente descritiva, tendo como foco a análise dos gráficos e a comparação com o embasamento teórico da hipótese, com todos os dados coletados e o levantamento bibliográfico concluído, é iniciada a etapa analítica da pesquisa.

O levantamento bibliográfico nos apresenta uma Aracaju que se torna cada vez mais uma cidade semelhante ao “Recife Frio” marcada por especulação imobiliária, uma ampliação de uma verticalização exacerbada, um constante conflito de classes sociais e uma urbanidade que segrega deixando-a menos viva. Sendo assim, a coleta de dados leva em consideração as dinâmicas socioespaciais para a análise desta tese que só pode ser afirmada com a presença da opinião da sociedade aracajuana e sua vivência.

Ao iniciar o formulário é apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido ao voluntário para que os resultados obtidos pela pesquisa possam ser divulgados no meio científico. Logo em seguida é questionada a faixa etária do voluntário da pesquisa, para termos como base qual público foi o mais participativo e assim observar os diferentes tipos de opinião conforme os diferentes tipos de idade, principalmente com foco na sensação de pertencimento a cultura sergipana resultando nos seguintes gráficos (Figura 2.0).

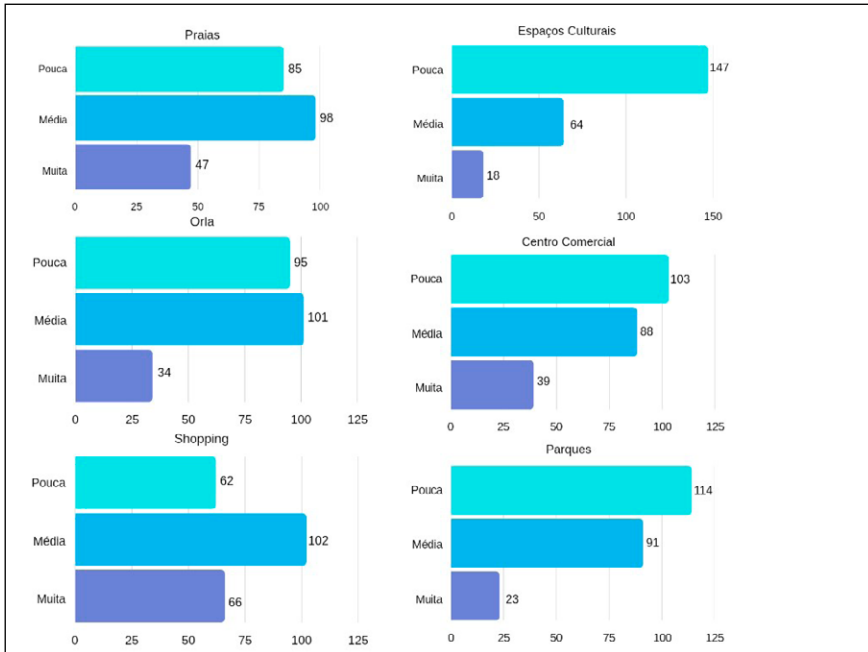


Figura 2.0 - Gráficos de faixa etária e sentimento de pertencimento.

Fonte: Autores, 2020.

Ao observarmos os gráficos (Figura 2.0), a faixa etária com maior presença entre os voluntários é de 18 a 24 anos, possuindo também uma quantidade considerável entre 25 a 36 anos. Tendo em vista essas informações, o maior índice de respostas de sentimento de pertencimento à cultura sergipana foi 32,2% na opção “Mais ou menos”, ao somar com as opções “Nem um pouco” e “Um pouco” é totalizado 58,8%. Ou seja, mais da metade dos participantes não se sentem completamente identificados com a cultura sergipana.

Em paralelo a isso, foi realizada uma pergunta sobre a frequência em que os voluntários iam para os lugares, antes da pandemia, visando abranger o alto índice de idas aos Shoppings e o pouco foco nos espaços culturais. Além de perguntar em relação a esses dois espaços, também foi questionada a presença dos voluntários em parques, praias, orla e centros comerciais, este último que culturalmente é o principal local em que se pode observar o início da história de Aracaju. Os dados adquiridos resultaram nos seguintes gráficos (Figura 2.1):

Figura 2.1 - Gráficos de frequência dos lugares.

Fonte: Autores, 2020.

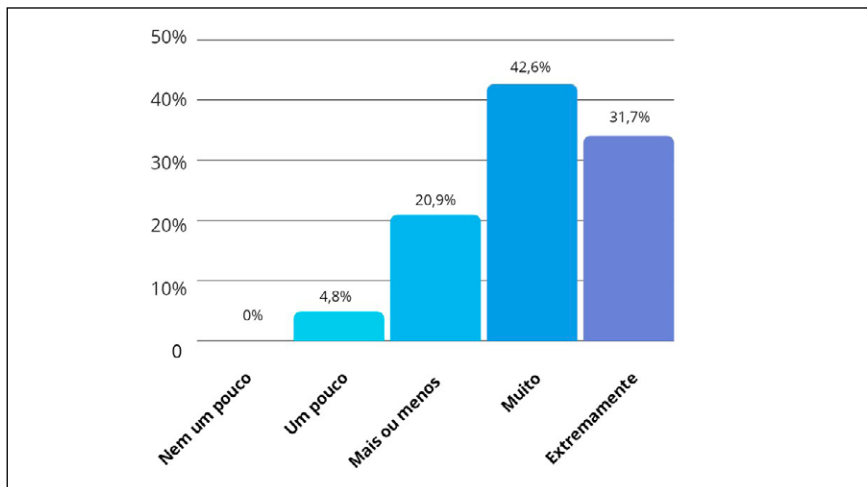
Os espaços culturais foram os que tiveram o menor número de frequência dos voluntários nestes locais, com apenas 7,8% (18 voluntários) com alto índice de uso deles. Em comparação aos 28,8% (66 voluntários) que frequentam intensamente os Shoppings Center, uma situação facilmente observada no curta-metragem Recife Frio. Além disso, apesar de Aracaju ser famosa pela sua Orla e por suas praias, a relação do Aracajuano com as mesmas é de uso médio e pouco. Outrossim, parques e centros comerciais que são instrumentos públicos utilizados como atrativos para uma maior ocupação urbana, possuem como maior taxa a pouca frequência de utilização.

A terceira pergunta questionava o quanto Aracaju é uma cidade segregada (Figura 2.2). Esta pergunta será analisada em paralelo com a pergunta se “houve algum investimento público no bairro onde a pes-



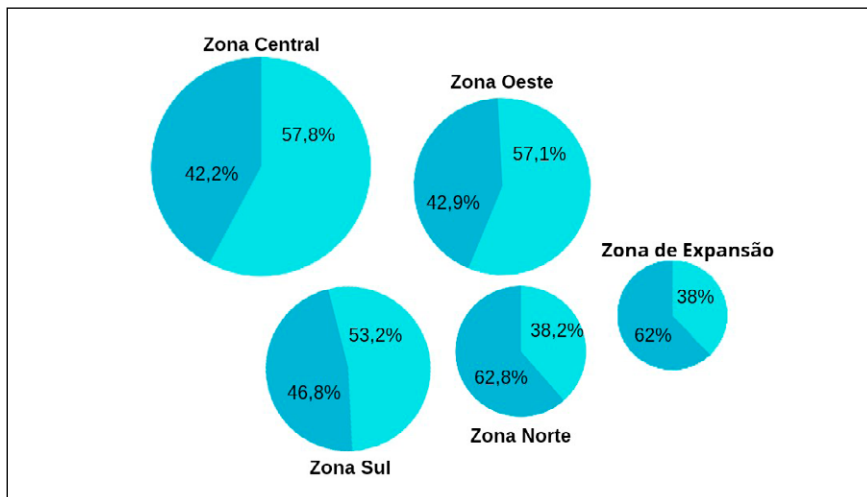
soa mora” (Figura 2.3), para análise do descaso atual com algumas regiões específicas da cidade.

Figura 2.2 - Gráfico de segregação espacial.



Fonte: Autores, 2020.

Figura 2.3- Gráficos de investimento público.



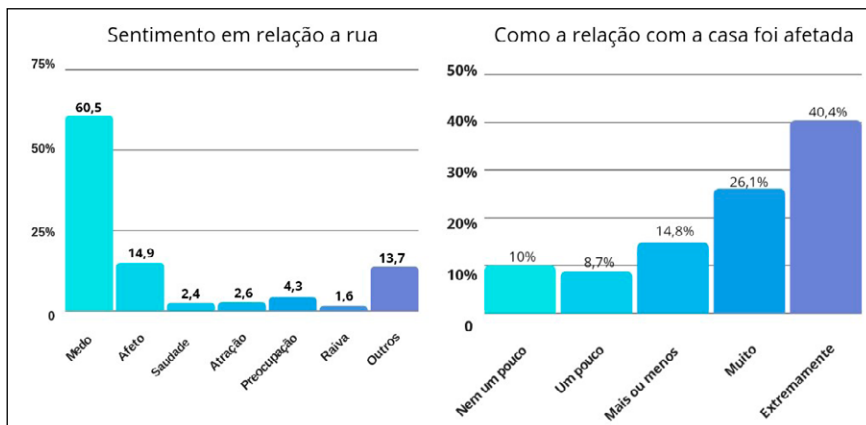
Fonte: Autores, 2020.

Traçando um paralelo histórico do investimento público de Aracaju, a região central e a zona sul sempre foram privilegiadas, possuindo, respectivamente, 57,8% e 53,2% de respostas com “sim, houve investimento público na minha região”. Os gráficos também nos apresentam uma região praticamente ignorada pelo plano diretor da cidade, que possui 20 anos de atraso, que é a zona de expansão possuindo apenas 38% de respostas positivas em relação a esses investimentos. Além da zona norte que desde os primórdios é negligenciada pelo poder público, ficando com 38,2% de respostas positivas. A zona oeste, que conta com bairros como o Jabotiana, por exemplo, possui um grande foco de aplicação de recursos públicos pela forte influência dos investimentos das construtoras e empresários na região, obtendo 57,1% de respostas positivas. Tendo em vista, a preferência pública por certas regiões, o questionário totaliza 74,3% de respostas que Aracaju é uma cidade muito ou extremamente segregada sócio-espacialmente não é algo surpreendente pois apenas é o reflexo de uma negligência pública histórica. Além de que, o único espaço que possuiu uma forte frequência entre os voluntários foi o shopping, sendo os dois mais utilizados localizados na região sul da cidade.

Por fim, as últimas duas perguntas estão relacionadas com o momento atual da pandemia do coronavírus, com o objetivo de analisar os impactos da relação dos voluntários com suas casas e o sentimento em relação a rua (Figura 2.4).

Antes da pandemia a população aracajuana já não tinha uma forte presença de utilização da rua, tendo como maior parte das respostas o uso pouco ou médio dos instrumentos públicos. Em paralelo a isso, com a influência da covid-19, o principal sentimento que os voluntários apresentaram em torno da rua é de medo, atingindo 60,5% das respostas. Outrossim, afeto, saudade e atração tiveram um total de 19,9%, apresentando a outra face do impacto dessa crise na saúde que também é uma crise urbana. Ademais, a influência da pandemia do coronavírus na relação entre o voluntário e sua casa tem uma taxa total de 66,5% de extremamente e muito afetados por conta da mesma.



Figura 2.4 - Gráficos de sentimento em relação a rua e a casa.

Fonte: Autores, 2020.

Considerações finais

A construção das distopias em obras literárias e audiovisuais passa a descrição das relações sociais e apresenta uma reflexão sobre o urbano em que essa está inserida. A cidade é manifestada como personagem principal, em que além de influenciar é influenciada por essas relações. No entanto, ao sairmos dessas obras, é perceptível a ação do urbano sobre a sociedade, seja pela massificação de comportamentos ou pelo descaso com algumas partes.

O principal objetivo deste estudo era fazer uma constatação da proximidade entre o curta-metragem Recife Frio e a realidade urbana de Aracaju, apresentando as características distópicas desde o início da cidade até o sentimento atual do aracajuano. A realização do mesmo se deu pelo levantamento bibliográfico de quatro fatores- (i) o histórico urbano de Aracaju, (ii) a construção das distopias em obras literárias e audiovisuais, (iii) a pandemia da covid-19 como distopia e (iv) o curta-metragem Recife Frio- esses fatores reunidos influenciaram a construção do questionário para verificar o sentimento da população sobre esses assuntos.

A negligência pública existente desde a transferência da capital, comprovada historicamente e analisada por meio do questionário, nos apresenta que a utopia construída por Inácio Joaquim Barbosa da cidade moderna e bem estruturada é apenas para uma parcela da sociedade aracajuana. Se apresentando como uma distopia para os moradores das áreas não privilegiadas que sofrem com a intensa segregação socioespacial. Além disso, a desvalorização dos espaços culturais associado ao alto índice de frequência de uso dos Shoppings, apresenta a forte massificação e a perda da identidade sergipana.

Destarte, a análise dos resultados do questionário em paralelo com o levantamento bibliográfico, possibilitou uma boa compreensão do tema, comprovando que essa tipificação de metodologia foi bem escolhida e possibilitou a afirmação da hipótese principal de Aracaju como uma distopia. Entretanto, a pesquisa abordou apenas algumas partes desta tese, podendo ser ampliado por meio de reflexões e outros estudos sobre os problemas desse espaço urbano, como a questão ambiental, a massificação arquitetônica e o poder político de caráter coronelista que existe na cidade.

Por fim, é esperado que a partir deste estudo, outras reflexões sobre o tema sejam criadas e que aos poucos a realidade urbana de Aracaju vá se modificando, seja pelo maior uso dos espaços utilizados como instrumentos públicos por parte da população, pela atualização do plano diretor que vise abranger as necessidades urbanas atuais da cidade, pelo maior investimento público em algumas zonas ou a tentativa de tornar a cidade menos segregada.

Referências

Brazil, João Luiz Santana. **Eventos pluviais extremos e risco de inundações na cidade de Aracaju/SE**. Dissertação, Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2016.

Claeys, Gregory. **Dystopia: A Natural History. A study of modern despotism, its antecedents, and its literary diffractions**. Oxford: Oxford University Press, 2017, 556 p.



Cruz, Jeferson Augusto da. **Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926)**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, 2016.

Didi-Huberman, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

Filgueiras, Andrea Rocha Santos **O Mercado Municipal de Aracaju e seus tempos: princípio, perda e reinvenção (1926-2000)**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

Freitag, Bárbara. “Utopias Urbanas”. In: **Encontro da sociedade brasileira de sociologia**. Anais. Fortaleza: SBS, 2001.

Investe turismo chega em Pernambuco. **Turismo.gov**, 01 de julho de 2019. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12781-investe-turismo-chega-a-recife.html>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Jacobs, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000

Lara, Fernando Luiz Camargos. “Modernismo popular: elogio ou imitação?”. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v. 12, n. 13, dez. 2005, p. 171-184.

Loureiro, Kátia Afonso S. **A Trajetória urbana de Aracaju em tempos de interferir**. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisa – INEP, 1983.

Oliveira, Tanuza. Aracaju, nova na criação, “velha” em problemas básicos. **JL-POLÍTICA**. Aracaju, 18 de março de 2019. Disponível em: <<http://jlpolitica.com.br/reportagem-especial/aracaju-nova-na-criacao-velha-em-problemas-basicos>>. Acesso em: 29 de junho de 2020.

Pernambuco. Secretaria de Turismo e Lazer. **Setor de Estudos e Pesquisas da Empetur**. Recife: SETUR, 2018

Pesavento, Sandra J. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

Recife frio. Direção de Kléber Mendonça Filho. Cinemascópio/Símio Filmes. Produtores Associados: Cabraquente produções. Recife, Brasil. Vitrine Filmes, 2009 [DVD]. (24 min), colorido.

Silva, César Henriques Matos e. **Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju**. Tese, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2009.

Souza, Diego de Oliveira. “A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social”. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, jun. 2020, p. 2469-2477. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702469&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 ago. 2020. Epub 05-Jun-2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11532020>.



LARGO DA GENTE SERGIPANA: REPRESENTATIVIDADE E CONFLITOS EM ESPAÇOS CULTURAIS URBANOS

 Daniela Senger¹

O TEXTO TEM COMO OBJETIVO refletir sobre a presença de expressões culturais populares, consideradas **representativas** do estado de Sergipe no espaço público urbano da capital, Aracaju, e busca entender como se deu a construção desta presença a partir do caso do Largo da Gente Sergipana, instalado em Aracaju em 2018. Por ser uma intervenção artística pública, planejada e executada pelo poder público estadual, o nascimento deste espaço cultural é marcado tanto por reconhecimentos quanto por questionamentos e críticas, que foram e são elaborados por parte da sociedade sergipana em diversos veículos de comunicação.

Uma das polêmicas envolvendo essa obra foi o fato de o artista responsável por moldar e criar as figuras ser baiano e não sergipano. Além disso, o volume gasto de dinheiro público, bem como a escolha do local e das representações foram alvo de críticas tecidas por cidadãos, por políticos e por agentes culturais do âmbito das práticas culturais do estado de Sergipe. No caso desses últimos, questões relacionadas à escolha das figuras deram a tônica das críticas, entre outras.

¹ Mestra em Teologia pela Faculdades EST. Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES.



No estado de Sergipe, grupos como a Taieira de Laranjeiras e o Grupo Folclórico Batalhão de Bacamarteiros de Aguada, do município de Carmópolis, entre outros, são oficializados como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC), por meio de inscrição no Livro de Tombo, pela Diretoria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) (Secult, 2016).

Esses dois grupos também estão presentes entre as nove figuras de grupos e/ou expressões ditas folclóricas (Lambe Sujo e Caboclinhos, Chegança, Cacumbi, Taieira, Bacamarteiro, Reisado, São Gonçalo, Parafuso, Barco de fogo), que foram construídas em concreto no Largo da Gente Sergipana, localizado às margens do rio Sergipe, em frente ao Museu da Gente Sergipana, em Aracaju. Nem todas as figuras estão no rol de grupos oficializados como patrimônio imaterial do estado de Sergipe.

Diante dessas premissas, neste estudo, apresentaremos um breve panorama da idealização e da construção do Largo da Gente Sergipana no contexto urbano da capital sergipana. A seguir, faremos uma breve reflexão sobre representatividade e conflitos em espaços culturais urbanos no estado de Sergipe, com foco no caso em tela.

Figura 1. Largo da Gente Sergipana



Fonte: Banese/Portal G1. Foto: Márcio Garcez.

Inaugurado em 2018, o Largo da Gente Sergipana foi projetado pelo arquiteto e urbanista Ézio Déda e está localizado às margens do Rio Sergipe, na Avenida Ivo do Prado, no centro histórico de Aracaju, Sergipe. Realizado pelo governo de Sergipe, envolveu a participação da Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano (SEINFRA), da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP), do Instituto Banese e da Secretaria de Estado da Cultura (SE-CULT). O investimento total da obra foi de R\$ 6.425.530,80 (Sergipe: Governo Do Estado, 2018).

Diante das críticas, o então governador Jackson Barreto veio a público para justificar os gastos com a obra, dizendo que o estado fez um investimento de 2,2 milhões e que o Instituto Banese pagou o restante, pois tem linhas de crédito específicos que só podem ser usados para a cultura:

A obra é tão grandiosa e valorosa, dialoga com nosso povo e nossas raízes, que falar em valor é uma falta de visão e compromisso com a história do sergipano. O Governo investiu R\$ 2 milhões e a outra parte veio do Instituto Banese que possui recursos destinados à cultura, que não podem ser usados em outras áreas. Na época de Déda, o Instituto Banese fez o Museu da Gente, e agora conosco, fez o Largo. (Click Sergipe, 2018).

Conforme a imagem acima, o espaço é uma espécie de píer, que conta com uma área para circulação, socialização e passeio e um atracadouro para pequenas embarcações. Por estar localizado em uma das avenidas mais movimentadas de Aracaju, o largo também conta com um espaço reservado para embarque e desembarque de pessoas em carros de passeio ou em transportes turísticos, além de uma faixa de desaceleração, na qual ocorre o acesso entre o Museu da Gente e o Largo da Gente. O estacionamento mais amplo é disponibilizado pelo Museu da Gente Sergipana, que fica do outro lado da avenida Ivo do Prado.



As imagens do Lambe Sujo e Caboclinhos, Chegança, Cacumbi, Taieira, Bacamarteiro, Reisado, São Gonçalo, Parafuso, Barco de fogo² foram feitas pelos artistas plásticos Felix Sampaio e Tatti Moreno. Segundo informações oficiais,

[...] as imagens estão sendo instaladas com vigas metálicas, dando a quem observa a impressão de que flutuam acima do espelho d'água. O projeto é inspirado nas esculturas dos Orixás localizadas no Dique do Tororó, em Salvador, na Bahia, que foram concebidas pelo próprio Tatti Moreno. Confeccionadas em fibra de vidro e resina de poliéster, cada escultura tem 7 metros de altura. (Sergipe: Governo do Estado, 2018).

O Largo busca, entre outros objetivos socioeducativos e culturais, trazer para o centro urbano expressões nascidas e mantidas nos âmbitos rurais e nas cidades localizados no interior de Sergipe, haja vista estas manifestações serem ainda muito desconhecidas na seara urbana da capital, onde vive o maior número de cidadãos e onde circula grande parte dos turistas que chegam ao estado de Sergipe, conforme atesta a historiadora Josevanda Franco. Ela afirma que essas nove expressões são as “mais representativas” de Sergipe, de acordo com estudo realizado por ela e pela folclorista Aglaé D'Ávila Fontes. (Expressão sergipana, 2018, grifo nosso).

Segundo Josevanda Franco,

do ponto de vista da preservação da memória cultural, o Largo tem um valor inestimável. Na realidade, a cultura popular tende a ficar concentrada mais no âmbito das comunidades onde elas existem e dificilmente a gente tem oportunidade de trazer esses elementos para o grande público. O Museu da Gente Sergipana

² Para saber mais sobre cada manifestação, veja a aba “Largo da Gente Sergipana/Esculturas” no portal do Museu da Gente Sergipana. Disponível em: <<http://www.museudagentesergipana.com.br/>>. Acesso em: mar. 2021.



está colocando fora – para que todos tenham acesso, dentro de um espaço urbano, de possibilidades de visitação e apreciação –, esse grupo de manifestações, danças e folguedos como *os mais representativos do estado*. É fundamental que a população tenha acesso a esse tipo de informação. O investimento na Cultura significa investir em Educação. E quando a gente investe em Educação, a gente cria possibilidades de gerações que consigam compreender melhor o *valor* desse *arcabouço histórico* que acaba se manifestando através da cultura popular”. (Expressão sergipana, 2018, grifo nosso).

No site do Museu da Gente Sergipana, o Largo é apresentado como uma “instalação artística urbana”, que conta com um projeto de instalação dentro do Rio Sergipe, que percorre o centro da cidade de Aracaju:

O Largo da Gente Sergipana é uma *instalação artística urbana* integrada à paisagem natural do Rio Sergipe e ao Centro Histórico de Aracaju, potencializando uma experiência sensorial marcada pela *valorização de nossa identidade cultural*. [...] [Foi] necessário avançar mais sobre o Rio, numa perspectiva de imersão para que a visualização das esculturas pudesse ter melhor ângulo de percepção urbana. [...] Reiteramos que esse avanço respeitou o limite da Ponte do Imperador, não prejudicando a calha de navegabilidade do Rio. [...] *A concepção do projeto está balizada em referências conceituais e formais cujos arquétipos são representantes genuínos e atemporais da identidade cultural sergipana – integrando natureza, arte, cultura, arquitetura e urbanismo.* (Museu Da Gente Sergipana, 2018).

Na ocasião da finalização do Largo da Gente, o então governador Jackson Barreto pontua que a obra tem o intuito de conferir mais beleza à cidade e enaltece a oportunidade de valorização e de homenagem às culturas *do povo* no contexto urbano.

Eu acho que essa vai ser a obra que irá marcar muito a nossa cidade. É o mais belo presente de Aracaju no seu aniversário. Vai ser a *marca de Aracaju, para o Brasil e para o mundo*. Vai projetar



muito a nossa cultura popular, oferecer a oportunidade para se discutir a *origem e a nossa raiz popular, nas suas diversas manifestações*. Quem ama Aracaju quer vê-la cada vez mais bela. *O Largo homenageia e celebra a origem e a raiz da nossa cultura popular*. Estou extremamente feliz pela beleza da obra, pelo trabalho de Êzio, do Banese e o trabalho de Tatti Moreno. No passado, fez-se uma obra para receber o imperador. No presente, nós entregamos um monumento à cultura para homenagear o povo em suas diversas manifestações. (Sergipe: Governo do Estado, 2018, grifo nosso).

O discurso das várias partes envolvidas nesse projeto, incluindo o do governador, deixa claro que trazer essas figuras para o âmbito urbano da capital do menor estado do Brasil é uma maneira de dar visibilidade às práticas culturais **do povo** que vive em cidades do interior de Sergipe, cujas manifestações são tidas como **folclóricas e tradicionais**.

O próprio artista, Tatti Moreno, em sua fala, usa a palavra **descobrimto** para denotar a importância da obra, que ele vê como a materialização da “grandeza da cultura sergipana”, que agora pode ser “descoberta” por mais pessoas do Brasil e **do mundo**:

Depois de meses executando as esculturas, juntamente com meu parceiro Felix Sampaio, fico emocionado. Quero dizer aos sergipanos que eles têm *uma cultura muito grande* que é trazida neste grande projeto. Estamos realizando *o descobrimto para o mundo do grande folclore sergipano*. Então, o Museu da Gente Sergipana completa um sonho, agora, na formação da cultura. Esse conjunto será conhecido mundialmente, eu tenho certeza”, destacou Tatti Moreno. (Sergipe: Governo do Estado, 2018).

Após essa breve apresentação do projeto e da construção do Largo da Gente Sergipana no contexto urbano de Aracaju, iniciamos, no ponto a seguir, uma reflexão sobre questões que emergiram dessa experiência envolvendo representatividade e conflitos em espaços culturais urbanos, atentando, sobretudo, para o caso do Largo da Gente Sergipana.



Representatividade e conflitos em espaços culturais urbanos no estado de Sergipe: o Largo da Gente

Como vimos acima, as vozes de governantes, de realizadores e de parte da população reconhecem a importância dessa obra para a cultura, para a identidade e para o turismo sergipano. Por outro lado, diversos portais de notícias que à época veicularam reportagens sobre a inauguração do Largo também registraram que alguns cidadãos consideraram os investimentos muito altos e que tanto dinheiro poderia ser utilizado de forma mais ampla no turismo estadual e em outros **setores mais necessários**, o que costuma ser uma problemática comum entre brasileiros, que, muitas vezes, não compreendem os mecanismos das políticas públicas e das verbas destinadas a determinados setores. Além disso, críticas quanto à localização do monumento também foram levantadas, especialmente por conta de questões ambientais envolvendo o Rio Sergipe.

Para o então governador, o excesso de críticas indica preconceitos diante das culturas populares:

Aqueles que têm formação cultural compreendem que é papel do Governo fortalecer as *raízes do povo*, investindo na parte cultural e *resgatando os grupos folclóricos tradicionais*. O largo em frente ao Museu da Gente Sergipana tem essa vertente, pois cada escultura representa uma dança, um viés do folclore sergipano e da cultura popular. Tem gente que não gosta da cultura popular e não tem uma visão concreta do assunto”, disse. O governador questionou os motivos das críticas e revelou enxergar preconceito com a *cultura do povo*. “Porque a crítica? Porque não se aplaudir um investimento feito para valorizar a cultura popular? Porque o preconceito com a cultura do povo? Quando vejo essas coisas, vejo um Brasil de hoje, que é cheio de preconceito. Abaixo ao preconceito e viva a cultura popular, finalizou (Click Sergipe, 2018).

A fala do governador, apesar de não entrar em detalhes, parece estar ligada a um outro tipo de colocação que surgiu nesse contexto que foram aquelas que abordam questões de raça e religião a partir das



figuras representativas dos grupos de culturas populares. Para alguns, o apelo negro, indígena e afroreligioso de algumas manifestações é “muito exagerado” [sic] naquele espaço. Pode haver aí casos de intolerância religiosa e de racismo contra determinados grupos, termos que parecem estar por trás da observação do então governador.

Em uma das notícias sobre a inauguração do Largo no Aniversário de Aracaju, o Portal Infonet, numa reportagem de opinião, coloca em tela que o monumento é uma oportunidade para a criação artística, para o crescimento turístico e para a valorização das coisas do povo sergipano, o que certamente inclui as práticas de consumo.

O debate já está posto e coloca mais uma vez a cultura em pauta. Que as grandiosas esculturas virem souvenirs pelas mãos dos artesãos sergipanos e encantem turistas. Que as esculturas se perpetuem em visita como os sagrados orixás em Salvador (BA). Que sejam ponto de partida para mais valorização e resguardo da raiz popular de nosso povo. Que os debates continuem e se formulem mais políticas públicas. Parabéns. Aracaju, por seus 163 anos, parabéns ao Largo da Cultura Sergipana, da Gente Sergipana, *fruto das mãos de quem emana vontades e deveres de se construir a outrora adormecida sergipanidade*. Parabéns àqueles que pensam, planejam e fazem. Afinal, construções arrojadas sempre demandam criatividade e coragem. O resto é somente blábláblá (Infonet, 2018).

O trecho também traz à tona a questão da sergipanidade³, termo que surge nesses debates como forma de reivindicar a identidade sergi-

³ Segundo o portal Sergipe em Foco, “24 de outubro, é celebrado o ‘Dia da Sergipanidade’, uma data que surgiu há cerca de 20 anos e possui um grande significado, principalmente por enaltecer a história do nosso povo, da nossa cultura, da nossa história. Esta é a segunda data mais importante, em termos histórico-culturais, seguida do ‘Dia da Emancipação Política de Sergipe’, comemorada em 8 de julho”. Sergipe em foco. Sergipanidade: conheça um pouco da história e cultura da nossa gente. 24/10/2020. Portal Sergipe em foco. Disponível em: <<https://sergipeemfoco.com.br/v2/noticia/sergipanidade-conheca-um-pouco-da-historia-e-cultura-da-nossa-gente/25170#:~:text=Hoje%2C%20de%20Outubro%2C%20%20C3%A9,-nossa%20cultura%20da%20nossa%20hist%3%B3ria.>>. Acesso em: fev. 2021.

pana que se potencializa ao se reconhecer como tal. Segundo a reportagem em tela, o Largo é uma maneira de reacender a “outrora adormecida sergipanidade”, algo que julga ser central na construção do espaço, “o resto é somente blábláblá”, ou seja, as críticas não tiram o potencial da obra e o que ela representa para o estado, confirma a reportagem.

Denio Azevedo, estudioso da área do turismo e sociologia que pesquisa **sergipanidade** como construção social, pontua que esse termo está atrelado às vivências individuais e coletivas daqueles que são de Sergipe ou que vivem (em) Sergipe, as quais são dinâmicas.

A Sergipanidade é um sentimento de pertença a Sergipe. Por ser um sentimento, é algo difícil de explicar, pois é algo *intangível e dinâmico*. As construções identitárias são variadas e as percepções também são distintas. Narrativas, imagens, fatos históricos, aspectos geográficos, literatura sergipana, intelectuais sergipanos, ícones oficiais, arte sergipana, música sergipana, gastronomia Sergipana, enfim, diferentes *saberes e fazeres* são utilizados ao longo dos anos como *representantes de múltiplas narrativas que procuraram concretizar as identidades sergipanas*. A valorização do eu sergipano, a diferença com o outro, o não sergipano e a percepção dos diferentes sergipanos, geraram Sergipanidades. As marcas das Sergipanidades são infinitas e renováveis, mas alimentam os diferentes álbuns contidos na memória individual e/ou coletiva. A minha Sergipanidade é um conjunto de vivências que foram/são experienciadas ao longo da minha trajetória, portanto, ela continua sendo (re) construída (Azevedo, 2019, S/N, grifo nosso).

Nesse sentido, conforme dito alhures, a contratação de um artista baiano para a feitura das figuras também foi alvo de críticas. “Não haveria uma pessoa sergipana para fazê-la?” Muitos questionaram. É possível inferir que esse questionamento esteja ligado à ideia de uma “outrora adormecida sergipanidade”, que o próprio Largo visa (re) construir por meio da celebração da cultura do povo sergipano em um espaço público de central importância e visibilidade.



Nesse caso, contudo, a crítica diante da escolha do artista que fez as estátuas faz pensar que a ideia de sergipanidade contida aí não se atrela àquela que leva em conta a dinamicidade da sergipanidade, em outras palavras, uma sergipanidade que não é fixa tampouco pronta, seguindo o que pontua Azevedo.

Nessa questão, percebe-se que houve um conflito em torno da ideia de representatividade, afunilada no caso da noção de sergipanidade. O artista baiano além de não ser sergipano foi o responsável por construir o monumento baiano que serviu de inspiração para o projeto do Largo da Gente Sergipana, o Dique do Tororó, em Salvador. É provável que haja aí um nível de descontentamento no que tange à escolha de se espelhar no monumento do vizinho estado da Bahia, embora essa não tenha sido a única referência.

Para além dessa questão da representatividade em termos de sergipanidade, sabe-se que houve críticas com relação à escolha das imagens consideradas representativas do estado de Sergipe, pois existem inúmeras outras manifestações ditas folclóricas que não foram contempladas nesse projeto, o que, possivelmente, torna-se um contributo para os conflitos sociais entre os próprios grupos que lutam por “representatividade”, prestígio simbólico, apoios, reconhecimento e visibilidade no campo das práticas turísticas, culturais e socioeconômicas de Sergipe, possibilitadas pelo trânsito desses grupos na seara urbana, onde os eventos culturais e as práticas de consumo de bens culturais têm maior envergadura.

A cientista social Luciana de Araújo Aguiar realizou estudos sobre as culturas populares sergipanas, com foco no Encontro Cultural de Laranjeiras, que ocorre anualmente desde 1976. Neste contexto, a pesquisadora analisa as relações de disputa por prestígio e autenticidade que geram rivalidade entre os grupos no âmbito da vivência das culturas populares em programas e projetos culturais promovidos e apoiados pela iniciativa pública.

A caracterização dos grupos como folclore tradicional, mirim ou parafolclore (“grupos artísticos de projeção folclórica”) (Aguiar, 2013, p.



87), segundo Aguiar e outros estudiosos das culturas populares sergipanas, é um dos gatilhos que instiga a competitividade tanto em festivais quanto em vivências cotidianas, e isso provavelmente se estende aos casos mais recentes de patrimonialização ou à ideia de patrimonialização dos grupos, o que inclui o Largo da Gente Sergipana, com o adendo de ser hoje um dos espaços de maior visibilidade e prestígio simbólico no estado.

Por exemplo, no âmbito do Encontro Cultural de Laranjeiras, a Taieira, o Cacumbi e a Chegança são os grupos que estão no topo da cadeia de prestígio simbólico por fazerem parte dos rituais em homenagem aos santos dos negros, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, e esses três foram incluídos no Largo da Gente Sergipana. Por outro lado, inúmeros grupos apenas desfilam em cortejo pelas ruas, não sobem ao palco e nem se apresentam na igreja. Segundo Aguiar, essas localizações espaciais das performances têm associação com o prestígio simbólico de cada grupo, o que gera relações sociais conflituosas e algumas questões paradoxais no que tange à busca por autenticidade e/ou visibilidade.

Néstor Canclini reflete sobre isso na obra “Culturas híbridas” (1998), especialmente no capítulo “Das utopias ao mercado”, quando fala da constante luta por **divulgação** (visibilidade, consumo, ganhos) e **distinção** (diferenciação frente ao que é massivo), uma espécie de corda bamba do capitalismo por onde tentam se equilibrar as diversas expressões artísticas na modernidade.

Conforme Aguiar,

a presença do palanque para as apresentações folclóricas gera muitas controvérsias entre os participantes das danças e os pesquisadores e políticos envolvidos com o Encontro. As controvérsias giram em torno de dois polos opostos: autenticidade x desejo de ser mais bem visto. Para alguns políticos e alguns pesquisadores, e mesmo para alguns atores da cultura popular, o palanque tira a autenticidade dos grupos folclóricos. Por outro lado, para a maioria dos participantes desses grupos, o palanque é conside-



rado a melhor maneira de ser mais bem visto pelos espectadores (Aguiar, 2013, p. 94, grifos nossos).

No caso do Largo da Gente Sergipana, esse paradoxo parece não se aplicar e, na realidade, parece ser exatamente o contrário, pois ali estão representados, por escolha e “por importância”, expressões culturais sergipanas que são mostradas de forma fixa e representativa ao maior público possível, no âmbito urbano de consumo de bens culturais, revestidos por termos e ideias como **tradição, cultura, cultura sergipana, sergipanidade, patrimônio, preservação, manifestações de valor inestimável, do povo, de raiz** etc. No caso do Largo, como a questão da performance não está presente, a visibilidade, a representatividade e a ideia de patrimonialização são elementos para, provavelmente, gerar outras disputas entre os grupos.

Sabe-se que o selo de patrimônio imaterial, que é conferido a alguns grupos por instâncias públicas, também gera conflitos e desequilíbrios nas relações sociais entre os membros e mestres dos grupos. Quando falamos em “ideia de patrimonialização”, o fazemos porque muitos desses grupos não têm um selo de patrimônio oficial, inscrito no livro de Tombos, mas o termo “patrimônio” é comumente utilizado nos discursos que embasam a construção de uma valoração desses grupos em ações como a criação do Largo da Gente Sergipana.

Os grupos que são patrimonializados ou os que são escolhidos como representativos de Sergipe para ocupar lugares que são física e simbolicamente “espaços de prestígio” passam por um processo de inclusão e de exclusão, no caso de ações como os encontros culturais e a criação de espaços culturais como o Largo da Gente Sergipana. As ações de “valoração” e a ideia de patrimonialização acabam por gerar discursos de contrapartida por parte dos grupos, especialmente quando precisam se caracterizar em prol da sua manutenção e do direito à ocupação dos espaços culturais.

Nesse sentido, a categoria latouriana de “antigrupos” nos leva a pensar nas disputas e conflitos já abordados em pesquisas sobre cultu-



ras populares no que tange às relações sociais e de poder estabelecidas nesses, sendo a prática e a ideia da patrimonialização um tema a ser investigado neste sentido.

Consonante com Latour, a delimitação de um grupo apresenta quatro ramos: 1) há sempre alguém (uma ou mais pessoas) que fala pelo grupo (porta-voz), delimitando quem são, quem deveriam ser ou o que já foram; 2) delimitar-se envolve apontar quem são os antigrupos do grupo (comparação e vínculo de concorrência); 3) o grupo se forma e se mantém também dentro de fronteiras bem definidas e cuidadosamente conservadas a fim de superar pressões e antigrupos, para se delimitar e se preservar; 4) cientistas sociais, as ciências sociais, a estatística social e jornalistas sociais também se tornam porta-vozes da definição de grupos, ensaiando diferentes formas de reconhecer a sua formação (Latour, 2012, p. 55-58).

Latour (2012) busca compreender a formação de grupos também a partir de suas relações de alteridade, o que está visível nas descrições aqui elaboradas: grupos buscam se delimitar apontando quem são os antigrupos do seu grupo (o que engloba a comparação e o vínculo de concorrência).

O grupo se forma e se mantém também dentro de fronteiras bem definidas e cuidadosamente conservadas a fim de superar pressões e antigrupos, para se delimitar e se preservar, neste caso, dentro das adjetivações que se consolidaram como relevantes para a sobrevivência do coletivo: sendo o termo **tradicional** um dos mais acionados no campo das culturas populares, ao lado de termos como **antigo, do passado, centenário, autêntico, original, de raiz, do povo etc.**

Essa análise nos leva à afirmação de Leite (2005, p. 86) ao refletir sobre a noção moderna de patrimônio como relíquia em Giddens:

A dimensão possivelmente alienada do patrimônio retradionalizado, que sugere a existência de um fetichismo das tradições, relaciona-se à problemática levantada por Giddens (1997), relativa à transformação do patrimônio em relíquias na sociedade pós-



tradicional. Para Giddens, essa transformação ocorre quando os costumes locais perdem suas conexões com o presente e tendem a subsistir como uma “reliquia”. Uma das consequências dessa transformação é que a reliquia perde sua relação afetiva com o lugar ao se transformar em um ícone do passado.

Por fim, os discursos arrolados acima, na primeira parte deste texto, transparecem que as visões sobre os grupos das culturas populares considerados representativos do estado de Sergipe estão fortemente pautadas nessa ideia de reliquia, que, muitas vezes, se concentra bastante no passado, quase que como um objeto de culto. Quando uma qualificação se torna critério para determinar valores, que também são socialmente construídos, é inevitável que surjam conflitos, pois certas características acabam excluindo alguns grupos à medida que outros são incluídos. Aqui, o objetivo final da escolha é o contexto urbano, de consumo, de trânsito, de visibilidade.

Considerações finais

A construção do Largo da Gente Sergipana levou muitos anos para ser concluída, tendo passado por inúmeros estudos, pesquisas e adequações para finalmente ser inaugurada em 2018, no espaço público urbano da capital, Aracaju. A questão da representatividade e os conflitos presentes na elaboração desse espaço deram a tônica deste artigo por se revelarem como partes constitutivas dos discursos das vozes envolvidas.

É comum que obras e projetos protagonizados pelo poder público, neste caso o estadual, tenha seus processos marcados por reconhecimentos e por críticas provenientes de diversas partes. As críticas levantadas com o advento dessa obra na seara cultural giraram em torno da escolha dos artistas que fizeram as figuras (contrastante do que se espera da “sergipanidade”), do local escolhido para a instalação do Largo, do valor de investimento público e da escolha dos grupos representativos do estado de Sergipe, entre outras.



Nem todos os grupos escolhidos são oficialmente Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado, mas a ideia de patrimonialização costuma estar presente nos discursos, e tal noção está bastante atrelada ao passado e à antiguidade do grupo. Essas construções também acabam gerando rivalidade e conflitos entre os grupos de culturas populares. Não é incomum haver discursos pautados no “nós” e no “eles”, que se assemelha ao que diz Latour ao descrever a noção de antigrupos.

Percebemos que a marca do passado é bastante reivindicada pelos próprios grupos e também pelos agentes responsáveis por organizar ações e políticas públicas no âmbito da cultura, que é o caso do Largo da Gente. O presente dos grupos, contudo, se materializa em práticas bem mais complexas, que incluem vestes específicas, cantos, performances e rituais, e esses grupos buscam diariamente meios para continuar sobrevivendo dentro dessa materialidade, e participar desses espaços de prestígio acabam se tornando importantes por essa razão.

Poderíamos inferir que a realidade de sobrevivência e de resistência ao longo dos anos, se for século, ainda mais, confere a eles um selo patrimonial extraoficial. Embora a reivindicação de tradição e de antiguidade esteja sempre muito presente, ditadas como *reliquias*, questões relacionadas ao etos de cada grupo continuam sendo pouco conhecidas pela população em geral, mesmo quando inseridas em um espaço público urbano de grande visibilidade como o Largo da Gente Sergipana.

Referências

Aguiar, Luciana de Araújo. “Autenticidade, prestígio e rivalidade no contexto da cultura popular: o Encontro Cultural de Laranjeiras (SE)”. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, mai. 2013, p. 81-100.

Azevedo, Denio. Sergipanidades. **Blog Sergipe Trade Tour**. 2019. Disponível em: <<https://sergipetradetour.com.br/blog/denio-santos-azevedo/post/sergipanidades>>. Acesso em: fev. 2021.

Banese. “Campanha Sergipanize-SE é inspirada em manifestações do Largo da Gente Sergipana”. **Portal de notícias G1**. 21/08/2020. Disponível em: <<https://>



g1.globo.com/se/sergipe/especial-publicitario/banese/sergipanize/noticia/2020/08/21/campanha-sergipanize-se-e-inspirada-em-manifestacoes-do-largo-da-gente-sergipana.ghtml>. Acesso em: fev. 2021.

Canclini, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

Click Sergipe. “Críticas à obra: Jackson Barreto vê preconceito com a cultura popular”. **Portal de notícias Click Sergipe**. 10/03/2018. Disponível em: <<http://www.clicksergipe.com.br/politica/4/40140/criticas-a-obra-jackson-barreto-ve-preconceito-com-a-cultura-popular.html>>. Acesso em: jan. 2021.

Secult. “Sergipe ganha dois novos patrimônios culturais”. **Portal Infonet**. 25/08/2016. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/cultura/sergipe-ganha-dois-novos-patrimonios-culturais/>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

Expressão Sergipana. “Você conhece as manifestações culturais do Largo da Gente Sergipana?”. **Portal Expressão Sergipana**. 15/03/2018. Disponível em: <<https://expressaosergipana.com.br/voce-conhece-as-manifestacoes-culturais-do-largo-da-gente-sergipana/>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

Latour, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012.

Leite, Rogerio Proença. “Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas”. **Sociedade e cultura**, v. 8, n. 2, pp. 79-89, 2005.

Museu Da Gente Sergipana. “Largo da Gente Sergipana: o conceito do projeto”. **Portal do Museu da Gente Sergipana**. 2018. Disponível em: <<http://www.museudagentesergipana.com.br/wps/portal/inicio/largodagentesergipana>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

_____. “Largo da Gente Sergipana/Esculturas”. **Portal do Museu da Gente Sergipana**. S/D. Disponível em: <<http://www.museudagentesergipana.com.br/>>. Acesso em: mar. 2021.

Sergipe Em Foco.” Sergipanidade: conheça um pouco da história e cultura da nossa gente”. **Portal Sergipe em foco**. 24/10/2020. Disponível em: <<https://sergipeemfoco.com.br/v2/noticia/sergipanidade-conheca-um-pouco-da-historia-e-cultura-da-nossa-gente/25170#:~:text=Hoje%2C%2024%20de%20Outubro%2C%20%20C3%A9,nossa%20cultura%2C%20da%20nossa%20hist%C3%B3ria.>>. Acesso em: fev. 2021.

Sergipe, Governo Do Estado. “Esculturas folclóricas começam a ser montadas no Largo da Gente”. **Portal de notícias**. 03/03/2018. Disponível em: <<https://www.se.gov.br/noticias/governo/esculturas-folcloricas-comecam-a-ser-montadas-no-largo-da-gente>>. Acesso em: mar. 2021.



CONSUMO E SOCIABILIDADE URBANA NA ÁREA CENTRAL DE PELOTAS/RS. APONTAMENTOS PARA PESQUISAS EM CIDADES MÉDIAS

 Eder Malta¹

DESDE A DÉCADA DE 1950, na Europa e América do Norte, e após os anos de 1980, no Brasil, os estudos urbanos adotaram um referente empírico de grande valor heurístico para categorizar o consumo e a sociabilidade urbana ao relacionar desenvolvimento econômico ao patrimônio cultural: os antigos centros urbanos. Tais estudos ressoaram na produção de pesquisas acerca do valor patrimonial, simbólico e econômico na reestruturação das áreas centrais por meio de políticas de intervenção paisagística e de patrimonialização (Leite, 2007; Arantes, 2009; Malta, 2017; 2018), de planejamento urbano, *gentrification* e consumo cultural (Featherstone, 2007, 2011; Zukin, 2010; Leite, 2015) cujo *marketing* ostensivo dos mercados de bens culturais atraiu diversos tipos de empreendimentos de serviços e dos setores imobiliários.

Grande parte dessas pesquisas se detiveram nas áreas antigas das metrópoles, sítios históricos e paisagens culturais inscritas na lista da

¹ Pós-doutorado (PNPD/CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (RS). Doutor e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS) e pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (Labeurc/UFS). Atualmente é professor do Centro Universitário Maurício de Nassau-Aracaju (Uninassau).



Unesco – e do Iphan, no caso brasileiro. Em geral, as abordagens versam sobre as ações das políticas urbanas de intervenção do patrimônio cultural e dos espaços públicos associadas à planos de sustentabilidade e de reestruturação dos centros urbanos. Como ressalta Fortuna (2013), na tradição da sociologia urbana o referencial teórico-metodológico tem sido as metrópoles nascidas da industrialização europeia e norte-americana, e as chamadas cidades globais – consequentes do processo de globalização econômica e cultural contemporâneas.

Para este autor, as abordagens sociológicas em torno de um “universo geocultural” de cidades pequenas e médias tornam-se inovadoras à medida que demonstram seus dramas, suas capacidades e seus patrimônios de modo diferente da linguagem dos grandes aglomerados urbanos que predominam na sociologia urbana desde os finais do século XIX. Mas este olhar epistêmico concentrado nas metrópoles prossegue no século XX em diante e dificulta a interiorização do conhecimento. Ele é procedente de uma teoria urbana hegemônica consagrada em tal período pelos programas acadêmicos que promovem um estatuto subalterno às cidades médias e pequenas – principalmente se tal olhar partir de um eixo Sul global x Norte global –, dedicando-as, segundo Fortuna (2013, p. 8), “a viver sem teoria explicativa. Destinadas a sobreviver sem serem compreendidas, quiçá, sem reflexão sobre si próprias e o mundo urbano que as envolve, destinadas que pareciam a permanecer na sombra do entendimento”.

Em publicação chamada *Ces villes dont on ne parle pas*, Authier e Bidou-Zachariasen (2017) organizaram uma interessante temática para chamar atenção sobre a invisibilidade das pequenas e médias cidades nas pesquisas urbanas que privilegiam determinados tipos de representação sociocultural e política do urbano. Os autores alegam que a concentração de pesquisas nas grandes cidades tem como fato principal as representações dos próprios gestores da política e das corporações econômicas que consideram as metrópoles os centros do desenvolvimento econômico, da inovação, dos fluxos de pessoas, bens e informação. São



representados também, em detrimento de outras tipologias de cidade, como centros de fornecimento de empregos tanto para graduados e especialistas, quanto para grupos sociais pouco qualificados nos mercados da sociedade pós-industrial².

Seguindo essa linha de argumentação, este trabalho investiga a relação entre as políticas urbanas e práticas de consumo em cidades médias brasileiras, tendo como referencial empírico a Área Central da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul³. Entendemos que esta relação torna os centros urbanos espaços de investimentos mercadológicos ou a própria mercadoria, pois os princípios de estruturação contemporânea dos centros urbanos são balizados através de uma dupla apropriação, apontada por Featherstone (2007), da dimensão cultural da economia e da economia dos bens culturais. Por um lado, a simbolização e os usos dos centros urbanos na qualidade de atrativos e imagens urbano-culturais – não apenas espaços de utilidades fins. Por outro, a oferta, a demanda, a acumulação de capital, a competição e a monopolização dos usos de certos espaços pelos mercados de bens culturais.

As políticas urbanas na Área Central de Pelotas iniciaram-se no início dos anos 2000 com a intervenção do centro histórico que estimularam o redensolvimento econômico, após um ciclo de recessão decorrente do declínio de moradia, de investimentos privados e da con-

² Conforme indicam Authier e Bidou-Zachariasen (2017, p. 9), as pesquisas urbanas têm sido e são ainda muito focadas nas metrópoles e nas grandes cidades. Mas as realidades da vida urbana não se limitam às hierarquias das cidades, pois “mais da metade da população urbana mundial vive e deve continuar a viver em aglomerações de menos de meio milhão de habitantes e apenas 9% em ‘megacidades’ de 10 milhões de habitantes ou mais”. No Brasil, desde 2010, a mídia tem divulgado diversas reportagens que apontam o crescimento vertiginoso das cidades médias tanto economicamente quanto em termos populacional, de oportunidades de trabalho, inovação de atividades e investimentos empresariais acima da média nacional. C.f. Souza (2016).

³ Conforme veremos, este recorte empírico decorre da patrimonialização do Conjunto Histórico de Pelotas, tombado nacionalmente Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Brasília, no dia 15 de maio de 2018.



corrência com novos empreendimentos em outros bairros da cidade. Os usos do centro têm se diversificado com a proliferação de espaços culturais de consumo associadas ao turismo, ao lazer, à vida noturna, à vida estudantil e ao patrimônio material e imaterial pelotense, de modo que se constitui uma nova paisagem cultural.

Além da revisão de literatura e documental, a pesquisa seguiu a metodologia qualitativa com técnicas de observação direta e registros iconográficos dos usos socioespaciais e da sociabilidade pública. No decorrer da pesquisa, consideramos investigar em que medida a observação das práticas de consumo em áreas patrimoniais possibilita-nos a compreensão da sociabilidade urbana nas áreas centrais revitalizadas. Para isso, investigamos algumas práticas decorrentes da própria sociabilidade, os usos socioculturais e espaciais numa cidade média e universitária como Pelotas.

Com foco nessa problemática, o objetivo principal é discutir como as práticas de consumo têm reestruturado o espaço público e a paisagem urbano-cultural pelotense através de investimentos mercadológicos. Também, conforme indicado por Leite (2007), observa-se as práticas interativas e as formas de sociabilidades públicas típicas da sociedade de consumo. Por fim, apreendemos que as intervenções urbanas em áreas centrais produzem novas centralidades e têm gerado um processo de **concorrência intracidade** que resulta da associação das práticas de consumo aos elementos sociosimbólicos e representativos dos centros urbanos, para convertê-los em recursos potenciais de mercado (Malta, 2017; 2018). Neste sentido, busca-se compreender tais premissas com base nas observações construídas na Área Central de Pelotas durante um período de 2 anos.

Cidades médias, consumo e vida urbana

As pesquisas sociológicas têm concentrado nos centros urbanos metropolitanos os estudos sobre cultura e vida urbana. Em outras



áreas, caso da Geografia⁴, há pesquisas bastante avançadas sobre as cidades médias (Serra; FILHO, 2001; Sposito, 2006; Soares, 2011; Bellet *et al.*, 2015; Silva, 2015) que, em geral, enfocam dois critérios. O primeiro critério, no âmbito dos estudos sobre fragmentação urbana e da hierarquia das cidades no espaço regional, nacional e global, baseia-se nas características demográficas – no Brasil, segundo o IBGE, as cidades médias concentram uma população entre 100 mil e 500 mil habitantes – da qual se extrai sua classificação limiar entre as pequenas e grandes cidades. Para Serra e Filho (2011, p. 3), tal critério considera “a população urbana como *proxy* do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível de infraestrutura existente e grau de concentração das atividades”. Neste sentido, a infraestrutura da cidade é, portanto, (inter)dimensional, possui um padrão de crescimento e espaço físico com elevada extensão imobiliária.

O segundo critério possui enfoque funcional. De acordo com Sposito (2006, p. 75), presume-se as cidades médias aquelas que “desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano”. Examina-se então a qualificação urbana, a forma espacial e sócio-histórica das áreas centrais, a intermediação transregional dos mercados, tecnologias e suporte comunicacional dessas cidades com as demais regiões de cada estado (Silva, 2015). Essas funções são específicas quanto às relações externas, à estrutura interna e aos problemas sociais das cidades, mas suas características podem variar em cada momento histórico, país e região (Serra; Filho, 2001).

Essas pesquisas concebem as cidades médias em escala global, pois são cidades que estabelecem complexas relações com outras redes urbanas de níveis muito diversos. Em primeiro lugar, conforme afirmam

⁴ Geógrafos debatem essa temática ao menos há três décadas, sendo um dos principais espaços de interlocução a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).



Bellet *et al.* (2015, p. 7), devemos refletir sobre “o consumo no centro das práticas espaciais contemporâneas e como tem afetado a divisão interurbana do trabalho” no processo de reestruturação urbana. Em segundo lugar, consoante a percepção desses autores, o consumo torna-se central para compreensão da vida urbana por ser uma prática que envolve desde a redefinição do mundo do trabalho, as mudanças socioeconômicas decorrentes da globalização, da transformação das lógicas produtivas e da apropriação dos espaços (estrutura, forma, paisagem e os usos) que se tornam capazes de cumprir com as novas exigências e funções dos agentes econômicos, da propriedade privada e do mercado imobiliário.

Timidamente as cidades médias ganham importância na Sociologia e nos estudos urbanos e culturais brasileiros (Carvalho, 2002; Malta, 2019) e internacionais (Gomes, 2013; Authier; Bidou-Zachariaisen *et al.* 2017), embora careça de uma agenda consolidada de pesquisa⁵. Alguns estudos clássicos (Simmel, 1997; Wirth, 1997) traduzem o referencial teórico-metodológico das grandes cidades em detrimento das pequenas e médias cidades. Simmel (1997) se destacou ao analisar as formas de vida urbanas, marcadas pelo predomínio do entendimento e pelo jogo interativo entre os estilos de vida, a divisão do trabalho, a objetividade da cultura e a monetarização da economia.

Empenhado em caracterizar a cultura urbana metropolitana como a cultura da modernidade, esse autor focou nas manifestações do

⁵ A mesa-redonda “Sociologia das cidades médias e pequenas: novas perspectivas de análise” (Blanc, M. V.; Conceição, W.; Freire, J.; Pereira, J. M., 2019) contribuiu com importante debate sobre o modo de vida das médias e pequenas cidades brasileiras. A mesa entendeu que há uma produção crescente sobre os estudos urbanos na sociologia sobre cidades não-metropolitanas, mas que se buscou como as práticas de segregação residencial na organização espacial dos municípios e as dinâmicas sociais desses locais. Na Antropologia urbana, também em 2019, foi lançado o “Dossiê: Cidades do Interior, Interior das Cidades” (Noletto, Rafael da Silva, Magni, Claudia e Reith, Flávia, 2019, p.5), sendo uma publicação que envolve também as pequenas cidades “mais precisamente debatendo sobre questões pertinentes a cidades de média e pequena escala situadas nos “interiores” do Brasil”. É importante aqui considerar que esses debates impulsionam uma crítica ao protagonismo das metrópoles com foco dos estudos urbanos em geral.



sensível e dos microuniversos que conformam o cotidiano nas cidades. Sua metodologia consistiu no contraste entre as grandes e pequenas cidades para elucidar a natureza, a originalidade das formas de vida e a diferenciação temporal na metrópole em relação às comunidades mais tradicionais. No entanto, Simmel não recorreu à noção de “densidade populacional” para assinalar uma ligação causal entre as cidades e vida cultural. Ele tinha a convicção de que o tamanho de um aglomerado urbano e a monetarização da vida social afetava a vida cultural (Savage; Warde, 1993).

Ao apresentar sua definição do “urbanismo como modo de vida”, Louis Wirth (1997, p. 46) observou a existência de numerosas tentativas de acadêmicos para “identificar as características distintivas da vida urbana”. O autor declinou das tentativas de definir as cidades com base na sua dimensão – algo que ele considerava uma caracterização arbitrária –, pois observou o urbanismo nas comunidades pequenas que se encontram no raio de influência de uma metrópole em detrimento de cidades maiores interioranas ou de predominância rural – o contraste dos modos de vida nas cidades, para Wirth, consiste entre a cultura urbana e a rural. Assim, o conceito de urbanismo não é correlato às entidades físicas, mas sim aos modos de vida.

Esses dois clássicos fornecem pistas para analisarmos as cidades em sentido plural. Fortuna (2013) alega que devemos atentar para o sentido de lugar, a história vivida e as memórias urbanas das médias e pequenas cidades. Para o autor, a ausência de um programa de estudos sociológicos mais sistemático não indica um parâmetro negativo. Tal lacuna traça uma expectativa atualizada de cidades, inclusive se pensarmos que elas não são cidades do avesso do modelo canônico e, mesmo que reveladas de modo fragmentário, são importantes lócus de pesquisa e fontes de contribuição teórica. Exemplo desta expectativa são as cidades universitárias de porte médio que têm entre as causas da reestruturação o fluxo de estudantes e profissionais liberais que alteram os modos de vida de bairros, a oferta de bens, serviços e moradia



como Ouro Preto (MG) (Malta, 2019); São Carlos (SP) (Breda, 2018), Santa Maria (RS) (Machado, 2012); ou que possuam intensa relação econômica e imagética cidade-universidade, casos das cidades de Pelotas (RS) (Inchauspe; Neto, 2018) e Campina Grande (PB) (Nóbrega, 2012).

Nesta pesquisa não pretendemos categorizar as cidades médias como um lócus de investigação por oposição às metrópoles. Compreendese as características socioespaciais, econômicas e culturais das cidades a partir da relação entre espaço, consumo e vida urbana. Este é o nosso ponto de partida para o desenvolvimento de reflexões sob a contribuição teórica-metodológica socio-antropológica. Busca-se debater os arranjos espaciais, socioculturais e formas em que a cidade está representada nas práticas de consumo – por conseguinte as práticas sociais e a gama de valores culturais atribuído às paisagens, espaços públicos e monumentos dos centros urbanos.

Convém ressaltar a importância de compreendermos as cidades médias a partir dos processos políticos e econômicos sem perder de vista os processos de mudança sociocultural da chamada sociedade de consumo. Os mercados de bens culturais e de autenticidade inscrevem-se na sociedade contemporânea como marcadores de mudanças representacionais, das práticas socioespaciais e dos princípios de estruturação das cidades e dos estilos de vidas urbanos ávidos por espaços alternativos de consumo (Featherstone, 2007; Zukin, 2010).

A vida cultural moderna possibilitou a criação de mercados de bens controlados pelos novos intermediários culturais que, juntamente com seu público, legitimam as relações de produção e consumo por meio de procedimentos e critérios culturais (Bourdieu, 2007). No processo de reestruturação urbana das chamadas cidades médias, o exemplo ilustrativo é a criação e proliferação de espaços de consumo tipo *shopping centers*, bairros inteligentes e sustentáveis com moradia tipo *lofts*, lojas varejistas especializadas etc.

As práticas de mercado são uma forma social que se constituem como construções políticas e socioculturais, assim como tenta respon-



der às necessidades e aos problemas urbanos vinculando-os às inovações dos bens culturais e das mercadorias. Esta forma social é reificada em torno do *marketing* na construção dos lugares onde a vida cotidiana e as retóricas atribuídas aos bens culturais parecem fundir-se. As práticas de mercado interpenetram maciçamente nas diversas esferas da vida cotidiana – lazer, família, saúde, mobilidade; nas políticas urbanas e de identidade (Leite 2007), na gestão pública, nos movimentos sociais; e na educação (atualmente existe forte *branding* das universidades históricas europeias) –, de modo que torna a sociedade contemporânea uma sociedade de *commodities*, isto é, de bens codificados e individualizados pelos consumidores que identificam-se de modo mais expressivo ou instrumental com as propriedades estéticas ou com uma experiência, além do usos mais funcionais de determinados objetos cotidianos (Dunn 2008).

Por fim, com base em De Certeau (1994), entendemos que as práticas de consumo contemporâneas redefinem a oposição total entre valores de troca e de uso através das maneiras como usuários-consumidores se apropriam dos bens e dos espaços urbanos. Diante das interfaces que as políticas urbanas estão estruturadas pelo mercado e para ele, compreendemos que as intervenções ocorrem mediante a atribuição do **valor de consumo** (Malta, 2017) cultural, visual, estético dos bens (do patrimônio, lugares, formas de vida, etc.) para a atração de investimentos privados. Isto é, seguindo Featherstone (2007, 2011), referimos por valor de consumo à inter-relação de valores de troca e de uso não somente na aquisição imediata dos bens, mas pela dimensão cultural da economia e pela economia dos bens culturais. Tal relação abrange os processos de mudança nas dimensões materiais e imateriais da vida cotidiana, cada vez mais intermediadas pelas práticas de consumo.

Com base nas premissas simmeliana acerca da predominância da cultura objetiva sobre a subjetividade, da mobilidade (ou relatividade) dos valores e da redução das singularidades dos objetos e pessoas a um valor monetário quantitativo, Featherstone (2011) concebe que os



valores, ou melhor, a invenção de valores pode ser ligada à cultura de consumo que, por um lado, é tanto antipática quanto pragmática em relação aos valores, pois presume o cálculo racional e os meios sobre os fins. Por outro lado, a ênfase contemporânea no “consumo de valores” enfoca as identidades e grupos sem *status* fixos, em que os estilos de vida se baseiam na pluralidade das escolhas para a autorrealização e o prazer de viver uma vida episódica conformada no lazer, no vestuário, na excitação, nas aventuras e na constante autoinvenção exultada por meio de bens de consumo.

Essa percepção aprofunda-se sobre as cidades contemporâneas à medida que as mudanças na esfera do pensamento acadêmico e dos métodos de pesquisa aplicados à sociologia, em especial à sociologia urbana, destacaram como o consumo assumiu uma problemática própria que não se restringe ao utilitarismo e à racionalidade econômica. Assim sendo, passamos a analisar como tais concepções acerca das cidades médias e da centralidade do consumo ajudam-nos a entender os elementos sociológicos destacados em nossa pesquisa sobre a transformação socioespacial e cultural da Área Central de Pelotas.

A Área Central de Pelotas: a construção e a reestruturação de uma centralidade urbana

A cidade de Pelotas foi fundada em 1835 e atualmente é a 3ª mais populosa do estado do Rio Grande do Sul com uma população estimada em 344.385 habitantes, segundo o IBGE. Localizada no sul do estado, às margens do canal São Gonçalo que liga a Lagoa dos Patos à Lagoa Mirim, sua economia baseou-se no sistema escravista durante a época das charqueadas – uma rudimentar indústria e comércio da economia **saladeril** (produção, comercialização e exportação do charque) que declinou por volta de 1888. Nas décadas seguintes, desenvolveram-se o setor terciário, a produção agrícola com as grandes plantações de arroz, a agricultura colonial, as indústrias de conservas, curtume de couro e



têxtil, tornando-a um polo comercial e de prestação de serviços da região sul do estado (Soares, 2011).

Ao lado da cidade de Rio Grande, Pelotas detinha centralidade política, militar e econômica devido à posição estratégica próxima ao oceano viabilizando o escoamento da produção do estado para o território nacional. Sua centralidade rivalizava com a capital Porto Alegre em termos de produção industrial até os anos de 1930, quando ocorreu o deslocamento do eixo produtivo do estado para a região norte e a recessão da economia na região sul rio-grandense (Soares 2011).

A expansão da cidade seguiu o modelo luso-americano com construção de capelas e sesmarias, mas os planos urbanísticos foram influenciados pelo moderno urbanismo europeu de grandes quarteirões, ruas de traçados retilíneos e de higienização dos espaços públicos já vigentes nas principais capitais brasileiras⁶. O período entre 1870 e 1931 marca a construção das edificações influenciadas pela arquitetura parisiense de estilo eclético e identificadas como um acervo arquitetônico protomodernista que conforma a paisagem do centro da cidade (Silveira Jr.; Jantzen 2013; Gutierrez; Gonsales 2014). Esse acervo, um dos maiores do Brasil com 1300 bens inventariados, é visível no entorno da Praça Cel. Pedro Osório – o segundo loteamento da cidade –, construída em 1830, e conforma o atual centro histórico de Pelotas.

Nessa área localizam-se os principais monumentos e espaços históricos de sociabilidades públicas e privadas da cidade: jardins, praças, teatros (Theatro Sete de Abril – 1834, Theatro Guarany – 1921), escolas (Lyceu Rio-Grandense – 1883), biblioteca (Bibliotheca Pública Pelotense, de 1881/88); os antigos setores comerciais (Mercado Central – 1847/53,

⁶ As políticas sanitárias controlavam a difusão de enfermidades decorrente do clima úmido e da proliferação de insetos e ratos devido à matança de gados nas charqueadas (Soares 2000), mas também visavam os cortiços que se desenvolveram paralelamente à expansão urbana, para evitar a insalubridade e os surtos de doenças como a febre amarela e tuberculose. Tornava-se evidente que as intervenções visavam sobretudo a estética do centro e combater um possível crescimento desordenado de edificações populares na cidade (Maciel 2014).



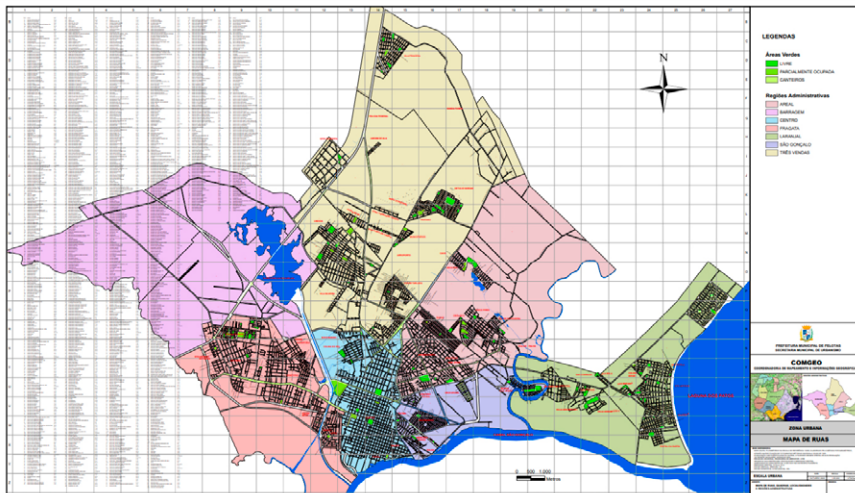
Banco Pelotense – 1906, Banco do Brasil – 1928, Grande Hotel – 1928); administrativos (Paço Municipal – 1879); além da Catedral São Francisco de Paula, de 1813, no primeiro loteamento, marco fundador da cidade. Estes bens constituem um importante patrimônio histórico e cultural de arquitetura eclética (Zambrano; Caetano, 2012).

O Centro Histórico, apesar de sua centralidade sociossimbólica e econômica, possui um perímetro urbano reduzido e por isso é preferível focar a análise na chamada Área Central (ver mapa) onde está concentrado grande parte do acervo histórico-cultural. A Área Central possui um quadro populacional elevado, formação urbana-residencial horizontal e extensa área territorial propícia aos investimentos da construção civil. Segundo Vieira (2009) tal área extrapola a ideia de centro limitada ao que se convencionou chamar “centro de negócios”, sendo um conjunto de precisa identidade que se expressa em seus aspectos morfológicos, funcionais e socioeconômicos, indutora da qualidade de vida urbana pelotense.

Foi a partir dos anos de 1950 que a diversificação da economia e da vida cultural acabaria por redefinir o perfil da cidade, inclusive com a fundação da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) em 1960 e da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em 1969, quando Pelotas se torna um polo de educação de ensino superior na região sul do estado. Uma nova cultura urbana e novas práticas sociais concentram-se na Área Central mediante espaços de produção artística, musical, livrarias, imprensa e de iconografia (Moreira 2014; Arriada; Tambara, 2014), cafés, cineteatros, clubes e salões, compõem os lugares que intensificaram a vida cultural e constituíram os marcos da sociabilidade pública pelotense (Rubira, 2014). Desde então, concentraram-se também o comércio varejista, o funcionalismo público, as principais linhas de transportes etc.



Figura 1. Mapa da Área Central de Pelotas-RS



Apesar das mudanças socioculturais, Vieira e Ribeiro (2014) observam que a partir de 1980, sucederam-se ciclos de crescimento e recessão da economia pelotense. À custa desses ciclos, o patrimônio cultural e os imóveis antigos passaram por um processo de deterioração física devido ao abandono ou à falta de manutenção pelos proprietários, também devido à mobilidade populacional, ao desinvestimento comercial e imobiliário do centro para outros bairros. Na contracorrente das políticas de preservação brasileiras na década de 80, o setor da construção civil promoveu um processo de renovação urbana do centro pelotense. O objetivo foi demolir prédios antigos para a construção de novos edifícios modernos, impulsionando a verticalização urbana, que teve início nos 1950 e expandiu para os diversos bairros, que se consolida entre os anos de 1980 e final da década de 90 com o percentual de 21,95% de domicílios do tipo apartamento (Gregoletto, 2017).

Até o final do século XX a renovação urbana e a verticalização foram as principais causas da mudança socioespacial e paisagística da cidade. Dos anos 2000 em diante ocorreram as primeiras políticas ur-



banas de preservação patrimonial pautadas na criação da Lei Municipal 4.568 pela prefeitura de Pelotas no ano 2000. Esta lei promoveu o zoneamento da Área Central em quatro Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC - Primeiro Loteamento, Segundo Loteamento, Porto e Caieira) delimitadas por características históricas, arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas e de práticas sociais, mas careceu de ações concretas. Dessa forma, a reestruturação urbana da Área Central de Pelotas decorre de três fatores principais.

Em primeiro lugar, em meados de 2001, o Programa Monumenta/BID, plano estratégico do Ministério da Cultura em sítios protegidos pelo IPHAN, deu início à nova fase do planejamento urbano em Pelotas adequando práticas de conservação, restauração e requalificação do patrimônio edificado. As ações ocorreram em propriedades pública ou privada e nos espaços reconhecidos como paisagem histórica e cultural da cidade. O argumento principal foi evitar o abandono e a deterioração dos imóveis antigos inventariados ou a substituição dos mesmos por novas construções. A execução dos projetos ficou sob a responsabilidade da Prefeitura e da UCPel que, no geral, visaram intervenções dos bens de reconhecido valor arquitetônico, paisagístico, de identidade cultural e econômico da cidade (Zambrano; Caetano, 2012).

Os projetos previram a criação de uma identidade visual para o centro comercial e histórico por meio da inserção de mobiliário urbano, arborização, criação de áreas de circulação para pedestres e restrição de veículos. Iniciaram com a requalificação do calçadão do comércio com o projeto “Calçadão: shopping a céu aberto” – nas tradicionais ruas XV de Novembro e Andrade Neves –, com a restauração da Fonte das Nereidas (originalmente um pelourinho), do Paço Municipal, do Grande Hotel (atual prédio do curso de hotelaria da UFPel) e alguns sobrados antigos das antigas famílias de barões e charqueadores transformados em museus e pontos de cultura.

Em segundo lugar, após o desfecho do Monumenta em 2008, tornaram-se perceptíveis as mudanças paisagística, dos usos e da



imagem dos principais espaços do centro, bem como a importância de seu zoneamento. Nesse ano, foi lançado o III Plano Diretor Municipal (Lei nº 5.502/2008) que implementa a política de requalificação urbana, de sustentabilidade e de proteção do ambiente cultural. As principais intervenções ocorreram nas ZPPC com integração das Áreas de Especial Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC), que são espaços de preservação do patrimônio material de peculiar natureza cultural e histórica de onze áreas da cidade⁷ (Pelotas, 2008; Vieira; Ribeiro, 2014).

Essas características do III PDM integram as políticas de desenvolvimento econômico e de preservação patrimonial às políticas urbanas municipais com o objetivo de recuperar a vitalidade econômica da Área Central e outras áreas antigas da cidade. A estratégia foi a “requalificação funcional” (Vieira, 2009) de alguns espaços urbanos, tendo em vista o desenvolvimento econômico sustentável. A relação desenvolvimento e sustentabilidade tornou mais evidente a intermediação das atividades terciárias, principalmente dos espaços históricos que retêm valor identitário para a população e visitantes: de 2008 a 2012, houve a requalificação do Mercado Central de Pelotas; em 2009, a revitalização do Theatro Guarany; em 2011, o restauro de do “casarão nº 8” para a criação do Museu do Doce da UFPel, que abriga um dos símbolos patrimoniais do saber-fazer pelotense, o doce, e designa à cidade a identidade de “Cidade do Doce” brasileira. Entre 2015 e 2016, a requalificação da praça Cel. Pedro Osório através do projeto “Pelotas Mais Verde” do programa “Cidade Bem Cuidada”, resultando num espaço de usos cotidianos, de lazer e entretenimentos.

A proteção paisagística do plano diretor visa também evitar a descaracterização do conjunto histórico em decorrência da verticalização

⁷ Agrega-se ainda ao plano, o reconhecimento do patrimônio imaterial como as festas comunitárias, religiosas e gastronômicas de grupos etno-culturais (indígenas, quilombolas, pomeranos, alemães, italianos, espanhóis, portugueses, franceses, sírio-libaneses), que constituem o chamado turismo rural (Pelotas 2008).



urbana em constante expansão. A permissão de novas construções edículas de até 19 metros de altura (mais ou menos 6 andares) nas AEIAC – ZPPC foi uma estratégia para a verticalização não sobrepor as edificações antigas. Já nas áreas adjacentes ao centro e demais bairros são permitidas edificações de 25 metros de altura que pode ser aumentada se aprovada pelo Estudo de Impacto de Vizinhaça (Pelotas 2008). A verticalização é uma das formas de aproveitar áreas abandonadas e em estado de ruína. É também uma forma de concentrar novos moradores, principalmente estudantes, profissionais liberais, servidores do funcionalismo público e das instituições de ensino superior.

Por fim, o terceiro fator, decorre da relação entre as instituições universitárias, a reestruturação urbana e econômica da Área Central. Esta relação merece atenção devido ao célere aumento do fluxo de estudantes após a adesão da UFPel ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do Governo Federal, em 2007. Pelotas se consolidou como polo de excelência do ensino superior, sendo sua principal instituição a UFPel (1969), que atrai alunos e profissionais de todo o estado e de outras regiões do país. Quase uma década após a adesão, o número de discentes nos cursos de graduação presencial passou de 7.374, em 2007, para 15.317, em 2016. Na pós-graduação esse quadro foi elevado de 15 para 2.931 no mesmo período⁸.

O *boom* estudantil ocorreu principalmente a partir de 2010 quando a universidade alcançou a marca de 23.887 alunos. Nesse ano houve alta dos preços da moradia e as opções existentes variaram – com atrativos dizeres “ideal para estudantes”, “próximos às universidades e ao centro histórico” – entre repúblicas estudantis particulares em apartamentos, quitinetes e casas, além dos tradicionais pensionatos para

⁸ UFPel. Núcleo de Informações Institucionais, 2016. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/proplan/ninfi/informacoes-institucionais/> Acesso em 27 de janeiro de 2018. Em Pelotas há ainda o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e instituições de ensino superior privadas, sendo a principal a Universidade Católica de Pelotas (UCPel).



estudantes de Pelotas que se concentraram nas ZPPC entre o Primeiro, Segundo Loteamento e a zona do Porto⁹.

Por ora, tentamos sintetizar os três fatores que fazem parte das transformações da Área Central e elencar as características que os inter-relacionam. Na sequência descrevemos o decurso desses fatores com base na relação entre o consumo e vida urbana nas cidades médias.

Práticas de consumo e novas intermediações culturais em Pelotas

Ao analisar a adaptação do patrimônio histórico e dos espaços urbanos às lógicas do mercado e às ações da iniciativa privada Leite (2015, p. 176) observa que tal processo “implica o reconhecimento de formas de interação baseadas no consumo e pressupõe, em primeiro lugar, uma operacionalização das formas de preservação a partir das necessidades do mercado”. O planejamento urbano associado à qualidade de vida nas cidades recorrido às políticas de requalificação urbana e de sustentabilidade econômica para atração de investimentos privados. Dentre as consequenciais são os indícios de enobrecimento urbano.

Nesse sentido, a intervenção em centros urbanos pressupõe a avaliação do valor patrimonial, histórico e cultural por intermédio de dois aspectos: 1) o caráter funcional dos espaços de passagem cotidianas com acessibilidade, segurança, lazer e mobilidade viáveis; 2) o caráter econômico da manutenção ou inovação das áreas que atendam aos investimentos mercadológicos construídos pelas parcerias entre o poder público e os setores privados que, muitas vezes, implicam no enobrecimento urbano. Portanto, considera-se a importância dos centros urbanos tanto pelo valor cultural, quanto por serem economicamente relevantes para o desenvolvimento das cidades (Zukin, 2010). Ao tempo que o argumento central é a preservação de áreas urbanas e do ambiente cultural para

⁹ A UFPel disponibiliza atualmente a Casa do Estudante com 300 apartamentos mobiliados de 1 ou 2 quartos para 3 a 6 estudantes de baixa renda vindos de outras localidades.



possibilitar a sustentabilidade de bairros antigos, o incentivo aos investimentos privados torna-se não somente a linguagem e discursos oficiais, mas relações específicas de poder em torno do consumo.

No caso pelotense, o perímetro que muitos empreendimentos são construídos vem ocorrendo entre o centro histórico e as universidades. O centro histórico não é a área mais badalada da cidade, que é referência de vida noturna no estado, mas a retomada de investimentos dessa natureza vem acompanhando a tendência de grandes cidades em retornar às áreas centrais. A valorização patrimonial tem sido estratégica para a difusão de novas formas interativas em espaços de lazer, entretenimento e através da projeção da nova paisagem cultural da cidade mediante o valor de consumo atribuído pelos intermediários culturais que Bourdieu (2007) e Featherstone (2007) designaram como profissionais e especialistas que atuam na mídia, no design, na arquitetura, na moda, na publicidade, no *marketing*, entre outras ocupações, no desempenho de atividades de divulgação de serviços, produção e comercialização de bens simbólicos e intervenção no espaço público.

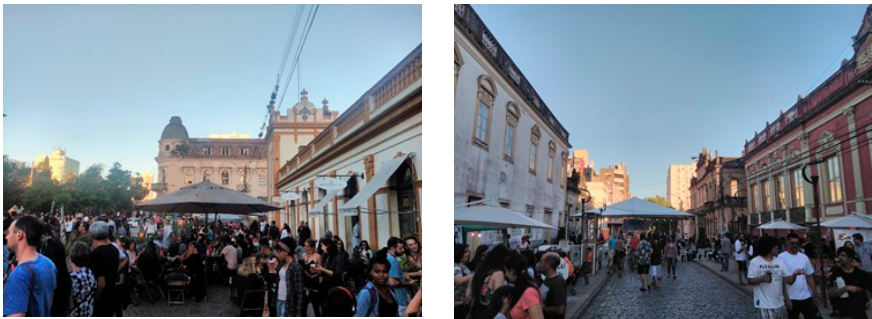
O caso do Mercado Central de Pelotas, situado no Largo Edmar Fetter, tornou-se emblemático. A reforma entre 2008 e 2012 manteve as características da fachada e da estrutura de ferro em *Art-Nouveau* e *Art-Deco*, e o monumento continua representado simbolicamente enquanto espaço tradicional. Mas os usos tradicionais do comércio de cunho popular bastante frequentada pelas camadas de baixa renda foram alterados em parte, pois a maioria dos antigos permissionários (donos das bancas (lojas) comerciais no espaço interno do Mercado) não resistiu à valorização dos aluguéis do imóvel após a requalificação e foram substituídos (Bruno 2010).

O resultado foi um incipiente processo de enobrecimento – principalmente no espaço interno e em parte das bancas do Largo, mas não ocorre no entorno, onde permanecem as lojas do comércio popular – com lojas de souvenirs, de artesanatos, produtos orgânicos, docerias, cafés, bares e restaurantes *gourmet*. Somente um açougue, duas peixa-



rias, duas casas de lanches e as tradicionais barbearias populares permaneceram, com pouca visibilidade, no lado oeste do Largo. Já os novos usos ocorreram com feira de orgânicos da agricultura familiar, eventos socioeducativos, mercado das pulgas e, principalmente, os eventos e festivais artísticos-musicais promovidos pelas novas bancas de bares e cafeterias, e aqueles promovidos pela prefeitura, instituições privadas, universidades e movimentos socioculturais (como no caso do *baile black* – um dos poucos espaços de interação apropriado pela população negra na área central)¹⁰.

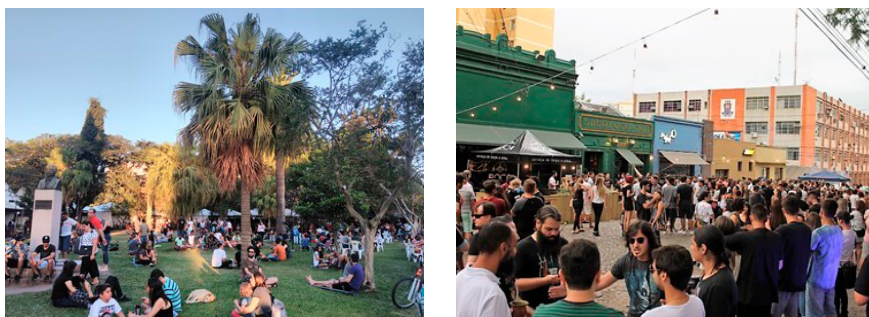
Figuras 2 e 3. Sociabilidades e consumo no Mercado Central e Centro Histórico



Tais eventos movimentam a vida cultural no Mercado que se tornou uma centralidade no entorno da Praça Cel. Pedro Osório. No perímetro da praça, após a intervenção, observa-se usos diversos de pessoas sentados na grama tomando chimarrão, praticando corrida, treinamento funcional, yoga, pedaladas, andando de skate, jogando cartas, dominó, ou passeando com animais de estimação, *food-trucks* etc., e também ocorrem eventos públicos como a Feira do Livro de Pelotas que reúne as principais livrarias da cidade; assim como manifestações e concentrações políticas, o que destaca a centralidade deste espaço público.

¹⁰ O Theatro Sete de Abril, fechado em 2010 para restauração, vive em situação contrária, em estado de deterioração física, apesar do investimento previsto de pouco mais de R\$ 6,5 milhões não foi mais reaberto e a prefeitura alega falta de recursos. C.f. <http://www.pac.gov.br/obra/65286>.



Figuras 4 e 5. Sociabilidades públicas e consumo na Área Central

As intervenções encandearam a **concorrência intracidade** em diversos espaços das ZPPCs e no eixo de divisão interbairros Centro – Três Vendas que é a Av. Dom Joaquim, bastante frequentada por um público de classe média e classe média alta, e onde encontram-se alguns dos bares mais elitizados, também com a construção do *Shopping Pelotas* no bairro Areal, em 2013, que logrou forte centralidade na reestruturação urbana da cidade. O apelo à estética e à ideia de estilos de vida diferenciados (ciclistas, veganos, holísticos etc.) tornou-se forte característica dos mercados de serviços gastronômicos *gourmet*, lanches e cafés artesanais, *pubs*, *parklets*, ateliês, barbearias retrô, sebos e livrarias, mercados de orgânicos, restaurantes vegetarianos, academias para mulheres, escolas de Yoga e pilates, *Hostels* etc.

Entre diversas situações, observamos também a mudança na paisagem urbana principalmente de parte do comércio popular de Pelotas situados próximos à UCPel e no entorno dos centros universitários da UFPel (Faculdade de Direito, Faculdade Arquitetura e Urbanismo (FAURB), Instituto de Ciências Humanas (ICH) ou no trecho limítrofe da Área Central na Av. Bento Gonçalves – Parque Dom Antônio Zattera que vêm sendo substituídos pelos novos espaços de consumo e público consumidor. Esta mudança apresenta indícios de enobrecimento urbano que pode ser observado na proliferação de *pubs* e casas noturnas. Alguns desses empreendimentos possuem estética inovadora, culinária e

cervejas artesanais. Oferecem ambientes temáticos como *pubs* londrino e latino-americano, também se apropriam das ruas para a realização de eventos que geram diversas práticas estilizadas como corte de cabelos e estúdios de tatuagens na rua. Assim, manipulam comercialmente imagens que estetizam o espaço de sociabilidade mediante a apropriação de símbolos e a interseção de diferentes culturas e estilos de vida.

Por fim, há ainda a relação cidade-universidade. A valorização imobiliária (residencial e comercial) foi causada tanto pelas práticas de requalificação urbana no centro histórico, quanto pelo célere aumento do fluxo estudantil. Neste segundo caso, tem-se o indício de um processo que Smith (2005) chama de *studentification* (estudantificação) – neologismo derivado do conceito de *gentrification* (gentrificação/enobrecimento urbano) (Zukin, 2010; Leite, 2015) – que causa a transformação do espaço público a partir da concentração residencial de estudantes de ensino superior nos centros urbanos.

A modificação da estrutura espacial também ocorre com impactos socioculturais, econômicos e físicos, principalmente quando se instala ou amplia-se um campus universitário e instituições de ensino superior. Para o autor, a concentração de estudantes se intensifica com a criação de espaços (ou guetos) estudantis tanto em decorrência da apropriação do espaço público por estes, quanto por meio de estratégias intencionais de arrendamento imobiliário feitas pelas instituições do setor público e privado, tais como promotores imobiliários, investidores, governo local, setores varejistas, de lazer, turísticos e da mídia – que são também intermediários culturais.

Segundo Leite (2015) o enobrecimento urbano é a transformação dos espaços e da paisagem às demandas dos mercados (imobiliário, segurança, planejamento e saneamento urbano) com forte apelo visual para atração das classes médias e altas. Esse modelo de intervenção tem como consequência um alto grau de segregação e fragmentação do espaço em diferentes lugares e de assimetria socioeconômica. Dessa forma, para Smith (2005), apesar das oportunidades de renda dos proprie-



tários de imóveis, a relação entre esses conceitos decorre da segregação dos usos e a ampliação da polarização socioespacial e econômica das cidades devido ao deslocamento de grupos residenciais estabelecidos.

Mesmo que tenha diversas acepções e formas de investimento, é um processo material liderado pelo capital, mas geralmente intermediado por agentes institucionais de pequena escala, que são os “empreendedores orgânicos” (Smith, 2005). São pequenos proprietários de imóveis e investidores locais que constroem ou reformam prédios e até a casa própria para alugar aos estudantes que formam repúblicas ou vivem em sistema de pensionato, reconhecendo-se nas cidades universitárias uma oportunidade de maximização de lucros¹¹.

Apesar de reconhecermos a aproximação dos dois conceitos, tomo por empréstimo o termo “estudentificação” sem tornar estrita sua relação com conceito de gentrificação, dado que serviços de varejo e noturnos mais caros são evitados por estudantes de faixa de renda mais baixa. Exemplo disso é a preferência de muitos estudantes por espaços populares como o **Bar do Zé**, lugar próximo ao Instituto de Ciências Humanas da UFPel, de sociabilidade estudantil e atividades acadêmicas, artísticas, políticas e socioculturais. Conforme Inchauspe e Neto (2018, p. 13), o Bar do Zé,

em meados de 1950 era um armazém especificamente para o frequentador do trabalho operário industrial na região do Porto. Com a chegada da Universidade no bairro, tornou-se um ponto de encontro principalmente para o público universitário das ‘humanas, sociais e das artes’ que estudam nos prédios no entorno do bar, tendo seu funcionamento principalmente à noite.

¹¹ No Brasil, diversas cidades como Pelotas (RS), Campina Grande (PB) e Campinas (SP) possuem forte relação econômica entre a cidade e as Universidades, mesmo que não possuam a configuração de uma cidade universitária nos moldes de Ouro Preto e Coimbra (Portugal), ainda assim a população investe em imóveis de múltipla ocupação dado o fluxo sazonal de alunos.

Além disso, os estudantes marcam presença em diversos contextos da cidade. Desde manifestações em torno da defesa do patrimônio cultural como o Theatro Sete de Abril que, em decorrência de seu estado de deterioração, foi “palco” de um movimento de estudantes da UFPel ligados aos cursos de arquitetura e urbanismo, artes cênicas e teatro em defesa do Sete de Abril ou de grupos de estudantes de Design da UFPel que em 2017 promoveram eventos culturais e ações em defesa de reconhecimento do bairro Porto como lugar de sociabilidade e preservação¹². Sazonalmente tais estudantes promovem intervenções teatrais e artísticas para angariar apoio da população em sensibilizar ações da prefeitura e da sociedade.

Por fim, em Pelotas a demanda estudantil gerou oportunidades para proprietários investirem no mercado imobiliário, mas gerou dificuldades para a população de não-estudantes manter os imóveis locados e acabam por deslocar-se para outros bairros, áreas mais afastadas das universidades ou as menos valorizadas e afastadas do centro histórico. Entretanto, grande parte dos imóveis alugados para estudantes ainda são de padrão médio, edifícios populares de 4 a 6 andares. Em contrapartida, o ramo imobiliário, inclusive com parcerias nacionais e internacionais, age na verticalização da Área Central com a construção de edifícios de luxo tipo *loft*, sob o slogan “mais que um espaço, um estilo de vida” principalmente na zona Centro e Porto, onde há uma significativa parcela da população de menor renda¹³.

¹² C.f. <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/2017/07/porto-como-um-grupo-de-estudantes-esta-contribuindo-para-a-revitalizacao-do-bairro/>

¹³ Em linhas gerais, tal estilo está associado a edifícios padrão europeu, ecológicos, inteligentes e com isolamento térmico. Esta última característica, aliás, é concebida para o clima úmido de Pelotas, com variações entre 80% e 100% de umidade durante o inverno, onde a população que vive em domicílios horizontais convive com a proliferação de mofo e infiltrações nas paredes.



Considerações finais

Fica evidente que a imagem “requalificada” da Área Central conformou novas dinâmicas econômicas e culturais na cidade de Pelotas. Depreende-se que os reinvestimentos públicos e privados na Área Central e no centro histórico através de empreendimentos e serviços culturalmente diferenciados que, por um lado, inscrevem novas centralidades e práticas interativas baseadas no consumo de bens e imagens; por outro, observa-se indícios de enobrecimento urbano, o que eleva o grau de assimetrias socioeconômicas e espaciais. Depreende-se também que a vinculação das políticas de desenvolvimento econômico e de preservação patrimonial às políticas urbanas municipais, e a forte inflexão entre a valorização imobiliária e a vida universitária, conformaram o processo de reestruturação urbana de Pelotas.

Ao relacionarmos seus elementos, tornou-se evidente que a reestruturação tem o consumo no centro das políticas urbanas e de desenvolvimento econômico, pois envolve a redefinição dos próprios mercados local e as ofertas bens e serviços. Observamos, portanto, a criação de novas formas interativas e de usos socioespaciais mediados pelas práticas de consumo e como tais práticas valorizam os centros urbanos. Se o consumo está no centro das práticas sociais e espaciais, é central compreendermos as características das intervenções e seus intermediários – o poder público, especialistas, empresários etc. – que, por um lado, abarcam mudanças na estrutura física e nas relações de poder que circundam a paisagem urbana-cultural e, por outro, tais práticas abrangem a dimensão cultural e econômica dos bens culturais, pois são sinais da produção simbólica de novos estilos de vida e identidades.

As médias (e pequenas) cidades podem ser tomadas como importantes objetos de investigação e de valor heurístico para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisas sociológicas a partir de temáticas que relacionam a vida urbana e o consumo, e mesmo para a compreen-



são da reestruturação urbana e econômica brasileira. A sociologia não apenas descreveu, ela fez parte de um empreendimento teórico sobre a sociedade de consumo que envolveu as mais distintas correntes teóricas. Por isso mesmo, devemos demonstrar os dramas urbanos, as capacidades e o decurso das ações políticas e dos mercados que envolvem essa tipologia de cidade. Dessa maneira, torna-se possível interiorizar o conhecimento e os modos de representação das cidades, atualmente concentrado nas metrópoles, a partir de outros universos geoculturais contemporâneos.

Referências

Arantes, Antônio A. Patrimônio cultural e cidade. In: Fortuna, C; Leite, R. P. **Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos**. Coimbra, Almedina, 2009.

Arriada, Eduardo; Tambara, Elomar. Uma História Editorial: Tipografias, Editoras e Livrarias de Pelotas. In: Rubira, Luis. (Org.). **Almanaque do bicentenário de Pelotas**. v. 2, Santa Maria: Pallotti, 2014, p. 227-280.

Authier; Jean-Yves, Bidou-Zachariasen Catherine, Éditorial. Ces villes dont on ne parle pas. **Espaces et sociétés**, Paris, n. 168-169, 2017, p. 9-16.

Bellet, Carmen *et al.* Introducción. In: _____. **Urbanizacion, produccion y consumo en ciudades medias/intermedias**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015, p. 7-18.

Bourdieu, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

Breda, Thalles Vichiato. Sociabilidades em negociação: sobre raça, gênero e masculinidades na periferia urbana de São Carlos/SP. **Áskesis**, v. 7, n. 1, 2018, p. 105-116.

Bruno, Guilherme R. **Mercado Central de Pelotas: a permanência no lugar do consumo**, Dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, ICH, UFPel, Pelotas, 2010.

Carvalho, Edemir. Cidades brasileiras, crescimento e desigualdade social. **Org & Demo**, v. 3, 2002, p. 45-54.

Certeau, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Dunn, Robert. G. **Identifying consumption: Subjects and objects in consumer society**. Philadelphia: Temple University Press, 2008.



Featherstone, Mike. **Consumer Culture and Postmodernism**. 2nd edition London: Sage Publications, 2007.

_____. Societal value formation and the value of life. **Current Sociology**. London, v. 59, n. 2, mar. 2011, p. 119–134.

Filho, Oswaldo A.; Serra, Rodrigo V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: Andrade, Thompson A.; Serra, Rodrigo V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 1-34.

Fortuna, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. In: _____. (org.) **Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta, 1997, p. 231-258.

_____. Prefácio. In: Leite, Rogerio; Malta, Eder. **Cidades e patrimônios culturais: investigações para a iniciação à pesquisa**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2013, p. 7-10.

Gomes, Carina Gisela Sousa. **Cidades e Imaginários Turísticos: um estudo sobre quatro cidades médias da Península Ibérica**. Coimbra: Tese de doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 2013.

Gregoletto, Débora. Cidades Médias e Verticalização Urbana no Rio Grande do Sul. **Anais do XVII ENANPUR**, São Paulo, v. 1, 2017, p. 1-15.

Gutierrez, E. J. B.; Gonsales, C. H. C. Pelotas: arquitetura e cidade. In: RUBIRA, Luis. (Org.). **Almanaque do bicentenário de Pelotas**. v. 2, Santa Maria: Pallotti, 2014, p. 515-546.

Inchauspe, Ícaro Vasques; Neto, Francisco Luiz Pereira S. O Sofá está na rua: uma etnografia sobre pontos de encontros e formas de sociabilidades na região do Porto na cidade de Pelotas/RS. **Ponto Urbe**, n. 23, 2018, p. 1-28.

Leite, Rogerio P. **Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: UNICAMP; Aracaju: EDUFS, 2007.

_____. Cities and Gentrification in Contemporary Brazil. **Current Urban Studies**. v. 3, n. 3, 2015, p. 175-186.

Machado, Juciára Teixeira Machado. **Em busca de um mesmo 'CEU': Estudo antropológico sobre (Ex)Moradores da Casa do Estudante da Universidade Federal de Santa Maria**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFSM, 2012.

Maciel, Letícia N. A problemática dos cortiços pelotenses entre os séculos XIX e XX. **Cadernos do Lepaarq**. Pelotas, v. 11, n. 22, 2014, p. 41-51.

Malta, Eder. Patrimonialização, sustentabilidade e consumo: a recomposição da paisagem cultural do Rio de Janeiro. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, 2017, p. 521-531.



_____. Cidade e turismo: O valor de consumo da (contra)paisagem cultural carioca. **Teoria e Cultura**, v. 13, 2018, p. 323-337.

_____. Cidade histórica, cidade universitária: usos do patrimônio cultural e repúblicas estudantis em Ouro Preto, MG. **Século XXI - Revista de Ciências Sociais**, v. 8, 2019, p. 912-947.

Moreira, Simone X. Os primórdios culturais e literários da “Princesa do Sul”. In: RUBIRA, Luis. (Org.). **Almanaque do bicentenário de Pelotas**. v. 2, Santa Maria: Pallotti, 2014, p. 57-104.

Nóbrega, Zulmira Silva. Turismo e Sociabilidades no maior São João do mundo: Cultura Lúdico-Participativa da Festa Junina em Campina Grande, PB. VIII ENECULT, 2012.

Pelotas. **III Plano Diretor**, Lei Nº 5.502, De 11 De Setembro De 2008.

Ribeiro, Francine; VIEIRA, Sidney. O zoneamento urbano como estratégia de preservação da paisagem cultural do centro histórico de Pelotas, RS. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, Porto, n. 6, dez. 2014, p. 283-303.

Rubira, Luís (Org.). **Almanaque do bicentenário de Pelotas**. v. 1, Santa Maria: Pallotti, 2014. 336p.

Silva, William R. Cidades médias, agentes econômicos e novos espaços de consumo. In: Bellet, Carmen *et al.* **Urbanizacion, produccion y consumo en ciudades medias/intermedias**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015, p. 241-254.

Silveira Júnior, Antonio C. P.; Jantzen, Sylvio A. D. O sistema protomodernista e seus signos: arquitetura, mídia gráfica e outros objetos, In: TORALLES, Cristiano P. *et al.* **Projectare**: revista de arquitetura e urbanismo, Pelotas, n. 5, 2013. 155p.

Simmel, Georg. “A metrópole e a Vida do Espírito”. In: FORTUNA, Carlos. (org.). **Cidade, cultura e globalização**: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta, 1997, p. 31-43.

Smith, Darren P. “Studentification”: the gentrification factory? In: Atkinson, Rowland; Bridge, Gary. **Gentrification in a global context**: the new urban colonialism. Routledge UK: Housing and Society Series, 2005, p. 72-89.

Soares, Paulo. R. R. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 8, n. 14, p. 184-201, dez. 2000.

_____. A urbanização no Rio Grande do Sul: as cidades médias e o território. In: Pereira, Elson. M.; DIAS, L. C. (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil**: passado, presente e futuro. 1ed. Florianópolis: Insular, 2011, p. 211-228.



Souza, Beatriz. “25 cidades que tiveram um boom populacional no Brasil”. São Paulo: **Revista Exame**, 13 set. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/25-cidades-que-sofreram-um-boom-populacional-no-brasil/>. Acesso em: 04-03-2017.

Sposito, Maria E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: Sposito, Eliseu S.; Sposito, Maria E. B.; Sobarzo, Oscar (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.175-198.

Vieira, Sidney. Requalificação de Área Urbana Central: O caso de Pelotas, RS. **Observatório Geográfico de América Latina**, 2009.

Warde, Alan; Savage, Mike. **Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade**. Oeiras, Celta Editora, 1993.


Wirth, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: Fortuna, Carlos. (org.). **Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta, 1997, p. 45-65.

Zambrano, Laura Gomes; Caetano, Fábio Daniel Mendes. O Programa Monumenta em Pelotas, in. Michelon F. F; Júnior, C. S. M; González, M. S. **Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos**, Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

Zukin, Sharon. **Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places**. Oxford: Oxford University Press, 2010.



DESLOCAMENTOS PENDULARES E TRABALHO: A IMPORTÂNCIA DO LUGAR EM UM COTIDIANO FRATURADO

 Sergio Ricardo Gomes dos Santos Melo¹

DIANTE DE QUALQUER aspecto que se queira enxergar, a urbanização se eleva como uma força incontestada em nossos dias. Esse fenômeno, que ocorre em escala planetária, está articulado numa relação de condicionamento recíproco com a globalização da economia e a reestruturação produtiva.

A fragmentação é a marca desse movimento. A malha urbana se expande e consigo traz o aparecimento de novas centralidades. Um sistema complexo em consonância com uma nova e diferenciada divisão territorial do trabalho dão o tom e os contornos da forma, função e estruturas urbanas. As corporações multinacionais abalam as velhas noções de território, lugar, cidade, pois processos sociais exógenos às dinâmicas internas das cidades comandam e impõem, sem controles possíveis, uma vasta gama de interesses econômicos desterritorializados, “isto é, o capital trabalha espacialmente para fragmentar entidades geográficas em centros e periferias desenvolvidos de modo desigual” (Gottdiener, 1997, p. 214).

¹ Professor do Instituto Federal de Alagoas, *campus* Satuba. E-mail: sergio_gomes08@hotmail.com



Com o desenvolvimento técnico-científico, o avanço nos meios de transportes e o estreitamento das comunicações, o mundo experimenta possibilidades antes apenas imagináveis. Contudo, esses “progressos” interessam apenas em sua ineliminável relação com a vida das pessoas, e hoje as pessoas vivem no urbano numa proporção nunca vista.

A sociedade do efêmero onde “Tudo que é sólido desmancha no ar” (Berman, 1982) se reflete na velocidade e instabilidade dos fenômenos contemporâneos, pois tudo se passa num ritmo acelerado, tudo está no fluxo: mercadorias, dinheiro, lugares e pessoas. As formas flexíveis de produção se diluíram material e ideologicamente, emprestando sua dinâmica a tudo. A urbanização dispersa atende, em grande medida, à necessidade de fluidez, em um mundo orientado pela lógica da financeirização, na qual a forma urbana fragmentada é o seu correspondente espacial.

Entre os novos fenômenos sociais que surgem da combinação desses processos estruturais, presenciamos uma mutação na mobilidade populacional.

O fenômeno da mobilidade populacional vem, desde as últimas décadas do século XX, apresentando transformações significativas no seu comportamento, não só no Brasil como também em outras partes do mundo. Até o presente momento, essas mudanças têm demandado um esforço por parte dos estudiosos no sentido de buscar explicações teóricas para esses novos processos, que se materializam, entre outros aspectos, na dimensão interna, pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; pelos deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; pelos movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos (Oliveira; Oliveira, 2011, p. 9).

Da mesma forma que há uma exploração econômica territorialmente mais espalhada, há também um redimensionamento da população pelo território. As migrações clássicas entre o rural e o urbano e entre regiões



subdesenvolvidas do país e estados industriais se reconfiguram. Nesse cenário, os movimentos pendulares começam a aparecer como uma modalidade de deslocamento urbano que ganha maior expressão a cada Censo Demográfico. A mobilidade pendular é uma nova forma de apropriação do urbano e uma dimensão da produção da existência (Silva, 2012).

Os deslocamentos pendulares são a grande novidade na última década em termos de mobilidade espacial e urbanização no Brasil (Ojima; Marandola Jr., 2016). Na trilha desses autores entendo que, através dos movimentos pendulares, posso identificar importantes transformações na escala do cotidiano urbano, que passa a ter uma dimensão cada vez mais regional.

Acredito que a mobilidade pendular, ao mesmo tempo em que é produto dos grandes fenômenos sociais, constitui, também, uma forma de produção da existência. A teoria social contemporânea nos oferece grandes quadros teóricos no exame do mundo social na atualidade. Os referentes teóricos acerca da sociedade pós-tradicional (Giddens, 1991, 2002), modernidade reflexiva (Beck, 2000), a sociedade líquida (Bauman, 2007), sociedade do desempenho (Han, 2015) e capitalismo flexível (Sennett, 2009) comungam todos, ao menos em um ponto: as relações sociais são baseadas, cada vez mais crescentemente, na fluidez. A segurança e direção oferecidas pelas forças tradicionais, como comunidade e família, ou mesmo, pelos mecanismos protetivos da sociedade fordista, saem de cena restando, aos indivíduos, a sobrecarga pela produção e configuração, bem-sucedidos ou não, de suas vidas.

A relação com o lugar, enquanto espaço de segurança ontológica, pertencimento e reconhecimento é pulverizada por um espaço mais amplo, marcado por contatos breves e pragmáticos e, assim, como o modelo de acumulação, flexíveis.

Por outro lado, e em especial, no mundo contemporâneo convulsionado pelas mutações na base material do capitalismo, homens e mulheres precisam, cada vez mais, de ilhas de solidez, de lugares significativos, de relações de pertencimento. Com ênfase nos deslocamentos



pendulares para trabalho, pretendo apreender a forma como os pendulares constroem seus espaços de segurança e estabilidade, e como respondem às pressões globalizantes, enquanto constroem seu habitar, o que significa a forma mesma de estar no mundo.

O que pretendo neste artigo é enfatizar a experienciação cotidiana dos indivíduos envolvidos no pêndulo para trabalho, diante das intensas transformações sociais em nosso tempo. Especialmente as transformações na base material do capitalismo que se desdobram em consequências em todos os âmbitos da vida social.

A questão central foi apreender a forma como as pessoas em pêndulo para trabalho constroem, edificam seus mundos sociais, como alcançam ou onde buscam segurança e estabilidade.

Em um mundo atravessado pela aceleração, pelo efêmero, o instável, a contingência, como e ou onde sentir-se protegido, este é o meu ponto. Visto que na ausência de previsibilidade, de norte, de alguma estabilidade, os homens e mulheres não conseguem se pôr no mundo.

Os deslocamentos pendulares para trabalho estão inextricavelmente conectados à nova divisão territorial do trabalho, às novas estratégias expansionistas da empresa global, às transformações no espaço urbano patrocinadas pelo mercado imobiliário e à primazia do capital financeiro internacional. Mas todos esses processos de grande alcance deságuam na vida das pessoas e essas devem enfrentar, ainda que irrefletidamente, os desafios que se põe à sua frente. Assim, me propus a compreender, sem perder de vista a universalidade subjacente à problemática, como as pessoas encaram e leem essa experiência, como operam cotidianamente nessa conjuntura e quais recursos mobilizam no sentido de construir e preservar a estabilidade do seu mundo.

Em um mundo que segundo Han (2015) a incerteza inscrita na realidade social “torna a vida humana radicalmente transitória. Jamais foi tão transitória como hoje. Radicalmente transitória não é apenas a vida humana, mas igualmente o mundo como tal. Nada promete duração e subsistência” (Han, 2015, p. 44).



Com pertinência, Leite (2018) observa que as novas formas de acumulação postas em movimento pelo capitalismo em seu atual estágio de desenvolvimento não permitem nem o projeto clássico da modernidade e nem mesmo “o mitigado desejo de estabilidade do sistema liberal e do estado providência do pós-guerra” (Leite, 2018, p. 263).

Acredito que este artigo repõe no debate contemporâneo uma questão que perpassa a sociologia e a modernidade, ou seja, a problemática entre segurança e liberdade. Um problema eminentemente sociológico.

As contradições entre as narrativas imagéticas, oficialmente produzidas sobre as cidades e as objetividades experimentadas nos conflitos empíricos da vida urbana, intensificam-se ainda mais nesse contexto histórico de colapso dos referenciais modernizantes do capitalismo.

A economia capitalista e seus teóricos ignoram as necessidades humanas, atacando frontalmente os fundamentos da existência individual e coletiva, em nome de interesses monetários, frios e pusilânimes. A desnaturalização das categorias e aforismos econômicos é uma das atribuições da sociologia. Desvelar o caráter social, cultural e histórico das relações humanas, que subjaz as narrativas formalizadas e dogmatizadas da ordem capitalista, é uma das maiores contribuições que a sociologia enquanto ciência pode ofertar a sociedade.

A pesquisa empírica coloca o pesquisador em contato com a forma como homens e mulheres respondem a essas máximas e imposições estruturais, esse contato faz saltar a distância entre os desejos e aspirações das pessoas e os ideais propagandeados, permite também verificar como os indivíduos tentam se adaptar a essas demandas e, ao mesmo tempo, erigir o seu mundo social.

Penso que esse exercício é inerente a prática sociológica: verificar e demonstrar as assimetrias entre o discurso disseminado apologeticamente pelos epígonos desta ordem social e sua dissonância com a experiência cotidiana dos indivíduos.



Entrevistas: a emergência do Lugar

A dinâmica entre permanência e impermanência, fixidez e movimento, presença e ausência, sempre estiveram presentes na análise da vida social sob a modernidade capitalista. Essa dualidade delinea os contornos que constitui a vida humana, que é sempre uma compilação de chegadas e partidas, idas e vindas, do aqui e do alhures. Em nosso atual momento histórico, os processos sociais fundam-se mais nas impermanências, movimentos e ausências, do que em qualquer outro período histórico.

Como afirma Bauman (2003), o debate em torno da balança segurança e liberdade é constitutivo da história humana, sendo de difícil resolução. O que, por seu turno, não deve deixar de orientar uma inabalável busca por ambas. Contudo, a questão que se coloca é que no presente histórico a “liberdade” sobrepuja a segurança, a instabilidade a estabilidade, as incertezas as certezas, o indivíduo a comunidade, o espaço o lugar, o movimento a pausa. A sociedade do desempenho criou o sujeito hiperativo do trabalho, a quem é negado o descanso e que nem mesmo a solidão contemplativa é uma possibilidade.

A mobilidade pendular não é um fenômeno exclusivo deste momento histórico, mas o seu crescimento é substancial e seu avolumamento está em consonância com as grandes transformações na base material do capitalismo, que implicou, entre outras coisas, em um redirecionamento das práticas espaciais e sociais para o plano regional, ampliando os espaços cotidianos e impondo e/ou possibilitando estratégias de sobrevivência, que passam necessariamente por uma maior capacidade de adaptação por parte dos indivíduos.

Em seus relatos os pendulares não sugerem conflito entre fixidez e movimento, mas entre pausa e aceleração, entre o durável e o efêmero, pois a dinâmica de vida dos pendulares obsta a possibilidade de demora, de permanência, esses aspectos são hoje sobrepujados pela impermanência e obsolescência.



Conforme Tuan (1983), o homem tem necessidade de espaço e de lugar ou, nos termos de Bauman (2003), de segurança e liberdade. Para Tuan, espaço é liberdade, aventura, desbravamento, “o fundamental é a capacidade para transcender a condição presente, e a forma mais simples que esta transcendência se manifesta é o poder básico de locomover-se” (Tuan, 1983, p. 59). A experiência do espaço pelo movimento é uma das condições para a alargamento do horizonte de compreensão das pessoas, não apenas em termos geográficos, mas culturais, intelectuais, políticos, sociais e relacionais. O espaço, ainda de acordo com Tuan (1983), é símbolo de liberdade do mundo ocidental, significando abertura, apontando o futuro, sinalizando um convite incessante à ação. Por outro lado, o espaço desconhecido representa ameaça, vulnerabilidade, surpresas; já o Lugar é humanizado, significado, vivido, compartilhado, apropriado, fruído.

O lugar é um centro calmo de valores estabelecidos. Os seres humanos necessitam de espaço e lugar. As vidas humanas são um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade. No espaço aberto, uma pessoa pode chegar a ter um sentido profundo de lugar; e na solidão de um lugar protegido a vastidão do espaço exterior adquire uma presença obsessiva (Tuan, 1983, p. 61)

Com efeito, para Pais “o que tem importância social não é o espaço, mas as vivências sociais que nele decorrem e que o convertem de um vazio em algo com significado sociológico” (Pais, 2015, p. 86). Tem, com isso, que uma vez que as relações emocional e culturalmente significativas operam num determinado espaço, este se transforma em Lugar, espaço conhecido e reconhecido.

Em suas falas², os pendulares não criticam o movimento, mas a ausência de paradas, de tempo para a experiência tranquila, parci-

² A pesquisa qualitativa foi realizada através de entrevistas com oito pendulares, representados aqui nas abreviações CT, RN, ELI, TH, WS e WL. Além desses, também participaram, MC e KL, os quais não abordei neste artigo. Os trechos das falas dos pendulares apresentadas neste trabalho, conformam uma pequena parte do material utilizado em minha Tese de Doutorado.



mônica, do seu mundo social, no que tange às suas casas, seus bairros, seus amigos e a eles próprios. Conforme podemos verificar nas falas: “A falta de tempo, a falta de tempo pra se dedicar em casa, pra ficar mais em casa, pra curtir mais os amigos, acho que mais essa qualidade de vida assim, que eu penso um pouco, e eu não tenho tanta (KL). O que você tá chamando aí de pendularidade é pura sobrevivência, é deixar a gente longe. Um pouquinho aqui ou ali, no frigir dos ovos, você não vê mais nada em lugar nenhum, só trabalho e estrada (TH). Na minha relação mesmo, não que isso tenha determinado o término da relação amorosa, mas que foi algo que foi importante, porque isso estabelece uma distância, vamos dizer assim, você fica longe e a pessoa pode achar você faz algo clandestino (CT). Até porque quando você se desloca mais é, tipo, já não tenho tantas pessoas que eu tenho conhecimento, então se saio do bairro aí que é que não vou ter mesmo (WS)”.

A fratura temporal e espacial em seus cotidianos implica na desintegração da unidade em suas vidas, são, desta forma, dois mundos: um funcional, do trabalho (cidade de destino); outro da entrega e das paixões (cidade de residência). O primeiro hegemoniza seus tempos vitimando, assim, o segundo. A pendularidade por razões de trabalho impõe aos pendulares, além dos desafios inerentes ao mundo do trabalho pós-moderno, como a instabilidade, a precarização e a ansiedade, uma ruptura espacial que lhes subtrai o tempo necessário para a construção de uma relação com o Lugar, “roubando-lhes” o estar presente. Praticamente todos os entrevistados comungam deste ponto e almejam, em algum momento, fazer coincidir local de trabalho e moradia, acreditando que ampliar-se-ão as possibilidades de envolvimento com os aspectos os quais julgam essenciais em suas vidas.

A pendularidade por razões de trabalho fraciona os tempos e os espaços sociais no cotidiano, eclipsando a integração das vivências entre as duas cidades. Dessa forma, as práticas espaciais situam-se em dois pontos territorialmente separados e suturados pela estrada. Esses fatos reafirmam a centralidade do trabalho na experiência urbana dos



indivíduos, sendo a sobrevivência, a possibilidade de se “ganhar a vida”, o fator preponderante desse tipo de mobilidade urbana. É o trabalho distante o caminho para a construção de uma vida próxima, ou seja, “eu vou para longe para poder ficar” (TH).

Em A cultura do novo capitalismo, Sennett sublinha que poucas pessoas são capazes de se acomodar às condições sociais instáveis e fragmentárias que o atual modelo social imprime, esse *antropos* ideal teria que responder a três desafios: 1) ser capaz de cuidar de relações de curto prazo, de si mesmo e ao “mesmo tempo estar sempre migrando de uma tarefa para outra, de um emprego para outro, de um lugar para outro” (Sennett, 2006, p. 13); 2). Ser capaz de se atualizar ciclicamente para atender as mutantes necessidades do mundo empresarial, e; 3) “um traço de caráter específico, uma personalidade disposta a descartar-se das experiências já vivenciadas” (Sennett, 2006, p. 14). Os pendulares, no contexto estudado em minha tese de doutorado³, como deixaram claras as entrevistas, não se enquadram nos termos do homem abstrato da economia flexível.

Os homens e mulheres em qualquer espaço do tempo ou da história necessitam de segurança e estabilidade, ainda mais sob a égide da modernidade capitalista, como forma de enfrentar as ansiedades existenciais de um mundo em permanente transformação. O homem desenraizado, mutante, sem história ou experiências passadas como requer a ordem social atual, tão bem retratado por Sennett, não passa de mais uma das ficções criadas por esse modo de produção, assim como o indivíduo privado, egoísta, competitivo e utilitário da economia política clássica para quem Marx direcionou seu canhão teórico e contrapôs o homem coletivo, social e histórico.

As entrevistas mostraram que esses indivíduos em pendularidade para trabalho, expostos a todo momento ao cálculo, ao planejamento, à *performance* e constantes exigências do mundo do trabalho por quali-

³ A vida entre duas cidades: deslocamentos pendulares, trabalho e lugar.



ficação e produtividade são muitas vezes tomados por sentimentos de “angústia”, insegurança, preocupações e auto cobranças, o que os impulsiona a construir espaços de familiaridade, de proteção, ainda que nos limites do tempo e da cisão espacial cotidiana a que estão sujeitos.

Em mobilidade pendular para trabalho, os pendulares entrevistados produzem estratégias de construção e preservação do Lugar, de seus vínculos afetivos e espaços de segurança, enquanto atendem a necessidade de sobrevivência em um cenário de extremo dinamismo econômico.

Conforme WS, suas atividades de lazer e encontro se concentram no bairro, pois,

Geralmente, no bairro... não saio do bairro, eu acredito que não é nada demais... eu acredito que só a questão de não gostar de se deslocar muito mesmo, só tá ali próximo, no máximo um shopping, mas na maioria do tempo eu tô no bairro, até porque quando você se desloca mais, é... tipo, já não tenho tantas pessoas que eu tenho conhecimento, então, se saio do bairro, aí é que não vou ter mesmo, então pela acessibilidade das pessoas que eu conheço, eu acredito que o bairro é mais viável pra mim, eu gosto mais de ficar no bairro (WS, dezembro, 2019).

Com WL não é diferente, segundo a pendular foi quando se instalou e se ambientou ao conjunto José Tenório no bairro da Serraria em Maceió que começou a sentir-se mais segura e capaz de se lançar para outros espaços da cidade, “eu me sentia muito mais segura no Zé Tenório depois que fui pra lá, aí eu comecei a sair mais”.

Amo tudo, eu faço tudo lá (bairro José Tenório). Quando eu fui alugar esse apartamento, a opção era alugar um aqui embaixo perto da praia, não quis, porque lá eu tenho tudo próximo: lá eu tenho academia, bem na esquina da minha casa, padarias, a igreja, então, assim, igreja, lazer, então eu gosto.... Então, tudo que eu preciso eu tenho próximo, banco, lotéricas... (WL, dezembro, 2019).



Essa segurança que WS passou a sentir, é fruto, não apenas da infraestrutura do bairro, mas especialmente, das relações interpessoais e afetivas tecidas em sua rotina no espaço imediato do bairro,

Eu conheço muita gente no supermercado, oi, oi, bom dia, tudo bom... pronto, eu conheço muita gente, eu vou na missa tem muita gente que eu conheço, ali é o círculo. (WS, dezembro, 2019).

Na mesma direção aponta ELI,

Você se apegava ao local, né? Brincou naquela rua, cresceu naquela rua, sabe a padaria onde é, o mercadinho onde é, a academia fica ali, né? A costureira fica ali, tudo você sabe, tem mapeado, a família tá perto, amigo de infância tá do lado, tá todo mundo pertinho... (ELI, outubro, 2019).

E completa,

tá numa rua em que eu posso contar com os vizinhos, é um local onde minha família gosta de ficar, onde os amigos gostam de vir, é perto da praia que eu gosto de frequentar, de restaurantes que eu gosto de ir... (ELI, outubro, 2019).

Esse sentimento de integração e pertencimento, essa relação com o Lugar (bairro, casa, pessoas), torna o local um espaço significado, representativo, um caos capaz de represar as consequências da dinâmica acelerada do mundo do trabalho e fissura espacial cotidiana a que estão submetidos.

Em uma das entrevistas, foi particularmente interessante, quando o conversante (CT), ao longo de sua fala, demonstrava grande encantamento com centros urbanos como São Paulo capital e Recife, cidades que tinha estabelecido relações ao longo de sua vida, desta forma, perguntei-lhe se tinha interesse em um dia estabelecer residência em alguma dessas cidades. Em sua resposta esboçou uma sugestiva reflexão sobre a essa possibilidade:



Não tenho decidido essa coisa, talvez porque eu seja um pouco provinciano, talvez ainda esteja muito ligado as coisas de Maceió, às minhas conchas, meus círculos, ser provinciano, ser de Maceió, reproduzir os pensamentos da província mesmo... pensar grande, mas ser um pouco pequeno. Isso é louco, assim, porque tem toda uma questão que talvez vá além de questões empíricas, tem esses fatos sociais que você tá dizendo, e acho que tem o fator psicanalítico mesmo... assim do fato de que há uma ligação embrionária com o lugar, uma ligação com o lugar e aquela rede que você construiu... (CT, setembro, 2019)

Esse trecho expressa bem a dialética entre o global e o local. Em um momento, o músico quer vivenciar a efervescência social e cultural das grandes cidades; noutro, deseja manter-se no espaço em que construiu o seu Lugar, seus “círculos”, suas “conchas”, como indica a sua frase: “pensar grande, mas ser um pouco pequeno...”.

Em um momento da entrevista em que estávamos muito à vontade, CT descreve a trajetória de sua ex-companheira (namorada) e esboça uma análise, que considero valiosa:

Essa última relação, essa minha companheira, ela não tem identidade com nada porque ela foi alfabetizada no Canadá, onde a mãe foi fazer doutorado. A mãe veio pra Maceió e depois foi pra Fortaleza, passou um tempo e depois voltou pra Maceió por causa de concurso, aí ela veio junto; e a menina foi e passou no doutorado na Bahia... imagina a cabeça dessa pessoa! Ela não se sente de Maceió como não se sente em lugar nenhum... (CT, setembro, 2019)

Sua ex-companheira é um retrato da hipermobilidade da sociedade contemporânea. CT examina que a dinâmica de vida apresentada, vivendo em vários lugares, ao longo da vida, implica na ausência de identificação com o Lugar. Esse desenraizamento aprofundaria o individualismo, conforme CT: a ideia de “coletividade acaba, tudo é o indivíduo”.

Imagine, cara, uma criança, filha de uma pessoa que veio do Rio Grande do Sul e nasce em Arapiraca e vê os pais com uma refe-



rência social e cultural completamente fora! Essa pessoa vai pra uma escola onde, provavelmente, vai ter os mesmos meninos que vieram de outra cidade e aquela mistura toda e ninguém é do lugar e o cara também... vive numa bolha e a sociedade que vive ao redor dele é um monte de gente com subemprego, pobre e ele vivendo naquela bolha sem lugar... e vai ser isso... (CT, setembro, 2019)

Uma outra entrevista, igualmente rica, foi com TH. TH tem 29 anos de idade, é negro e professor de História. Sua trajetória apresenta inúmeros pontos de contato com a dos outros pendulares ouvidos nesta pesquisa. TH reside na casa dos pais, tem uma irmã que é casada e mora no mesmo bairro, é solteiro e não tem filhos. Ele sempre residiu na mesma casa em que nasceu, portanto, toda sua vida foi no bairro do Barro Duro, em Maceió, como ele costuma dizer “estudei perto, namorei perto e bebo perto (risos)”.

Saiu de Maceió algumas vezes, sempre para prestar concursos, sempre na região Nordeste - Natal/RN, Caruaru/PE e Garanhuns/PE. Foi aprovado neste último, chegou a tomar posse e entrar em exercício, mas ficou apenas um mês, abandonou o emprego e posteriormente solicitou desligamento, segundo ele:

Não gostei da cidade nem das pessoas... claro, não deu nem tempo, mas não me senti bem, era tudo muito diferente, o salário era baixo e era melhor eu continuar na Faculdade (TH, janeiro, 2019).

Sobre essa experiência ele acrescenta:

Olha, velho, o salário era escroto e se eu ficasse ali, teria que morar, então, eu teria que me virar por muito tempo com aquele salário, teria que alugar um lugar, sozinho, pois eu não conhecia ninguém, teria que mudar tudo na minha vida e ficar em lugar totalmente desconhecido. Como eu trabalhava em uma Faculdade em Maceió e o salário era até melhor - só não era funcionário público - e também, eu morava com meus pais, por isso, entendi que, se eu ficasse ali, poderia atrasar minha vida, era melhor continuar tentando algo em Alagoas (TH, janeiro, 2019).



TH é um jovem canguru, sua longevidade na casa dos seus pais lhe dota de segurança para continuar tentando “algo melhor”. Perguntei, em dado momento, se foi apenas o salário que lhe fez tomar essa decisão de desligamento de um cargo público, ao que respondeu:

Não sei, agora você falando, talvez seja mais fácil dizer isso, mas foi também, além disso, acho que não me senti seguro para encarar um lugar novo e construir uma história toda do zero, talvez isso também... não sei! (TH, janeiro, 2019).

Toda sua história foi construída nesse bairro, na mesma casa e na mesma rua, só agora irá realizar seu sonho de morar sozinho, contudo, distanciando-se apenas dois quilômetros do bairro do Barro Duro, e residindo no Bairro do São Jorge, assim, permanecerá no ambiente em que é conhecido e reconhecido que, segundo ele, não tem ninguém que não o conheça e que ele conhece “todo mundo”. Seu pai é um histórico comerciante local, a diretora da escola em que estudou frequentava a casa dos seus pais durante sua infância, seus romances se construíram sobre aquele solo e sua atual namorada “mora na rua de trás”. A iniciativa de TH em sair da casa dos pais não aponta para um abandono de seu bairro, não sinaliza para um abandono dessas relações, mas para um fortalecimento delas, um equilíbrio entre independência relativa e vivências herdadas.

A fala de nosso jovem professor, que já pendula para trabalho há quatro anos, converge com as de WS, WL, ELI e CT. Na mesma direção ele sublinha sua relação com o espaço imediato do bairro. As falas se somam e reafirmam a importância do Lugar como anteparo às pressões hegemônicas do mundo contemporâneo.

Não foi diferente em minha conversa com RN. A bibliotecária reside no bairro do Feitosa, em Maceió, há 23 anos, nunca em casa própria, já se mudou algumas vezes, mas sempre no mesmo bairro. Sobre esse fator ela respondeu:

Porque eu gosto do bairro, gosto muito de lá, sabe? Ficamos muito tempo sem carro e, mesmo assim, a gente nunca teve



problemas... tinha ônibus passando na porta a cada 40 minutos, já conhecíamos alguns motoristas da linha, quando chegava do trabalho, me sentia segura até em casa... lá tem uma praquinha que sempre levei meu filho para brincar e tudo isso me fez continuar nesse bairro, por me sentir segura e confortável. Eu fiquei muito tempo lá, acho que é isso, meus vizinhos são todos conhecidos, sou madrinha de algumas crianças, meu vizinho é padrinho do meu filho, nunca pensei porque não saí... (RN, novembro, 2019).

Seu filho nasceu no bairro do Feitosa, seu marido trabalha próximo, seus vizinhos são conhecidos de longa data, todos esses elementos ressaltam a importância do bairro em sua vida. Ainda que em constante mudança de residência nunca saiu do bairro, talvez por seu envolvimento com as pessoas e o entorno, fator que a leva a não cogitar mudança para a cidade de trabalho, mesmo com permanente insistência e entusiasmo de sua irmã, e outros familiares, que residem na cidade de Arapiraca, para onde pendula a trabalho, há cinco anos.

As entrevistas demonstram a força do Lugar no mundo contemporâneo, como um mecanismo arrefecedor das instabilidades resultantes do mundo do trabalho e da ruptura sócio espacial cotidiana. A noção de Lugar de Carlos (2017) se encaixa com fidedignidade às falas dos entrevistados, segundo a autora,

O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja pequena vila ou cidade – vivida/ conhecida/reconhecida em todos os cantos. Motorista de ônibus, bilheteiros, são conhecidos-reconhecidos, como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro (Carlos, 2017, p. 17).



É importante frisar que o objetivo inicial das entrevistas não era capturar ou enfatizar a categoria Lugar, pois o plano inicial da pesquisa era outro, o que significa que em meu roteiro de entrevistas não tinham questões que enfatizassem o Lugar como *telos* da pesquisa. Apenas quando fui transcrevendo as entrevistas foi que o Lugar se impôs a minha atenção, despertando o meu olhar e alterando os rumos da pesquisa. O Lugar surgiu de maneira espontânea nas falas dos conversantes, e foi sendo confirmado uma após outra entrevista.

Desta forma, através da mobilidade pendular para trabalho alguns indivíduos procuram refrear as consequências do mercado de trabalho em constante transformação, preservando suas histórias profissionais. A pendularidade para trabalho, assim acredito, é um modo de vida urbano, encontrado por alguns indivíduos para proteger-se das devastadoras metamorfoses que atravessam nossos tempos. Um tipo de resistência, no sentido mecânico mesmo, ou seja, a capacidade de um material para resistir a uma força aplicada sem se romper ou deformar permanentemente.

Acredito, com base em todo o material reunido e nas falas dos pendulares, que através da mobilidade pendular para trabalho essas pessoas conseguem negociar suas histórias e vivências com as demandas de uma sociedade em transformação, isto é, não romper ou deformar permanentemente. Com isso, não se trata de nenhum retorno a qualquer espécie de comunitarismo, muito menos de um atendimento passivo das narrativas disseminadas pelos acólitos do capitalismo flexível.

O que percebi nas falas dos pendulares foi um esforço e um desejo no sentido de aproveitar ao máximo as oportunidades de confecção de laços e uma ligação aos seus bairros e as suas casas, não vi falas que apontassem para o isolamento. Inversamente, colocam-se em movimento formas de manter vivos seus elos com as pessoas e o espaço local. Como trabalham em outra cidade e bloqueiam uma relação mais visceral com a cidade de trabalho, condensam todo o seu desejo de interação e participação na cidade de residência, mais precisamente, no bairro e na casa.



O Lugar: segurança e pertencimento

O que enalteço aqui é que na localidade é que a vida acontece, que o Lugar e os vínculos de proximidade são aspectos extremamente significativos na vida dos pendulares para trabalho.

Ao analisar as conversas, percebi como o bairro e a casa representam instâncias fundamentais na vida desses personagens que apesar do movimento cotidiano para trabalho em outra cidade, ou devido mesmo a esse movimento, o Lugar adquire para esses indivíduos uma posição de centralidade. É na casa e no bairro que vivenciam suas experiências mais sensíveis, é nesse espaço que produzem seu sentido de segurança, é a esperança de um dia se fixar ou de retornar que anima seu movimento.

Podemos ver claramente uma mudança de postura, inclusive corporal, quando os entrevistados retratam suas experiências na cidade de trabalho e de residência. A cidade de trabalho é sempre encarada como um momento transitório, que logo passará, para em seguida voltar a viver na cidade de destino, mais que isso, no bairro, na casa. RN, TH, WL, WS e CT todos explicitam o seu desejo de conseguir um dia se consolidar em seus atuais bairros, conseguir comprar seu próprio imóvel, de permanecer, de alcançar longevidade ali, onde encontraram segurança, convívio, interação. É no espaço imediato do bairro em que se opera a escala do vivido.

O que esses pendulares para trabalho escancaram em suas falas, é que o mundo do trabalho pode lhes reprimir o tempo, podem segregar espacialmente seu cotidiano, mas não o Lugar. Não me refiro ao Lugar tradicional, no sentido romântico, uma ancestralidade, terra natal, mas ao Lugar como o espaço de segurança e proteção. Essa segurança é construída com a interação e o convívio, no transitar, no perambular livre pelo espaço do bairro, na troca com as pessoas. Como afirma Martins, em *A sociabilidade do homem simples* “é no âmbito local que a História é vivida e é onde, pois tem sentido para o sujeito da História” (Martins, 2000, p. 132).



As entrevistas fundamentam uma perspectiva que põe o Lugar, a localidade, o espaço em que se vive, onde se mora, como um mecanismo de proteção contra as pressões globalizantes, contra a despersonalização do mundo do trabalho, contra a fragmentação espacial, contra as separações operadas pela sociedade líquida. No Lugar pacificam suas tensões, reoxigenam, recarregam as baterias para o retorno ao trabalho, para o retorno à cidade de destino. O sentimento de pertencimento produzido pelo envolvimento com as pessoas e o bairro dota esses indivíduos de confiança, oferece uma bússola. O Lugar tem latitude e longitude, diferente do mundo que será explorado, que lhes desafia, onde não se sabe muito bem o que irão encontrar, em que direção terão que seguir. O Lugar oferece previsibilidade, ainda que não mais aquela do mundo pré-moderno, alguma previsibilidade, fruto das trocas cotidianas com as pessoas e espaços do bairro, daí resulta a confiança que WL, por exemplo, sentiu, de poder sair mais depois que começou a morar no bairro José Tenório.

O mundo contemporâneo parece liquefazer todos os sólidos, fazendo com que os homens e mulheres caminhem sobre o terreno sempre movediço da contingência ou por labirintos onde há sempre à espreita um Minotauro. Não há dúvidas que a globalização econômica potencializada por outros fenômenos em escala mundial atingiu os lugares, redefinindo-os, incluindo o Lugar na trama da globalização. Contudo, este continua sendo, especialmente para os pendulares entrevistados, um refúgio, talvez o mais forte, na produção da segurança e estabilidade.

Os indivíduos pendulares apontam para a importância do Lugar como categoria fundamental, caso se queira apreender as formas contemporâneas de produção de segurança, a apropriação e uso do espaço urbano, frente as instabilidades resultantes dos grandes processos e transformações sociais hodiernas. No caso dos entrevistados, o Lugar cumpre uma função protetora, de ordenamento do mundo e dos afetos, o Lugar representa a pausa, o conhecido, a confiança realizada na ha-



bitualidade dos usos do espaço local. O Lugar não é apenas um espaço físico delimitado, mas ideia, conceito, imagem, informação, arbítrio, memória. No lugar está o plano do vivido, da ordem próxima, “no lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social” (Carlos, 2017, p. 22), uma vida trilhada em um mundo cada vez mais fragmentado, visto e experienciado em pedaços.

Os pendulares para trabalho apresentam um forte desejo de permanência. Todos se dizem muito caseiros, saem pouco, transitam pouco pelos espaços da cidade, concentram e adensam seu tempo, sempre muito disputado pelo ritmo do trabalho e movimento espacial para outra cidade, em viver o Lugar, não apenas estar, mas interagir, comunicar, trocar, envolver-se.

Superando o cansaço e o desgaste das viagens, esses pendulares sempre encontram uma forma de se infiltrar na cotidianidade do Lugar. Se negando, e isso é importante, até a sair do bairro nos momentos de pausa. O que sublinha uma recusa de permanecer anônimo o tempo inteiro, por isso, esforça-se para permanecer no bairro, se fazer visto e conhecido.

Quero destacar que a relação com o Lugar é o que torna possível a construção do habitar, especialmente, em um período de aceleração e superfluidade das relações pessoais e espaciais. Os indivíduos em pendulo para trabalho parecem dar uma ênfase ainda maior a esse aspecto. É o espaço apropriado pelo uso cotidiano, a panificação, a academia, o barzinho, a praça, a igreja, a escolinha do filho, a quadra, o mercado, a feirinha, o posto de saúde, a casa lotérica, o passaporte⁴ preferido. Entre os pendulares para trabalho, esses espaços, esses pequenos percursos e contatos cotidianos no bairro, emergem de maneira candente. Como diz TH: “quando não estou a fim de fazer nada fico jogando gamão com os véio na porta, tem sempre um pra jogar dominó, dama... fico até altas horas...”.

Como demonstra Tuan (1983), o Lugar é a pausa no movimento. Os pendulares para trabalho vivem em constante movimento entre duas cidades. A

⁴ Passaporte é um tipo de cachorro-quente, característico da cultura culinária popular de Alagoas.



estrada e o local de trabalho, repletos de estímulos e atenções, exigem muito da econômica psíquica. É no retorno à casa, à familiaridade do Lugar, que podem cessar temporariamente essas tensões, e é justamente essa pausa que permite que uma localidade se torne um centro de valor reconhecido.

O Lugar é o espaço concreto, palpável, onde os indivíduos participam em suas práticas cotidianas, é o espaço do lar, da morada, dos contatos diretos. Para Buttimer (1982), mesmo as intensas transformações tecnológicas que ampliaram as possibilidades e horizontes das pessoas não solaparam o sentido de lugar. Tanto Buttimer como Tuan enfatizam as experiências vividas na produção do conceito de lugar. Para ela,

O mundo vivido diário, visto sob o ponto vantajoso do lugar, poderia ser compreendido como uma tensão (orquestração) de forças estabilizantes e inovativas, (...) esta tensão entre estabilidade e mudança dentro do ritmo de diferentes escalas, expressa pelo relacionamento do corpo para com seu mundo, pode ser vista como protótipo do relacionamento entre lugares e espaço, lar e amplitude na experiência do mundo (Buttimer, 1982, p. 180).

Na mesma direção de Tuan, para a autora o homem precisa de lugar e espaço, de segurança e liberdade. O Lugar representaria a estabilidade e o espaço a inovação, o lar representaria a segurança, proteção e o espaço amplitude, a busca, a aventura, o desconhecido. Em nosso atual momento histórico, a segurança e estabilidade promovidas no Lugar se tornam cada vez mais essenciais.

Mais do que estabelecer um longo debate sobre o Lugar no mundo globalizado, o que pretendi foi chamar a atenção para a importância desta categoria na vida dos pendulares para trabalho, neste sentido optei pela posição de autores como Carlos, Tuan e Buttimer, pois respondem a esse apelo e apego sugerido nas falas. A escolha dos autores se deu em concomitância às falas, às experiências captadas, às entrevistas deram o tom da escolha teórica, apontando para a relevância do Lugar e dos casulos protetores na vida desses indivíduos.



Procurei assim, iluminar, traduzir e ecoar as falas, acompanhá-las na direção aqui apresentada. Neste sentido, ficou demonstrado pelos entrevistados que suas casas, seus bairros e suas famílias são os principais redutos de proteção diante da dinâmica acelerada e fragmentadora do mundo desencaixado da modernidade tardia (Giddens).

Hissa (2009) é preciso ao dizer que a noção de mundo sempre foi uma ideia histórica desterritorializada, isso porque a história não é construída no ciberespaço ou em algum não-lugar universal, mas sim no lugar, no território, em seus termos a noção de global é uma “suspeita abstração quando pensamos que a vida e as existências se dão nos lugares, na escala dos cotidianos (Hissa, 2009, p. 50-51)”.

Considerações Finais

Se por um lado a modernidade capitalista cria incertezas e separações, por outro os indivíduos em pendularidade para trabalho respondem a essas no plano cotidiano, na dimensão do vivido, valorizando, ou revalorizando, a casa, o bairro e a cidade de residência. O que significa que mesmo na contemporaneidade, com seus processos sociais avassaladores, o lugar da morada, refúgio e local de pertencimento, é a instância mais importante na vida desses sujeitos. De acordo com as entrevistas, é no Lugar em que os indivíduos percebessem-se vivendo, seguros e confiantes.

Suas relações com o Lugar, - e a importância que atribuem à casa, família e ao bairro - atravessam todas as falas, de maneira insistente e emergem, sem pedir licença, sem qualquer estímulo por parte do entrevistador.

Os pendulares apontam para a sofreguidão que é viver as angústias do mundo do trabalho e suas incertezas, bem como a cisão espacial a qual estão sujeitos. Nesse contexto, o Lugar revela-se ainda mais central, pois o pouco tempo e presença os quais esses sujeitos dispõem promove um forte sentimento em relação a ele.



A mobilidade não é um problema para os entrevistados, mas sim uma possibilidade. A possibilidade do movimento é algo valorizado e sobre o qual todos demonstram entusiasmo e reverência, diante das oportunidades que o movimento insinua. O que é lamentado pelos pendulares para trabalho é a impossibilidade de permanência. Como expus ao longo deste trabalho, citando Tuan (1983) e Bauman (2003), os homens e mulheres necessitam de segurança e liberdade. O que assistimos hoje é a promoção de uma “liberdade precária” (Beck; Beck-Gernsheim, 2002), ou uma “liberdade amoral” (Sennett, 2009). É a liberdade denunciada por Han (2015) e Bauman (2009), ou seja, uma liberdade que expulsa da sala a segurança e a estabilidade.

As novas demandas do mutante mercado de trabalho contemporâneo encabeçam uma ideologia do recomeço, da reinvenção, das transformações constantes, um ideário que sobrecarrega e estressa os indivíduos pelo desenho de suas próprias vidas, um modelo social que carboniza os suportes sociais e os sistemas de proteção. A marca dessa sociedade, como aponta Han (2015), é a transitoriedade, pois nada promete duração e subsistência. A impossibilidade de ficar, de permanecer, de pertencer, é a maior preocupação dos pendulares para trabalho. O capitalismo contemporâneo derrubou barreiras, comprimiu tempo e espaço, trouxe o mundo para perto, mas simultaneamente tirou de perto o mundo das pessoas.

O desarraigado, o sujeito maleável e sem história, não encontra ancoragem no mundo real, nos indivíduos históricos e concretos, visto que mesmos os nômades, como apontou Bauman (1998), procuram uma terra hospitaleira em que possam se fixar. O nomadismo proposto pela sociedade flexível, a exigência do movimento incansável, provoca ansiedades, torna os indivíduos reféns da vastidão do espaço e, portanto, vulneráveis.

As entrevistas apontaram para as estratégias utilizadas pelos pendulares para trabalho, que visam suprir as vulnerabilidades potenciais e virtuais presentes nesse tipo de prática urbana. Nesse sentido, os



casulos protetores, tanto na cidade de destino (trabalho) quanto na de origem (residência), e os vínculos com vizinhos e o bairro demonstraram-se como as principais colunas de sustentação de estabilidade de seus mundos sociais.

É no Lugar que a estabilidade é construída e reforçada como resposta a liquidez presente em todas os âmbitos da vida social. O relevo que dão ao Lugar, a convivência com o bairro, ao aconchego de suas casas, a importância da família, expressam a premência de pensarmos o lugar do Lugar no mundo contemporâneo.

Referências

- Bauman, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- _____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- Beck, Ulrich. A reinvenção da política. In: **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Oeiras: Celta, 2000.
- Beck, U.; Beck-Gernsheim, E. **Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences**. London: SAGE, 2002.
- Berman, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.
- Buttimer, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: Christofoletti, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
- Carlos, A. F.A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.
- Giddens, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- Gottdiener, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- Han, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.



Hissa, C. E. V. **Território de Diálogos Possíveis**. In: Maria Teresa Franco Ribeiro; Carlos Roberto Sanchez Milani. (Org.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. 1º ed. Salvador: EDUFBA, v. 1, 2009, p. 36-84.

Leite, Rogério Proença. O futuro incerto das cidades: uma reflexão niilista sobre as atopias urbanas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 2, 2018, p. 255-276.

Martins, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

Ojima, Ricardo; Marandola Jr., Eduardo (org.). *Pessoas, prédios e ruas: por uma perspectiva demográfica dos processos urbanos contemporâneos*. In: **Dispersão urbana e Mobilidade populacional**: implicações para o planejamento urbano e regional. São Paulo: Blücher Open Access, 2016.

Oliveira, Luiz Antônio Pinto de; Oliveira, Antônio Tadeu Pinto de (org.). In: *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011 (Estudos e Análises, 1).

Pais, José Machado. **Sociologia da vida cotidiana**: teorias, métodos e estudos de caso. 6. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

Sennett, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Silva, Érica Tavares. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. 2012. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

Tuan, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: A perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 1980.



UM NOVO SUJEITO: REFLEXÕES SOBRE EMPOWERMENT E EDUCAÇÃO

 Sarah Karenine Proença¹

PARA COMPREENDER A CONJUNTURA que se apresenta a educação pública no Brasil, por meio de propostas pedagógicas “inovadoras”, trago aqui algumas reflexões acerca de uma certa conjuntura global neoliberal alicerçada nas agendas de desenvolvimento mundial, com foco na criatividade e no emponderamento das capacidades individuais, a partir de uma análise da conjuntura do contexto europeu que, desde o rompimento da geopolítica bipolar mundial caracterizada pelo fim da Guerra Fria e pelas transformações radicais do leste europeu, teve o modelo do Estado Providência e seus investimentos sociais profundamente alterado com os processos crescentemente liberais da economia mundial².

¹ Mestra em Intervenção Social Inovação e Empreendedorismo-MISIE, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCE) e faculdade de Economia (FEUC) da Universidade de Coimbra (UC) em Portugal, sob orientação do Prof. Dr. Claudino Ferreira (UC). Graduada em Artes Visuais pela Universidade Federal de Sergipe-UFS, especialista em Artes Visuais também pela UFS. É docente da Rede Estadual de Ensino de Sergipe (SEDUC), foi coordenadora pedagógica do Núcleo Gestor de Educação em Tempo Integral da SEDUC/SE e atua, hoje, como técnica no Conselho Estadual de Educação de Sergipe. E-mail: sarah.karenine@gmail.com

² A proposta aqui analisada resultou da pesquisa de dissertação, concluída em 2016 no Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, da Universidade de Coimbra/Portugal e discorre sobre as perspectivas da educação na Europa, em meio a recorrente retórica da criatividade, do empreendedorismo e inovação como mecanismos de mudança social supostamente eficaz para criar alternativa à crise.



As noções de “Estado mínimo” e de “livre mercado”, seguindo uma antiga orientação do liberalismo de Friedman e Hayek, não apenas esvaziaram as políticas sociais de bem-estar, como também reeditaram uma política econômica centrada na lógica competitiva do mercado. A reordenação do papel do Estado no contexto da desregulamentação econômica tem deslocado antigas funções do poder público para a iniciativa privada, como forma de diminuir investimentos públicos e criar novos segmentos do mercado para o capital.

Divergindo cada vez mais do modelo vigente de política econômica centralizada pelo Estado, que se consolidou no pós-guerra na forma do Estado Keynesiano de bem-estar social, as políticas sociais, de uma forma geral, têm deslocado o foco das iniciativas do crescimento e inovação, do Estado para as pessoas, alterando a lógica empreendedora ao focar nos esforços e capacidades dos indivíduos em detrimento do papel do Estado enquanto responsável pelo desenvolvimento econômico e social (Beck & Beck-Gernsheim, 2002), (Hespanha, Ferreira, & Pacheco, 2014).

No âmbito dessa crise e nos esforços de sua superação, acredita-se fortemente que as ações inovadoras e empreendedoras, características de uma mente criativa, seriam capazes de estabelecer mais conexões entre recursos e habilidades, ampliando o leque de possibilidades de novas iniciativas socioeconômicas. Nesse sistema desenvolvido com base na lógica da concorrência, ao passo que aumentam as disparidades, aumenta-se o argumento com base na urgente necessidade de repensar estratégias de retomada do crescimento socioeconômico, por via de um novo paradigma não mais alcançada na antiga noção de *welfare state*, mas na ideia de uma *welfare society*. Essa sociedade do bem-estar estaria ancorada tanto na constatação da incapacidade do Estado em manter as políticas sociais em patamares desejáveis, quanto na preposição de que a saída da crise passaria por uma nova gestão pública baseada na cooperação entre diferentes sectores da sociedade:



Face aos atuais constrangimentos econômicos, os governos estão sob pressão crescente. De um lado, crescem as necessidades sociais, agudizadas pela crise. Do outro, há a necessidade de fazer mais do que nunca, inovação, mas uma nova natureza da inovação: participada, em rede colaborativa. Isso passa por criar um verdadeiro ecossistema, participado pelos três setores (Vasconcelos, 2010: 46).

A análise de Vasconcelos sintetiza o pensamento vigente, principalmente entre os gestores que vêm na situação atual o esgotamento do Estado na tentativa de gerir as demandas crescentes da sociedade. Uma das saídas para a situação é apontada, sobretudo, na participação mais ativa da sociedade, sendo preciso ativar novos olhares que apontem para novos caminhos. “Como tirar partido da capacidade e inteligência coletiva para imaginar novos futuros possíveis, novas oportunidades de solução?” (Vasconcelos, 2010, p. 40).

A tentativa de gestão dessas demandas sociais por meio de indicadores globais de resultado é algo que nos motiva o aprofundamento, por meio de pesquisa, para tentarmos compreender como as políticas globais estimulam e incentivam as políticas locais em suas decisões, a exemplo dos processos avaliativos que são submetidos os sistemas de ensino (Charlot, 2020.)

O resultado das avaliações externas e dos índices de mercado impostos à educação mundial, neste contexto de crise, tem provocado a intensificação da necessidade de se repensar o futuro por meio de uma retórica da inovação criativa individual. Trata-se de um processo centrado na noção de *empowerment* dos indivíduos, que são chamados a colaborar com os processos inovadores de mudança social. Segundo a perspectiva de (Moulaert, Martinelli, Swyngedouw, & Gonzalez, 2005), a inovação social deve ir além do indivíduo e levar em conta abordagens multidimensionais que tenham foco no entorno e em todo o processo de concepção: [as abordagens devem] ter uma análise clara das relações entre Estado e sociedade civil, levando em conta as várias escalas espa-



ciais, especialmente local, as diferentes temporalidades entre os mundos da política, economia social, movimentos da sociedade civil.

Essa “economia do conhecimento” alcança obviamente a esfera educacional, espaço privilegiado da produção e difusão do saber. Processos voltados a saberes práticos e utilitaristas, apresentados como criativos, são estimulados no tom de urgência que a crise demanda. O discurso recai sobre as pessoas que são chamadas a responder, com todo o seu empenho e ideais de um mundo melhor, aos desafios contingenciais. A crise alcança os processos educacionais como um “clamor” que é econômico (Barbosa M. G., 2013), mas que recorre à educação e ao desenvolvimento como segmentos atrelados a essa suposta saída “única” que compõe as agendas mundiais para o desenvolvimento, em especial da União Europeia. Segundo Charlot, tais agendas mundiais representam uma visão global imposta pelos organismos internacionais aos países que vivem um dilema entre: “[...] escolher entre pagar a dívida externa - resultante de interesses exorbitantes - ou proporcionar uma educação a todos” (Charlot, 2005:143).

As preocupações com a educação, sobretudo com as adaptações necessárias para essa virada criativa, estiveram presentes em duas importantes agendas europeias: a Agenda 2020 e a Agenda 2030. Ambas estabelecem uma série de metas e procedimentos que são direcionados a diversas áreas, no intuito de atenuar ou evitar impactos econômicos, sociais e naturais globais futuros, que vão da segurança energética à empregabilidade (Vasconcelos, 2010, p. 32)

A visão neoliberal de que é preciso se “renovar” é pautada no fomento de estratégias criativas e inovadoras para a gestão pública, frente aos desafios existentes motivando iniciativas individuais, mas não “individualistas”, por parte dos cidadãos. Essas ações devem empreender esforços para fazer as pessoas pensarem e agirem diante das adversidades. Na retórica da inovação, os cidadãos são estimulados a unir-se em ações e proposições que ganhem autonomia e sejam “eficientes” na resolução dos mais diversos problemas, inclusive - e sobretudo - nas



áreas em que o Estado já não consegue responder a contento. A problemática atinge áreas sensíveis, como os processos altamente complexos de exclusão social, como ressaltam André & Abreu (2006):

De acordo com Moulaert (2000), o reconhecimento e a eventual resolução das formas mais agudas de exclusão, só será possível se encontrarem formas inovadoras de revelar necessidades, de cooperar e de democratizar a gestão pública. “[...] o desenvolvimento local é cada vez menos uma questão de rendimentos e de capacidade de consumo, passando sobretudo pela promoção de mudanças estruturais que promovam a capacitação individual e colectiva no sentido de encontrar soluções para os problemas (André & Abreu, 2006, p. 125).

A questão central da crise, da retórica da criatividade e de um protagonismo individual, recoloca a prática educacional na rota das medidas a serem implementadas, visando estimular iniciativas inovadoras que sejam capazes de apontar saídas, alternativas para a crise. Na escola, seja na educação básica ou universitária, o espírito da criatividade se reveste de empreendedorismo pragmático ou protagonismo individual, adequando o ensino para construir respostas, em uma perspectiva claramente utilitarista do saber, aos desafios do emprego em tempos complexos de crise:

Aqui e ali, a mudança já é notória e verifica-se que passa, fundamentalmente, pelo recentramento da escola na norma da profissionalização e da empregabilidade. A escola, objeto de culto econômico e protagonista de uma nova narrativa, é pouco a pouco reordenada e reorientada em função da finalidade profissional dos estudos. Na prática, isso está a passar por uma definição mais utilitária dos conteúdos de formação, com uma sobrevalorização das áreas científicas e técnicas; pela seleção dos estudantes através de dispositivos de orientação e acompanhamento visando à inserção no mercado de trabalho; pela inculcação do espírito de empresa e pela concentração economicista nas virtudes do em-



preendedorismo; pela multiplicação dos estágios em contexto laboral e pela definição estritamente profissional de livretes de competências como passaportes para o emprego (Barbosa M. G., 2013, p. 241).

O problema não parece ser simplesmente a guinada profissionalizante da educação, na medida em que parece desejável aproximar a educação da sociedade, de modo a qualificar profissionais adequadamente às demandas do mercado. O problema reside no enfoque demasiado economicista dessa virada, que acaba por privilegiar um enfoque restrito da formação educacional centrado nas chances de empregabilidade. A complexidade da formação educacional envolve demandas que extrapolam a esfera econômica. Uma boa e sólida formação educacional envolve capacidades e habilidades que vão além da capacidade técnica: envolve competências comunicativas e cognitivas amplas, sem as quais o profissional tende a permanecer vulnerável às contingências da vida laboral e das variações oscilantes do mercado de trabalho.

Neste sentido, Bernard Charlot vai ainda mais longe ao fazer reflexões em sua obra “Relação com o Saber; Formação dos professores e Globalização” a respeito de uma educação vítima da globalização e de uma lógica instalada pelo Fundo Monetário Internacional, pela Organização Mundial do Comércio e pelo Banco Mundial, dentre outras instituições, que estabelecem padrões de conduta, nem sempre interessantes, quando se pensa em desenvolvimento social humanitário, participativo ou mesmo igualitário. Depois de listar as inúmeras consequências que a visão neoliberal imposta por essas políticas econômicas à educação pode causar, Charlot elenca princípios importantes, reconduzindo nossa memória para a lembrança do que é basilar à educação na proposta de sociedade solidária, democrática e igualitária:

Em primeiro lugar, a educação é um direito, e não uma mercadoria. É um direito universal, vinculado à própria condição humana e é como direito que deve ser defendida. Ela não é prio-



ritariamente instrumento econômico e social, mesmo que possa também ser considerada como tal, secundariamente; também não é preparação para o mercado de trabalho tal como ele é, mesmo que possa constituir também processo de qualificação profissional – pensando em sua relação com as lutas para transformar as relações de produção e as relações sociais. Isso não quer dizer que seja preciso opor a educação do homem ao trabalho e ao desenvolvimento econômico e social, o trabalho é uma característica fundamental do homem e das sociedades humanas e deve, pois, ser levado em conta na educação; mas o trabalho e a educação profissional, devem participar de uma educação mais ampla, e não sacrificar esta, como hoje se vê na sociedade capitalista e na lógica neoliberal da globalização.

A educação é, fundamentalmente, o triplo processo pelo qual, de maneira indissociável, o filhote de “homem” se torna um ser humano, membro de uma sociedade e de uma cultura em um dado momento e lugar, um sujeito com sua história pessoal. Ela é movimento de humanização, de socialização, de subjetivação; é cultura como entrada em universos simbólicos, como acesso a uma cultura específica, como movimento de si mesmo; é direito ao sentido, às raízes, a um futuro; é direito ao universal, à diferença cultural, à originalidade pessoal. Todos esses direitos devem ser considerados (Charlot, 2013, p. 145).

Charlot, nos chama a relembrar a educação enquanto um direito cidadão que não deve perder a nobreza de seus propósitos. A preocupação diante das mudanças propostas para a educação, bem como o avocatório para um espírito empreendedor, tendem a deixar de lado princípios imprescindíveis em um processo educacional. O discurso para preparar as crianças e jovens para o mundo do futuro tem estado nas pautas das grandes agendas mundiais, mas não necessariamente está atento a antigos problemas da educação que seguem colocados em segundo plano diante das demandas, sempre urgentes, das agendas econômicas.



Essa perspectiva se aprofunda na nova agenda de desenvolvimento sustentável, “Agenda 2030”, resultado da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento, de 2015. Uma das áreas de importância da agenda é justamente a Educação, que ocupa o 4^a objetivo, com a seguinte formulação: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015).

Presente nas agendas mundiais de desenvolvimento, a Educação é parte desafiadora, por sua complexidade, reforçando a importância do tema no tocante à formação e capacitação do ser humano. Entretanto, a inserção da temática nas agendas de desenvolvimento leva consigo a dimensão empreendedora que, por sua vez, tende a instrumentalizar a educação em função das ideias de uma formação criativa para o mercado. As Agendas reforçam a concepção empreendedora na educação, na arte e na cultura, consideradas elementos estratégicos e com elevado potencial para processos criativos. O fato de a capacidade criativa estar presente em todos os contextos da criação humana, coloca-a como instrumento de grande valor acessível a todos. É através dela que o ser humano pode produzir soluções inovadoras para os seus problemas.

Nesse contexto, a retórica das artes e da cultura como fonte “germinadora” de criatividade é alardeada como algo tangível a todas as pessoas, de forma quase epidêmica, caso seja estimulada principalmente no ambiente escolar. Isso a torna tema dos eventos mundiais, que fomentam a ideia da mudança por uma atitude inovadora capaz de contribuir no combate aos problemas sociais (Morais, 2011).

Claudino Ferreira (2015) assinala exatamente essa dimensão do uso da arte e da cultura, destacando o papel de integração social atribuído às políticas culturais:

Este entendimento da cultura como ferramenta a serviço de objetivos sociais atualiza uma linha de debate e de ação em torno dos



impactos sociais das artes e do contributo da cultura para o reforço da coesão, da participação e da integração social, com expressão na Europa pelo menos desde os anos 60 do século passado. É uma linha que, partindo do reconhecimento do valor essencial da cultura como componente central do desenvolvimento pessoal e da participação ativa e plena dos cidadãos nas sociedades contemporâneas, o estende para uma valorização mais instrumental, como recurso privilegiado de capacitação e emponderamento dos mais desfavorecidos, excluídos ou estigmatizados (Ferreira, 2015, p. 48).

As justificações dadas para a utilização da arte e da cultura como mecanismo de impacto social no bojo das políticas sociais nem sempre correspondem à realidade. Uma série de métodos (sob a forma de caixa de ferramentas) são elaborados visando sistematizar e facilitar as operações em torno das políticas culturais. São elaborados dossiês e projetos, reforçando positivamente o investimento em arte e cultura, mensurando o impacto e a importância desse apoio como viés legítimo, eficiente, economicamente viável e eficaz, quando vinculados às políticas públicas, mas a questão não é isenta de dúvidas, como destaca White: “Atualmente não está estabelecido ou universalmente aceito, a metodologia para investigar o impacto social das artes. As dificuldades surgem da tentativa de criar meios adequados de medir objetivamente algo que em sua essência é complexo e subjetivo” (White, 2005, p. 22).

Se por um lado é inegável o poder de transformação da arte e da criatividade, por outro continua a ser um desafio mensurar os seus impactos, como atesta o relatório *Art for Art's Sake? The Impact of Arts Education*, realizado pelo *Centre for Educational Research and Innovation* para a OCDE (2013), uma organização de entidades governamentais que busca compreender, analisar e medir a produtividade e fluxos globais de comércio e investimentos na tentativa de prevê tendências de futuro.

Dentre as questões que a investigação que originou o relatório *Art for Art's Sake? The Impact of Arts Education*, procurou suscitar, destacam algu-



mas: será que a educação artística realmente tem efeitos positivos sobre as habilidades que não envolvam artes? Será que ela pode melhorar o desempenho, por exemplo, de áreas acadêmicas em disciplinas como matemática, ciências ou de leitura, que também são vistas como cruciais para nossas sociedades baseadas no conhecimento? Será que fortalecem a motivação acadêmica dos alunos, autoconfiança e capacidade de comunicar e cooperar de forma eficaz? Será que desenvolvem os hábitos de mentes, atitudes e habilidades sociais que são vistas como críticas para sociedades de inovação? (Winner, Goldstein, & Vincent-Lancrin, 2013, p. 05).

O referido relatório buscou justificar o financiamento público e privado das artes como ferramenta essencial no processo de criação, destacando a importância de uma mudança nos currículos escolares para que eles contemplem conteúdos que potencializem as habilidades capazes de fomentar pessoas inovadoras. Para tal, a criatividade deve ser estimulada e a disciplina de artes nas escolas seria uma das que possui a estrutura e o potencial necessários para transformar em realidade o projeto de uma sociedade inovadora.

O relatório também deixa claro que a mudança não está especificamente atrelada ao ensino de artes, mas sim a um ensino criativo e motivador, podendo ser implementada em outras disciplinas curriculares. Contudo, dada a diversificação da disciplina de artes, cujos conteúdos variam da música, da dança, do teatro às artes visuais, acaba-se por potencializar as capacidades de aprendizado. Pelo fato também de geralmente não possuírem um sistema rígido de avaliação, as disciplinas de artes propiciam uma certa descontração característica que permite a tranquilidade para experimentar e errar, o que torna o processo naturalmente mais ensaístico e criativo. O relatório conclui, afinal, afirmando que o poder da arte nos processos de inovação é incontestável, porém confirma a difícil mensuração do impacto social da arte, tendo em vista sua natureza subjetiva.

De fato, quanto às metas de inclusão social por via de políticas sociais e econômicas, a mensuração pode se tornar extremamente es-



peculativa. Belfiore é clara quando vê criticamente as políticas sociais como estratégias de inclusão social: “Ter a arte e a cultura atreladas a tais políticas é limitar e condicionar a sua importância” (Belfiore, 2006, p. 19). Para a autora, é ainda um erro maior utilizar os resultados positivos, obtidos em algumas ações, como modelos a serem disseminados, acreditando-se que os seus impactos podem repetir-se, como ao usar uma espécie de fórmula.

A ideia da função social da arte torna-se sempre complexa quando a sociedade e os seus sistemas organizacionais se encontram em crise. Mesmo que ninguém espere que a arte possa realmente oferecer soluções, ela é utilizada como recurso estratégico, pois está ligada intrinsecamente à produção da cultura e da história da humanidade. Contudo, as questões de mercado envolvidas nos processos de criatividade subjacentes ao financiamento de projetos artísticos e culturais fazem parte da rotina contemporânea e acabam por padronizar certos processos de produção artística dentro ou fora da escola, ou mesmo de estímulo à criatividade, razão pela qual é preciso estar atento à forma como essa demanda se instala nos processos educativos. “É preciso evitar a tendência para restringir os objetivos gerais da educação em períodos de depressão econômica, fazendo-os coincidir demasiadamente com as exigências conjunturais do mercado de emprego” (Lawton, apud Santos J., 2007, p. 10).

As exigências de mercado e a retórica da criatividade, como força motivadora e motriz da mudança social, podem incorrer sobre um excessivo e especulativo poder de mudança pela arte, que na verdade dificilmente se encaixa de forma padronizada e replicável. A pressão para se ter a “grande ideia” e torná-la lucrativa e de impacto, pode induzir as pessoas a um processo de pressão social criativa que talvez seja, por outro lado, a morte da criatividade.

Criar e inovar é também respeitar o ócio, respeitar o tempo das coisas e das pessoas. Fórmulas e ferramentas podem ajudar, porém também podem criar uma coleção de projetos infecundos e ações su-



periciais excessivamente técnicas em que o indivíduo em seus aspectos mais expressivos não seja respeitado.

O papel social da cultura é em geral enunciado de forma ampla e abrangente, sob princípios genéricos acerca das condições propiciadoras do acesso universal. A ênfase é antes colocada no concurso das artes e da cultura para os processos educativos e de qualificação, em particular para a formação de competências criativas e o fomento da capacidade de inovação e empreendedorismo – objetivos associados ao desígnio de fazer do setor cultural e criativo um catalisador do crescimento econômico e da criação de emprego. Não obstante, e em articulação com o princípio geral que consagra o acesso à cultura como um direito fundamental de todos os cidadãos, os desígnios de cariz mais social permeiam as metas programáticas delineadas para o setor, que a ideia de “cultura acessível e inclusiva” enuncia (Fortuna, 2014, p. 14).

A criatividade estimulada atualmente nas escolas como um item curricular a ser executado, como uma meta a ser cumprida entre tantas outras, pode estar a colaborar para os excessos. Criatividade não pode ser reduzida a uma mecânica de trabalhos manuais supostamente inventivos, realizados sob a supervisão do professor. A criatividade só pode ser estimulada e produzir resultados se, no caso das crianças e jovens nas escolas, existir um ensino que respeite e valorize as conexões entre os saberes formais e os saberes adquiridos socialmente na vida cotidiana, aspecto que se constitui no foco central da pesquisa de mestrado que originou esse texto (Karenine, Sarah; 2016). Para inovar e criar é preciso compreender. Arte, cultura e criatividade estão intimamente ligadas a sonhos, vontades e expressões.

Em países como o Brasil, cujos maiores problemas ainda são muitas vezes a existência de situações extremas condensadas nas periferias urbanas, em cujos contextos predominam questões básicas de habitação, fome e forte exclusão social, as práticas educacionais voltadas ao estímulo da criatividade precisam ter outras características. Em contextos de alta vulnerabilidade social, acreditamos que, para que a



sociedade da informação possa ser considerada uma sociedade do conhecimento e criativa, é imprescindível que se valorizem as conexões dos saberes formal (escolar) e próprio (comum), na tentativa de uma aprendizagem que respeite e estimule as conexões de ideias, aceitando e respeitando o saber originado no aluno e embasado em um trabalho cooperativo. Nesse caso, o exercício de compreender a disciplina de artes, enquanto fomentadora de produtora de reflexão, pode estimular a formação de pessoas mais criativas e críticas. Pensamos que, mais do que favorecer à criatividade, precisamos de uma escola que escute e que desenvolva a criticidade em seus alunos, construindo projetos coletivos que valorizem suas histórias de vida. É nesta perspectiva que incluímos a necessidade de uma educação valorativa, em que a compreensão da dimensão de tempo e a subjetividade que envolve a criatividade e o próprio indivíduo façam parte de um projeto de respeito aos saberes múltiplos, com ênfase no saber comum.

Embora a ideia de criatividade nos processos de inovação e empreendedorismo seja apresentada como uma ferramenta facilmente acessível, gratuita e à mão de todos, através da qual o indivíduo pode mudar a sua vida e até o seu contexto, é provável que esse “poder” de transformação atribuído à pessoa apareça desfasado com a realidade, principalmente em contextos de vulnerabilidade social. Esse “poder” atribuído em demasiado ao indivíduo como forma de protagonismo, ao mesmo tempo que reconhece a força de vontade e as capacidades individuais, tende também a nivelar todos estudantes em um discurso de emponderamento solitário, em que “seu futuro depende apenas de você”.

Nesse sentido, André e Abreu nos provoca a fazer algumas indagações, como: até que ponto os agentes “fracos”, vulneráveis a algum tipo de exclusão, têm capacidade para inovar? E, se a inovação partir dos agentes hegemônicos, os que se enquadram na ordem dominante, até que ponto pode avançar o *empowerment* dos agentes “fracos” alvo da iniciativa? (André & Abreu, 2006, p. 126)



Parece claro que o desenvolvimento da criatividade pressupõe certa situação socialmente inclusiva, a partir da qual o indivíduo pode repensar estratégias inovadoras para o incremento socioeconômico de uma situação social. Assim, pensar a criatividade em “agentes fracos” e em contextos periféricos é um desafio duplamente caracterizado pelas dificuldades sociais existentes e pela própria dificuldade que o processo criativo exige.

Nesse sentido, o esforço analítico em torno dos processos criativos que centralizam a resolução das problemáticas nas capacidades individuais, implica uma dupla hermenêutica, na medida em que o próprio pensar sobre o fazer criativo, ser criativo e inovador já inclui, em si, um esforço igualmente criativo que precisa de ambiência e amparo para ocorrer. Em outras palavras, somente com criatividade é possível pensar o papel criativo e inovador de um estudante na educação formal em contextos socialmente vulnerável, sem perder de vista a limitadora dimensão empreendedora e instrumentaliza da educação quando serve às urgências do mercado.

Referências

- André, I., & Abreu, A. **Dimensões e espaços da inovação social**. Finisterra XLI, 81, 2006, p. 121-141. Obtido de [va%C3%A7%C3%A3oSocial](#)
- Barbosa, A. M. **Arte Educação Contemporânea: Consonâncias Internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.
- Barbosa, A. M. **Arte na Educação: Interterritorialidade refazendo Interdisciplinaridade**. Desiner, Arte e Tecnologia., 2008a, p. 01-20.
- Barbosa, A. M. **As mutações do conceito e da prática**. Em A. M. Barbosa, **Inquietações e mudanças no ensino de Artes** (5ª ed.). São Paulo: Cortez, 2008b.
- Barbosa, M. G. **A educação e o desenvolvimento na agenda europeia do crescimento: uma reformulação desde as organizações da sociedade civil**. *Ágora Filosófica*, 13, jan./jun. de 2013, p. 239.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. **Individualization**. London: Sage, 2002.
- Belfiore, E. **“The Social Impact of the Arts – myth or reality?”**. **Culture Vultures: is UK arts policy damaging the arts?** London: Policy Exchange Limited, 2006.



Ferreira, C. “Cultura e regeneração Urbana: Novas e velhas agendas da política para as cidades”. **TOMO**. Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe. Dossiê Cidades, jan/jun, 2010, pp. 29-56. Disponível em: <http://nauui.ufsc.br/files/2010/09/Revista-TOMO-n-161-Universidade-de-Sergipe.pdf>.

Ferreira, C. O envolvimento cultural comunitário. **Cescontexto**, 12 (Paisagens Socioculturais Contemporâneas), nov., 2015. Disponível em: www.ces.uc.pt/contexto.

Fortuna C. (Org). **Cultura, formação e cidadania**. Relatório final, Cultura 2020, Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais/Secretaria de Estado da Cultura, Centro de Estudos Sociais (CES), Portugal, 2014.

Hespanha, P., Ferreira, S., & Pacheco, V. (. (2014). A Economia Política do Retrocesso. Crise, Causas e Objetivos. Em José Reis (org.), O Estado Social, crise e reformas. (pp. 189-281). Coimbra: Almedina.

Morais, M. “Criatividade: Desafios ou conceito”. **I Congresso Internacional de Criatividade e Inovação: Visão e prática em diferentes contextos**. (A. B. Inovação-Criabrazilis, Compilador) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil, 2011.

Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., & Gonzalez, S. “Towards Alternative Model(s) of Local Innovation”. **Urban Studies**. Vol. 42, No. 11, 2005, p. 1969-1990.

ONU, O. d. nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030. (O. d. sustentável, Produtor), 2015. Disponível em ONUBR: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em maio de 2016.

Santos, J. **Educação básica e educação artística: uma agenda comum**. Plenária da Conferência Nacional da Educação Artística. (p. 4ª Sessão). Porto/Portugal, 2007.

Vasconcelos, D. **Inovação Social, a agenda do futuro**. Gestão de organizações sem fins lucrativos, 2010, p. 31-50.

White, T. R. **Toward a New Understanding of the Social Impact of the Arts**. 2005. Disponível em: http://neumann.hec.ca/aimac2005/PDF_Text/WhiteTR_RentschlerR.pdf

Winner, E., Goldstein, T. R., & Vincent-Lancrin, S. Art for Art’s Sake? The Impact of Arts Education. OECD Centre for Educational Research and Innovation. França: OECD Publishing, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264180789-en>. Acesso em 20 de 06 de 2016.



A CACOFONIA DA CIDADE E O S(OM)ILÊNCIO DA IDENTIDADE

 Cristiano Ricardo de Azevedo Pacheco¹

AS PAISAGENS SONORAS passaram a pertencer crescentemente ao domínio do sensorial no cotidiano das cidades contemporâneas. Além do visual, a sonoridade também se constitui em uma dimensão relevante quanto à análise da apropriação da cidade e às dinâmicas de participação relativas à concepção e ao uso dos espaços urbanos. A verdade é que o som é um complemento da visão, visto que lhe dá consistência e ritmo, e a cidade é um despertar de sentidos, onde o ser humano se envolve, produz e interpreta conteúdos. Portanto, estamos aqui a falar do pulsar natural da cidade, mobilizando expressões sensíveis do cotidiano das pessoas, conferindo, assim, a diversidade dos sons urbanos e de cadências que estão imbrincados na relação do corpo com a cidade (Fortuna, 2009).

Contudo, vale ressaltar que a temática sobre as sonoridades urbanas, em certo período, tornou-se parte da agenda de outras áreas distintas às Ciências Sociais. Isso devido à “surdez” e à absoluta relevância atribuída ao sentido da visão, apresentadas pela Sociologia, ao se debruçar sobre a sonoridade das cidades (Fortuna, 1998). Nesse con-

¹ Doutorando em Sociologia PPGS/ UFS e em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas – FEUC/ Coimbra (Cotutela), Bolsista CAPES. E-mail: cristiano.pacheco@uc.pt

texto, apesar de considerarem os sentidos cognitivos valoráveis quanto à abordagem dos significados sociais, os sociólogos alemães, George Simmel (1997) e Walter Benjamin (1989), evidenciavam a soberania da visão sobre a análise dos aspectos urbanos, preterindo e mingando a audição, relegando a escuta a segundo plano. O ouvido é apontado, por Simmel, como um senso despojado de autonomia, diante da passividade do auditivo. Ele considera o ouvido egoísta, comparado ao olhar que não pode dar sem receber, enquanto o ouvido está destinado a receber sem poder dar (Fortuna, 1998). Ou seja, Simmel fala da audição como um senso passivo que contrasta fortemente com a visão (Temtem, 2016).

Nesse aspecto, desafiando a consolidada interpretação da cidade construída a partir do império das análises visuais, os sons surgem como causadores dos primeiros impactos na leitura e na apropriação do espaço urbano, revelando o lado sonoro esquecido e ressoante da cidade (Schaffer, 1997). Estar e agir no espaço urbano significa habitar um reino sensorial, onde a cidade é um universo de relativismos sonoros (Landry, 2006), portanto, pode-se afirmar que é o entendimento homogêneo ao que Jane Jacobs declara ao assumir que, para a vivacidade dos bairros, compreende-se que movimentos e ritmos são expressões de uma dança urbana musicalizada, em que a sociabilidade não requer conhecimento total uns dos outros (Jane Jacobs *apud* Sieber, 2008).

Ao considerar-se que estar no espaço urbano é o mesmo que habitar um reino sensorial, evidencia-se a necessidade do debate quanto à apreensão do lado sensível do urbano, onde fundamenta-se que a cidade contém mais do que o que somos capazes de ver nela e apresenta-se numa relação de intimidade ou estranheza com o lugar (Fortuna, 2009).

Isso posto, voltaremos nosso olhar para a importância da discussão quanto à interpretação heurística dos ritmos da vida cotidiana, em conformidade com os conceitos percussores da cidade sensível de Lefebvre (2004), movimentando as possibilidades de análise do lado sensível do urbano (Fortuna, 1997), construindo bases para a busca da apreensão dos movimentos e identidades da cidade que faz com



que ela tenha voz, faça história e exista econômica e culturalmente (Sassen, 2010).

Hoje todos os sons fazem parte de um campo contínuo de possibilidades e o ambiente acústico pode dizer muita coisa a respeito da evolução da sociedade, contudo, pode-se considerar que o mundo urbano contemporâneo está sonoramente poluído e cacofonizado. Uma das razões seria o aumento irreversível de máquinas e tecnologias, responsáveis pela produção de ruídos que anulam as antigas sonoridades da cidade (Schafer, 1997).

Dessa forma, assumimos que os ritmos da cidade são um importante contributo para o conhecimento do espaço citadino, pois revelam movimentos, costumes e experiências e fundem os sentidos humanos. Ademais, segundo Fortuna (1998), as paisagens sonoras modernas sugerem um estado de espírito condicionado de forma permanente pelo som ambiente vivido socialmente. Nesta direção, enfatiza-se a importância quanto à descoberta da identidade do espaço urbano vivido (Mendonça, 2009). Pensamos, então, que cabe ao cientista social tencionar a motivação dos agentes envolvidos nesses processos, levantando questionamentos e hipóteses que auxiliem no entendimento destes cenários.

Portanto, o que se propõe aqui é uma discussão que se engaja aos elementos rítmicos expressivos da identidade urbana, caracterizados pela noção de paisagem sonora, sobretudo quando, ao se realizar tal observação, apreendem-se os múltiplos fluxos culturais que passam na cidade e percebem-se continuidades e descontinuidades às diversas vivências urbanas (Mendonça, 2009). As cidades dos nossos dias têm uma identidade própria, detectável nas suas sonoridades. Muitas destas sobrepujaram-se e eliminaram outras sonoridades antigas, num trajeto evolutivo, como a transição lenta da cidade barroca para a cidade da era industrial e desta para a metrópole. Muitas cidades mantêm traços indelévels da sua constituição, contudo trata-se alguns desses sons como uma reserva patrimonial, onde esses sons podem nos enviar para situações de hibridismo sociocultural. Sendo assim, assume-se que é



possível perspectivar o crescimento e/ou alteração sociocultural da cidade a partir da sonoridade (Fortuna, 1998). Para isso consideraremos o conceito de paisagem sonora determinado pelo ambientalista canadense Murray Schafer (1997), em que se define um ambiente de som a partir da forma como ele é percebido e compreendido pelo indivíduo através da relação de uma sociedade com o ambiente urbano em que se está inserida.

Logo, a averiguação aqui proposta, justifica-se a partir do entendimento que um poder considerável é concedido ao império das análises visuais da cidade, ensejando que, para o devido conhecimento da esfera social, torna-se necessário pensar no contributo dos demais sentidos, como a audição (Mendonça, 2009).

Assim, este trabalho está desmembrado em duas partes. Na primeira encontra-se a contextualização de temáticas relacionadas à sociologia das cidades, apresentando de forma breve como a plurisonoridade das cidades pode estar imbricada nas configurações atuais do cotidiano das relações sociais urbanas. Portanto, esta pesquisa conta com um embasamento teórico dedicado à contextualização quanto ao desenvolvimento da sonoridade urbana das cidades contemporâneas. E, posteriormente, assinalamos uma discussão que se inicia sobre a destradicionalização e, conseqüentemente, a evolução sonora nos espaços urbanos, tendo em vista os processos identitários atrelados ao hibridismo sociocultural, representados pela interação entre os sons tradicionais patrimonialistas e os sons da cidade contemporânea globalizada.

Uma abordagem sensorial do espaço urbano

Murray Schafer, enquanto líder do World Soundscape Project (WSP), desde o final dos anos 1960, demonstra a sua preocupação com a ecologia acústica, buscando chamar a atenção para as mudanças da paisagem sonora que o mundo estava sofrendo. A sonoridade do mundo urbano contemporâneo tem sido apontada por muitos estudiosos,



das condições ambientais nas grandes cidades, como a responsável pelo desgaste físico e emocional de seus habitantes. Sobretudo num contexto de submissão do ambiente psicossocial dos indivíduos à artificialidade tecnológica (Manzo, 2017). Enfim, pode-se perceber que a cidade moderna evoluiu de tal forma a atender as carências da industrialização, contudo, com todas as vantagens e desvantagens, a vida urbana parece ter surgido de maneira imposta às pessoas (Leite, 2010). Portanto, envolto num campo determinadamente mecanizado, num contexto social de hipotético comprometimento sonoro, Schafer (1997) analisa precisamente a relação entre espaço, sua ordenação/regulação e sons sociais. Falamos de uma das contribuições teóricas mais significativas nesse campo disciplinar que consolida o conceito de espaço sonoro.

1965 foi o auge do tempo mais barulhento do mundo ocidental. A razão para tal era porque começavam a surgir aviões comerciais a jato, no início dos anos 60. Isso significou que o barulho a volta dos aeroportos era muito mais amplo e, também, na América do Norte, os produtores de automóveis começaram a fabricar aquilo que designaram de “carros potentes”. Esses carros eram bastante barulhentos e criaram uma área sujeita a queixas. Nos anos 60 passaram a existir muitos novos barulhos e as pessoas ficaram mais preocupadas por causa da deterioração do ambiente acústico [...], onde estão os sons que desaparecem? Quem os recolhe? (Schafer. Disponível em <https://youtu.be/-YEAESiBYA>).

Nesse sentido Schafer (1997) aborda a anulação inconsciente dos sons fundamentais² criados pela geografia e o clima, como o som da água, dos ventos, das planícies, dos pássaros, insetos e animais. Para ele, significam ser aspectos sonoros que precisam ser protegidos, pois

² Segundo Schafer (1997) a paisagem sonora pode ser categorizada em: 1. Sons Fundamentais: sons que nem sempre são ouvidos conscientemente, eles são entreouvados e são criados pela geografia e o clima; 2. Sinais: são sons destacados, ouvidos conscientemente, como sinos, apitos, buzinas e sirenes; 3. Marca Sonora: tornam única a vida acústica da comunidade, são sons únicos, notados pelo povo do lugar.



providenciam a marca sonora das comunidades e tornam única a vida acústica do lugar. Podem ser identificados como sons pré-industriais de uma identidade ordinária patrimonial, percebidos como manifestações de resistência das sonoridades em agonia (Fortuna, 2020). Ademais, pode-se assumir que tais comportamentos identitários podem ser identificados por ações que produzem regularidades e tornam mais previsível e inteligível os fatos corriqueiros e reincidentes da vida cotidiana. São condutas que os seres humanos organizam e dão sentido ao tempo através de marcadores simbólicos como as horas, meses e estações do ano (Leite, 2017). Nesse aspecto, os instrumentos da indústria e motores de combustão, caracterizam-se como difusores da alteração do anterior espectro sonoro e a cidade da era industrial transforma-se num espaço acústico dos sons metálicos dos maquinários industriais (Fortuna, 2020).

O barulho das máquinas industriais passa a contaminar o homem em toda a parte com suas incessantes vibrações e os ruídos urbanos se impõem com veemência aos indivíduos, em vez de serem estes que controlam os efeitos dos primeiros, o que deixa claro que é a cultura das paisagens sonoras que envolvem e condicionam os comportamentos dos sujeitos (Fortuna, 2020).

Os sons da natureza passaram a se perder sob o combinado da maquinaria industrial e doméstica e a sonorização urbana pós-industrial causou diversas transformações sociais de saúde pública. O barulho passou a ser conhecido como causador de surdez desde 1831 e o aumento da potência do som se tornou a característica mais marcante da paisagem sonora industrializada (Schafer, 1997). A paisagem sonora pode nos falar sobre a situação política, econômica, tecnológica e ecológica de um lugar. Isso porque a vida cotidiana tem uma trilha sonora e se não ouvimos, é porque estamos acostumados a ouvi-la. Segundo Schafer, há uma multidão de sons que nos contam histórias diárias, são sons que produzimos diariamente em cada uma de nossas tarefas, permitindo-nos descrever o local em que vivemos e o ambiente em que nos movemos (Temtem, 2016)



Dentro da cidade contemporânea, em seus limites físicos, a situação percebida é a de vários campos sonoros que se sobrepõem e articulam entre si, anulando uma definição clara das fronteiras da cidade. Como uma forma de falsa consciência sonora, as pessoas, talvez, permaneçam peculiarmente dessensibilizadas para a vida auditiva na cidade. Ademais, a cidade é um aglomerado de inumeráveis sonoridades (Fortuna, 1998) e nesse sentido, a plurisonoridade moderna, revestida de baixa fidelidade acústica - paisagem low-fi³ -, dificulta identificar individualmente cada um dos sinais sonoros, bem como a sua origem. Portanto, configura-se na representatividade de um desafio que não é completamente compreendido diante das inúmeras variáveis simultâneas da paisagem sonora.

Nessa direção, o silêncio pode ser uma das variáveis para a porta de entrada na descoberta das sonoridades urbanas (Mendonça, 2009). Pode-se aqui exemplificar, a partir da visão simmeliana, quanto ao espírito moderno de inabilidade de reação a novos estímulos e indiferente aos aspectos pessoais. Como o ar *blasé*⁴, por exemplo, que fortalece a impressão de uma paisagem urbana silenciosa (Simmel, 1903). É uma condição que leva Atkinson (2007) a entender o silêncio imbuído de um valor alto, no qual pode-se dizer que se encontra atrelado a um espaço de reflexão, onde é possível ouvir-se e pensar. Portanto, nesse sentido, pode-se afirmar que territórios acústicos, e seus sons, parecem ter uma variedade de funções e influências sociais que são associadas com os estilos de vida e trajetórias diárias das pessoas (Atkinson, 2007).

³ Ao discutir a transição da paisagem sonora rural para a urbana, Schafer (1997) utiliza dois termos: a paisagem sonora hi-fi, que é aquela em que os sons separados podem ser claramente ouvidos em razão do baixo nível de ruído ambiental, e a paisagem sonora low-fi, que é uma paisagem de baixa fidelidade onde os sinais acústicos são obscurecidos em uma população de sons superdensa.

⁴ Expressão francesa que denomina o comportamento indiferente em relação às “novidades” do mundo. Segundo Simmel, blasé é um dos dois extremos do comportamento humano influenciado pela vida moderna, no qual a pessoa, em meio à coisificação e planificação causada pelo dinheiro e controle rígido do tempo, mergulha em sua própria subjetividade sem se envolver com o ambiente externo, o qual considera desprezível.



Contudo a fuga do ruído tornou-se praticamente impossível e o refúgio no silêncio não passa de uma estratégia cultural e psicológica assente na capacidade individual de fazer variar os limiares da tolerância acústica de sociabilidade. Nessa direção pode-se assumir que o individualismo, típico do mundo urbano, tem um som próprio, através dos usos dos iphones, celulares, etc. Aponta-se como sendo a indiferença civil, em que o olhar sem ver é um sinal de extremo individualismo transformando-se na capacidade de desviar o olhar e a audição de tudo que, na cidade, desagrada ou não convém (Fortuna, 1998).

Em outro aspecto e ângulo de visão, percebe-se a abrangência do som em uma ocupação de sentido que faz a tolerância acústica surgir com o propósito para o esforço de uma sociabilidade pacífica. Ou seja, os sons não precisam ser altos para causar problemas, como máquinas de lavar roupas à noite, por exemplo, ou os trabalhadores noturnos que podem gerar intenso atrito social porque viola expectativas comuns e cronologias diárias de uma paisagem sonora teoricamente aceita. Portanto, o ruído é uma experiência que todas as pessoas sofrem e poucas a compreendem, apesar de serem sons que aprendemos a ignorar (Schafer, 1997). Contudo, música, som e ruído podem ser vistos como territórios espaciais e temporais na cidade, sugerindo que, para grupos específicos, a paisagem sonora tem um efeito profundo no padrão social (Atkinson, 2007).

Nas cidades contemporâneas, a música funcional⁵ foi impulsionada pelo rádio em ônibus, em aeronaves, em salas de espera, em elevadores, etc. Portanto, Atkinson (2007) afirma que existe uma ecologia sônica, em que há uma permeável e modulante paisagem sonora persistente dentro e através de diferentes aspectos sociais e físicos nos setores da cidade. Assim, a cidade pode ser vista como uma ecologia ordenada

⁵ A música funcional pode ser considerada como um exemplo de um território acústico que carrega funções em seus atributos, a fim de desenvolver a ideia de qualidades ordenadas nos locais de trabalhos urbanos e nas ruas, bem como para entendimentos de regulação e conduta social na cidade (Atkinson, 2007).



de espaços com acústica específica e qualidades que afetam a sociabilidade e filtra a qualidade da vida social.

Sendo assim, podemos assumir que os diversos tipos de processos de modernização sonora das cidades trazem reverberações, invariavelmente, às práticas culturais urbanas e para suas dinâmicas sociais, pois, segundo afirma Paulo Peixoto (2000), tal processo nos leva a crer que vivemos no tempo das cidades que assumem hoje um protagonismo crescente. E nesse contexto, o indivíduo também é um ator com capacidade para produzir sonoridades representativas de uma pertinência social, em que os ouvidos complementam o que os olhos observam.

As cidades evoluem e com elas os seus sons e suas identidades

O ambiente urbano tonou-se um aspecto da modernidade, talvez na mesma dimensão que a industrialização e o crescimento do capitalismo, sobretudo quanto às diferenças existentes entre as comunidades rurais tradicionais e as cidades modernas. O sociólogo alemão Georg Simmel (Simmel, 1973) sugeriu que uma das características da vida moderna seria a vida urbana, onde a forma de interação das pessoas é afetada pelo movimento urbano moderno. Nesse sentido, atrelado ao aspecto sonoro, pode-se dizer que o som de uma determinada localidade (seu tônico, sinais sonoros e marcas sonoras) - como a arquitetura local, seus costumes e roupas - podem expressar a identidade de uma comunidade, a ponto de que as cidades podem ser reconhecidas e distinguidas por suas paisagens sonoras (Temtem, 2016).

O som caracteriza e atribui significado a um determinado local, atribuindo conceitos à identidade sonora da paisagem. Entretanto, o componente comum da identidade acústica tende a padronizar os sinais patrimoniais da “música da cidade”, contudo, tal padronização pode ser envolvida pelo surgimento de uma paisagem urbana genérica, produzida pelo cosmopolitismo característico da cidade contemporânea (Temtem, 2016). Ademais, a essência do cosmopolitismo é a forma



de se estar bem em qualquer lugar, uma condição que se constrói também de sonoridades urbanas pela globalização, como os sons dos *cashs* de bancos, o som do pagamento de cartões, etc. (Fortuna, 1998).

Portanto, deve-se perceber que a identidade sonora patrimonial pode ser vista de duas óticas diferentes e complementares, gerando uma espécie de paradoxo entre a cidade contemporânea e a cidade tradicional. Isso porque o som da globalização invade o espaço urbano, passa a conviver com sons próprios de casas comerciais antigas, vendedores ambulantes ou velhos hábitos diários que prevalecem na cidade de hoje. Ou seja, as cidades têm suas próprias identidades, contudo, nem a tradição, nem a inovação existem sob forma absoluta. Os dois aspectos permitem-se ao movimento de interação que ocasiona a destradicionalização que faz as cidades, tal como a sociedade, sofrerem. É como um balanço positivo favorável aos traços inovadores que a tradição pode absorver, ocasionando um processo social de modernização das cidades e sociedades, sujeitando anteriores valores a uma nova lógica de intervenção (Fortuna, 2009).

É um processo de reconstituição de significados e funções, em que as manifestações do passado ganham sentido no presente. Portanto, pode-se afirmar que, nesse contexto, surge um hibridismo do capital-imagem através da articulação entre as imagens modernistas e imagens patrimonialistas. Segundo Fortuna (2009), seriam definições da gestão de recursos de natureza empresarial para a projeção da imagem com foco no plano nacional e transnacional e pelo investimento nas culturas e nas identidades locais e regionais.

A destradicionalização não moderniza, mas readéqua anteriores modos de pensamento e ação a novos desígnios e estratégias. E o modo como se articula tradição e inovação caracteriza-se o novo modelo identitário da cidade, como um processo que possui um sentido favorável aos traços inovadores que a tradição pode conter, tornando-se em efeitos que podem transportar a cidade para fora de si, globalizando-a e tornando-a símbolo das representações emancipatórias do sujeito que



vive na cidade. Pois tanto a identidade da cidade como a identidade do sujeito, ao longo do tempo, encontra-se sujeita a processos de contínua recomposição (Fortuna, 2009). Ademais, o ambiente urbano é um processo coletivo onde as identidades se constroem, onde o ser humano assume o papel principal de ator (Ribeiro, 2013) e a natureza antropocêntrica da paisagem do som, mostra-se como a biografia sonora do “lugar” que se entrelaça à memória autobiográfica do ouvinte/sujeito (Temtem, 2016).

Portanto, é o entendimento do lugar que leva a outra concepção da paisagem, de que não é mais um mero lugar físico, mas um conjunto de uma série de ideias, sensações e sentimentos que se elabora a partir do local e seus elementos constituintes. É uma sinestesia global, em que os sons dão caráter ao espaço e eles o humanizam, permitindo apreender as paisagens através do ouvido (Temtem, 2016). Ademais, a delimitação do lugar não é físico, contudo, o homem impõe um esquema espacial através das relações de sentido a partir das práticas e apropriações do espaço que delimitam semanticamente o lugar, o que supõe uma percepção que depende diretamente de uma experiência cotidiana e coletiva.

A identidade do patrimônio contém as características mais importantes explícitas e particulares à identidade sonora. Os elementos que o constituem são objetos sonoros característicos do lugar que se pode distinguir e nomear. Nesse sentido, Fortuna (2009) fala sobre sons de alta fidelidade e personalidade sonora (hi-fi), cuja origem é muito fácil de identificar; mencionando sons da natureza, vida animal e vida profissional pré-industrial ou pré-urbana. O autor refere-se ao canto estridente do galo inicial, ao som da bomba manual água para abastecer a casa, ou do martelo que soa ritmicamente sobre a bigorna do velho ferreiro. São sons de transição ou formas de resistência e vingança sônica da cidade barroca na cidade moderna (Temtem, 2016).

Assim, identifica-se a identidade sonora da paisagem como um conjunto de características sonoras de um lugar que permitem que aqueles que o habitam o reconheçam, nomeie-o, mas também se identifique com



ele, ou seja, sinta-se parte dele (Temtem, 2016). Pode-se considerar como sendo composições sonoras onde a vida social é a agregação de excertos da vida privada com a esfera pública, preenchida pelo som da mobilidade, seja pedonal, ferroviária, aérea ou rodoviária, pelo soar dos novos hábitos e das velhas e recriadas tradições (Ribeiro, 2013). Portanto, pode-se afirmar que as imagens e as identidades das cidades são mais do que seus traços morfológicos, espaciais ou funcionais, pois delas também fazem parte o seu colorido, os seus odores e as suas sonoridades próprias (Fortuna, 1998).

Conclusão

Hoje o mundo sofre de uma superpopulação de sons e esse aspecto aumenta à medida que a civilização se desenvolve, portanto, podemos nos questionar para onde o mundo está caminhando nesse sentido. Para onde nossas cidades estão acusticamente indo? Hoje, parece que existem cidades onde a falta de conhecimento, sensibilidade e bom senso em relação à vida atrelada ao som público é uma constante que está aumentando dia a dia. Portanto, parece ser necessário uma nova postura do ouvir a cidade, apresentando um desafio para um novo olhar sobre o mundo, que seja capaz de se deter nas mínimas e inesperadas sonoridades e que se alimente tanto dos ruídos estridentes das metrópoles quanto dos silêncios dos ermos escondidos.

A historicidade evolutiva do som urbano atrelada às suas configurações socio espaciais e às narrativas e registros sonoros estão diretamente atrelados às ocorrências da evolução urbana. Com tais mudanças, o ambiente urbano passa a refletir as características da paisagem sonora em vista das atividades ocorridas no cotidiano da cidade. Hoje, todos os sons fazem parte de um campo contínuo de possibilidades e o ambiente acústico pode dizer muita coisa a respeito da evolução da sociedade e do ambiente urbano em que ela se encontra.

Com o crescente ruído urbano, desde a revolução industrial, muitos estudos sobre a irritação e os efeitos do ruído na saúde foram rea-



lizados e em muitos estudos, relacionados à paisagem sonora, a avaliação de preferência sonora individual é usualmente considerada como determinante quanto às peculiaridades da paisagem de um espaço específico (Yu; Kang, 2010) . Mas não se trata simplesmente de investigar os segredos individuais das pessoas, mas de conectar as biografias peculiares a uma história mais ampla de relações sociais, políticas e econômicas, para fazer com que problemas privados se conectem a questões públicas compartilhadas e preocupações globais.

Com isso espera-se evidenciar que a paisagem da cidade globalizada, transitória e híbrida, possua uma trilha sonora fundada pelos estímulos oferecidos pela cidade contemporânea. Ajusta-se a esse aspecto o direcionamento ao debate quanto ao processo de destradicionalização. Processo em que novos modos de pensamento, ação e organização surgem em substituição dos anteriores, mas interpela e reajusta a novos desígnios e estratégias.

A atipicidade do ano 2020, causada pela pandemia de covid-19, que assolou o mundo, parece vir provocar essa reflexão quanto a um novo pensamento sobre o novo ouvir a cidade e, conseqüentemente, um redesenho social urbano. A pandemia parece nos trazer essa possibilidade de pensar a modernização de uma outra forma, em que as cidades e as sociedades possam sujeitar anteriores valores a uma nova lógica de intervenção (Fortuna, 1997). Pois o mundo estava anteriormente a viver um momento de aglomeração ao redor do globo, mas com a pandemia surgiu a migração das relações sociais para o ambiente remoto, alterando consideravelmente as sociabilidades e, conseqüentemente, os sons das cidades.

Portanto, será necessário analisar tal fenômeno sob as mais diversas e diferentes perspectivas científicas e humanitárias, em que, talvez, o silêncio pode passar a se fazer presente e a paisagem possa se mostrar em imagens de uma forma mais repetitiva e calma, já em outros casos pode-se mostrar mais ruidoso e ainda podem ser descobertos sons que estavam perdidos em meio ao cotidiano agitado da cidade. Pois a paisa-



gem globalizada parece ter tendenciado os ouvidos a ouvir cegamente as sonoridades de panoramas líquidos de cidades genéricas, sem permanência histórica ou cultural, e que serão logo substituídos por novos.

Referências

Atkinson, R. Ecology of sound: The sonic order of urban space. **Urban Studies**, v. 44, n. 10, 2007, p. 1905–1917.

Benjamin, W. **Charles Baudelaire: Um lírico no auge do capitalismo**. (Obras escolhidas, v.3). [s.l.] São Paulo: Brasiliense, 1989.

Fortuna, C. Destradicionalização e Imagem da Cidade: O caso de Évora. In: **Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia**. 11: [s.n.], 1997, p. 231–257.

Fortuna, C. Imagens da cidade sonoridades e ambientes sociais urbanos. **Revista Crítica de ciências Sociais**, v. 51, 1998, p. 21–41.

Fortuna, C. Cidade e urbanidade. In: Fortuna, C.; Leite, R. P. (Eds.). **Plural de cidade: Novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009. p. 83–97.

Fortuna, C. O mundo social do ruído: contributos para uma abordagem sociológica. **Análise Social**, v. LV, n. 1, 2020, p. 28–71.

Landry, C. **The Art of City-Making**. [s.l.] Londres e Sterling: EarthScan., 2006.

Lefebvre, H. **Rhythmanalysis**. London: New York, Continuum, 2004.

Leite, R. P. Antinomias de uma comparação: notas sobre uma vida urbana e cena teatral. **Revista TOMO - Núcleo de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe**, v. V. 16, 2010, p. 243–258.

Leite, R. P. O futuro incerto das cidades: Uma reflexão niilista sobre as atopias urbanas. **Revista de Sociologia da USP**, v. 30, n. 2, 2017, p. 255–276.

Manzo, F. E. R. **Ruido y Ciudad**. 1º edición ed. Ciudad de México: Azcapotzalco, 2017.

Mendonça, L. Sonoridades e cidade. In: **Plural de cidade: Novos léxicos urbanos**. Almedina ed. Coimbra, 2009. p. 139–150.

Peixoto, P. Gestao estrategica das imagens das cidades. **Revista crítica de ciências sociais**, v. 56, 2000, p. 99–122.

Ribeiro, A. C. F. **Sonoridades Urbanas : A cidade da audição construção de um arquivo sonoro de Coimbra**. [s.l.] Universidade de Coimbra, 2013.



Sassen, S. As narrativas da globalização. **O Estado de São Paulo**, n. Novas geografias sociais estão abrindo espaços inéditos de contestação pelos quais navegam as flotilhas da liberdade, jun. 2010.

Schafer, R. M. **A afinação do mundo**. Fundação Ed ed. São Paulo: São Paulo, 1997.

Sieber, T. As ruas da cidade e sociabilidade pública: Um olhar a partir de Lisboa. In: **A rua: Espaço, tempo, sociabilidade**. Livros Hor ed. Lisboa, 2008, p. 47–64.

Simmel, G. A metrópole e a vida do espírito. In: **Cidade, cultura e globalização**. Celta ed. Oeiras, 1903.


Simmel, G. **A metrópole e a vida mental**. Guanabara ed. Rio de Janeiro, 1973.

Temtem, F. De la marginalidad del oído a la construcción auditiva del paisaje urbano. **Journal of interdisciplinary studies in Architecture and Urbanism**, v. 7, 2016, p. 200–213.

Yu, L.; Kang, J. Factors influencing the sound preference in urban open spaces. **Applied Acoustics**, v. 71, n. 7, 2010, p. 587–682.



REFLEXÕES SOBRE O CALÇADÃO PRAIA FORMOSA EM ARACAJU-SE: A PRODUÇÃO DE UM CARTÃO POSTAL¹

 Cindy Rosa Melo²

ATUALMENTE, AS INTERVENÇÕES urbanas contemporâneas, focadas na elitização dos espaços, não só promovem uma segregação baseada nos critérios de renda, como também atende às expectativas de uma classe média urbana, “cujos hábitos e sensibilidades estéticas parecem cada vez mais marcados pela busca de certas áreas públicas que ofereçam, ao mesmo tempo, lazer e segurança” (Leite, 2007, p.73). Esse modelo espetacularizado de intervenção urbana é precedido pela transformação da relação com o consumo, assim como da mercadoria. A acumulação flexível altera o sentido do produto, transformando os signos e significados do consumir. A cultura passa a ser consumível e, dessa forma, tudo que envolve o espaço se mercantiliza: a história, a natureza, a sociabilidade pública.

¹ Este artigo é resultado da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério Proença Leite.

² Arquiteta e Urbanista pela Universidade Tiradentes. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cindy.rosa.melo@hotmail.com



A transformação no sentido do consumo e, por conseguinte, na forma de se consumir os espaços, leva à criação das “paisagens de poder” (Zukin, 2000). Nessas paisagens, nitidamente orientadas ao consumo da elite, emerge um novo sentido simbólico de permanência nos espaços: ver e ser visto nesses locais significa existir na sociedade, é um ritual de afirmação social de pertencimento a uma determinada classe privilegiada.

A internacionalização do novo modelo de intervenção urbana leva cada vez mais cidades, com as mais diversas características, a buscar construir suas “imagens urbanas” (Leite, 2008) para entrar nos processos de concorrência intercidades com o objetivo de atrair investimentos através do turismo. As cidades históricas, através das políticas de patrimônio, transformam sua história em mercadoria cultural (Leite, 2007), enquanto as cidades que não dispõem de grandes patrimônios históricos buscam mercantilizar suas belezas naturais (Pereira, 2018). Nessa investida, a produção de paisagens apelativas, como cartões postais, passa a ser o partido de parte dos projetos urbanos contemporâneos.

Em Aracaju, cidade do Nordeste brasileiro, com aproximadamente seiscentos e sessenta e cinco mil habitantes, algumas obras foram lançadas com foco na criação de cartões postais, sendo o Calçadão Praia Formosa o objeto desta pesquisa. Em torno do lançamento da obra do calçadão existiu uma campanha de *marketing* que anunciava o novo cartão postal da cidade, espaço que homenagearia a história do local e seus aspectos naturais, em um discurso enviesado que é próprio dos processos de enobrecimento urbano, posto que aponta aspectos históricos e naturais ao mesmo tempo que os suprime.

O objetivo da pesquisa foi refletir sobre a apropriação desse espaço e as sociabilidades que ali se constroem, tendo como procedimento metodológico análise empírica do espaço através de pesquisas de campo, observação direta, levantamento fotográfico, aplicação de questionários e entrevistas com usuários e projetista.



Enobrecimento urbano e a construção da narrativa das cidades

Os espaços públicos contemporâneos localizados em regiões elitizadas ou voltadas para o turismo tendem a ser espaços espetacularizados, com objetivo homogeneizador, feitos para o consumo – não só de produtos, mas do próprio espaço e das informações nele contidas. Em contraposição ao objetivo acerca do qual esses espaços são concebidos, a população da cidade, que permanece heterogênea, ocupa esses espaços de forma a provocar dissensos. Os grupos que são negados pela iniciativa da espetacularização ocupam os espaços espetaculares criando neles zonas de tensão, onde os estranhos se encontram e se aproximam, ainda que contra a vontade. O espaço público é, dessa forma, o cenário da sociabilidade que, apesar de encontrar na sociedade diversos grupos homogêneos, encontra no espaço físico da cidade a contraposição desses grupos, criando situações imprevisíveis como fruto do contato entre atores díspares.

Pensando a construção do espaço enquanto paisagem de consumo, percorre-se o caminho que a arquitetura trilhou do modernismo ao pós-modernismo, quando passaram a ser construídos espaços espetacularizados destituídos dos ideais modernos, com foco na estética e na possibilidade de consumo – seja para a massa ou para uma parcela restrita da população. Na forma modernista de construção, o espaço torna-se objeto de estudo, sobre o qual Harvey (2014) afirma que, assim como o tempo, é tratado como um fato da natureza, naturalizado através da atribuição dos sentidos cotidianos. O autor esclarece ainda que tratamos o espaço de uma perspectiva materialista, onde a concepção do tempo e do espaço são criadas através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social. Tendo por base o capitalismo como um modo de produção revolucionário, em que essas práticas e processos materiais estão em constante transformação, também as qualidades objetivas e os significantes do tempo e do espaço se modificam. Harvey (2014) comenta que, nessa transformação na significa-



ção do espaço, “os juízos estéticos foram introduzidos como poderosos critérios de ação política e, portanto, social e econômica” (p. 192), e, se o julgamento estético dá prioridade ao espaço, as práticas e conceitos espaciais podem assumir papel central na ação social.

Com a falência do modelo de cidade liberal – a cidade industrial onde a iniciativa privada tinha liberdade para atuar sem regulação estatal – diante da crise sanitária e das revoluções sociais, as autoridades se viram obrigadas a regular a questão sanitária, o que aconteceu primeiro em Londres e depois, com a revolução de 1848, na França, sendo seguidos dos demais Estados Europeus. A partir de então, com o enfraquecimento da esquerda, as direitas vitoriosas abandonam a tese liberal de não intervenção do Estado e passam a regular as transformações urbanas em curso (Benevolo, 2019). Na cidade pós-liberal, as funções são compartimentadas de forma que técnicos sejam selecionados para “fazer funcionar” determinadas funções, sem que haja uma administração do todo. Isso vale tanto para os produtos, quando se vê a distinção entre técnica e arte se acentuar, com o movimento artístico voltado exclusivamente para a minoria dominante, ao passo que a produção em massa coloca à disposição da massa produtos reproduzidos sem qualidade estética; quanto para a administração da cidade, com soluções técnicas pontuais que ignoram o funcionamento do todo e, por isso, não sana os problemas urbanos. A intervenção do prefeito Haussmann, em Paris, apontada por Benevolo como grande exemplo cidade pós-liberal, marca o primórdio do movimento moderno:

Também parece que o modernismo, depois de 1848, era, em larga medida, um fenômeno urbano, tendo existido num relacionamento inquieto, mas complexo, com a experiência do crescimento urbano explosivo (com várias cidades passando da marca do milhão no final do século), da forte migração para os centros urbanos, da industrialização, da mecanização, da reorganização maciça dos ambientes construídos e de movimentos urbanos de base política de que os levantes revolucionários de Paris em 1848



e 1871 eram um símbolo claro, mas agourento. A crescente necessidade de enfrentar os problemas psicológicos, sociológicos, técnicos, organizacionais e políticos da urbanização maciça foi um dos canteiros em que floresceram movimentos modernistas (Harvey, 2014, p. 34).

A Paris de Haussmann é, como indica Benevolo (2019, p. 709), “a face da metrópole moderna onde, entre milhões de outros homens, Baudelaire se sente sozinho; de fato, é um mecanismo indiferente, que disponibiliza centenas de milhares de ambientes particulares, onde um sem número de experiências individuais podem desenrolar-se”. É esse modelo de cidade que orienta e influencia diretamente as cidades contemporâneas. Na experiência da cidade moderna, se encontram as raízes dos principais problemas urbanos atuais, como se percebe no trecho a seguir:

Por outro lado, há a calçada, a via pública, onde cada um se mistura necessariamente com todos os outros e não é mais reconhecido. Todas as adversidades e excentricidades dos indivíduos e grupos podem ser cultivadas no labirinto dos ambientes interiores, ao passo que se perdem ao sair para a rua, onde uma multidão se encontra e se ignora entre si (Benevolo, 2019, p. 710).

Passada a Segunda Guerra Mundial, o modernismo alcançou sua hegemonia, saindo do chamado “modernismo heroico” para o “modernismo universal”, imposto como a obra de uma elite de vanguarda. Dada a necessidade de estabilização político-econômica, o movimento moderno pós 1945 se utilizou de planejamento e industrialização em larga escala da indústria da construção, aliados à exploração dos transportes de alta velocidade e do desenvolvimento de alta densidade. Apesar do sucesso no que se referia a movimentar a economia, as obras construídas nesse período destinadas à classe trabalhadora resultaram em fortes críticas devido aos efeitos devastadores que provocaram em seus habitantes, ao passo que as obras voltadas à publi-



cidade de governos e corporações eram imagens de poder e prestígio (Harvey, 2014).

Harvey (2014) aponta que foi a elitização cada vez mais marcada do movimento modernista que fez com que surgissem os movimentos “contraculturais e antimodernistas” que, posteriormente, culminariam no movimento de 1968 como forma de resistência à hegemonia da alta cultura modernista. Essa resistência internacional à opressão racionalista do modernismo abriu as portas para o pós-modernismo. No primeiro impulso de resistência, o pós-modernismo na arquitetura responde à racionalização do modernismo com projetos voltados para a estética que resultaram em edificações ricas em ornamentos, em referências a antigos movimentos estéticos e “desconstrução” das formas. Embora o novo movimento reconhecesse e apontasse a maneira falha como o planejamento modernista atendia às necessidades da população, a negação aos seus princípios racionalistas e a crítica à sua forma idealizada de planejamento logo levou o movimento pós-modernista a uma série de construções focadas na estética e vazias da preocupação com o conteúdo dessas edificações. Com o crescimento nas formas de comunicação de massa e do acesso às mídias, tem-se o cenário ideal para a construção de espaços cada vez mais voltados ao consumo e mercantilização das cidades.

O discurso de respeito à diversidade da cidade, à morfologia urbana e às tipologias arquitetônicas logo se revela na construção de uma narrativa saudosista que exalta a história ao mesmo tempo que a banaliza, transformando a estética passada em alegoria, mercadoria cultural a ser consumida. Essa intervenção transformada em requalificação dos espaços, como aponta Arantes (2014), se traduz em um esforço de salvação da cidade, da urbanidade, e até de uma vida pública perdida – fruto da desertificação da cidade moderna – mas se perde, ou se revela, ao se transformar em uma forma de manutenção da diferença.

No Brasil, a arquitetura moderna reflete a condição de atraso do país periférico e subdesenvolvido. Com incongruências e disparates,



como aponta Arantes (2014, p. 31), o projeto moderno brasileiro encontrou força na “franja colonial do sistema”, sendo realizado a partir do poder empreendedor das camadas dirigentes organizadas na forma de Estados fortes e modernizantes. A arquitetura moderna brasileira apresentou um forte caráter formalista, com obras que cumpriam os requisitos estéticos do movimento, mas destituídas do caráter “social”. Brasília, expoente da arquitetura e do planejamento urbano modernos é, na verdade, um grande exemplo da atuação do capital imobiliário na administração e produção do espaço urbano. Parte da necessidade de construção de extensas vias rodoviárias – priorizando o transporte individual – para acessar o local onde seria construída. A cidade setorizada exige grandes deslocamentos diários, os edifícios monumentais são a representação do poder público, o custo de vida é alto e as habitações da cidade não se destinam a quem a construiu. O “ideal social” do movimento moderno contrasta com as cidades satélites de Brasília, que não deixam dúvidas de que esta era apenas uma tentativa de afirmação de modernização de um país que, embora independente, carrega consigo os atrasos do colonialismo.

É dentro do contexto social que determina o valor do homem de acordo com o local da cidade que ele habita e que fere o direito à cidadania de quem não pode pagar para habitar a cidade legal, que se levanta a questão relativa à criação de paisagens espetacularizadas voltadas para o consumo em cidades segregadas e excludentes. A resposta pós-modernista aos problemas do planejamento urbano modernista logo se revelou em mais um planejamento orientado para o mercado. Harvey (2014) aponta que o planejamento pós-modernista facilmente se configura em um zoneamento baseado na capacidade de pagar e nos princípios mercadológicos da terra. O resultado são processos de gentrificação que acontecem em uma velocidade que não chega a permitir a existência de usos distintos concomitantes por muito tempo.

Uma das expressões do desenvolvimento contemporâneo das cidades, o processo de gentrificação consiste na renovação urbana de



uma região da cidade que culmina na elitização desse espaço através da expulsão da população que não pode pagar para permanecer nele. Leite afirma que “apesar de ser uma experiência típica do capitalismo pós-guerra [...] as políticas de *gentrification* podem ser consideradas sucessoras pós-modernas da experiência francesa bonapartista do final do século XIX” (2007, p.62).

As estratégias capitalistas de desenvolvimento das cidades, que se utilizam de intervenções urbanas como fonte de geração de lucros, resultam em diversas formas de espaços ou cidades próprias ao seu interesse, transformando-os em mercadoria, espetáculo ou mesmo criando grandes polos empresariais. Essa transformação na forma de construir o espaço, embora estrategicamente elaborada, não está livre das diversas formas de apropriação que a sociedade, organismo plural, é capaz de exercer. Ortigoza (2010) entende que é essa “capacidade criadora” dos processos sociais, que, muitas vezes, rompe com o planejado, que faz com que cada paisagem seja única. O termo “paisagem de consumo” refere-se, aqui, ao sentido do consumo cultural, tratando-se, portanto, do valor simbólico de uso que se imprime no espaço. Como afirma Leite (2007, p. 66), “o sentido do consumo cultural deve ser entendido como uma prática que ultrapassa a racionalidade instrumental do ato de comprar produtos, na direção que afirma usos e processos de apropriação de signos”.

Apesar de ser um processo que tem se espalhado internacionalmente, é fundamental compreender que os processos de renovação e reestruturação urbana contemporâneos se apresentam em formas e escalas muito variados. O próprio fato de ser um modelo reproduzido em cidades com características discrepantes – de desenvolvimento, dimensões, economia etc. – implica em resultados diferentes.

As intervenções urbanas características da contemporaneidade que revitalizam espaços e revalorizam aspectos naturais, históricos ou culturais das cidades fazem parte da estratégia do *city marketing* que altera a imagem da cidade de acordo com as novas narrativas que se



busca criar, inserindo essas cidades no processo de concorrência intercidades ao passo que as mercantiliza. Como consequência, são criadas o que Zukin (2000, p.106) chama de **paisagens de poder**: “um texto visível das relações sociais, separando e estratificando atividades e grupos sociais, incorporando e reforçando as diferenças”.

As paisagens de poder criadas pela estratégia capitalista de mercantilizar cidades acabam por estratificar o espaço urbano na medida em que seleciona uma pequena parcela da população que possui meios financeiros para desfrutar delas. Nesse contexto de reformulação urbana de acordo com a nova economia mundial, as indústrias da cultura e do consumo, como afirma Zukin (2000), dominam cada vez mais a reestruturação urbana, se apropriando da cultura, história e paisagem natural locais e transformando-as da forma que melhor convém ao capital.

As imagens urbanas criadas a partir das estratégias relacionadas ao *city marketing* estão ligadas ao ato simbólico de consumir, de forma que a esses espaços se imprima um sentido simbólico de uso (Leite, 2007). Isso significa que, embora a estratégia de criação de paisagens de poder busque uma homogeneidade selecionando seu público a partir da sua capacidade financeira de ocupar esses espaços, a paisagem urbana derivada dessa estratégia demarca e evidencia as diferenças.

As novas narrativas construídas nas cidades contemporâneas são resultado da alteração na forma de construção dos espaços urbanos. Vieira (2016, p.83) explica a transição entre políticas urbanas e políticas da criatividade que culminou nesse processo. De acordo com o autor:

A fragilização do referencial político pautado no *bem-estar social* correspondeu ao declínio de um modelo de gestão urbana fundamentado na administração e minimização *estratégica* dos desconfortos das classes trabalhadoras. As políticas urbanas, caracterizadas pela efetiva preocupação urbanística de viabilizar a vida na cidade, começavam a ser fundamentalmente abandonadas nesse contexto. A ordem era reduzir radicalmente os gastos



com políticas sociais. Em contrapartida, a ascensão do chamado “novo empreendedorismo urbano” encontrou relações convenientemente sutis com parte do bojo doutrinário da política neoliberal. Nesse período, inicia-se uma nova fase de acumulação de riqueza capitalista, ancorada na flexibilidade da produção e no aumento da produtividade, altamente sustentada no conjunto de ideias neoliberais que reforçam a saída individual como o grande caminho para a prosperidade.

Desse ideário neoliberal, surge a interpretação de que os governos devem produzir cidades mais atrativas aos investimentos financeiros, ou seja, os governos devem ser mais **criativos**. Nessas condições, os governos se veem impelidos a concorrer entre si, disputando os investimentos que permitiriam a construção de condições mais adequadas de desenvolvimento econômico para suas cidades (Vieira, 2016).

A cultura urbana contemporânea, como reflete Leite (2008, p.171), “é uma realidade sobrecarregada de recursos e apelos visuais”, decorrente tanto do tipo de intervenção urbana que predomina na contemporaneidade, quanto na diversidade das identidades urbanas. Essas dimensões da cultura urbana, informa o autor, inserem as cidades no que Featherstone chama de “cultura de consumo”. Uma das principais características dos projetos de revitalização urbana é “a forte inflexão visual como recurso para alterar e adequar a paisagem urbana a uma nova modalidade urbanística que enquadra a cidade na rota no consumo cultural” (Leite, 2008, p.173).

A espetacularização da cultura e a monumentalização arquitetônica são as características desse modelo de intervenção que levam à formação das “paisagens de poder”. A espetacularização da cultura decorre dos processos que “flexibilizam conteúdos culturais locais ao mesmo tempo em que reabilitam outros teores, objetivando uma espécie de retraditionalização espetacularizada da cultura em nichos urbanos de consumo” (Leite, 2008, p.173). Esses processos, afirma o autor, atenuam os impactos culturais de estranheza adequando as cidades à



ampla visitação, tornando-as mercadoria mediante a espetacularização da cultura material e imaterial.

O contexto de Aracaju e o Calçadão Praia Formosa

Analisando o processo pelo qual passou desde a sua fundação até sua configuração atual, pode-se considerar que a inserção da cidade de Aracaju no movimento de mercantilização das cidades sob a forma de atrativo turístico inicia com a intervenção urbana na Orla de Atalaia, em 1993. Pereira (2018) reflete acerca do enobrecimento de espaços litorâneos e explica a transformação da paisagem natural em paisagem espetacular, como pano de fundo para a construção de espaços enobrecidos próprios ao consumo cultural turístico. A autora aponta que a busca por características que transformem a cidade em atrativo turístico tem sido constante nos discursos oficiais de governos e agentes turísticos. Cidades que não possuem paisagens urbanas históricas que possam ser transformadas em cenários espetaculares buscam nos atrativos naturais uma forma de enobrecer seus espaços e entrar na competição entre destinos turísticos. O mar e a zona costeira transformam-se, então, em elementos de distinção que transformam as cidades em cidades praianas que “consolidam-se como detentoras de um imaginário que extrapola o espaço limítrofe com o mar” (Pereira, 2018, p. 273). A autora afirma que os aspectos simbólicos construídos em torno da Orla refletem um apelo midiático de promoção da paisagem que apresenta a imagem de uma “Aracaju moderna”, resultando na “Orla Marketing: iconográfica à cidade de Aracaju e com potencial de comercialização da praia, que é suprimida naturalmente e evidenciada simbolicamente” (Idem, p. 279).

Pereira (2018) aponta que Aracaju apresenta, predominantemente, um tipo de alteração da paisagem natural que se caracteriza como enobrecimento litorâneo e explica que a transformação arquitetônica com forte apelo visual, associada “à apropriação singular da natureza [...] (que



por um lado solapa a paisagem e suprime elementos da natureza e, por outro, evidencia como mote publicitário” (Idem, p. 279), faz parte do que a literatura chama de *gentrification*, ou, enobrecimento urbano. De acordo com Leite, “*gentrification* tanto pode referir-se à reabilitação de casarios antigos como pode englobar construções totalmente novas” (2007, p. 62).

O Calçadão Praia Formosa, no entanto, é uma obra controversa enquanto espaço de enobrecimento urbano. Uma construção totalmente nova erguida sobre uma obra fortemente criticada do ponto de vista ambiental (a contenção do avanço do rio Sergipe sobre a Avenida Ivo do Prado), seus aspectos construtivos se enquadram nas características que Pereira aponta como enobrecimento litorâneo – ofusca a paisagem natural com elementos edificadas ao mesmo tempo que a utiliza como “mote publicitário” para justificar a existência do calçadão e atrair o público. Outro aspecto característico dos espaços de enobrecimento é a forma como o novo espaço foi divulgado, que evidencia o fim turístico ao qual se destinava: o então prefeito João Alves Filho anunciou que construiria o novo cartão postal da cidade.

O aspecto controverso do Calçadão Praia Formosa enquanto intervenção de enobrecimento urbano se dá pela sua localização em um bairro que já se configurava nobre muito antes da construção da nova paisagem. Reurbanizar é dotar um espaço de infraestrutura afim de promover uma melhor qualidade de vida no local. Apontada como reurbanização, a obra se situa em uma região altamente urbanizada, abastecida de área de lazer, onde a única necessidade em termos de urbanização é o tratamento do esgoto, que não foi contemplado. Apesar da situação controversa acerca do real sentido por trás da sua construção, o Calçadão Praia Formosa é adotado neste trabalho como espaço de enobrecimento urbano.

O projeto é lançado na mídia a partir de uma narrativa floreada, um espaço que se pretende cartão postal, com grande qualidade estética, em homenagem ao antigo local de veraneio dos tempos áureos da cidade. Em uma das matérias disponíveis no site da prefeitura de Ara-



caju, intitulada “Praia Formosa valoriza história e cria mais um cartão postal”, vemos a seguinte declaração:

Preservar a história da capital sergipana, homenagear fatos relevantes que ocorreram nestes mais de um século e meio, criar mais um belo cartão postal para valorizar nossa cidade e atrair visitantes, além de criar um espaço de vivência coletiva dotada de equipamentos vistos em grandes centros urbanos ao redor do mundo. Esses são alguns aspectos relevantes e positivos da urbanização no local onde a Prefeitura de Aracaju já realizou a obra de contenção da balaustrada, na avenida Beira-Mar. (Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=69176>, acessado em: 25/04/2019).

O primeiro ponto relevante a se analisar sobre o Calçadão Praia Formosa é o local onde está inserido. Em uma de suas extremidades, está um famoso restaurante de comida japonesa que faz limite com o Iate Clube de Aracaju. É importante lembrar que, não só em Aracaju, mas em outras cidades brasileiras, o público alvo do Iate Clube é a elite local e, portanto, ele tende a ser inserido nas paisagens como forma de valorizar uma região. Em Aracaju, o clube foi construído naquele local justamente com o objetivo de valorizar a região da curva do rio e transformar a antiga Praia Formosa em uma paisagem enobrecida. Na outra extremidade do calçadão, está o Calçadão Viana de Assis, famoso calçadão do bairro Treze de Julho, espaço de afirmação social para um grupo que o ressignifica enquanto lugar para ver e ser visto.

O calçadão, anunciado pela prefeitura como obra de reurbanização³ trata-se, assim, de um cenário construído como uma paisagem com fins turísticos, como fica evidente no trecho abaixo, publicado no site da prefeitura:

³ Prefeitura de Aracaju. Obras do calçadão da Praia Formosa seguem dentro do prazo. [s/d]. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=64274>. Data de acesso: 10/06/2020.



Transitar pela região litorânea de Aracaju é sempre uma certeza de apreciar belas paisagens naturais e contemplar cartões postais deslumbrantes. Encantadora, a capital sergipana torna-se a cada dia mais acolhedora e cresce dentro do circuito turístico entre as capitais nordestinas, despontando sempre como uma cidade bastante procurada na alta estação. A prova disso, são as constantes reportagens veiculadas em grandes veículos com cobertura nacional que reconhecem a beleza da cidade das “araras e dos cajus” e recomendam aos potenciais visitantes a também desfrutarem de todos os encantos da terra dos caciques tupinambá Surubi, Serigy e Aperipê. Contudo, em poucas semanas os aracajuanos e turistas poderão contemplar mais um local de rara beleza e dotado de uma linda arquitetura, o calçadão da Praia Formosa, localizado no bairro 13 de Julho e margeado pelo encontro das águas dos rios Sergipe e Poxim. (Prefeitura de Aracaju, s/d).

O projeto original conta com equipamentos de ginástica, parques infantis, quiosques, um pequeno anfiteatro, mirante, espelho d’água, jardim vertical, deck para pescaria, além de paisagismo e equipamentos urbanos que viabilizam a estadia no local.

Início a análise dos usos a partir da passarela que liga o Calçadão Viana de Assis ao Calçadão Praia Formosa. Trata-se de uma passarela de aproximadamente dois metros de largura, protegida por um guarda-corpo pelo lado que dá acesso ao rio, que cumpre a função de interligar um espaço ao outro, porém, visual e simbolicamente falando, não os relaciona como um elemento projetual que faça os calçadões conversarem entre si. Partindo desta análise inicial, embora um espaço seja contíguo ao outro, ressalta-se que o Calçadão Praia Formosa constitui um espaço novo, não sendo uma extensão ou requalificação de um espaço existente, no caso o Calçadão Viana de Assis, ou, como é mais conhecido, o Calçadão da Treze de Julho. A partir da perspectiva de se construir o novo cartão postal da cidade, a pretensão era criar também uma nova centralidade, um espaço que atraísse o público devido ao seu apelo visual. Prova disso é a marcação de corrida e ciclovias que existe



no Calçadão da Treze de Julho e se encerra na estreita ponte que o liga à Praia Formosa, além das quadras de esportes que existem no primeiro e não são contempladas no segundo. A ponte marca justamente o rompimento entre aquele espaço – que está consolidado enquanto centralidade urbana – voltado para a prática de atividade física e o novo espaço de contemplação, que esconde seus equipamentos de ginástica e exhibe um grande marco que se pretende monumental com chafarizes que anunciam o espetáculo ali existente.

Figura 1. Maquete eletrônica do Calçadão Praia Formosa



Fonte: Portfólio da arquiteta Ana Angélica Rocha (s/d)

O Calçadão Praia Formosa margeia a Avenida Beira Mar, importante via de ligação da Zona Norte à Zona Sul da cidade e, portanto, uma das mais movimentadas. A estadia no espaço, apesar do nome remeter a uma bucólica praia formosa, não tem como som ambiente o barulho das ondas. Pelo contrário, nos horários de pico o que muito se ouve são buzinas e o barulho do estresse de todo congestionamento do trânsito, com o odor da fumaça misturado ao do rio poluído. Nos horários em que não há congestionamento, o som que se ouve são os motores dos carros apressados que estão quase sempre acima do limite de velocidade.



Seguindo o trajeto pelo calçadão, o elemento que chama atenção é a sinuosa parede que ostenta um jardim vertical e a logomarca do calçadão em tamanho grande o suficiente para ser vista de dentro dos carros que passam em velocidade na avenida à frente. A parede termina dentro de um espelho d'água com chafarizes, remetendo à homenageada praia. Dentro da estética do espetáculo, esses elementos, que formam o pano de fundo para as *selfies* dos visitantes, são a expressão “monumental” do cenário que se buscou construir para justificar uma obra que permanece controversa.

Quem observa o local se depara com pichações em diversos pontos, inclusive na parede que ostenta a marca do calçadão. Esses são os indicativos dos grupos que se sentem excluídos do espaço e buscam se afirmar através de marcas que gritam por eles, uma vez que sentem suas vozes silenciadas. Manter os equipamentos de atividade física escondidos atrás de outros elementos reforça o caráter cenográfico do espaço, que não fornece condições confortáveis de permanência, incentivando visitas rápidas, fotografias e pouco tempo para “profanar o espaço sacralizado pelo espetáculo”, para usar a expressão de Jacques.

Outro ponto relevante para a análise é a exploração da paisagem natural e a homenagem que remete a um passado esquecido. Essa narrativa construída acerca da Praia Formosa é própria dos processos de enobrecimento urbano, que remetem à história sem de fato contá-la e, exaltam a paisagem natural ao mesmo tempo que a suprimem. Na década de 1920, com a expansão do sistema viário, a Praia Formosa foi a primeira área de veraneio e banho, e um dos principais pontos de lazer da população aracajuana. A construção do calçadão alega enaltecer esse passado áureo da localidade quando, na verdade, tudo que traz dele é tão somente o nome, exposto em uma placa que engana o olhar e tira o foco da praia poluída e imprópria para banho, onde desemboca o canal, originalmente projetado para captar águas pluviais, que recebe os dejetos do bairro enobrecido. Ao lado da placa, um vão como uma janela emoldura o rio ao fundo, embora nesse ponto apresente uma



grande faixa de areia, um pouco do manguezal seco e, na maior parte do tempo, uma retroescavadeira que mantém aberto o acesso ao canal que desemboca no rio para que a água escorra e não ocupe a avenida.

Figura 2. Maré baixa no Calçadão Praia Formosa



Fonte: Foto da autora (2018)

A construção atrai os olhares para si, sob o pretexto de exaltar uma paisagem natural que segue sendo devastada em nome do “desenvolvimento”. Na Praia Formosa, o banho não é permitido, a brisa tem o odor da urbanização e o ar é tomado pelo barulho dos carros. Da antiga praia de veraneio, nem a história vive, os jovens não a conhecem e não há no local nenhum elemento que a rememore.

Logo após a parede que ostenta a logomarca do calçadão, se encontram alguns gazebos e quiosques em um espaço que começa a ter uma maior densidade de vegetação, mas que ainda não desfruta de conforto ambiental contra a insolação. Na outra extremidade do calçadão, o pavimento superior se ergue a partir de uma sinuosa rampa de acesso que começa ao lado direito. Subindo a rampa de acesso ao pavimento



superior, se faz um passeio ao lado do teto jardim. O espaço faz às vezes de mirante, de onde se pode observar o encontro do rio com o mar e, ao fundo, o município da Barra dos Coqueiros. Localizada ao final do pavimento está a academia com aparelhos de musculação e, depois dela, uma escada para descer, ou subir, pelo outro lado do pavimento.

O movimento no calçadão muda consideravelmente ao longo do dia. Por volta das seis horas da manhã o espaço já abriga alguns praticantes de atividade física. Ciclistas pedalam em ritmo acelerado enquanto pedestres caminham ou correm ao longo do trajeto, estendendo suas atividades até o espaço contíguo do Calçadão Treze de Julho. A demarcação da distância simbólica entre os usuários do espaço é nítida. Passam uns pelos outros com indiferença, desviando na medida necessária para não causar constrangimentos. É possível encontrar profissionais se deslocando de bicicleta ou a pé, indo ou vindo do ponto de ônibus, se dirigindo aos seus empregos. O ponto de ônibus, embora esteja em cima da calçada, parece um espaço à parte. Sem nenhum tipo de barreira física que o separe do calçadão, os desvios que são feitos para evitar esse elemento desenham um muro imaginário que o separa do restante do espaço. Dali saiu um dos poucos discursos contrários ao calçadão, quando encontrei uma moça que esperava o ônibus para voltar do trabalho para casa, que dizia: “esse espaço não foi feito para mim. Eu moro na periferia, lá não tem espaço de lazer, não tem nem infraestrutura”.

Muitos funcionários de obras usam a bicicleta como meio de transporte e têm os calçadões como caminho, visto que são equipamentos urbanos lineares que ligam a zona norte à zona sul da cidade. À medida que o sol fica mais alto e o horário de início de expediente se aproxima, esse movimento diminui. Durante o dia, quando a maior parte das pessoas está ocupada em seus trabalhos e as crianças estão na escola, o espaço esvazia, sendo esporádico encontrar uma ou outra pessoa aproveitando os poucos espaços de sombra. Os quiosques abrigam alguns raros visitantes enquanto a temperatura está muito alta, outras vezes



é embaixo do mirante que alguém para e descansa do seu trajeto na ensolarada Aracaju. Os gazebos que ficam próximos ao rio, onde estão os armadores de rede, não têm cobertura para proteger da insolação. O clima quente da cidade faz com que as caminhadas ou o uso da academia sejam praticamente inviáveis das oito às dezesseis horas, aproximadamente. A falta de arborização que torne o espaço confortável termicamente é mais um indício de que o espaço visa a contemplação, e não a permanência. Para quem passa pelo local nesse horário, o calçadão se apresenta árido e pouco atrativo.

A partir das dezesseis horas, o movimento volta a aparecer, crescendo a partir das dezessete e se estendendo até aproximadamente às vinte e uma horas. Os praticantes de atividade física voltam a ocupar o espaço, com uma maior quantidade de jovens no turno da noite. Os mesmos grupos encontrados de manhã cedo se repetem aqui. No entanto, com o movimento maior, toda interação fica mais evidente, inclusive os desvios e as distâncias que se criam entre grupos ou indivíduos. A academia, localizada no pavimento superior construído sob forma de mirante, é muito utilizada e já sofreu adaptações dos usuários, que colocaram pesos nos aparelhos. Esse elemento quase não é visto de fora do calçadão, ficando escondido nos bastidores do cenário que se cria no novo cartão postal da cidade. A maior parte do seu público é de homens jovens e adultos vindos de outros bairros. Converso com um grupo que está fazendo atividades físicas, todos homens e moradores de outros bairros. Um deles, com quarenta e sete anos, mora no bairro Cirurgia e afirma frequentar o espaço pelo menos umas quatro vezes na semana. Outro, um jovem de vinte e três anos, morador do bairro Luzia, é instrutor de uma das academias particulares localizadas em frente ao calçadão e costuma ir sempre ao local depois do seu horário de trabalho, onde encontra alguns colegas. Ambos exaltam a vista do local e a sensação agradável de estar em um espaço bonito e que, segundo eles, atende suas necessidades, mas nenhum deles conhece a história da Praia Formosa.



A partir do fim de tarde é comum encontrar pequenos grupos de amigos, muitas vezes jovens vindos de outros bairros, que ocupam os quiosques para conversar, trazem lanches e até instrumentos musicais. Do estacionamento, chegam mais alguns visitantes, enquanto outros deixam seus veículos e se deslocam para as academias particulares do outro lado da avenida. Com o uso do espaço por frequentadores dos espaços privados localizados em frente ao calçadão, é comum encontrar o estacionamento cheio de carros e o calçadão vazio ou com poucas pessoas.

Observo um grupo de adolescentes confraternizando em um dos quiosques à beira mar. Rede posta no armador, um deles senta com o violão e puxa o ritmo, iniciando uma cantoria que os outros logo acompanham. Entre músicas e risadas, os jovens conversam e se divertem até o anoitecer, quando o passeio acaba e dois deles seguem pedalando enquanto os demais se dirigem ao ponto de ônibus. Famílias com crianças usam o parque infantil e caminham em ritmo de passeio pelo calçadão, muitas vezes usando seus celulares para registrar o momento. Os quiosques mais próximos à areia são frequentemente utilizados por casais enamorados, assim como as mesas mais afastadas, localizadas embaixo do mirante, principalmente durante a noite, quando conseguem mais privacidade.

Aproveitando o espaço para permanência e contemplação, encontramos ainda alguns trabalhadores que costumam se deslocar pelo calçadão e aproveitam para fazer uma pausa no fim do dia, antes de retornar para suas casas, como é o caso de um entrevistado, que afirma: “eu chego e sento aqui, esperando diminuir o trânsito e esvaziar os ônibus, vendo a paisagem e tomando uma fresca antes de ir para casa, que é melhor do que ficar preso no trânsito dentro do ônibus”. Todos esses grupos enxergam o espaço do calçadão como um lugar próprio para abrigar seus interesses recreativos, afirmam que sentem que o espaço lhes pertence, mas cada um ocupa seus próprios espaços simbólicos, apenas coexistindo com os outros, mas não interagindo.



O ritmo muda quando desviamos o olhar dos espaços de permanência e observamos os caminhos desenhados no calçadão. Várias pessoas, de diferentes idades e estilos, fazem caminhadas, corridas, ciclismo, patinação ou andam de skate. O ritmo acelerado da atividade física diminui ainda mais a interação entre os indivíduos, que se cruzam quase com indiferença, a não ser pelas tensões criadas pelo jogo das aparências. Esse parece ser o aspecto mais marcante do Calçadão Praia Formosa: contrário à tendência dos espaços enobrecidos, que tendem a segregar e elitizar o uso dos espaços, na Praia Formosa predomina a coexistência de usuários diversos, sem que isso gere desconforto a ponto de constranger ou rejeitar algum deles. Ainda assim, a ocupação do espaço é mínima, principalmente se compararmos com o movimento do Calçadão Treze de Julho. A reação e o estranhamento entre atores díspares são sutis, mas não passam despercebidas a um olhar mais atento, que logo percebe os caminhos que se desviam evitando o encontro com estranhos. Com a polidez de quem convive civilizadamente, as distâncias simbólicas vão sendo demarcadas silenciosamente.

Uma significativa quantidade de pessoas passeia com seus *pets*, em sua maioria moradores do bairro. Um fenômeno chama atenção: os caminhos de dois cachorros se cruzam, os dois se atraem e se cheiram, na socialização já conhecida dos animais. Suas donas, uma mulher jovem e outra idosa, se olham e se cumprimentam enquanto tentam afastar os dois animais. Percebo a situação se repetir com outras pessoas. Em alguns casos os cachorros são atraídos pelas crianças brincando, em outros são eles mesmos que atraem os olhares e a atenção. E dessa forma, através da natureza sociável do cão, o homem se vê impelido a cumprimentar a outra extremidade da coleira.

Considerações Finais

Refletir sobre o calçadão a partir da perspectiva do enobrecimento urbano, com base nos seus elementos construtivos e na sua narrativa,



levanta as incoerências da obra. A valorização da história local se resume apenas ao nome dado ao espaço, remetendo a uma história que não é contada e que não vive na memória dos cidadãos. A paisagem natural não só é ofuscada diante do aspecto estético da intervenção, aqui, literalmente, o rio que se homenageia é soterrado pela pretenciosa obra. A paisagem natural já havia sofrido os impactos do enobrecimento anterior, quando a histórica Praia Formosa virou o luxuoso Bairro Treze de Julho, com a região alagadiça sendo impermeabilizada e o rio recebendo os dejetos do bairro. Dessa forma, eis a paisagem natural que o Calçadão Praia Formosa enaltece: o leito de um rio que foi deslocado para dar lugar ao bairro de luxo e que está poluído pelo esgotamento sanitário, não sendo próprio para banho; um manguezal que não é vegetação nativa e que já se encontra em estado de deterioração; uma grande vala aberta na altura do canal que desemboca no rio, para evitar que o mesmo volte a ocupar um espaço que era seu desde o princípio; e, na esfera abstrata, o odor da poluição do rio somado ao ruído da poluição sonora da avenida.

A narrativa construída na campanha publicitária se desfaz assim que percebemos o espaço praticado. A natureza está comprometida, a água não é própria para banho na Praia Formosa, e o mau cheiro não passa despercebido mesmo diante do espaço de contemplação. Uma retroescavadeira que está sempre na areia abrindo o caminho para que a água não ocupe a cidade não nos deixa esquecer o impacto ambiental causado, tanto pelo recente aterro de parte do rio quanto pelo histórico de aterro do terreno alagadiço sobre o qual foi construída Aracaju. A história que foi exaltada, trazendo de volta o nome Praia Formosa, que outrora abrigou o veraneio da cidade, também se perde ao conversar com os jovens, e até alguns adultos e idosos, frequentadores que não a conhecem.

Sob o ponto de vista do aspecto físico do espaço, este parece cumprir mesmo a função de embelezar um local que, não houvesse o calçadão, seria apenas uma grande faixa de areia, provavelmente mal ilu-



minada, que se tornaria um espaço ermo e perigoso que desvalorizaria a região. Como reflete Debord (2003, p. 131), “subproduto da circulação das mercadorias, a circulação humana considerada como consumo, o turismo, reduz-se fundamentalmente à distração de ir ver o que já se tornou banal”. É sob esse ponto de vista, ainda, que se entende como aquela obra é fruto de uma iniciativa capitalista vinculada à lógica do consumo. Não só o consumo visual da paisagem que se pretende turística, mas a manutenção do consumo do segundo metro quadrado mais caro da cidade – o que inclui o valor simbólico de estar no local.

Além de não ter se consolidado enquanto centralidade urbana, o calçadão está longe de ser um ponto turístico que coloque Aracaju em um cenário de concorrência intercidades que atraia investimentos através do turismo, o que justificaria o investimento municipal que foi aplicado no local. Para além da sua qualidade estética, o espaço que constantemente precisa de manutenção não mantém a exuberância das imagens eletrônicas que foram veiculadas com sua publicidade.

Do ponto de vista social, o calçadão também não apresenta uma dimensão política dos seus usos, algo que o torne palco de uma relevante disputa simbólica de pertencimento. Fruto de uma estratégia de espetacularização, a intervenção urbana do calçadão, teoricamente, criaria um espaço que restringiria seu uso a um público muito específico: turistas e moradores do bairro Treze de Julho. Esse público seria atraído pela dimensão simbólica do consumo cultural, uma vez que o espaço não dispõe de produtos à venda, mas oferece ao seu usuário o consumo de um estilo de vida: a pausa para a contemplação da paisagem natural em um bairro de luxo, associada à ideia da caminhada como hobby ou atividade *fitness* – frise-se o estacionamento que permite que você dirija até o local onde deseja caminhar, volte ao carro e dirija novamente até sua casa. O consumo cultural, como afirma Leite (2007, p.67), “ao contrário de concorrer para o esvaziamento do espaço público, pode indicar a complexa e ambivalente permanência de uma dissensão política dos *lugares*, que se nutre dos diferentes *usos* e consumo dos *lugares*”.



Dessa forma, a coexistência de públicos diversos no espaço causaria tensões e, ao passo que a elite a quem o espaço é destinado se sentiria invadida pela presença indesejada de seus díspares, a parcela excluída iria arbitrariamente ocupar o espaço como forma de reafirmar seu pertencimento não só ao espaço, mas à sociedade. O que se vê no Calçadão Praia Formosa, no entanto, são sujeitos díspares que coexistem no espaço e que estão alheios ao jogo das tensões. Como afirmaria Certeau (2007), esses indivíduos são caminhantes que escrevem o texto urbano sem poder lê-lo. As distâncias simbólicas estão, sim, demarcadas no espaço. O grupo de jovens vindos de outros bairros para usar os aparelhos de musculação não interage com os grupos que vêm das academias particulares, se apropriam de um quiosque, e estabelecem seus circuitos, fechados neles mesmos.

O grupo de homens que vem ao calçadão para fazer musculação transforma a academia localizada no pavimento superior em “lugar”, que passa a não ser acessado por outros grupos ou indivíduos. Nos horários de treino, o quiosque escolhido para abrigar a caixa térmica e os equipamentos de apoio dos grupos acompanhados por instrutores particulares são transformados em “lugar”. Fechados neles mesmos, ocupam o espaço público sem estabelecer qualquer tipo de contato com sujeitos externos ao grupo. À noite, os bancos e mesas mais afastados são o “lugar” dos casais que buscam privacidade nos espaços menos iluminados.

O que chama atenção, no entanto, é que essa distância simbólica é tão sutil que não se apresenta como tensão. No discurso, todos se sentem pertencentes ao espaço. Desde o jovem morador da periferia que chega de ônibus e aproveita a vista, até o senhor que desce do seu prédio de luxo e atravessa a avenida para fazer sua caminhada. Nenhum deles aponta o “estranho”, mas todos se referem à confortável sensação de estar em um ambiente que tem policiamento.

O Calçadão Praia Formosa mostra que, independente do que seja anunciado, da publicidade ou das expectativas que se criem em torno



de um espaço, o que de fato determina a resignificação dele é a combinação entre a forma como é planejado (envolvendo não só o desenho, mas também as necessidades da população) e a identificação das pessoas com este espaço. Apesar dos esforços com pesquisas, este último é sempre um fator altamente subjetivo. Assim se justifica, então, o fato de um espaço construído em torno de um marketing de enobrecimento, localizado no segundo metro quadrado mais caro da cidade, ser ocupado continuamente por um público diversificado, inclusive sob o aspecto econômico, sem que haja no lugar – aqui, sim, resignificado – grandes conflitos ou tensões.

Embora abrigue um público muito diversificado, a ocupação do espaço está sempre aquém da sua capacidade, com uma quantidade muito pequena de pessoas fazendo uso da grande extensão da obra. O local não se transformou em centralidade urbana e, embora esteja na rota de atrações turísticas tradicionais, como o ônibus do forró, não chega a ser uma referência de ponto turístico da cidade. Por um lado, não atrai um grande público que o torne local de encontro, por outro, não se tornou nobre a ponto de causar tensões ao repelir a estadia de determinados grupos.

A propaganda do cartão postal, no entanto, parece ter dado certo. Uma rápida busca na internet por “cartão postal de Aracaju” trará algumas imagens do Calçadão Praia Formosa. Ao que se conclui que o espaço parece ser exatamente o que se propõe, um bom cenário para fotografia. É muito fácil, inclusive, conseguir encontrá-lo em condições ideais para isso: vazio. A fotografia, no entanto, deve ser tirada em modo paisagem, sem aproximar os detalhes, sob pena de encontrar a real face de um espaço que não funciona. Pichações por toda parte, equipamentos quebrados, falta de manutenção na estrutura, além do evidente impacto ambiental que se traduz nos novos canais que são continuamente abertos para evitar o alagamento do mais novo cartão postal de Aracaju.



Referências

Arantes, Otilia. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Studio Nobel, 2014.

Benevolo, Leonardo. **História da cidade**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Certeau, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Debord, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Disponível em: www.terravista.pt/ilhadomel/1540. Acesso em: 30/10/2019.

Harvey, David. **Condição pós-moderna**. 25 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

Leite, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

Leite, Rogerio Proença. “Image Making: notas sobre a estética visual nas cidades contemporâneas”. In: Leite, Rogerio Proença (org.). **Cultura e vida urbana**: ensaios sobre a cidade. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2008.

Ortigoza, Sílvia Aparecida Guarnieri. **Paisagens do consumo**: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Pereira, Simone de Araújo. Enobrecimento litorâneo: a Orla de Atalaia. **TOMO**, São Cristóvão, n.32, jan./jun. 2018, p.269-306.

Vieira, Ewerthon Clauber de Jesus. **Espetacularização da cidade e (re)apropriações culturais**: políticas urbanas e as novas imagens de consumo de Salvador-BA. São Cristóvão. Tese, Programa de Pós -Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2016, 479 f.

Zukin, Sharon. “Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano”. In: Arantes, Antonio (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.



O DESPEJO DE UMA ESTÉTICA DA PRÁXIS¹

 Josevânia Nunes Rabelo²

Espaço urbano e cotidiano

O objetivo deste texto é fazer um encontro da perspectiva do cotidiano entre um texto literário e dois cientistas sociais. O primeiro livro mapeia as desigualdades sociais da cidade de São Paulo, no Brasil, a ter por cenário as caminhadas da difícil vida de uma favelada. Livro este escrito por Carolina de Jesus de aporte biográfico que nos leva nas camadas mais invisíveis da luta diária dos espaços pobres de muitas das cidades brasileiras. Naquelas linhas, temos desenhado o dia a dia dos considerados “restos”, da cidade de São Paulo, feito por uma mulher negra. Ascendendo uma voz que estarrece os mais acostumados aos movimentos das palavras, principalmente, ao destacar uma dura realidade e ao mesmo tempo apresentar uma poesia. E o diálogo convocado para lermos estas trilhas do cotidiano é com Michel de Certeau da “Invenção do Cotidiano” e José Machado Pais da “Sociologia da Vida Cotidiana”.

¹ Parte deste texto foi apresentado no GT 06 - Cidades e Culturas Urbanas do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020. E para este capítulo, fizemos uma revisão de forma explicativa aos objetivos do trabalho e outros registros complementares que colaborassem em uma melhor interpretação textual.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS e Professora do CODAP-UFS, e-mail: josevaniarabelo@gmail.com

Um desobriga apresentações porque é um clássico das escrituras sobre o “homem ordinário”. Já o último, compete aos sociólogos, os quais trabalham com as práticas do cotidiano, conhecê-lo. E para justificar esta interação entre textos, digo que Carolina de Jesus fez duas coisas centrais nas análises dos livros citados: um saber produtor de “sucata” e um conhecer das ruas nas “ratices” da vida diária. Logo, a catadora de lixo, melhor seria, de “sucata” faz das operações de idas e vindas observações que produzem um conhecimento das suas “ratices” no espaço urbano da favela aos bairros confortáveis da cidade grande.

É um relato memorialístico da vida de sofrimento em uma favela, como o próprio título indica, com a vinculação à esfera privada: “Quarto de despejo: diário de uma favelada” – livro este que interpretaremos atravessando o espaço urbano de mãos dadas com a autora. A intenção é dar continuidade a essa perspectiva de que podemos fazer a leitura de uma imagem extrapolando outras ligações, Certeau (2014) e Pais (2007), com o objetivo de causar um impulso delineador de outras impressões da obra. Interessante nunca esquecermos de que, apesar do trabalho nas ruas e de suas dificuldades materiais, Carolina de Jesus (2014) se enxergava como uma escritora e conseguiu a proeza desta realização. Talvez, tinha um sentido inato do ser-escritora, mesmo sem acesso ao capital cultural – entendido aqui pela perspectiva de Bourdieu (2007). Assim, este primeiro livro “Quarto de Despejo” é uma tradução do modo de vida no espaço urbano, dando a compreender para os futuros leitores o motivo de o denominarmos uma literatura ou estética da práxis. Amplificadora de um pensar sobre as condições existenciais e suas consequências objetivas, mas também sem perder a verve poética.

Portanto, o perfil principal da escrita de Carolina Maria de Jesus, em Quarto de Despejo, é um recorte de suas andanças, mas para além das descrições, o livro traz uma poesia relacionada aos atos simples da vida permeada de observações metafóricas como essa: “O céu já está salpicado de estrelas. Eu que sou exótica gostaria de recortar um peda-



ço do céu para fazer um vestido”³ (Jesus, 2014, p. 32), que a aproxima dos meandros conceituais do cotidiano em Certeau (2014) e Pais (2007). Um giro em compreender que as facetas sociais expostas, sejam em uma escrita histórica ou sociológica sobre o não-comum da rotina, entram em comunicação e provam a riqueza do cotidiano na aventura quase comparável à dinâmica do nascer ao pôr do sol, com suas cores distintas. Além disso, esta proeza foi a de uma escrita de base literária complexa feita por uma semianalfabeta, no desafio de fazer da palavra nos seus cadernos um ato livre do repensar as suas trajetórias. Elaborando uma voz feminina e negra impensável para o período de 1960, ano do lançamento do livro, que avança no reconhecimento de uma escritora da favela do Canindé. Trazendo as mazelas dos subúrbios de uma cidade considerada, naquela época, o eldorado para os migrantes de várias partes do país – símbolo industrialização do país. E ao escrever sobre a fome na Capital mais afortunada do país, ela centra valores libertários ao fazer da luta pela comida um meio de reflexão política. Assim, apreendemos a realidade daquelas ruas e vemos ficar palpável as curvas analíticas do cotidiano em combinação com o “caminhar e morar” em Certeau (2014) e das “minudências” de Pais (2007).

As fissuras do “Quarto de Despejo” têm cor que pode ser comunicável mediante a noção do “conhecimento ordinário” (Maffesoli, 1985): “Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia” (Jesus, 2014, p. 43). Assim, a autora vai descortinando suas posições, fornecendo a possibilidade de fazer da vida um arremate para refletir o ambiente. E na escrita ela consegue desenrolar as diferenças dos espaços urbanos da elite e dos reservados aos trabalhadores manuais. Ela também projetava uma “tática” no dia a dia “instável”, prevendo uma redenção deste tipo de vida a partir da Carolina-Escritora que a levaria para outro espaço de moradia – acertadamente isso ocorreu. Ela tinha a certeza

³ As citações estão como no original mesmo para aquelas que não consideram as regras gramaticais.



de se fazer visível e, por isso, cada dia uma surpresa era detalhada naqueles rascunhos. Uma forma também de desfazer o silêncio imposto aos indivíduos sem recursos e quase sempre destinados ao pior quarto das casas. Dessa forma, a favela do Canindé se torna um espaço social com sentidos sociológicos e historiográficos da pobreza de uma megálpole, porque alguém agiu como “caçadora” dos ícones deste real. Foi perspicaz e percebeu que esse “quarto” era ampliado para outros locais. Temos ali a visão total do significado do ser “catadora de lixo” cruzando o limite particular em direção a uma forma de enxergar o universal da miserabilidade. No movimento conjunto do indivíduo e da estrutura quando pensamos ser duas categorias indistinguíveis no cotidiano da fome e da invisibilidade. Um paradoxo que fez esta “despejada” fincar os pés nas leituras e na escrita para justamente sair desta curva de apagamento em busca de ganhar um nome e outra profissão.

Poderíamos compreender que para Carolina de Jesus a imagem da favela indica o seu duplo, de escritora e catadora de lixo, porque ela conseguiu enxergar o espaço urbano excluído e colocá-lo no papel em detalhes. Porém, formata o desenho de carência dos muitos habitantes das periferias de cidades brasileiras, repetindo a anulação das suas demandas. É a dialética da escrita da autora que se atualiza e, nesse caso, sobressai um cotidiano atual para dialogar com Certeau e Pais. Fazendo pensar na diversidade de “Carolinas” com o “saber-fazer” e “entre a rotina e a ruptura”, expressões dos dois autores, respectivamente. O cotidiano que a faz sofrer da sensação da falta constante, envolvida em um trabalhar muito e não conseguir suprir as necessidades materiais da família, é o mesmo escrito com a finalidade de levá-la para outro tipo de lar: “[...] Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2014, p. 32). Nesse dia a dia, ela deseja morar na cidade-jardim e consegue como os rendimentos desse livro residir no bairro de Santana, local de classe média e, hoje, pertencente à subprefeitura de mesmo nome. Após foi morar em Parelheiros, em 1969, atual distrito de

São Paulo capital. Este último possui mais proximidade com as desigualdades sociais da Capital: “O distrito tem uma taxa de crianças em situação de vulnerabilidade de 9,9%, em linha com a média da cidade de São Paulo que é de 9,8%” (Mões & Galzo, Último Segundo-IG, 2020)

Essas observações são apenas para afirmar que São Paulo não mudou muito desde os 61 anos da publicação de “Quarto de Despejo”, como demonstra esta frase: “Lá os **10% mais ricos** têm nove vezes mais chance alcançar uma vaga de emprego do que os **40% mais pobres**”⁴ (Capetti, O Globo, 2020). Cidade rica e pobre ao mesmo tempo, é fácil de ser imaginado como é o cotidiano desses indivíduos pela leitura do livro. Um parêntese para colocar a contemporaneidade do texto quando tentamos descobrir o convívio de dificuldades das famílias faveladas. E muito transparente, na famosíssima foto de Tuca Vieira, as diferenças entre esses dois mundos. Porém, mais complicado é reconhecer que não estamos modificando essas imagens de miserabilidade: “É muito triste constatar a atualidade dessa fotografia e saber que daqui a 15 anos ela vai continuar atual. Eu gostaria que ela deixasse de ser um retrato do Brasil em algum momento”⁵ (BBC News-Brasil, 2019). Juntando aos

⁴ Sublinhado pela reportagem.

⁵ Este é o *link* da imagem: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50666148>. O fotógrafo coloca lado a lado Paraisópolis, favela do município, e o bairro do Morumbi. Claro que as fotografias da favela do Canindé são diferentes com seus barracos fincados em um terreno enlameado. Porém, estas duas realidades combinam nas formas de compreendermos a escala das diferenças entre ricos e pobres. Interessante também observar os lados contrários e verificar trechos do livro. Eu, por exemplo, escolhi este: “[...] Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão” (Jesus, 2014, p. 39). E, neste momento, passamos por um período de pandemia da síndrome respiratória aguda grave-coronavírus 2 (Sars-CoV-2), agravando a situação das dificuldades em bairros pobres como demonstra o título desta reportagem sobre São Paulo: “Covid-19 está 2,5 vezes mais presente em bairros pobres - Infecção tem afetado mais pessoas pretas e com menos escolaridade”. Agência Brasil. 01 de jul de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-07/sao-paulo-covid-19-esta-25-vezes-mais-presente-em-bairros-pobres>. Acesso em 20 de mar de 2021. Por esta constatação já tiramos uma conclusão, infelizmente, de que o acesso ao tratamento deve ser complicado pela quantidade de pessoas, levando à exaustão dos hospitais públicos como também as mortes são maiores.



relatos do livro, temos a tonalidade dura da autora quando percebe essa condição como aquilo que deve ser descartado. Se estão naquele espaço, então, é somente por uma questão de não poderem ser aniquilados de uma só vez: “Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais” (Jesus, 2014, p. 54). Seria uma espécie de apagamento a contas gotas, dada a situação precária e de violência das favelas. Mas, a publicação do diário modifica a perspectiva e o estilo de viver da autora; e ela vence as intempéries físicas e subjetivas das caminhadas entre o palácio e a favela: “Cinderela, saída do borralho do lixo para brilhar intensamente sob as luzes da cidade” (Dantas, 1993, n.p.). Passaremos a partir dessas considerações para a intenção do texto de verificar o cotidiano das ruas de São Paulo, narrado pela autora com as marcações dos dois autores supracitados.

O Cotidiano da favela do Canindé “pela vida afora”⁶

A favela do Canindé não existe mais porque era necessário crescer e, naquele espaço, dar continuidade ao projeto da rodovia Marginal Tietê, desalojando na década de 1960 as famílias moradoras do local. Então, será que este cotidiano paulista, interpretado por Carolina de Jesus e centrado em um local já anulado, diz algo ainda sobre questões urbanas? Sim, principalmente, porque São Paulo capital tem 529.921 domicílios em “aglomerados subnormais”, segundo dados do IBGE de 2019, em um percentual de 12,91%. São nesses lugares que temos menos escolarizados, mais violência contra as mulheres e a cor da pele negra. Identificado em uma reportagem pela expressão “apartheid paulistano” (Sobrinho, UOL-Notícias, 2019) por conta desta população ser preta. E o diário detalha a violência doméstica, a falta de educação familiar

⁶ Frase retirada de uma composição musical (Gil, 1982).



e oficial etc: “Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam” (Jesus, 2014, p.14). Palavras compreendidas por qualquer um de nós que reflita sobre um espaço destinados aos ditos “restos”. Jamais queremos indicar mais um preconceito de reduzir a violência aos espaços de moradores pobres, mas seria impossível em um pequeno texto abordar todas as problemáticas de um espaço urbano como, por exemplo, a violência policial na abordagem de pessoas nestes locais. Em “Quarto de Despejo”, a autora diz onde está e qualifica este ambiente mediante uma percepção de algo desprezível. Porém, no arranjo poético as realidades mais repugnantes lançam alguma luz em sua dimensão de penumbra repulsiva: “Eu sou muito alegre. Todas manhãs eu canto. Sou como as aves, que cantam apenas ao amanhecer. De manhã eu estou sempre alegre. A primeira coisa que faço é abrir a janela e contemplar o espaço” (Jesus, 2014, p. 23). A observação espacial é permeada também pelas andanças reais de Carolina de Jesus. Então, diríamos que ela não se desvincula de uma contemplação subjetiva/objetiva e, no seu diário, joga com o cotidiano vivido de cada dia. Fez uma literatura de confronto ao real porque foi a sua escrita que possibilitou encontrar os meios melhores de vida, lembrando Certeau: “O cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (2014, p. 38); e Pais: “Quanto às *fontes literárias*, reconhece-se que podem objectivar o real através de múltiplas (re)construções ambientais” (2007, p. 21). A sua errância nos diz também que mesmo na pobreza da favela do Canindé, em São Paulo, o amanhecer não perde o enigma do novo dia seja para lembrá-la, logo após, das duras tarefas do ganha-pão: ser uma catadora de lixo. “Ser” este transformado pelas idas e vindas aos espaços urbanos ajustados a uma vivência moderna e aos rebaixados na condição de representarem o outro lado do aparente progresso. São essas ruas que operam as “astúcias” e as “ratices” para a autora, auscultando as distâncias entre a favela do Canindé e os espaços organizados da cidade de São Paulo. Distâncias em dois sentidos mediante a ótica de uma, mínima do deambular e, a outra, máxima da percepção da diferença:



“Enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas desorganizações” (Jesus, 2014, p. 70). As imagens vistas eram guardadas até fazer o derramamento em palavras no caderno, talvez, peso e leveza estivessem nesse caminhar entre os dois processos: o dos objetos catados e o do pensar sobre o dia. E ambos necessitavam ser despejados na função de marcadores do explorar e da escritora.

Aprendemos com esse diário o significado de quem sabe executar uma leitura do cotidiano, sendo quase um anúncio de que os afazeres na sua literatura não possuem uma rotina tão enquadrada. Assim, me parece pragmático este alerta inicial do livro: “Suporto as contingências da vida resoluto. Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência” (Jesus, 2014, p. 18). E seguindo os dias, sentimos que eles são distintos a dar concretude ao termo de diferenças na lida com as novidades dessas 24h. A escrita está nos dois parâmetros de Certeau (2014) a Pais (2007): a) na “tática desviacionista” de um querer transformar a realidade pela própria escrita, aparecendo o processo externo (os acontecimentos das ruas) e interno (a sensibilidade da interpretação) do espaço de onde se fala; b) no despertar de que o cotidiano é um “lugar de inovação”, porque ele seria o elo da autora com este mundo em mutação. E assim se fez a escritora ao mudar de condição de vida por ângulos inimagináveis se ficássemos presos a uma rotina da mulher negra e moradora da favela. Essa relativização jamais será indicadora de uma referência da possibilidade de qualquer um fazer o mesmo. Ao contrário, o destaque para este texto está justamente no propósito apenas de trazer uma perspectiva do cotidiano que a fez saltar de uma condição da pobreza a outra de destaque. Apesar dos obstáculos posteriores à fama, acredito, sim, que ela foi uma vencedora no sentido da catadora de lixo e dos escritos – um é o resultado do outro na perspectiva do refletir sobre as ruas neste livro. Uma mulher negra, moradora da favela, que vai destacar as diversidades do dia a dia no contexto da periferia pobre de São Paulo. Provando a sabedoria do ordinário pelos diálogos interpostos no espaço urbano para aqueles saltadores dos inúmeros obstáculos de sobrevivência.



Então, para além da vitória célebre de sua literatura, queremos destacar os ruídos do texto ao sedimentar as “astúcias” e as “ratices” como linhas abertas das práticas evocadoras da liberdade de um Povo, geralmente, consolidados pelo codinome de ignorantes da realidade. Nisso, a sociologia tem muito a aprender ao observar os passos mínimos dos sem poder e ouvindo a voz dos considerados excluídos, se não quiser fabricar uma ciência separada da potência criativa do ser social. Mesmo sabendo da muralha entre a ciência e sobre aquilo que é escrito como objeto, cremos ainda em uma ordem que produz pesquisadores capazes de levar um alinhavo entre os seus informantes e a instituição científica. Foi isso que projetamos ao fazer uma releitura sociológica de “O quarto de despejo”, na sinalização de um livro guia de significados amplos da arte de viver à margem dos requisitos da qualidade de cidadãos. O objetivo do texto, ao percorrer estas noções, será realizado se conseguirmos fazer uma incursão nos parâmetros de uma ciência social do cotidiano a partir das corpografias⁷ de Carolina de Jesus, mescladas pela vivência espacial da cidade de São Paulo. Uma ideia principiante de aprender com a escrita de quem seria o objeto, invertendo o encadeamento linear do fazer sociológico, porque foi ela que nos trouxe uma crítica dos dados; com o quadro já pintado e apresentável a quem quisesse descobrir mais uma possibilidade de reflexão. Nesse caso, nos perguntamos: O que dali escavaríamos para pensar o cotidiano em uma perspectiva da reciprocidade entre a compreensão de uma vivência onde tudo é falta e o transbordamento de uma literatura espacial dessas caminhadas? Nas possíveis respostas, fomos ao encontro das duas vozes do discurso científico, Certeau (2014) e Pais (2007), que capturaram metodologicamente as façanhas do cotidiano, com a outra, Carolina de Jesus, que conseguiu fazer uma literatura dentro desta mes-

⁷ Por “corpografias” entendemos a sensação concreta do caminhante: “A cidade é apreendida pela experiência corporal, pelo tato, pelo contato, pelos pés” (Jacques, 2012, p. 272); “[...] as corpografias serão sempre únicas, como o são as experiências, e suas configurações sempre transitórias” (Jacques, 2012, p. 302).



ma esfera de ação. A primeira delas pelas considerações de uma “*ratio* popular” que demonstra a presença ativa de sujeitos nas artes de fazer; a segunda nos desdobramentos de uma sociologia “matreira, feita de ratices”, dando estilhaços para pensarmos as ponderações analíticas do ordinário. A outra está composta na escritura de “Quarto de Despejo” convidando qualquer um a visitar a realidade daquele espaço urbano na sua “destreza tática” e no seu “olhar *arruadeiro*” de mulher imersa nos contornos duros da vida.

Sem deixar de transparecer a contradição mais estranha de todo conceito quando equivalente as espacializações da prática, principalmente nos espaços populares. Uma vez que, esses rituais têm uma espontaneidade muito superior aos recorrentes padrões de comportamento de determinados locais. Aliás, o estar nas ruas possui uma logicidade da “trampolinagem” cerтеаuniana do que denominamos de “safo”. Nesse sentido, a cientificidade deve flexibilizar, de acordo com Pais (2007), a experiência primeira de cada indivíduo no jogo da vida para perceber o ir e vir da imprevisibilidade, atestando um fio quase invisível da liberdade humana. Desses trajetos da ação, apenas nos restam a memória dela contada por quem a vivenciou e apresentadas como as irregularidades da vivência social⁸. Justamente este é o caso de “Quarto de Despejo”, figurando uma narrativa mais próxima de um esfarelar dos atos acontecidos pelo dia. A escrita significa, logo, a hora de uma paragem de retorno para a autora, envolta no processo de pensamento, em um trançar poético de um devir ajustado na apropriação de sentido sobre aquele real.

Assim, este livro de Jesus (2014) desperta nos aprendizes da sociologia do cotidiano um recuo às verdades, demonstrando que podemos

⁸ Dando provas de “uma poética e bélica *inversão* do cotidiano” (Leite, 2010, p. 753). E no mesmo artigo, em uma consideração sobre a posição de Certeau, da “Invenção do Cotidiano”, temos: “[...] compreender como as práticas cotidianas, cujo *ser-aí* só se forma na própria prática, escapam dos condicionantes sociais nas quais estão sujeitas, ainda que sem deles fugam totalmente” (Leite, 2010, p. 747-748).



somente espreitar os caminhos, ou melhor, as marcas desse fazer minúsculo de cada dia. São os pulos quase imperceptíveis que tentamos enquadrar em um aparato científico para atestarmos a criação humana. Um limiar que, no caso da literatura, tem a destreza de consideração somente com a linguagem tão bem expressa nas deambulações que transmitem os afazeres dos personagens. Para a sociologia, temos a aposta no diálogo que se desvia do saber engessado de categorias e passa a correr no desenvolvimento dos pontos experienciais dos dois lados de observados e observadores. Então, no encadeamento destes conceitos científicos, estamos fazendo uma sociologia menos dominante e mais encostada aos recursos populares de eles mesmos falarem de si – no caso de Carolina, a escrita sobre si. Isso nunca será um reducionismo, ao contrário, para o entendimento do simples nada mais fundamental do que o conhecimento das equações do real. Outra advertência necessária é a de que não estamos elaborando um sinônimo sociológico para a obra da autora. Tarefa que seria impossível, mas a sedimentação do pensamento heterogêneo daqueles indivíduos presentificados no seu cotidiano em Certeau: “Todas estas Gatas Borracheiras, a ciência há de transformá-las em princesas” (2014, p. 130). Tenho muitas dúvidas sobre este poder da ciência, principalmente, porque o livro já produziu a cinderela, mas, seguindo Pais, temos certeza de que esta representação do real dá “nós de inteligibilidade ao social” (2007, p. 33). Aí reside o aspecto principal para querermos fazer este capítulo conectado pela observação miúda e bastante apropriada ao pensamento do social, ligado aos dias dos fazedores das artes urbanas ordinárias.

Olhar o cotidiano parece uma banalidade em meio aos entraves revelados por uma ciência, às vezes, empreendedora das resoluções dos conflitos estruturais. Contudo, seria adequado dizer que o espaço micro é um fluxo da realidade macro nos jeitos e trejeitos de uma artimanha de um saber-viver. Essas formas, muitas vezes disformes para os padrões da estabelecida cultura das estratégias possuidoras de um domínio, possuem a inventiva de aprontarem respostas esquivas aos



de uma ordem superior. Sem projetos delimitados, eles aprendem a recortar as separações hierárquicas, dando voltas por entre as frechas do poder instituído. Nesse parâmetro surge a pergunta: Quem imaginaria antes da década de 1960 e do lançamento do livro que uma favelada semianalfabeta interpretaria seu modo de vida? Escapou como uma caça que não quer ser aprisionada para deixar transparente a operação de uma desenvoltura da prática de viver à margem. São esses os fazedores de curvas sinuosas com os mínimos recursos disponíveis e catalogados somente nas condutas mais contingenciais do social. Alertas de uma relação social ramificada em todos as esferas da cidade grande: dos moradores de rua, drogados, sucateiros, ou seja, de gente denominado “Zé Povinho”, vinculados a um estigma de quem não reconhece este tipo humano arteiro. Geralmente, lutadores de uma cidadania negada e que têm as ruas como a sobrevivência. Assim, foi a favela do Canindé para a autora que percebia nos seus passos de catadora de lixo as dificuldades da vida de todos os habitantes daquele local. Mesmo que ela critique os favelados e oponha a sua trajetória de mulher honesta acima dos vizinhos, sabemos da uniformidade das mazelas. E podemos comparar os seus passos de desespero por comida com cada indivíduo na mesma situação.

Mas, foi ela a decifradora do ambiente porque sabia ler e escrever, sendo uma mulher que tinha o recurso de deixar estas posições complexas alertadas acima: “Tenho pavor destas mulheres da favela” (Jesus, 2014, p. 14); e, logo após, sobre um encontro com torcedores saindo de um campo de futebol: “Todas brancas, só um preto. E o preto começou a insultar-me” (Jesus, 2014, p. 14). Frases⁹ que faz aquele distanciamento

⁹ Virgínia Leone Bicudo identificou este preconceito de pessoas da mesma cor em sua pesquisa de 1945: “Esforçam-se no sentido de escapar da categoria de preto ou mesmo mulato, evitando a companhia daqueles e se aproximando do branco” (Bicudo, 2010, p. 120). Muito presente estas passagens no livro de Carolina de Jesus (2014): “- Eu estava dizendo aos filhos que eu desejava ser preta. - E você não é preta? - Eu sou. Mas eu queria ser destas negras escandalosas para bater e rasgar as tuas roupas.” (p. 135-136); em outra frase, percebemos a indicação de uma fala das experiências vivenciadas e, nesse caso, menos propício à compreensão de uma valoração da cor: “Despertei pensando no cigano, que é pior do que o negro” (Jesus, 2014, p. 158).



entre ela e os outros, porque é naquela realidade onde mora a autora. Apontando defeitos de quem tem uma proximidade com estas pessoas; neste cotidiano vivido e não em outro. Como também demonstrou o outro lado de reconhecimento do preconceito da pele: “E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?” (Jesus, 2014, p. 108), a indicar a violência policial para com os negros. Relatos memorialísticos construídos cotidianamente têm estas ambivalências quando são feitos de forma a colocar um pensamento veloz e sem passar pelo crivo preliminar da escrita posterior. E seria inviável pensar nesta operação quando sabemos da urgência de Carolina de Jesus em repassar todos os acontecimentos para o papel. Era a linha direta composta entre os atos observados nas ruas e o processo de catadora de palavras. Um fazer que ela própria compreendia como dignificante e de ser um elo para ultrapassar aquela condição de necessidade material já identificado neste texto. Ler e escrever tinha uma função da comunhão dela com a angústia do seu dia e do descarregar deste sofrimento. Conexões concretas e abstratas de uma mulher com um senso dos sabores e que não deixava de sentir uma poética de um novo dia: “É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela” (Jesus, 2014, p. 58).

Agora, passaremos para a relação entre este livro e o historiador da “Invenção do Cotidiano”; e, posteriormente, com o sociólogo da “Sociologia da Vida Quotidiana”. O primeiro, avançou nas pesquisas das culturas denominadas de ordinárias e, o segundo, na metodologia para pensarmos as ditas rotinas diárias. Caminharemos, então, por estas apreensões sobre o quase imperceptível: “O que ocorre abaixo da tecnologia e lhe perturba o jogo nos interessa aqui” (Certeau, 2014, p. 278). E ao sociólogo: “Tempo e lugar são *folhas em branco* que só ganham sentido com a *inserção*, com as *assinaturas* que os indivíduos nelas fazem” (Pais, 2007, p. 138). Nestes parâmetros, é o diário escrito de Carolina Maria de Jesus que nos convida a fazer um passeio em seu “canto de resistência” e nas suas “ratices” de uma estética da práxis.



“A Invenção do Cotidiano” Quase Não-Inventado de “Quarto de Despejo”

Sabemos que a autora escrevia sobre os acontecimentos do dia a dia na composição de um mundo palpável. Essa é uma das diferenças da tomada das vozes de quem ali vive e as escuta para, logo após, juntá-las nos cadernos de vida. Também a prática da leitura a seguia por todos os dias, fornecendo um alento para as condições de moradora de um barracão. E ler está entre os afazeres considerados por Certeau (2014) como uma forma de “tática”. Não podemos deixar de ilustrar que a leitura foi a irmã gêmea para ela sedimentar os propósitos inerentes à sua escrita, talvez, igual a todos os escritores destinados a deixar uma demarcação do pensamento. E linha a linha do diário confirmava seus argumentos de que: “A favela é um quarto das surpresas” (Jesus, 2014, p. 51) e “Todos os dias há uma novidade aqui na favela” (Jesus, 2014, p. 58). Rupturas do cotidiano que podemos denominar nas diversas “astúcias” da sobrevivência, porque para escapular das difíceis situações muitas vezes este “louco” precisa ser rápido nas demonstrações de força. Ao ter diante da sua porta os casos da violência doméstica, da fome, dos homicídios etc., a favela ensina o convencional “jogo de cintura” da sua população. De quem quase nada tem a perder, restando, na maioria das vezes, o seu caráter de persistência englobada em uma consciência de saber que para alguns o lixo tem cor, cheiro e lembranças.

Nesse caso, “O Quarto de Despejo” é uma escritura representativa do estilo “sucata”, elaborando com as palavras as maneiras “desviacionistas” do ser afastado das ordens de poder. O cotidiano desta mulher negra e chefe de família tinha os traços de várias outras, então, está compreendido pelo seu texto a terminologia certeuniana de “ser outro e passar ao outro”. Carolina de Jesus deixa transparente a sua opção pelos fracos e miseráveis e expõe até mesmo uma raiva vingativa ao relatar que ficou feliz quando uma enchente destruiu as mercadorias de um armazém. A tonalidade desse conteúdo de agressividade significa a



comprovação de desejar um sofrimento menos distintivo. Assim, a favela e a cidade não ficariam muito distanciadas quando as agonias diárias dos moradores da periferia também encontram os residentes de luxo. Uma raridade que precisa ser comemorada e com sentido apenas para os indivíduos que presenciam a opção dos empresários de jogarem os alimentos, quando estes poderiam ser entregues aos “despejados”. São estas as posições da autora que ficam aparentes o motivo da sua escrita na sensibilidade de compreender o código de moradores de favela: “É que estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela” (Jesus, 2014, p. 27).

A errância contada no livro também executa uma sinfonia de palavras característica pelo conceito de tática do autor: “chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio” (Jesus, 2014, p. 94). Carolina de Jesus racionalizou o texto, esperando “golpe por golpe” inventar outra realidade para a sua família: a sonhada casa de alvenaria. Acreditando que a escrita era seu “saber-fazer” mais digno e a conduziria por um caminho de transformação. Logo, a “sucata” era montada com as ondulações de ser catadora de lixo e da narradora do seu caminhar. Os dias para ela também tinham as suas rupturas, descrevendo um sentido interno como, por exemplo, nesta frase: “Dia do papai. Um dia sem graça” (Jesus, 2014, p. 108). Perpassa no texto essas dores de mãe com os filhos sem a presença dos pais¹⁰ e do desconhecimento dos sobrenomes paternos. A persistir uma inquietação com a sua vida de mulher sozinha e ativa nos paradoxos de sua condição, percebendo que ter um marido não seria uma opção para uma mulher que tem uma sagacidade em ler e escrever. Além disso, ela relatava a violência sofrida pelas mulheres com os homens exploradores e estava ciente, a partir de suas observações, dos transtornos das relações conjugais no

¹⁰ Seus filhos tinham pais diferentes. Segundo Santos (2009, p. 73), “Carolina teve quatro filhos”. A primeira filha faleceu e os outros três são: João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus.



espaço da favela quando o aborrecimento da falta deixa os indivíduos mais nervosos.

Era a paciência uma companheira de Carolina de Jesus a ter um tempo de dedicação às memórias que a levariam à realização de possuir uma casa. Descrição devagar nessa fuga do espaço concreto para o espaço imaginado e poético. Além disso, ela tem uma ligação com os sonhos da noite, afirmando que “Deus envia-me estes sonhos deslumbrantes para minh’alma dolorida. Ao Deus que me protege, envio os meus agradecimentos” (Jesus, 2014, p. 120). A questão de passarmos por estes movimentos apenas indica a diversidade das considerações da autora. Esta caminhada múltipla que engloba as durezas da vida e uma sensibilidade de estar atenta aos movimentos menos palpáveis. E aqui é perceptível Certeau, das “Artes de Fazer”, porque existe uma poesia dentro dessas interfaces da vida material e a sua “astúcia” de conseguir com os relatos fazer a denominada “política das práticas cotidianas”. Uma vez que me parece um texto que quer traduzir o sofrimento em instâncias as mais críticas possíveis, principalmente aos políticos: “Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos” (Jesus, 2014, p. 102). Uma ciente ideia da configuração das estratégias de domínio do mundo, logo, a imagem da casa copiada para a cidade, reparando-a em sala de estar e quarto/quintal de despejo, sobressaindo o conhecimento espacial da autora: “[...] a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada” (Jesus, 2014, p. 147). A cidade como lar era injusta, ela não tinha uma casa e a parte reservada para a sua família era um barraco. É possível ver o real da favela do Canindé ao irmos em uma das centenas de ocupações urbanas existentes no Brasil¹¹.

¹¹ Aqui em Aracaju/Sergipe, temos a “Ocupação Beatriz Nascimento” no bairro Japãozinho-Zona Norte da Capital, faz parte da luta por moradia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). O nome é em homenagem à historiadora sergipana que tinha uma perspectiva crítica sobre as pesquisas raciais no Brasil: “A “aceitação”, a “integração”, a “igualdade” são pontos de vista do dominador” (Nascimento, 2007, p. 102). No intuito de demarcar uma indi-

Isso para entendermos a visão da sua repulsa a este ambiente sem as condições básicas de vida. Mesmo assim, Carolina de Jesus nos oferece uma percepção das crianças que ali brincam, e para elas só podem ser reservadas palavras meigas.

Certeau (2014), da “Invenção do Cotidiano”, tem uma denotação dos indivíduos excluídos das zonas do poder que forjam uma sobrevivência ao fazerem dos seus “golpes” cotidianos uma maneira de arte nas fronteiras cercadas das estratégias. É a liberdade escapando pelos mínimos pontos e, aqui, jamais queremos fazer uma apologia da prisão por possibilitar ainda as fugas. Ao contrário, a escuta da voz de Carolina de Jesus nos faz pensar na inquietante referência da afirmação: “**eu sou uma despejada**”. Palavra interpretável para 1 bilhão de pessoas que vivem em favelas, segundo o relatório das Organizações das Nações Unidas-ONU no Relatório Mundial das Cidades-2020 (UN-Habitat, 2020, p. xvii), e destes, quase 12 milhões no Brasil e 2.162.368 na cidade de São Paulo pelo censo 2010 do IBGE. No documento anterior, São Paulo é citado como uma das cidades com os maiores níveis de desigualdade. Estes dados reforçam a atualidade dos problemas destacados nos diários de um Canindé apagado até na designação de nome espacial e ao mesmo tempo presente em outras localidades. Logo, a favela da autora nos evoca Certeau que afirma: “Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades” (2014, p. 175). Nisso, a compreensão dos dias na favela colocados pela autora nos informa dos milhares de habitantes confinados nos quartos, das consideradas moradias subnormais, da maioria das megalópoles do mundo. Não negamos com isso o viés

vidualidade que não podia ser reduzida a uma composição de estudos econômicos, políticos e sociais direcionados a uma catalogação do processo escravocrata. Foi uma nota escrita em 2020 porque, geralmente, as ocupações deixam de existir quando são expulsos para outro espaço ou conseguem o terreno para a construção das casas no mesmo local – de toda forma as imagens anteriores permanecem. Mas existem muitos espaços urbanos onde podemos ver a realidade das linhas do “Quarto de Despejo”. Seria excelente termos previsões de ajustes sociais que modificassem estas características nas cidades. Por enquanto, somente nos alenta o otimismo de um dia todos terem a sua “casa de alvenaria”.



relativo¹² de percepção espacial da favela como um local de vivências alegres. Porém, o centro do texto é o livro “Quarto de Despejo” e o montante das qualificações para a favela é negativo, mesmo salientando uma Carolina de Jesus agradecida às ocorrências da natureza: “Temos as estrelas que brilham. Temos o sol que nos aquece. As chuvas que cai do alto para nos dar o pão de cada dia” (Jesus, p. 144).

Mas, o seu real visível é este: “Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta” (Jesus, p. 12), sendo esta “falta” reconhecidamente a de alimentos, vestuário e a casa de alvenaria. Por isso, esta praticante das caminhadas pela rua deixa no livro a realidade circunscrita da observação de quem conhece as espacializações e a maneira de verbalizá-las em sua interpretação. São maneiras também de demonstrar um saber de como vaguear/trabalhar e que só podem acontecer nas ruas: “Eu sou da favela do Canindé. Sei cortar de gilete e navalha e estou aprendendo a manejar a peixeira. Um nordestino está me dando aulas. Se vai me bater pode vir” (Jesus, 2014, p. 82). Palavras de um jogo que se expõe pelo blefe, a sábia “astúcia” de sobrevivência em ambientes violentos. Esta mulher negra e do Canindé não pode ser intimidada pelos espaços urbanos, porque ela conhece as direções e as repostas para cada canto da cidade de São Paulo; uma Capital que apaga as luzes para as misérias alheias com governantes que só aparecem nas favelas em períodos eleitorais. Portanto, Carolina de Jesus “roda” muito para ter uma mínima capacidade de viver e os seus cadernos são os pontos de uma trilha sensível em busca da realização

¹² Queremos indicar que a favela tem uma cultura urbana rica e outros relatos indicam estas características. Para mim, o problema é o desfavelamento quando combinado à expulsão destas pessoas do lugar de vida. Então, a favela necessita de outras intervenções conjuntas entre órgãos públicos e habitantes e o problema jamais está centrado na expressão “favela”, a qual designa uma vegetação do Nordeste relacionado, inclusive, com a “Guerra de Canudos” porque seus primeiros moradores foram os soldados que deixaram de receber salário e avançaram para uma encosta, no Rio de Janeiro, ficando conhecido como Morro da Favela, atual Morro da Providência. Muito interessante esta percepção de traslado de um termo interiorano para designar moradias em grandes cidades (Gandra, 2017).



do seu sonho. Conveniente notarmos que a sua temática poética, como ela mesma se autodenomina uma poeta, seja a favela em uma contraposição aos outros espaços de São Paulo. Ali naquele mundo existe a “dura vida” de quem sente as vivências dentro do “quarto de despejo”, espaço onde foi construído para caber a humanidade representativa da “falta”.

Uma estética da práxis de uma heroína que decide ludibriar a vontade de morte pelas suas palavras articuladas de sentidos sobre a “falta” e mais compreensíveis por este viés de Certeau: “É produzir frases com o léxico do perecível, na proximidade e até mesmo no espaço da morte” (2014, p. 273). Era nesse âmbito que a autora fazia suas anotações do cotidiano e naquela efemeridade do dia. Ali se estendia vida e morte-morte e vida, deslizando as cores da dor e das poucas alegrias desta autobiografia. Carolina de Jesus era a própria corpografia das suas frases e sabia ler também as outras corporeidades das ruas e dos residentes do Canindé. Passo a passo como uma gigante da “práxis” reflexiva sobre a condição de sobrevivência, ela vai trabalhando nas ordens do palpável ao sensível e vice-versa. Ela escreve, portanto, um redemoinho das ações cotidianas em que era necessário vislumbrar uma casa para viver, logo, catalogava um texto-lar que chamava a atenção para o local de moradia; a ter por intenção chegar em outro lugar já definido como lar possível. Uma forma de esperar resistentemente que suas frases sejam conhecidas e tomadas como literatura ao serem publicadas. Talvez, muito mais da autora seja melhor entendível se a enxergarmos como catadora de palavras do real. A tarefa do dia a dia no espaço urbano de São Paulo a fez compreender onde ela estava. Acreditando que este saber tem algum valor, afinal, ela escrevia e conhecia aquele ambiente. Crer que seu caminhar tem um sentido e escrever sobre ele significou realmente possibilitar outro espaço para a sua vivência.

De tanto “rodar” por São Paulo e fazer as marcações do roteiro do seu dia, ela chegou ao mundo. A voz de Carolina de Jesus foi como uma fronteira rasgada porque passou para o outro lado, apesar de ter retornado a algumas carências e a necessidade, após sucesso, de catar



“sucatas”. E se a luta dela foi por um lar, Carolina de Jesus teve um a partir deste livro de 1960. Lamentar os percursos da autora pós “Quarto de Despejo” induziria, para este texto, uma diminuição da personalidade “arteira”. Para quem escreveu sobre a realidade das desigualdades sociais de uma favela com uma posição de poeta, mesmo incorporado nela as marcas daquele mundo, poderíamos apenas destacar que “Morrenasce, trigo/Vivemorre, pão” (Gil, 1982). O real não aceita suposições, então, ele acontece e foi neste processo que tivemos os relatos dessa “quase invenção do cotidiano”. O “quase” indica a posição de onde a autora diz a sua verdade/ficção na dimensão de um querer materializar pelo livro o que ela presencia. Se a “falta” estava ali comprovando que o seu “lugar próprio” estava muito distante, antes da publicação do livro, ela encontrava nas letras esta “presença” de ser. Evidenciamos que este distanciamento tem dois sentidos: no da moradia como lar estável e no reconhecimento da escritora. Um e outro são complementares, como também a catadora de lixo e das palavras são uma mesma pessoa. Assim, andar e escrever foi o “canto de resistência” da mulher negra e favelada a expor um mundo das ausências de recursos da sobrevivência.

E no conceito certeauniana das “maneiras de passar ao outro”, vemos em Carolina de Jesus esse vigor da solidariedade quando faz um ato para ajudar uma pessoa: “Dirigiu-me um olhar tão terno como se estivesse olhando uma santa” (Jesus, 2014, p. 176). Em suas descrições, ela tinha uma sensibilidade aguçada ao sofrimento alheio, caracterizando uma escritora que, para além do tangível dos acontecimentos, se deixava conduzir por uma afetuosidade humana. Canindé não a transformava em alguém distante daquele local, ao contrário, fornecia uma visão dos iguais em sofrimento. A indignação da violência e de todas as formas de agressividade estava para a autora relacionada ao local e à fome, porém, a força de alguns para alcançar uma resistência era percebida por ela. A alma da poeta se deslizava nas reentrâncias de cada quarto de despejo, ali a existência era a de inclusão para o sofrimento e de exclusão apenas às ações de agressão: “E os favelados são os gatos.



Tem fome” (Jesus, 2014, p. 35). Uma passagem “ao outro” significa justamente este apreender as dificuldades das corpografias deste espaço urbano que engloba os mais diversos seres. Em alguns caminhares indicando espacializações para ficarmos cientes de quem passa ao lado. Nisso, a sua maneira de escrita tem esta concretude de um, quiçá, flunar pelos ditos restos da cidade paulista: “Os favelados aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos”¹³ (Jesus, 2014, p. 41).

Fazer “sucata” foi a competência desta escritora que ao estilo certauniano enxergou além da repetição dos dias. Sendo atrevida em pensar uma literatura da práxis porque seus cadernos eram a personificação de que todas as vidas se prestam à observação. Os detalhes da vida de algumas pessoas ali escritas iriam magoá-las, segundo a autora, mas era necessário para o conhecimento dos futuros leitores da favela do Canindé. A realizar a operação primeira de deixar o texto como real de um local apagado como estratégia para o crescimento de São Paulo – não foi para fazer casas, mas, uma rodovia, ironicamente denominada Marginal Tietê. Seguindo a posição de registrar um “Canindé” paulista, a evocar que as designações não chegam à toa para as coisas-espacos. O mapa dirigido pelas mãos do texto nos indica os percursos tão familiares e pouco estranhados das espacializações pobres das cidades. Nisso aprendemos com o livro que seria ideal não naturalizarmos os “Canindés” dos espaços urbanos, pois se não trazem a utopia do “sertão virar mar”¹⁴, eles nos falam de uma cidade com suas favelas. Justo duas palavras significativas para o Nordeste que ficaram indestrutíveis com

¹³ Nos recorda o famosíssimo poema de Manoel Bandeira, de 1947, nesta frase: “O bicho, meu Deus, era um homem” (Bandeira, 1993). Como também Josué de Castro do “homem caranguejo”: “Formados ali mesmo na lama como se formam e se criam os caranguejos na fermentação do charco” (Castro, 2001, p. 43). Ao mesmo tempo em que notamos a diferença no animal porque a corvo é preto e preta é a pele da escritora e da maioria dos moradores: “Parecem corvos, numa disputa” (p. 50); e: “Não mais se vê corvos voando as margens do rio, perto do lixo. Os homens desempregados substituíram os corvos” (Jesus, 2014, p. 50 e p. 54).

¹⁴ Emblemática frase de Antônio Conselheiro, líder do povoamento de Canudos – um tipo de ocupação de pobres sertanejos, na Bahia, e que foi submergido pelas águas de uma barragem (açude). Parece uma prática recorrente dos governos em apagar as memórias de luta nos



o livro – favela-planta do sertão e os canindeenses de cidades brasileiras sertanejas, do Ceará (Canindé) e de Sergipe (Canindé do São Francisco). O espaço físico do Canindé paulista foi extinto, mas as marcas de vidas que passam fome, não; e temos neste conjunto muitos migrantes nordestinos identificados como “baianos ou nortistas” na maior cidade do Brasil, perpetuando uma imagem que já poderia ser distinta em uma rica Capital. A proposta de fazê-los ficarem visíveis impõe uma responsabilização pelos leitores deste cotidiano quase não-inventado. Opera também para a retirada de um véu da ignorância, demonstrando a arte neste vai e vem dos recursos de combate¹⁵ em prol de sermos melhores. Em uma ação de descoberta deste jogo que nos diz das esferas individuais e sociais conectadas ao sentido de aprendermos a linguagem variável de cada mundo.

Foi nessa intervenção de força que o livro proporcionou a saída da autora, daquele local, pelos rendimentos monetários da publicação dos cadernos guardados no “quarto de despejo”. A fronteira da pobreza tinha sido ultrapassada para colocá-la em outros registros, mesmo sem esquecer de que a abertura de um mundo não anula as frestas do antigo. E isso não porque ela novamente retornou ao trabalho de catadora de lixo, mas na condição de qualquer indivíduo que arrasta sua vivência em seus pensamentos e memórias. Fiquemos, então, com a lição de um lar transformado pelas ruas, tendo um Certeau conciso na interpretação destas ações do cotidiano: “Pequenos nada, ou “quase” nada, simbolizam e orientam os passos. Nomes que no sentido preciso

lugares “lendários”. Mas as ruínas aparecem em épocas de estiagem, dando a credibilidade da existência não somente pelo livro “Os Sertões”. De modo parecido o livro de Carolina de Jesus faz com o Canindé paulista a fazer falar as próprias imagens dos barracões da favela. No já clássico registro de Euclides da Cunha (2011), temos: “Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo” (p. 578). Poderíamos complementar: os “despejados” também não se rendem – uma possível interpretação da força diária condensada pela autora.

¹⁵ Em Heidegger (2019, p. 39), temos: “Na medida em que a obra institui um mundo e produz a terra, é a instigação deste combate. Mas tal não acontece para que a obra esmague e aplane o combate, numa concórdia insípida, mas sim para que o combate permaneça combate”.



deixaram de ser “próprios”” (Jesus, 2014, p. 172). E em três ondulações: “o crível, o memorável e o primitivo”, o ordinário pode se sentir valorado nas andanças, sendo uma forma de transposição com gestos apropriados para o preenchimento das lacunas deixadas pela lei do mais forte, quiçá, alcançando um “próprio”.

Parece que a autora tinha razão se compararmos a escolha da escrita de Certeau pelos caminhantes sem lugares, ao reproduzir a fala de um vizinho que disse: “(...) os intelectuais dão preferencia aos favelados” (Jesus, 2014, p. 190). A prioridade é mais um modelo de conhecer o lado que, de certa forma, talvez nos conduza a uma humanidade. A leitura do cotidiano, no local dos afastados das ramificações do poder, consegue justamente demonstrar um tipo de arte literária como este da Carolina-Escritora. Um livro feito da realidade do seu espaço e sendo uma catadora de lixo fez dali uma tarefa do ofício da escrita-sucata. Isso corresponde também a um estar na cidade com os sentidos apurados para os pontos que somente a “astúcia” praticada consegue esmiuçar.

“O Quarto de Despejo” na rota de uma “Sociologia da Vida Cotidiana”

A narrativa de Carolina de Jesus é a captação do real, escrevendo o que vê, escuta, observa etc. A invenção está ali também como qualquer autor ao tramar as palavras para o texto. Nisso a composição do livro se torna uma fonte necessária como descoberta do morar em uma favela e da interpretação deste cotidiano pelo lado de quem vive naquele espaço. Uma moradora que escreve e absorve os movimentos dos dias para deixá-los claros aos leitores que no “quarto de despejo” existe vida e sonhos: “Todos nós temos o nosso dia de alegria” (Jesus, 2014, p. 24). Essas passagens poéticas indicam a subjetividade da autora que condensa os seus sentimentos com a realidade vivida. Assim, ter comida em casa, por exemplo, a deixa confortável e a sua escassez nervosa, fazendo uma estética da práxis ao relatar as dificuldades do morar e de um trabalho



pouco rentável em uma luta constante pelo “pão nosso de cada dia”. O levantar até o anoitecer gira nas ações de batalha pela alimentação e no meio deste percurso está a literatura da autora. Nessa circularidade dos dias, a pessoa e a escritora rondam os espaços urbanos pela vontade de viver mais um dia. Apesar do suicídio ser um assunto comentado, porém, sobressalta o seu contrário: “Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estomago” (Jesus, 2014, p. 99); e, logo após, “Reanimi-me. Acalmei o espirito” (Jesus, 2014, p. 100). É justamente desta condição que temos a origem da escritora e que consegue redimensionar as dificuldades para os diários. Ler e escrever eram as duas práticas mais instigadoras de alegrias, fornecendo um elo de significados de que ali existia uma mulher negra, favelada e escritora: “[...] Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido” (Jesus, 2014, p. 39).

Nesse espaço autobiográfico e cotidiano, temos a transparência da afirmação de Pais: “[...] há sempre lugar a um movimento de vaivém, da biografia ao sistema social e deste à biografia” (Jesus, 2014, p. 161). Um vaivém bastante evidenciado em “Quarto de Despejo - Diário de uma favelada”, em que o reconhecimento do tempo se faz nas ações do personagem individual por onde ele, nesse caso, ela anda, desde as instituições aos ambientes considerados rotineiros: “No sexto andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnancia. Já estou familiarisada com estes olhares. Não entristeço” (Jesus, 2014, p. 111). Por isso, a sociologia no estudo do cotidiano conduz a uma aproximação dos afazeres comuns com a percepção de que também não nos separamos do conjunto social. Porque, na frase acima, temos nítido o significado de “familiarisada” interligado ao preconceito social e da cor da pele. Nossos dias avisam a quase indiferença aos limites do micro e do macro. O detalhe não pode ser separado das ramificações de um processo considerado estrutural e, na verdade, as ações passam pelos canais menos previstos. Isso reporta a estarmos atentos às mudanças ao conduzirmos uma sociologia do cotidiano.

Nesse sentido, o livro sedimenta a noção das “ratices” do cotidiano, daqueles conhecedores do espaço onde vivem com a atenção de: “manter-se ao rés das coisas mas vê-las todas, numa obstinação miúda e picuinhas” (Jesus, 2014, p. 35). Detalhes estes das ruas por onde Carolina de Jesus passeia, desde o amanhecer no enfrentamento da fila pelo balde de água ao anoitecer observando os últimos acontecimentos do dia. Cada ato tem um perfil de leitura do ser humano naquele local, uma forma de espacialização das condutas como uma fotografia deste real, porém, Pais (2007, p.47) nos adverte: “A “objectiva” de uma máquina fotográfica nunca é objectiva; corresponde sempre a um ponto de vista”. E na prática desta atividade, as casas-barracos falam para a autora dos seus moradores, identificando-os pelos seus costumes. Não podemos deixar de perceber que as confusões, as violências de gênero, a fome etc. preponderam nas descrições pormenorizada no diário. Não espere de Carolina de Jesus uma romantização do cotidiano da favela que escreve: “Favela, sucursal do Inferno, ou o proprio Inferno” (Jesus, 2014, p. 165). Assim, tomamos conhecimento daquele espaço em um sentido de seus transtornos e no desejo de sair dali. A casa de alvenaria sendo apresentada como lar ideal da autora e, talvez, da maioria dos residentes do Canindé.

E, geralmente, escrevemos o que nos incomoda, mas o tornar-se incômodo na escrita está acima das apreensões simples de categorizações mediante uma interpretação da autora ou do leitor. Somente lemos aqui uma das intenções do texto e podemos ousar compreender que este livro nos transmite um mundo, permitindo a nitidez daquela antiga noção de que autora, nos rumos das ruas, traz uma imagem espacial da cidade. Acordo que estabelece com o leitor quando narra as “ratices” para alcançar o dinheiro da sua sobrevivência. Ficando visível no seu trabalho a imprevisibilidade do cotidiano, que são os diversos roteiros do dia expostos no diário. Então, no espaço urbano a contingência lhe dá a mão para o positivo ou negativo – de encontrar alguém para colaborar ou não no “andar” desse tempo articulado entre o alvorecer ao término de um dia.



Em um dia tranquilo, por exemplo, a autora expressa um sentimento de alegria e faz uma definição objetiva desta paz: “Acho que é porque estes dias eu tenho tido o que comer” (Jesus, 2014, p. 121), quebrando a indicação de uma subjetividade sentimental com a marca de que seu encantamento tem pouca ressonância na prosa realista de onde está. Assim, são dois contextos inseridos para percebermos os espaços urbanos em suas diferenciações qualificativas: a) a cidade de São Paulo; e b) a favela do Canindé. E, nestas duas espacializações, ela vai elaborando as rotas da sua literatura do real mediando uma confissão, para nós, encostada na sociologia: “A fonte primeira de todo o conhecimento é o cotidiano, é o vivido” (Jesus, 2014, p. 50). Um “cotidiano” que expressa um diálogo com a sociedade como também é matéria do poeta. Portanto, era uma andante que catava papéis e lixo reciclável, observando as transformações da cidade: “*Alguns homens em São Paulo/Andam todos carimbados/Traz um leteiro nas costas/Dizendo onde é empregado*” (Jesus, 2014, p. 121). Uma Capital da industrialização do início dos anos 1960, onde os operários surgiam indicando os paralelos de crescimento econômico e desorganização espacial – as favelas. O livro poderia ser uma referência de um tempo, contudo, as cidades brasileiras continuam a ter uma periferia pobre com dificuldades de renda, quase um século após a publicação do primeiro exemplar: “Na cidade de São Paulo, as diferenças no acesso a direitos como emprego, moradia e saúde não são apenas regionais: são também raciais.” (Sobrinho, UOL, 2019). É um texto, nesse conjunto, que nos coloca próximos de pensarmos uma literatura do “vagabundeio” e, neste caso, acertando os passos com o social no espaço urbano entre a fonte literária e a autobiografia.

E este ver de “picuinhas” vai adiante ao notar as dificuldades dos trabalhadores para chegar ao posto de serviço. Por isso, o aumento das passagens é assim compreendido: “Olhando os paulistas circular pelas ruas com a fisionomia triste. Não vi ninguém sorrir. Hoje pode denominar-se o dia da tristeza” (Jesus, 2014, p. 128). Outro problema que ainda atinge a maioria dos moradores das capitais, com elevados preços se



compararmos em relação ao salário mínimo e à qualidade dos transportes¹⁶. É recorrente também as descrições comprovando a inflação e no livro temos uma frase específica desse tipo de corrosão do dinheiro: “O açúcar aumentou. A palavra da moda, agora, é aumentou. Aumentou!”; e, “Suicidou-se porque cansou de sofrer com o custo da vida” (Jesus, 2014, p. 143 e 161). Transmite a sensação de que nenhum trabalho é suficiente para os gastos mínimos e a fome está à espreita naquele local. Essas são as marcações da estética da **práxis**, fornecendo um mapa de um mundo onde a favela está localizada nos espaços urbanos da falta de dinheiro para a própria comida. A sensibilidade da autora, neste aspecto, faz crer em sua declaração: “É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la” (Jesus, 2014, p. 29). São estes dias de Carolina de Jesus que nos apresenta um despejo do significado da palavra fome. Como se a vontade dela estivesse concretizada em fazer o reconhecimento da “escravatura atual” que é a fome em sua interpretação.

O cotidiano da fome, no seu texto literário-biográfico, destaca o entendimento do universo micro e macro ao colocar que: “No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia” (Jesus, 2014, p. 39). E por este ângulo, Pais (2007) evidencia que em uma sociologia cotidiana os dois aspectos estão enviesados e seria impossível filtrá-los porque “é, sobretudo, uma sociologia dos lugares sociais da produção de sentido comum” (Pais, 2007, p. 48). Assim, fazer o estudo do cotidiano é tomar uma licença para se posicionar ao lado de quem produz a vida. Podemos até nos interrogar: O que faz Carolina de Jesus para isso? Ela consegue fazer um estranhamento do dia porque ao relatar, sobre as pessoas e o contexto em que estão, esclarece para um leitor

¹⁶ Não é à toa que o Movimento Passe Livre, fundado em Porto Alegre, conseguiu destaque em São Paulo, no ano de 2013, conhecido como “Jornadas de Junho”. Revoltas relacionadas aos amplos problemas de desigualdades sociais no Brasil, coincidindo com o aumento de passagens, mas como os líderes disseram: “não são só pelos 20 centavos” (Junho: O mês que abalou o Brasil, 2014).



o seu conhecimento espacial minucioso. Um livro que consegue ter por fonte estritamente a observação do cotidiano na “rota” de um passar vigilante a ser depois escrito. Fragmentos a pinceladas que registram, no movimento mais rotineiros, os intervalos distintos de uma ação. Os atos de agressão, nesse sentido, descritos no livro são relatados sempre de forma modificada porque algo novo aparece na cena. Seja pelos personagens, motivos ou objetos referidos, temos a certeza de que aquele dia não foi igual a nenhum outro. Essas são as posições que “Quarto de Despejo” traz e quando o associamos a uma sociologia do cotidiano, vemos a compreensão do fazer uma “sociologia passeante”. Entra no viés mais pormenorizado e vai nas encostas de uma conexão estrutural ou vice-versa, fechando o dia com algo intercalado na dimensão da sociedade e do vaguear de um indivíduo.

E os contornos definidores do texto, esclarecendo a vivência na favela, parece seguir Pais que avança nos parâmetros da sociologia do cotidiano ao colocar os afazeres de cada dia em patamares do estudo da vida social: “[...] pelo interesse em conhecer como as pessoas experimentam o mundo que compartilham e constroem em interação” (Pais, 2007, p. 153). Nesse caso, a sociologia de Pais e o livro de Carolina de Jesus possuem uma complementaridade para pensarmos o significado do cotidiano. O primeiro pelo recurso científico da sociologia e o outro na dimensão próxima de leitura daquele real-diário. Na ordem temporal, os dois livros estão distanciados, mas nas compreensões sociológicas de Pais, poderíamos entendê-los como vizinhos. Os dias ali traduzidos reforçam a ideia da instabilidade das 24h, distinguido pelo sociólogo ao definir o cotidiano. E a autora caminhante faz exatamente isto: escrever sobre as contingências deste cotidiano. Interessante percebermos a possível comunicação dos dois livros, equalizando uma camada sociológica e literária. Sem reduzir um livro ao outro, vemos apenas um diálogo entre eles para projetarmos um conceito da sociologia das miudezas na conformação das descrições diárias de “Quarto de Despejo”.



Para Pais (2007), a topologia de um poeta é justamente transformar o cotidiano em poesia, ou melhor, seria considerá-los sem delimitações topológicas. Sendo que avançam por todos os caminhos para captar em uma linguagem algo dizível, às vezes, do menos visto daquele tão comum. Por este trajeto, a prosa de Carolina de Jesus nas percepções da sua escrita comenta: “quem escreve gosta de coisas bonitas. Eu só encontro tristeza e lamentos” (Jesus, 2014, p. 184). Fazendo dessa sua “cama de tatame”¹⁷ a fonte dos seus pontos poéticos e como a sua referência de ser no mundo: “Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta” (Jesus, 2014, p. 64). Neste entrever de afirmar ser uma pessoa que não dispensa os conflitos em sua dimensão de “mulher preta e despejada”, a autora sintetiza a sua força. E em outra passagem, encontramos o paradoxo em que vemos a escritora/personagem na dimensão da sua realidade: “A voz do pobre não tem poesia” (Jesus, 2014, p. 140). Mas, ela própria fez poesia daquela espacialização do sofrimento. Claro que toda existência tem poesia, sendo o livro a sua comprovação, porém, seria inviável não sublinhar o sonho da autora de sair da favela. Escrever e ler têm uma ligação com a ideia de mudança, por exemplo, ao chegar na redação, dos Diários Associados, temos a frase: “A realidade é muito mais bonita do que o sonho” (Jesus, 2014, p. 173). Uma frase representativa do início da publicação dos seus textos que a projetava para a realização da compra da casa de alvenaria. Temos aí as duas Carolinas, a personagem e a escritora, em uma noção de que o sonho de uma estava integrado no cotidiano da outra.

De forma geral, sabemos com Pais que: “[...] com todos os seus artifícios, o texto literário inventa a trama que encadeia os acontecimentos na vida quotidiana, não apenas dando sentido à história, como produzindo também uma historicidade: significativa, representativa” (Pais, 2007, p. 165). Somado a isso, temos um livro centrado no cotidiano de uma vida apresentada como justa, lembrando um pouco o conceito de

¹⁷ Música “Drão” já citada.



*phrônesis*¹⁸ em que a teoria e a prática coexistem para constituir uma voz: a da favela do Canindé na cidade de São Paulo. Assim, ler Carolina de Jesus é compreender um pouco a noção de Pais da leitura do cotidiano para a vida social. Esta esfera do “instável” convoca um tipo de sociologia mediada por uma metodologia da observação rasteira. Portanto, fazer uma sociologia do cotidiano é optar pelo susto dos dias, requisitando nas “coisas” ditas simples a sua força decodificadora de sabermos do social. Por isso, podemos transmutar uma pergunta de Pais, em “Sociologia da Vida Quotidiana”, para o contexto de Carolina de Jesus: **“Qual o enigma que encerra este livro “Quarto de Despejo”?”** O enigma de uma mulher negra que fez do seu diário um meio de acessar outro tipo de cotidiano, tendo revelado o contexto da favela com o reconhecimento da sua estética da práxis. Nesse duplo encadeamento de alcançar a projeção individual da escritora e da importância de fazer o registro memorialístico da favela do Canindé.

Esta foi uma das inúmeras demonstrações possíveis ao pensarmos nas considerações analíticas do pesquisador e da literatura da autora. Algo que atravessou as leituras dos dois modelos de pensar o cotidiano com o intuito de compreender o lugar de um diário nas injunções sociológicas consideradas minúsculas. Reflexão em miras fragmentadas, porque sejam feitos por uma literatura das ruas ou nas dimensões metodológicas da sociologia das “ratices”, os acontecimentos são observados por uma quase operação fotográfica. Distinguindo um dia do outro com cliques/*links* que depois são reaproveitados pelos leitores, os quais se tornam os convidados daqueles “passeios” – como colocamos acima, de mãos dadas com a autora. No mínimo, estabelecem um contato de

¹⁸ Uma intenção solidária: “[...] se for criança eu vou atravessar o Tietê para retirá-la e se for preciso nadar eu entro na água”; e uma ação de alívio ao sofrimento alheio: “Retirei um alfinete do vestido e tirei o espinho do pé do menino” (Jesus, p. 138 e p. 141) E, segundo Neubauer: “[...] é que a existência do homem é, de fato, constituída em sua qualidade de ser pensante, e, nessa medida, o seu agir é uma ação prática, sempre participada e compartilhada” (Neubauer, 2015, p. 114).



saberes e descobertas, retirando das sombras as ditas repetições da rotina. E quando encontram um farol, elas conseguem confirmar que o entendimento linear não é tão preciso como gostaríamos. Portanto, as sinuosidades destas ações são demonstradas elegendo os rompimentos de um dia comum. Tarefa incansável daqueles que estão atentos aos rituais do nascer do sol e do anoitecer para qualquer um, não sendo igual, por ser qualquer.

O “ordinário” das “minudências” conclusivas

Essas incursões sobre uma estética da práxis a aproximaram com os dois autores. Uma vez que Certeau vai debulhando os encantamentos das práticas simples, e Pais coloca a pesquisa sociológica para dentro dos rumores menores. Cada um a seu modo está também em sinalização de uma ciência entre os espaços do macro e do micro, os quais não são elevados e muito menos tão minúsculos a impedirem qualquer observação. Feito esta ressalva, afirmamos que “O Quarto de Despejo” alcança essas conjugações de um “terceiro espaço”¹⁹, porque o livro tem uma aguçada percepção política de onde ela se encontra e consegue também fazer da escrita um ponto de malabarismo para a vida ficar menos sofrível. Logo, a autora faz críticas contundentes à situação do país, das autoridades do Estado, da violência de gênero, da consciência da cor da pele etc., a confirmar sua inserção no mundo ambivalente: “– Se você fosse meu filho, você era preto. E sendo filho de Rosalina você é branco” (Jesus, 2014, p. 104). O paradoxo do negro no mundo dos brancos e a aceitação complexa de uns e outros: “Sua maneira ativa incomodou porteiros e camareiras” (Santos, 2009, p. 98); e, além disso: “Quanto mais subimos nas classes sociais, tanto mais aumenta a consciência de

¹⁹ Essa forma híbrida de sermos quem somos, constituindo nossas percepções da realidade desse outro em nós mesmos na luta por um mundo menos entrincheirado: “[...] que é espaço intervalar entre as regras do embate” (Bhabha, 1998, p. 268).



cor e tanto maior o esforço despendido para compensar o sentimento de inferioridade” (Bicudo, 2010, p. 160). E Carolina de Jesus passou pelos dois mundos, sabendo, sim, que o “pontapé na miséria” não a deixava ileso do preconceito alheio.

Nesse sentido, quando o livro faz referências às caminhadas duras, em busca literalmente dos restos deixados pela multidão de uma cidade grande, nos desperta para esta frase de Certeau: “[...] é sempre bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas” (2014, p. 248). Seria desnecessário este lembrete para as ciências humanas se soubéssemos ouvir os itinerários dos outros. Mas, às vezes, queremos cruzar o ponto da realidade e estreitar conversações de uma só voz que pouco condizem com as interações observadas. Interessante percebermos, por exemplo, que a favela do Canindé não existe mais e foi uma moradora, semianalfabeta para os oficiais da escola pelos títulos, a registrar um local de repulsa lhe dando uma cor: “Porque negra é a nossa vida” (Jesus, 2014, p. 43). Ali a pele confirmava o espaço destinado aos negros após a “libertação” e como ela mesma escreve: “A cidade é um morcego que chupa o nosso sangue” (Jesus, 2014, p. 182). E ao ter a vontade de comer saciada, Carolina de Jesus afirmava: “Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço” (Jesus, 2014, p. 44). Será que com esta interpretação podemos reconhecer um sentido para a frase filosófica de que “caminhar é ter falta de lugar”?

Como vimos, então, ela era uma andante da necessidade e trançava seus dias vivenciando o espaço urbano para catalogar as diferentes espacializações a partir da ideia de um lar: “[...] na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (Jesus, 2014, p. 37). E realmente viu e descreveu as rotas obscuras e confortáveis de São Paulo, dando a compreender, talvez, que a condição de catadora de lixo não era um infortúnio tão angustiante quanto o retorno àquele ambiente. Era nítida a divisão da cidade e da



favela, enquanto andava, ela enxergava horizontes mais ajustados e ao pousar tinha um choque com a condição da falta de quase tudo. Extremos que se complementavam em seu diário e mais uma vez parece concretizar por palavras a ideia mística do historiador-filósofo: “É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio” (Certeau, 2014, p. 170). Um “próprio” fabricado com o texto do diário e apostando em uma previsão inimaginável como verdade: sair da favela pelas mãos de sua “estética da práxis”.

E na relação entre esta literatura atravessada pela escrita de uma biografia do cotidiano e a ciência social, temos em Pais o alicerce para uma “sociologia passeante que se vagueia descomprometidamente pelos aspectos anódinos da vida social, percorrendo-os sem, contudo, neles se esgotar, aberta ao que se passa, mesmo ao que se passa quando “nada se passa” (Pais, 2007, p. 31). Portanto, se quisermos ver vida social em efervescência, temos um livro a nos dizer que o cotidiano provoca esta imagem de colocar o que aparentemente não interessa em primeiro plano. Porque é o dia a dia da autora que dá corporeidade a um diálogo com as diferenças dos espaços urbanos de São Paulo. Aliás, um texto convite para os interessados a reconhecer as diversas zonas de pobreza do Brasil. Em uma sensibilidade que também projeta um encontro com o sociólogo e seu entendimento de uma existência social do cotidiano: “Ora, justamente na vida quotidiana, o germe do relativo e do instável torna-se evidente, insinua-se entre as ruínas, cobardes, das estruturas sociais” (Pais, 2007, p. 111). Foi isso que os dias narrados de “O Quarto de Despejo” despejou – melhor verbalizar o adjetivo – para os leitores da elite paulista, indo o lixo ser derramado nas salas de estar. De toda forma, o livro possibilitou a mudança de vida da autora e a colocou em um patamar de uma senhora bastante distinta. Porém, mais do que isto, se a poetisa não concretizou o sonho de fazer um vestido com um “pedaço do céu”, executou com as letras a difícil operação de fazê-las falar no alto tom de quem coloca uma obra decifradora dos esteios ancestrais do cotidiano. Porque a indiferença



a estas frases é um erro sem justificativa em cada ato de ignorarmos quem somos: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!”; e: “O que se nota é que ninguém gosta da favela, mas precisa dela” (Jesus, 2014, p. 32 e p. 49).

Então, que estas pequenas considerações nos permitam, no mínimo, problematizar o cotidiano das cidades urbanas e não banalizar as vozes colocadas em silêncio. Porque trazê-las para dialogar conosco nos leva a perguntar sobre a pouquíssima mudança do século XX para o século XXI. Conhecendo os erros para fazer o protesto de que a cidade deveria ter projetos para diminuir o distanciamento entre a oferta de recursos em uns locais e falta deles em outros. A favela é o onde estão os trabalhadores e deles o Brasil necessita; sendo a denominada “cidade” da mão de obra para todas as obras. Aspas em cidade porque esta palavra fica meio desconcertada em todos os espaços urbanos, sejam eles os referenciais de luxo aos de pobreza – como vistas em muitas fotografias dos barracões da extinta favela do Canindé à imagem de Tuca Vieira. E parece desarticular nestas contradições extremas um anseio da cidadania na cidade. Cidade-Favela X Cidade-Jardim não condiz com um sentido de cidade única para os seus cidadãos. E, nesse caso, nada impede de pensarmos uma cidade menos díspares e que tenha lugares sem a denominação de “aglomerados subnormais”.

Fazer este texto também foi uma tentativa de chegarmos perto da compreensão do que podemos denominar cotidiano a partir dos três livros. Certeau (2014) e Pais (2007) foram os escolhidos para dialogar com Carolina de Jesus (2014) porque possuem uma inserção nos pequenos traços da vida. Acredito que eles e ela têm muito a mostrar, e este artigo só conseguiu dialogar um pouco com estas reflexões. Seria uma espécie de tradução das andanças da autora comparando-as com as análises dos dois cientistas sociais. Somente com estas pontes foi possível compreender as marcas dos espaços urbanos esquecidos, referidos pela favela do Canindé, com os atravessamentos conceituais da “astúcia” e da lida feita de “ratices”: “Parece que a minha vida estava suja e agora estão



lavando” (Jesus, 2014, p. 173). Uma “louca da casa” que ultrapassa com embate a oralidade para uma literatura da práxis dos espaços urbanos de São Paulo.

Referências

Bandeira, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

Bhabha, Homi. **O Local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

Bicudo, Virgínia Leone. **Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo**. Editora Sociologia e Política, 2010.

Bourdieu, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Capetti, Pedro. São Paulo é a cidade mais desigual no acesso ao emprego, diz estudo do Ipea. **O Globo**. 16 de jan de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/sao-paulo-a-cidade-mais-desigual-no-acesso-ao-emprego-diz-estudo-do-ipea-24192561>. Acesso em: 20 de março de 2021.

Castro, Josué. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Certeau, Michel. **A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer**. 22ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

Cunha, Euclides. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Dantas, Audálio. “A atualidade do mundo de Carolina”. Prefácio In: Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Quase dois terços das favelas estão a menos de dois quilômetros de hospitais. Série Especial. 19 de maio de 2020. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/27728.html>. Acesso em 20 de mar de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Mostra as características dos aglomerados subnormais e suas diferenças das demais áreas das cidades. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?id=3&idnoticia=2508&view=noticia>. Acesso em: 20 de mar de 2021.

Gil, Gilberto. Drão. In: Gil, Gilberto. **Um banda um**. Rio de Janeiro: Warner Music, 1982. Faixa 7. 1 Disco de vinil.



Jacques, Paola Berenstein. **Elogio aos Errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

Gandra, Alana. “Exposição traça paralelo entre Morro da Providência e a Guerra de Canudos”. **Agência Brasil**. 03 de jun de 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-06/exposicao-traca-paralelo-entre-morro-da-providencia-e-guerra-de-canudos>. Acesso em: 20 de mar de 2021.

Heidegger, Martin. **A Origem da Obra de Arte**. Tradução de Maria da Conceição Costa. Edições 70. Lisboa-Portugal, 2019.

Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada**. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

Leite, Rogerio Proença. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010, pp. 737-756. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000300007>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

Junho: O mês que abalou o Brasil. Direção: João Wainer. São Paulo: TV Folha, 2014. Documentário (72 min).

Maffesoli, Michel. **La connaissance ordinaire: précis de sociologie compréhensive**. Paris: Librairie des Méridiens, 1985.

Mões, Malu & GALZO, Wesley. Desigualdade infantil: Parelheiros tem o dobro de crianças que a Consolação. **Último Segundo - IG**. 12 de fev. de 2020. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-02-12/desigualdade-infantil-parelheiros-tem-o-dobro-de-criancas-que-a-consolacao.html>. Acesso em 20 de março de 2021.

Nascimento, Beatriz. “Por uma história do homem negro”. Revista de Cultura Vozes. Petrópolis/RJ, v. 68, n.1, 1974, p. 41-45. In: Ratts, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007, p. 93-106.

Pais, Machado. **Sociologia da Vida Cotidiana**. 3ª ed. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

Neubauer, Vanessa Steigleder. **A Noção de Experiência Vivencial Significativa aa Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer**. Tese de Doutorado em Filosofia, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2015, 153 f.

Santos, Joel Rufino dos. **Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Sobrinho, Wanderley Preite. Menos emprego, mais favela: áreas com mais negros têm piores índices em SP. **UOL-Notícias**. 05 de nov de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/05/brancos-e-negros-o-que-muda-ao-viver-em-distritos-com-maioria-negra-em-sp.htm>. Acesso em: 21 de mar de 2021.



Vieira, Tuca. **Quem a polícia defende? De que lado está?**, questiona autor de foto símbolo da desigualdade no Brasil. Entrevista concedida a Leandro Machado. **BBC News-Brasil**. 04 de dez. de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50666148>. Acesso em 20 de março de 2021.

United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat). **World Cities Report 2020. The Value Of Sustainableurbanization**. Nairobi-Kenya: UN-Habitat, 2020. Disponível em: <https://unhabitat.org/World%20Cities%20Report%202020>. Acesso em 20 de mar de 2021.



CIDADES LITERALIZADAS: O USO ESTRATÉGICO DA LITERATURA DE JORGE AMADO COMO INCENTIVO AO CONSUMO CULTURAL EM SALVADOR¹

 Mário César de Souza²

EMBORA MUITOS ESTUDOS continuem desafiando a sociologia a tentar entender os modos de se fazer, utilizar e consumir uma cidade, acreditamos que ainda existam *éthos* que nos proporcione outras categorias de análises sobre os indivíduos e suas interações sociais com os lugares que ocupam e que foram pouco explorados, como é o caso das cidades literalizadas, onde as obras literárias são apresentadas como verdadeiras expressões urbanas e as paisagens literalizadas são apropriadas por agentes públicos e privados com propósito de inserir as localidades nos contextos mundiais de concorrências intercidades. Dito de outra maneira, são as cidades reais que são transformadas para se adaptarem aos cenários propostos pela literatura e, seguindo de uma lógica de mercado, se fazem presentes no catálogo da indústria de consumo cultural.

Como afirma Canclini (1995, p. 118), “Os cruzamentos multiculturais e a industrialização do simbólico tem feito com que a teoria literá-

¹ Trabalho apresentado no GT 06 - Cidades e Culturas Urbanas do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS, e-mail: mtrolleis@gmail.com

ria expanda seus objetos de análise para abarcar processos de significação em que se textualiza e se narra o social de maneiras diversas[...]”. Além disso,

Indagar sobre as representações da cidade na cena escrita construída pela literatura é, basicamente, investigar textos que leem a cidade, considerando não só os aspectos físico-geográficos (a paisagem urbana), os dados culturais mais específicos, os costumes, os tipos humanos, mas também a cartografia simbólica, na qual se cruzam o imaginário, a história, a memória da cidade e a cidade da memória. É, enfim, considerar a cidade como um discurso, verdadeiramente uma linguagem, uma vez que fala a seus habitantes, revela a eles suas partes e seu todo (Menezes, 2008, p. 117).

Uma vez que literatura, enquanto arte, “[...] depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em diversos graus de sublimação e produz nos indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo [...]” (Candido, 2006, p. 30), nossa proposta é fazer uma abordagem que aponte novos léxicos para uma gramática do enobrecimento (Fortuna; Leite, 2009), mas sem o intuito de esgotá-la, e que faça a relação entre “lugares” (Canclini, 1995; Certeau, 2014) com o propósito de entender o quanto a literatura pode ser instrumentalizada quando dela brotam curiosidades sobre os cenários onde obras foram ambientadas, afinal, os estudos da sociologia urbana já assinalaram que existe um afluente de proposituras que corroboram com a instrumentalização das cidades, esse, por sua vez, vai desaguar no mar profundo da mercadologia. Mercado, como entendemos, não é “[...] simples lugar de troca de mercadorias, mas [...] parte das interações mais complexas” (Canclini, 1995, p. 66).

Embora este trabalho esteja focado no composto econômico envolvido no consumo cultural, e em defesa de um bom procedimento analítico, acreditamos ser conveniente enfatizar, para evitar que o processo por ser orquestrado e dirigidos por atores públicos e/ou privados visando o lucro patine no maniqueísmo estéril de bem ou mal, bom ou



ruim, que um dos efeitos positivos da literalização das cidades é que esse processo impede a criação de “não lugares”, pois reservam para si a singularidade de seus espaços tornando-os únicos e irreplicáveis, fazendo-os um atrativo permanente no itinerário turístico mundial fomentado pelo consumo cultural. Pois, sem dúvida, se tal imaginário urbano é formado pelas lembranças que a cidade evoca por meio de seus cenários consagrados pela literatura (Canclini, 1995), transformá-los em um “shopping center” cultural seria contraproducente.

Afirmamos então que as “paisagens literalizadas” apresentam novas configurações que criam estereótipos de cidades, lugares e espaços públicos contribuindo, de tal modo, para a ideia de uma identidade espacial (Zukin, 2000a) no interior das cidades literalizadas, como podemos perceber na cidade de São Salvador, onde o leitor/turista pode fazer uma imersão ao mundo de Jorge Amado através de uma visita em sua casa no Rio Vermelho, à Fundação Jorge Amado, situada no Pelourinho, centro histórico de Salvador⁴, onde, também, estão situados o Largo Tereza Batista e Largo Quincas Berro D’Água, logradouros turísticos batizados com nomes de personagens criados pelo escritor, ou, simplesmente, percorrer as ruas e ladeiras das cidades alta e baixa⁵ como um verdadeiro “detetive” do livro ‘O Sumiço da Santa’, romance de Jorge Amado totalmente ambientado na cidade de Salvador. Tal experiência não poderia ser vivida em nenhum outro lugar do mundo.

³ Não lugares são “espaços não identitários, não relacionais e não históricos” (Sá, 2014, p. 209).

⁴ Segundo Leite (2007, p. 72), Pelourinho é “[...] um dos mais expressivos conjuntos arquitetônicos do período colonial brasileiro, foi uma experiência precursora das práticas e gentrification no Brasil [...]”.

⁵ “A ocupação da colina histórica soteropolitana foi, desde sua origem marcada pela dualidade cidade baixa/cidade alta, comum à urbanística portuguesa, mas por outro lado, diferenciada em relação a muitas outras vilas fundadas no Brasil no século XVI, dado o seu caráter estratégico de “cabeça do Brasil”, capital política de imenso território a ser ocupado e defendido. Por esse motivo, seu projeto de implantação assume um caráter planejado, afinal Salvador representaria a terceira (após Lisboa e Goa), depois segunda, maior capital do império marítimo português, e merecia uma abordagem planejada, no espírito da disciplina renascentista” (Simões Junior; Campos, 2013, p. 48, grifo dos autores).



Essa perspectiva nos leva a pensar que as “paisagens literalizadas”, quando lidas, transcendem à obra, criam um sentido de lugar, “um próprio” (Canclini, 1995; Certeau, 2014), em cada leitor e o instiga a visitá-las para tentar senti-las em seu contexto real, uma vez que, a literatura é o berço dos sonhos onde repousam as fantasias. Nesse sentido, ultrapassar as fronteiras oníricas, como Morpheus, pode ser uma experiência sensorial indescritível.

Canclini (1995), quando cita o exemplo da diferença entre internacionalização e globalização, sustenta que a globalização “desfronteirizou” as linhas de produção e extinguiu as alfandegas, fazendo com que o mundo todo fizesse parte da mesma linha de montagem, não somente econômica como também cultural, nesses termos, à sua maneira, Canclini (1995) quando alude a um “próprio” está também se referindo a “lugar”, porém, no sentido de autóctone.

Por nosso prisma, acreditamos que o lugar cria a literatura, assim como a literatura, também, pode criar o lugar. Entendemos “lugar” como forma substancialmente significativa para o sujeito - dígrafo que o distingue de “espaço”. Ou seja, um lugar sem significado para o indivíduo é simplesmente um espaço.

Por isso, adjudicamos que a “cidade literalizada” ultrapassa a ideia de *locus* criativo, onde se “imagina” e se “narra”, como argumenta Canclini (1995). Pelo nosso ponto de vista, ainda que se materializem em papéis ou, na atualidade, em e-books e/ou em áudio-books, a “cidade literalizada” é um “lugar”, dentro dos conceitos que defendemos acima, pelo alto grau de significados que a mesma passa a ter para o leitor.

Já o “[...] consumo cultural, portanto, deve ser entendido como uma prática que ultrapassa a racionalidade instrumental do ato de comprar produtos, na direção que afirma usos e processos de apropriação de signos [...]” (Leite, 2007, p. 66) e é sobre essa premissa que elaboramos este estudo, para pensar como está se desenrolando o processo de apropriação artística-literária pela indústria do consumo cultural na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia.



Desenvolvimento

O ato de consumir envolve todo um processo de elaboração e reelaboração de sentidos, pois consumir é racionalizar, é compreender que a aquisição de bens e signos pressupõe intervenções que ultrapassam as escalas do entendimento raso do significado do conceito consumo, “[...] devemos nos perguntar se ao consumir não estamos fazendo algo que sustenta, nutre e, até certo ponto, constitui uma nova maneira de ser cidadão” (Canclini, 1995, p. 30-31).

Segundo Canclini (1995), muitas das questões dos seres humanos que envolvem pertencimento e os seus respectivos direitos, tanto de informação quanto de representação, são respondidas muito mais mediante ao tipo de consumo praticado que pelas vias democráticas coletivas de praxe.

Sejam quais forem as variáveis latentes nesse respectivo universo é a operacionalização dos signos que aponta o caminho para tal consumo. Talvez, sejam eles – os signos – a aura do consumo, o seu véu lúdico. Ou então, como prefere chamar Baudrillard (1995): objetos-signos⁶.

Pelo que entendemos, é a urgência de certos signos que induz o sujeito a procurar realizar os seus desejos. Os signos são os tijolos que formam a Via Ápia do consumo. Porém, é fundamental “compreender que o consumo possui, também em sua base, um significado ambíguo, difuso, definido por múltiplos motivos, conscientes e inconscientes” (Toaldo, 1997, p. 94).

Por ser um processo sociocultural que envolve aquisição e utilização de mercadorias, o consumo, conseqüentemente, também “[...] é compreendido sobretudo pela sua racionalidade econômica [...] é o lu-

⁶ “O objeto-signo, segundo Baudrillard, é um instrumento para manter e concretizar relações de consumo e de diferenciação social advenientes. Não é o simbolismo deste objeto-signo nem sua utilidade que lhe dão sentido. O estímulo para sua aquisição se dá a partir de um conjunto de conotações e propriedades que lhe diferenciam de outros objetos, conferindo os mesmos atributos a seu usuário” (Toaldo, 1997, p. 90).



gar em que se completa o processo iniciado com a geração de produtos, onde se realiza a expansão do capital e se reproduz a força do trabalho” (Canclini, 1995, p. 53).

Em se tratando do binômio consumo + cultura, é preciso sublinhar que existem várias abordagens a esse respeito, como, bem, diz Canclini (1995, p. 59) “Consumir é tornar mais inteligível um mundo onde o sólido se evapora”. Nesses termos, sem o intuito de esgotar a questão, mas somente a título de ilustração, vamos apontar algumas delas: Bourdieu foca no desnível entre as classes alta, média e baixa e, por conseguinte, aponta a influência das mesmas no gosto pela cultura; Baudrillard faz o seu *approach* pelo viés semiótico tentando decifrar o valor que os objetos adquirem para cada camada social; Bauman, por seu turno, trata o consumo cultural não, somente, como simples meio de distinção, mas, sim, como instrumento fundamental para o funcionamento das engrenagens do capitalismo (Gambaro, 2012).

Outro fator que julgamos axial é que a transubstanciação do dinheiro em cultura proporciona, além do prazer individual, a distinção do sujeito. Visto que “[...] nunca se consume o objeto em si (no seu valor de uso) – os objetos (no seu sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo [...]” (Baudrillard, 1995, p. 60) que “luta por reconhecimento” (Habermas, 1989, 2002; Taylor, 1997; Honneth, 2003; Fraser, 2006).

Nesse seguimento, o consumo torna-se a reificação da felicidade dado que todas as revoluções sociais não conseguiram assentir aos homens a isonomia neste sentido. O consumo cultural é, portanto, um tipo de consumo que só pode ser explicado e entendido pelo próprio consumidor, conseqüentemente, por estar vinculado ao bem-estar inte-

⁷ “A luta por reconhecimento é uma temática muito cara às ciências sociais e surge hodierno como uma aplicação da teoria crítica que possibilita novas interpretações para os conflitos da sociedade [...]. Os advogados dessa ideia defendem que a maneira pela qual o indivíduo se insere na sociedade é através da luta para ser reconhecido por seus parceiros de atuação” (SOUZA, 2016, p. 13).



lectual muito mais que orgânico – no sentido físico –, a sua prospecção, pelo mercado, segue métodos diferenciados.

Asseveramos que, em se tratando de consumo cultural e cidades literalizadas, existe um *gap* econômico separando as camadas sociais. Não que os menos favorecidos financeiramente deixam de entender a importância da literatura, como bem apontou Bourdieu (2007), o fator diferenciador em questão é que as classes com menor poder aquisitivo, pelo prisma que observamos, podem, até, ter acesso às obras literárias, mas dificilmente elas serão fatores determinantes na escolha do itinerário turístico, visto que visitar as cidades literalizadas com propósito de enriquecimento cultural, pode não fazer parte do combo de necessidades desses respectivos extratos sociais.

À sua maneira, Canclini (1995) concebe o consumo como estratégia política utilizando como marco conceitual a cidadania cultural e defende que ser cidadão não é somente ter uma identidade territorial reconhecida e uma língua identificada. Podemos, então, dizer que são os exercícios sociais e culturais que podem transformar em diferentes, sujeitos que têm as mesmas nacionalidades, através de seus meios particulares de satisfazer as suas necessidades. Por isso, acreditamos que, talvez, não falte boa vontade cultural às classes menos abastadas, o que falta, na realidade, é subsídio financeiro para poder obter a senha de acesso a esse universo.

A obra de Jorge Amado como insumo da indústria cultural de Salvador

“Os discursos literários e artísticos e de comunicação de massa, além de serem documentos do imaginário compensatório, servem para registrar os dramas da cidade, do que nela se perde e se transforma” (Canclini, 1995, p. 96). Se paisagens urbanas são o resultado da evolução social presente numa conta, onde momentos distintos da humanidade são adicionados a elementos naturais e produzem como resultado luga-



res propícios ao entretenimento, como sugere Portuguese (2001), pensar as cidades literalizadas como instrumento utilizado pela indústria do consumo carrega certa plausibilidade.

Como a literatura está intimamente vinculada ao consumo e “consumo é um processo em que os desejos se transformam em demandas e em atos socialmente regulados” (Canclini, 1995, p. 59), cabe a pergunta: como a cidade de Salvador, enquanto cenário, se apropria das obras de Jorge Amado para fomentar o turismo? Quais são suas estratégias?

Para Canclini (2002, p. 50, grifo do autor) as cidades

[...] são imaginadas pelos meios de comunicação como lugares onde as transformações acabam sendo absorvidas pela normalidade, e tudo que ultrapassa ou rompe a ordem urbana é reconstituído, em última instância, pelas sínteses informativas midiáticas. Os cidadãos são imaginados como clientes, como legitimadores da “veracidade” construída pelos meios de comunicação, como interlocutores necessários para justificar esta “veracidade” ante os poderes (econômicos, políticos), que também são clientes enquanto anunciantes e sócios na reprodução da ordem.

Os idealizadores das cidades literárias perceberam que por meio da literatura a viagem turística se processa numa ordem inversa, onde não são as pessoas que vão ao encontro dos lugares, mas, sim, os lugares que, *a priori*, vão ao encontro das pessoas (Portuguez, 2001). Então, em função do mercado e do consumo, literalizaram as cidades transformando-as em “lugares praticados” (Certeau, 2014) para produzir capital.

Cabe, aqui, um pequeno parêntese para sublinhar como interpretamos os conceitos “mercado” e “consumo”. Há muito, a palavra “mercado” deixou de contemplar apenas lugares onde mercadorias são vendidas e/ou trocadas. Na atualidade ela assume um caráter sociocultural, onde interações complexas se realizam (Canclini, 2010) e, também, são sedes da mais alta divisão econômica do trabalho (Simmel, 1967).



Da mesma forma, o consumo, também, passou por grandes transformações. Na pós-modernidade⁸ é no consumo que o sujeito se ressignifica. Nessa toada, passa a ser, o consumo, elemento de diferenciação social (Featherstone, 1995) por ser

[...] um campo social estruturado em que os bens e as próprias necessidades, como também os diversos indícios de cultura, transitam de um grupo modelo e de uma elite diretora para outras categorias sociais, em conformidade com seu ritmo de ‘promoção’ relativa (Baudrillard, 1995, p. 61, grifo do autor).

À vista disso, confiamos que, em se tratando de literatura, como “alta cultura”, é justificável a imersão literal, pelo leitor, na obra através de visitas às cidades literalizadas. Grifamos que, quando nos referimos à alta-cultura entendemos: “visitas a museus, frequência a concertos, hábitos de leitura, turismo (...)”, como assevera Featherstone (1995, p. 125).

Os visitantes das cidades literalizadas, atiçados pelas paisagens, também literalizadas, consomem “sensações” que podem ser reificadas em fotos, filmes, *souvenirs* etc. O consumo nas cidades literalizadas, a nosso ver, deve ser compreendido, então, por meio de processos de interação próprios.

As relações entre literatura, turismo literário e consumo cultural na cidade de Salvador/BA

A cidade baiana de Salvador, *locus* desta pesquisa, a nosso ver, não seria tão mundialmente conhecida se não houvesse a obra de Jorge Amado e a aura que ela propagou sobre a cidade. Os livros de Jorge Amado foram publicados em 52 países e traduzidas para 48 idiomas e

⁸ O conceito de pós-moderno que contempla nossa posição nessa pesquisa vem na direção de Featherstone (1995), quando esse aponta para o fato de o termo pós-modernismo chamar atenção para alterações significantes dos exercícios culturais artísticos e populares, nos regimes de significação e nas maneiras de guiar a vida na esfera do dia a dia.



dialetos⁹. Segundo matéria publicada no caderno “Ilustrada” do periódico Folha de São Paulo, dedicado à cultura¹⁰, o escritor Jorge Amado até o ano de 2001 tinha vendido mais de 20,7 milhões de livros (Quadro 1).

Quadro 1. Ranking dos dez livros mais vendidos de Jorge Amado

Ranking dos dez livros mais vendidos do escritor, segundo o jornal Folha de São Paulo:				
Posição	Nome do livro	Lançamento	No. Páginas	Livros Vendidos
1º	“Capitães da Areia”	1937	231	4,3 milhões
2º	“A Morte e a Morte de Quincas Berro D’Água”	1961	103	3,2 milhões
3º	“Gabriela Cravo e Canela”	1958	358	2 milhões
4º	“Tocaia Grande: A Face Obscura”	1984	421	1,7 milhão
5º	“Mar Morto”	1936	223	1,5 milhão
6º	“Tieta do Agreste”	1977	590	800 mil
6º	“Dona Flor e Seus Dois Maridos”	1966	-	800 mil
7º	“Farda Fardão Camisola de Dormir: Fábula para Acender uma Esperança”	1979	239	700 mil
8º	“O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá: Uma História de Amor”	1976	51	600 mil
9º	“O Capitão de Longo Curso”	1961	243	400 mil
10º	“Terras do Sem Fim”	1943	273	350 mil

Fonte: Elaborado pelo autor com base no caderno Ilustrada, Folha de São Paulo, 2001

O site Design do Escritor¹¹ fez uma atualização e em sua publicação de 14 de agosto de 2019 publicou que o montante de livros havia subido para mais de 25,7 milhões de livros. No entanto, “Capitães da Areia” (1937), com 5,3 milhões de cópias e a “A Morte e a Morte de Quincas Berro D’Água” (1961), com 4,2 milhões, continuam liderando a lista dos mais vendidos. Ambos trazem como cenário a cidade de Salvador.

Para oferecer mais solidez ao itinerário ideal que percorremos até aqui, vamos apresentar alguns exemplos de como a obra pode estar sendo aparelhada pelo mercado.

⁹ Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/jorge-amado.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

¹⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u16304.shtml#:~:text=Em%20mais%2060%20anos%20de,que%20vendeu%203%2C2%20milh%C3%B5es>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

¹¹ Disponível em: <<https://www.designdoescritor.com/post/jorgeamado>>. Acesso em: 12 ago. 2020.



Como já apontamos, a cidade de Salvador possui sítios turísticos batizados em homenagem aos personagens de Jorge Amado. O Largo Tereza Batista, localizado no Centro Histórico teve seu nome escolhido em homenagem a uma das famosas obras de Jorge Amado: Teresa Batista Cansada de Guerra, a praça é palco de espetáculos e shows culturais e artísticos no Pelourinho; Largo Quincas Berro D'Água, inspirado no nome do protagonista de “A Morte e a Morte de Quincas Berro D'Água”, dá espaço a apresentações de shows e espetáculos de diferentes gêneros; o Largo Pedro Archanjo, homenagem ao personagem do livro Tenda dos Milagres, recebe shows de música ao vivo, com foco nas bandas da Bahia, em ambiente rústico, descontraído e movimentado. Todos esses logradouros estão estrategicamente localizados no centro histórico de Salvador, o local da cidade mais visitado por turistas nacionais e estrangeiros.

Segundo o site Brasilturis Jornal¹², em 2018, Salvador recebeu 9,3 milhões de turistas, marca que superou os 9 milhões de 2014, ano em que a cidade foi anfitriã da Copa do Mundo. Esses números são o resultado de investimento em obras de infraestrutura de alguns sítios turísticos de Salvador, dentre eles a Casa do Rio Vermelho, onde viveu Jorge Amado.

Aberta ao público em 14 de novembro de 2014, a Casa do Rio Vermelho¹³, localizada no número 33 da Rua Alagoinhas na cidade de Salvador, onde o escritor viveu por aproximadamente 40 anos com sua esposa, e escritora, Zélia Gattai, foi restaurada e está aberta para visitação. Comprada em 1960 com o dinheiro da venda dos direitos do livro “Gabriela, Cravo e Canela”, de Jorge Amado, para a MGM¹⁴, a casa foi ponto de encontro de inúmeras personalidades, tanto nacionais quan-

¹² Disponível em: <<https://brasilturis.com.br/salvador-tem-alta-no-numero-de-turistas-e-segue-investindo-em-promocao/#:~:text=Em%202018%2C%20Salvador%20registrou%20fluxo,secret%C3%A1rio%20de%20turismo%20da%20cidade>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

¹³ Site Casa do Rio Vermelho. Disponível em: <<http://casadoriovermelho.com.br/a-casa/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁴ Metro-Goldwyn-Mayer Inc., ou MGM, é uma empresa norte-americana de comunicação de massa, envolvida principalmente com produção e distribuição de filmes e programas televisivos.



to internacionais. Artistas como os cineastas Roman Polanski e Glauber Rocha; compositores e cantores do naipe de Tom Jobim e Dorival Caymmi; o poeta Pablo Neruda, Sartre e Simone de Beauvoir fizeram figurações de luxo na Casa do Rio Vermelho. A casa foi reformada pela Prefeitura Municipal de Salvador com a colaboração da Fundação Casa de Jorge Amado e da família do escritor. A ambientação cenográfica e a curadoria do museu ficaram a cargo de Gringo Cardia. Nos jardins da casa estão enterradas as cinzas do casal Jorge Amado e Zélia Gattai. O local está aberto ao público de terça a domingo e a entrada custa R\$ 20 (inteira) e R\$ 10 (meia) para estudantes e idosos a partir de 60 anos. A compra é feita no local. Crianças com idade até 6 anos não pagam. Às quartas-feiras a entrada é gratuita.

Em uma pesquisa no site [tripadvisor.com.br](https://www.tripadvisor.com.br)¹⁵ encontramos algumas avaliações (Quadro 2) e comentários de turistas que visitaram a Casa do Rio Vermelho.

Quadro 2. Avaliações de turistas sobre a Casa do Rio Vermelho

Pontuação dos viajantes segundo o site Tripadvisor sobre 1.203 avaliações				
Excelente	Muito Bom	Razoável	Ruim	Horível
988	184	27	2	2

Fonte: Elaborado pelo autor com base no site Tripadvisor, 2020

Comentários de turistas a respeito da Casa do Rio Vermelho:

Turista 1:

“Visita simplesmente maravilhosa, toda a história de Jorge, espaço agradável, tudo bem organizado e cuidado com muito carinho, amei o lugar, super indico e recomendo a visita”.

¹⁵ Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-d7262898-or5.html>. Acesso em: 10 out. 2020.



Turista 2:

“Casa cheia de história, construída na arte, na paz e no amor... dá para se sentir presente no cotidiano do casal”. Data da experiência: outubro de 2020.

Turista 3:

“Ficamos ainda mais surpresos e agradados quando no último dia da nossa visita a Salvador fomos visitar a residência do casal Amado. Tivemos a sorte de entrar na casa num dia de ingresso gratuito e ainda por cima a 5 minutos de uma visita guiada! Se o que presenciamos é maravilhoso, mas o foi com a abalizada narrativa da guia que nos acompanhou”.

Turista 4:

“A melhor experiência é com o tour guiado, para conhecer as histórias de cada cômodo, que se mistura à dos ilustres amigos de Jorge Amado e Zélia Gattai. Depois voltei para ver com calma alguns detalhes, como as cartas. A visita vale muito a pena”. Data da experiência: março de 2020.

Turista 5:

“Lindo pra quem conhece a história e para quem vai a primeira vez saber mais sobre Jorge Amado. Essa é a casa onde ele viveu e recebia seus amigos, repleta de histórias lindas e detalhes da vida pessoal. É muito emocionante cada cantinho, a conservação dos móveis, objetos e um acervo pessoal extremamente cuidado. Vale e pena ir com calma, apreciar a casa, o jardim, os vídeos e façam a visita guiada que é excelente!!! Continue sua visita na Fundação Jorge Amado, uma complementa a outra”. Data da experiência: março de 2020.

Turista 6:

“Espaço agradável e cheio de história, especialmente para os amantes da literatura de Jorge e Zélia. Vale passar uma tarde sem pressa passeando pelo jardim e conhecendo a história desse casal símbolo da Bahia”. Data da experiência: fevereiro de 2020.



Turista 7:

“O tour guiado foi muito bom e a guia soube nos conduzir muito bem pela casa e pela história do casal. Cada parte da casa conta um pedaço da vida deles e é muito interessante ver de perto um pouco da história do nosso país também. Não imaginava que seria uma visita tão rica!”. Data da experiência: agosto de 2019.

Ainda no mesmo site encontramos os idiomas dos turistas que visitaram a Casa do Rio Vermelho¹⁶, isso nos dá uma certa noção da abrangência e relevância de Jorge Amado, já que, como poderemos ver abaixo (Quadro 3), encontramos cinco idiomas além do português.

Quadro 3. Idiomas dos turistas que visitaram a Casa do Rio Vermelho

Idiomas						
Português	Espanhol	Inglês	Alemão	Francês	Italiano	Russo
1.101	59	32	4	4	2	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base no site Tripadvisor, 2020

O turismo em Salvador é uma verdadeira indústria sem chaminé, tanto que, segundo o site Brasilturis¹⁷, foi o primeiro destino brasileiro a contratar uma agência especializada em marketing digital, fazendo com que, à época, a cidade ultrapassasse o Rio de Janeiro em assinaturas no canal do YouTube.

Em Salvador, também, nasceram os livros que foram transformados em novelas para televisão e em filmes como *Dona Flor e Seus Dois Maridos* (1966), *Tenda dos Milagres* (1969), *Tieta do Agreste* (1977) e *Tocaia Grande* (1984). Foi nesta cidade que Jorge Amado se apartou da ideia fixa de fazer críticas sociais agressivas em suas obras e abra-

¹⁶ Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-d7262898-or5.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁷ Disponível em: <<https://brasilturis.com.br/salvador-tem-alta-no-numero-de-turistas-e-segue-investindo-em-promocao/#:~:text=Em%202018%2C%20Salvador%20registrou%20fluxo,secret%C3%A1rio%20de%20turismo%20da%20cidade>>. Acesso em: 10 out. 2020.



çou um estilo mais leve criando personagens que caíram nas graças das classes médias da Bahia, como afirma a coluna Biografias do site UOL¹⁸.

Midas das cidades alta e baixa, escrevendo, escolpiu Salvador e a expos na galeria do mundo. Se hoje imagina-se que o sol de Salvador tem a cor de dendê e a cidade exala acarajé é porque foram confitados no tacho de um bruxo inquieto e atento à alma soteropolitana. A poção criativa desse escritor transformou uma cidade repleta de ladeiras em um platô de sensualidade, magia e beleza. O misticismo, a preguiça, a alegria contagiante, o molejo, a fala mansa e o requebrado, estereótipos da baianidade, foram literalizados e, conseqüentemente, potencializados pela obra de Jorge Amado.

Devido a essa projeção, o leitor amadiano tem especial interesse em conhecer a cidade e identificar locais históricos habitados pelas personagens ficcionais. Dentre outras razões, esse interesse tornou imprescindível a preservação do patrimônio cultural. O poder público, em função disso, formatou atrativos turísticos potencializando a imagem e a recepção do escritor grapiúna no cenário mundial (Menezes, 2008, p. 01).

Os agentes públicos e privados entenderam isso. Absorveram esta alquimia e fizeram Salvador dar uma “meia-lua-inteira” em tudo o que lhe poderia ser adverso e a transformaram em um dos lugares mais visitados do Brasil, mesmo estando localizada no nordeste brasileiro e sendo a cidade habitada pelo maior contingente de negros e negras do Brasil, o que, diga-se de passagem, em um mundo onde a supremacia racial branca tenta, a todo custo, se impor às demais, não deixa de ser um fato notável.

¹⁸ Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/jorge-amado.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2020.



Considerações finais

Entendemos que a literatura é um imenso canal de distribuição de imagens urbanas por sua “[...] capacidade de proporcionar a criação de imaginários sobre diferentes culturas, cidades e nações” (Coutinho; Faria; Faria, 2016, p. 45). O inquérito, em si, então, se estabelece no querer levantar uma discussão para tentar entender a relação entre esse imaginário que o leitor/consumidor de uma cidade literalizada, como Salvador, traz em sua bagagem e a carpintaria, que não a literária, mas a praticada por agentes públicos e/ou privados, que foi capaz de erigir tal estrutura que, até hoje, sustenta os edifícios oníricos que se não podem ser tombados, já que pertencem à subjetividade do consumidor, tampouco podem ser obliterados das intensões capitalistas que delinham as geografias das cidades literalizadas em nome do consumo cultural.

A guisa de conclusão, apontamos que a apropriação das obras literárias de Jorge Amado, para favorecer o consumo cultural na cidade de Salvador, se perfaz por duas vias: pela reificação do imaginário e pela consubstanciação do real. Sob o mesmo enfoque, deduzimos, ainda, que se trata de uma erudição econômica do inconsciente do leitor, já que as cidades literalizadas reificam o imaginário e em seu território tudo o que é abstrato se solidifica no ar. Suas paisagens literalizadas esperam, avidamente, pelos turistas sinestésicos. A literatura de Jorge Amado, pela nossa óptica, é, então, utilizada como instrumento marketing por agentes públicos e privados para colocar a cidade de Salvador em vantagem na concorrência intercidades e, por extensão, pelo viés cultural, atrair mais visitantes e promover o mercado turístico um todo.

Referências

Baudrillard, Jean. **A sociedade do consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

Bourdieu, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007.



Canclini, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

_____. “Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação”. **Opinião Pública**.

Campinas, vol. VIII, n. 1, 2002, p. 40-53. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

_____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

Candido, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

Certeau, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

Coutinho, Fernanda Naves; Faria, Diomira Maria Cicci Pinto; Faria, Sergio Donizete.

“Turismo Literário: Uma análise sobre autenticidade, imagem e imaginário”. **Albuquerque – Revista de História**. vol. 8, n. 16, p. 31-50, jul.-dez./2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/2295>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Featherstone, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

Fortuna, Carlos; Leite, Rogério Proença (Org.). **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009.

Fraser, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era pós-

Socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, 2006, p. 231-239. Disponível em: <www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewfile/50109/54229>. Acesso em: 06 jun. 2015.

Gambaro, Daniel. “Bourdieu, Baudrillard e Bauman: O Consumo Como Estratégia de Distinção”. **Revista Novos Olhares**, vol. 1, n. 1, 2012, p. 19-26. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51444>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

Habermas, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.



Honneth, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

Leite, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora UNICAMP; Aracaju: Editora UFS, 2007.

Menezes, Juliana Santos. **Quartirão Jorge Amado – Literatura, Cultura e Turismo Sustentável na cidade de Ilhéus, BA**. 2008. Disponível em: <http://www.uesc.br/icer/artigos/quartearao_textocompletocultur.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

Portuguez, Anderson Pereira. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001.

Sá, Teresa. “Lugares e não lugares em Marc Augé”. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2, nov. 2014, p. 209-229. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a12>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

Simmel, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Simões Junior, José Geraldo; CAMPOS, Candido Malta. “Permanências do urbanismo de colina como tradição luso-brasileira: os casos de Salvador e de São Paulo”. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n. 1, p. 47-69, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692013000100005>. Acesso em: 06 jul. 2020.

Souza, Mário César de. **A “Luta por reconhecimento” no facebook: a comunicação social nas redes sociais, uma interpretação sociológica**. 2016. 103f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

Taylor, Charles. **As Fontes do Self: a construção da identidade moderna**. Tradução: Adail Ubirajara; Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola, 1997.

Toaldo, Mariângela Machado. “Sob o signo do consumo: status, necessidades e estilos”. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 04, n. 07, p. 89-97, nov. 1997. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/2989>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

Zukin, Sharon. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: Arantres, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papiрус, 2000.



UMA INTRODUÇÃO À PSICOPOLÍTICA: AUTOVIGILÂNCIA E ASCESE DO DESEMPENHO¹

 Rogerio Proença Leite²

É estranho que dois, três ou quatro se deixem esmagar por um só, mas é possível; poderão dar a desculpa de lhes ter faltado o ânimo. Mas quando vemos cem ou mil submissos a um só, não podemos dizer que não querem ou que não se atrevem a desafiá-lo.
(*Discours de la servitude volontaire*, Étienne de La Boétie)

SOB O TÍTULO de “nós aceitamos o inaceitável”, Frédéric Gros inicia seu livro *Désobéir* com uma sugestiva frase atribuída a Wilhelm Reich: “A verdadeira questão não é a de saber por que as pessoas se revoltam, mas por que não se revoltam” (Gros, 2018, p. 9). A assertiva é desconfortante se pensarmos que não faltam razões para que as pessoas se indignem com as desigualdades do mundo hodierno. Por outro lado, não deixa de ser ainda mais inquietante pensar na conformação das pessoas diante das disparidades de toda ordem, que norteiam a vida nas sociedades contemporâneas.

¹ Uma primeira versão desse artigo foi apresentada no GT39 do 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, cuja reflexão foi retomada na mesa redonda “Repensar as cidades: urbanidades distópicas”, com Carlos Fortuna (UC) e Lúcia Bógus (PUC-SP), realizada e modo remoto no III Seminário Nacional de Sociologia do PPGS/UFS, em 2020.

² Professor titular em Sociologia do PPGS/DCS da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Cnpq e colaborador do ME do IPHAN/RJ. E-mail: rproleite@academico.ufs.br



Há tempo que os processos de dominação não ocorrem mais apenas vigiando e punindo, perseguindo ou excluindo pessoas, na configuração clássica descrita e analisada por Michel de Foucault. Com o advento da *web* e das ferramentas digitais em meio às políticas econômicas neoliberais, os sistemas de controle se fundiram nos mecanismos produtivos, promovendo a inclusão massiva das pessoas nos sistemas de gerenciamento da vida produtiva. A dominação do outro se sofisticou na ideia de sujeição encarnada no dominado, como sugere Judith Butler: “A sujeição explora o desejo de existência, sendo a existência sempre outorgada de outro lugar; para existir, ela assinala uma vulnerabilidade primária para com o Outro” (Butler, 2017, p.35).

A ampla e irreversível imersão das condutas sociais nas formas digitais de localização e monitoramento remoto das condutas tem alterado a lógica dos territórios e das sociabilidades virtuais de entretenimento, consumo e negócios que passaram a configurar também uma nova realidade de controle pela via do consumo, muito além do jogo elementar de demandas e ofertas do mercado. A sofisticação técnica dos territórios virtuais e o mecanismo de autovisibilidade induzida criaram tecnicidades que incidem inevitavelmente nas formas de identificação de gostos e na modulação e publicização das preferências estéticas e políticas. Dessas tecnicidades surge uma nova lógica de acumulação, a que Shoshana Zuboff chamou de “capitalismo de vigilância”: “Essa nova forma de capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado” (Zuboff, 2018, p. 18).

A lógica ampliada da monetarização total da vida urbana (Simmel, 1997) estimula a completa imersão das pessoas em uma razão centrada no empreendimento capitalista. Embora Michel Foucault não tenha conseguido desenvolver um conceito mais amplo da dominação corporal biopolítica, ele sugeriu abertamente pensarmos na dimensão psíquica dos processos de dominação. Em “O nascimento da biopolítica”, Foucault já alertava em seu curso de 1979, no *Collège de France*, que o



novo *homo oeconomicus* da sociedade neoliberal era um empresário de si mesmo:

O *homo oeconomicus* é um empresário, é um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda (Foucault, 2008, p. 311).

É com a máxima inserção das pessoas na lógica competitiva da razão neoliberal que são asseguradas as formas mais eficazes de autorregulação da conduta (Agamben, 2004). Essa imersão significa uma ultravalorização do trabalho que “produz”, não do trabalho que liberta. Aqueles valores difusos e socialmente compartilhados e preconizados pela moral kantiana parecem ter sido substituídos por um modelo único de subjetivação centrado na ideia de “desempenho” (Han, 2015) e na “concorrência” como modelo de subjetivação (Dardot & Laval, 2016).

Nessa perspectiva, gostaria de poder argumentar que a sociedade de consumo neoliberal, ou esse “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2018), contribui para fazer transitar o poder moral e disciplinar corporal (biopolítica), outrora situado em sistemas fechados (espaços de reclusão, tais como a igreja, a família, a prisão, a fábrica etc.) para o poder autovigilante mental (psicopolítica), agora localizado em sistemas abertos ou em espaços de fluxos (redes sociais, metas abstratas de desempenho, relações temporárias de trabalho, trabalhos por via de aplicativos e plataformas digitais etc). A biopolítica e o biopoder desejavam e ainda desejam aprisionar a pessoa, através do controle sobre o corpo, sobre a vida e sobre a morte (Mbembe, 2020). A psicopolítica quer um pouco mais: quer a “alma”, porque sabe que é ela quem aprisiona o corpo e todo o ser, em sua vida e em sua morte.



Por psicopolítica entende-se o conjunto de dispositivos sociopsicológicos de autocontrole técnico-moral do sujeito neoliberal, que operam formas de poder e monitoramento das ações, mediante a modulação da conduta econômica e moral, ancorados em uma subjetivação centrada no desempenho.

Minha hipótese é que, embora essa nova racionalidade centrada nessa subjetivação do desempenho opere em sistemas abertos de fluxos, e supostamente atribua ao sujeito maior independência, ela não confere mais autonomia e liberdade ao sujeito; ao contrário, reforça os laços de aprisionamento à lógica do rendimento, da hiperatividade e da alta performance produtiva que resultam em formas diversas de irritação, frustração, cansaço, sofrimento social, alienação e depressão. Reforço aqui a tese de que o trabalho realizado compulsivamente na perspectiva do acúmulo e da concorrência é pura prisão a extrair do sujeito empreendedor a ilusão do sucesso pela euforia exibicionista do gozo:

Daí o interesse da identificação do sujeito como empresa de si mesmo e capital humano: a extração de um “mais-de-gozar”, tirado de si mesmo, do prazer de viver, do simples fato de viver, é que faz funcionar o novo sujeito e o novo sistema de concorrência. Em última análise, subjetivação “contábil” e subjetivação “financeira” definem uma subjetivação pelo excesso de si em si ou, ainda, pela superação indefinida de si (Dardot & Laval, 2016, p. 769).

O quadro de fundo dessa cara ilusão do gozo é o total esgotamento das pessoas, imersas em metas inatingíveis na plena “Sociedade do Cansaço” (Han, 2014) e a emergência de toda sorte de processos depressivos, como sugerem Dardot & Laval: “O sentimento de si é dado no excesso, na rapidez, na sensação bruta proporcionada pela agitação, o que certamente expõe o neossujeito à depressão (Dardot & Laval, 2016, p. 802).

Neste artigo, pretendo tão somente tecer considerações introdutivas sobre a temática, inclusive como forma de buscar as interfaces possíveis com os estudos urbanos que já vem pesquisando aspectos



correlatos, a exemplo dos usos de tecnologias urbanas das *smart cities* (Landry, 2008; Ferreira, 2010; Townsend, 2014; Leite, 2018; Morozov & Bria, 2019), das tecnopolíticas de vigilância nos espaços urbanos (Bottello, 2010; Bruno, 2018; Firmino, 2018), das metrópoles neoliberais (Hamnett, 2000; Lippolis, 2015; Sassen, 2015; Leite, 2016). Dessa feita, proponho-me neste primeiro incursão discutir três temas correlacionados que podem clarear e ampliar o debate à luz da sociologia, cujo foco é atualmente demasiado focado em aspectos técnicos da vigilância: i. a ideia da razão como poder disciplinar normativo; ii. a construção das subjetivações na sociedade de consumo; iii. a ascese do desempenho e a servidão voluntária.

A razão como poder disciplinar normativo

A cidade é tão racional e moderna, quanto a modernidade é urbana. Ambas, cidade e modernidade, se fundam no individualismo racional como primeiro mecanismo psicopolítico de assujeitamento do indivíduo moderno. Foi seguramente Kant o pensador que melhor redefiniu a razão moderna desse sujeito, sem abandonar de todo a metafísica. Em sua analítica transcendental, Kant alça a razão para além da experiência sensível e a transforma em recurso do conhecimento puro do entendimento para se chegar a uma lógica da verdade (Kant, 2008). Fonte de saber e poder, o racionalismo moderno ofertou a crença exacerbada no individualismo de um sujeito autoconsciente, como resposta aos desafios dessa modernidade. Pensou que assim poderia responder a todos a todas as dúvidas, ao conferir ao **ser** atributos de uma presumida razão infalível. Em contraposição, o anti-humanismo de Nietzsche e Heidegger reside na rejeição a esse humanismo autocentrado em um sujeito da razão, “[...] o sujeito pensado de forma humanística como autoconsciência é simplesmente o correlato do ser metafísico caracterizado em termos de objetividade, isto é, como evidência, estabilidade, certeza, inconcussa” (Vattimo, 2007, p. 31).



A justificação de uma objetividade incontestável faz da razão moderna um pódio para a ideia de verdade. Mais que isso: a indefinição do **ser-transformado-em-valor** tem a sua mais culminante definição na ideia de uma razão associada a “dever” como verdade, na forma como pensou Kant em sua concepção de uma razão deontológica. Essa razão kantiana, que moldou a ciência, o direito e a política modernos; também abriu caminho para a disseminação de uma ética baseada nos princípios da linearidade e padronização normativa que sedimentam os excessos disciplinares da sociedade moderna.

Kant representava um certo ideal racional e ético da modernidade iluminista. Em contraposição ao ceticismo de Hume, Kant afirmava a possibilidade de compreender a verdade empírica pela razão: “Não podemos ter certeza racional em tudo, mas, onde a pudermos ter, devemos preferi-la à certeza empírica” (Kant, 2003, p. 145). Kant acreditava na possibilidade de uma absolutização da razão, pela via da transcendência:

A certeza racional distingue-se da empírica pela consciência da necessidade que a ela está ligada, sendo, portanto, uma certeza apodítica (*apodiktische Gewissheit*), ao passo que a empírica é apenas uma certeza assertiva (*assertorische Gewissheit*). Estamos racionalmente certos daquilo que também se poderia discernir (*eingesehen, perspicere*) *a priori*, sem nenhuma experiência (Kant, 2003, p. 145).

Como destaca Giacoia Jr, “[...] nessa acepção restrita, somos livres se e somente se agimos de acordo com as regras que nos são prescritas pela razão prática” (2012, p. 52). A imputabilidade moral pretendida por Kant advém dessa ideia de uma “liberdade” que seria racionalmente fundamentada na vontade racional do sujeito “livre” para agir segundo a razão prática³. Dessa feita, o “bom” agir para Kant é aquele em que o

³ A crença exacerbada nas faculdades racionais levou Kant a acreditar que se podia entender o homem e seu agir mediante dois pontos de vista: como sujeito empírico ou fenomênico; e como sujeito não fenomênico, *nomênico ou noumenon*, como coisa em si. Kant ainda distingue a capacidade desiderativa do livre-arbítrio, este último entendido como o desejo

sujeito é obrigado normativamente a agir. O imperativo categórico se refere, desse modo, ao “desejo” de liberdade traduzido como uma “vontade” de obediência às normas (ética normativa do dever e o princípio da razão suficiente): “[...] um imperativo categórico é uma regra válida para todos os agentes racionais” (Giacoina Jr, 2012, p. 56). Na “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”, Kant explica a “transição da metafísica dos costumes para a crítica da razão prática pura” e esclarece como são possíveis os imperativos categóricos⁴.

O apelo de Kant não poderia libertar o ser. Sua ideia de liberdade como ajustamento normativo e desiderativo apenas o enquadra imperativa e categoricamente em padrões de ajustamento social em um mundo moralmente desejável. Ao fundo da reflexão kantiana, repousa a ideia do **sumo bem**, fundindo razão, verdade, disciplina. Em outras palavras, a razão como poder normativo. A máxima da nossa conduta repousaria na ideia de que “a lei moral é o único fundamento de determinação da vontade pura” (Kant, 2016, p. 145).

O imperativo categórico que preconiza a **razão como dever** está impregnado na vida moderna não apenas nos cânones jurídicos do direito positivo ou nas lógicas das ciências da natureza. Ele se reproduziu praticamente em todas as direções e para todas as esferas da vida moderna, incluindo as concepções de cidades, das culturas urbanas e dos modos de vida sociais. Essa pretensão de absoluta generalidade da razão pura, fez Kant criar, na visão de Heidegger, “[...] um tribunal normativo para a determinação da coisalidade da coisa em geral [...]” (Heidegger, 2002, p.120).

acrescido da vontade de realizá-lo, vontade que é determinado pelas formas normativas de conduta, regras do agir dadas pela razão **prática**.

⁴ “E assim são possíveis os imperativos categóricos, porque a ideia de liberdade faz de mim um membro do mundo inteligível; pelo que, se eu fosse só isto, todas as minhas ações seriam sempre conformes à autonomia da vontade; mas como ao mesmo tempo me vejo como membro do mundo sensível, essas minhas ações devem ser conformes a essa autonomia. E esse dever categórico representa uma proposição sintética a priori, porque acima da minha vontade afectada por apetites sensíveis sobrevém ainda a ideia dessa mesma vontade, mas pertencente ao mundo inteligível, pura, pratica, por si mesma [...]” (Kant, 2011, p. 111).



Heidegger (2012) ressalta que, antes de Descartes fazer a distinção moderna do **eu** como *subjectum*, a partir da ideia do *cogito sum*, o termo “sujeito” retinha o sentido de sujeitar-se. Derivado do latim *subjectus*, de *subicere* (colocar sob, abaixo de), o termo tinha uma conotação etimológica contrária à ideia contemporânea ao termo atribuída pelas meta-narrativas teleológicas da história, a exemplo dos significados de “ator”, “atuante”, “ativo”, sujeito de si e da história, na forma como predominou, sobretudo, na sociologia estruturalista de inspiração marxista e ainda predomina em boa parte das reflexões dela derivadas. Descartes manteve, em sua abordagem sobre o “sujeito”, uma certa conotação de autossujeição à razão, abertamente retomada por Kant. Descartes foi ao limite dessa sujeição na medida em que, ao duvidar de tudo, chegou logicamente ao irreduzível exercício de não poder duvidar da própria existência. Para duvidar é necessário reconhecer a necessidade da própria existência como **ser** que duvida. Como enfatiza Heidegger, este **ser** que duvida é um ser **sujeitado** à sua capacidade racional de duvidar. Por outro lado, o “sujeito” de Kant não está exatamente **sujeitado** à dúvida, mas ao imperativo categórico de uma moral deontológica (caráter moral e universal dos deveres, orientados pela razão prática). A razão centrada no “sujeito” entende que seria possível uma síntese de interesses imputados deontologicamente às pessoas, mesmo em suas diferenças culturais.

Peter Sloterdijk, em sua “Crítica da Razão Cínica”, refaz um longo percurso analítico para por em confronto duas metáforas relacionadas à “Crítica da Razão Pura”, de Kant. Para Sloterdijk, da razão cínica ordenadora, dominante e anticriativa se sobreleva uma espécie de alter ego altamente crítico, mordaz e indomável. Dessas duas facetas da racionalidade moderna, surge uma oposição estética e política, “O conceito divide-se em na oposição kinismo-cinismo, a qual, em conformidade com o sentido, corresponde à resistência e à repressão, mais exactamente, à encarnação de si na resistência e à divisão de si na repressão” (Sloterdijk, 2011, p. 280). O “cinismo” da razão encarnada em Kant transborda na legitimação sofisticada que a filosofia idealista empresta ao poder e



à moral moderna. Levado às últimas consequências, pacifica conflitos numa nova solução contratual recomposta moralmente; rejeita quem não deseja a mesma “liberdade” de se sujeitar aos padrões normativos e justifica moralmente condutas retilíneas, apolíneas, obedientes, como a equação que nos torna igual pela reduzida condição de sermos um mero **valor**.

A construção das subjetivações na sociedade de consumo

A ideia do trabalho como salvação do protestantismo ascético foi uma das primeiras e mais bem-sucedidas subjetividades criadas para justificar a dedicação e submissão à lógica da produção de mercadorias. A ética puritana foi muito útil ao ajustamento do trabalhador às rotinas da estafante produção em série, mas condenava o consumo conspícuo, fato que manteve o consumismo ostentatório sob rédeas curtas. Não tardou para que o capitalismo se desvencilhasse dessa ética da obrigação, mediante o surgimento de uma concepção ampliada em torno da preocupação com a aquisição dos bens materiais, criando o que Weber (1987) sugerir ser uma “prisão de ferro”.

A nova ética que passou a nortear as relações das pessoas com as mercadorias foi, na visão de Baudrillard, a lógica social do consumo, cuja base é a acumulação. Não mais a salvação a guiar a condutas, mas a busca da felicidade encarnada nas coisas terrenas:

(...) a felicidade constitui a referência absoluta da sociedade do consumo, revelando-se como o equivalente autêntico da *salvação*. (...) o mito da felicidade é aquele que recolhe e encarna, nas sociedades modernas, o mito da igualdade. (...) para ser o veículo do mito *igualitário* é preciso que a Felicidade seja mensurável. Importa que se trate do *bem-estar* mensurável por objectos e signos do conforto (...) (Baudrillard, 2014, p.49).

Como não se pode mensurar a felicidade, subtrai-se dela apenas a vaga e relativa noção de bem-estar, mensurável pelas coisas. Ter objetos



passou a significar ostentação de bem-estar e, supostamente, da felicidade. Este tipo de consumo, como já podemos discutir em outra ocasião (Leite, 2018), impele todos à falsa crença iluminista que o trabalho dignifica e liberta. O trabalho, ao contrário, aprisiona o **ser** numa lógica social e técnica de um sistema que precisa alimentar sua outra face, o consumo. E este excesso de mediação da vida social pelas práticas de consumo tem tornado a sociedade contemporânea a expressão mais cabal da sociedade de consumo, cuja principal característica é a banalização da vida, o descarte, a expulsão humana, a obscenidade violenta das trocas (Leite, 2010, p. 261).

A imersão no mundo das mercadorias criou uma das mais eficazes formas de dependência social recíproca entre as pessoas, através da qual foi construída uma das mais expressivas e nefastas subjetividades da sociedade capitalista: a ideia que tudo tem um preço. Mediante o nivelamento de tudo, sujeitos e objetos, à noção de valor, foi possível constituir uma “cultura de consumo” (Featherstone, 1995). A redução das pessoas a um valor, torna-as “iguais” na mais perversa uniformidade capitalista: a de estar no “inferno do igual” (Han, 2014).

A “igualdade” a que se refere Byung-Chul Han nesta acepção de inferno é aquela que atinge a todos na escala geral dos valores. A redução do **ser** a um **valor** alcança a todos, mas nem todos os valores são iguais, ainda que possam ser operacionalmente equivalentes. As pessoas adentram o sistema de produção e o sistema de distribuição de poder de forma diferente e variável: em situação de menor ou maior exclusão; com maior ou menor acesso aos bens produzidos; com maior ou menos recursos materiais e simbólicos. Neste sentido, o “inferno dos iguais” é profundamente “desigual” na medida exata da desigual equivalência de valores. Simmel (2011) já havia destacado este aspecto ao afirmar que o dinheiro conseguiu igualar coisas desiguais. Um suposto “inferno dos iguais” (dos iguais **ser-como-valor**), com relações mais equânimes e sem desigualdades, ainda seria um inferno. Poder-se-ia ainda objetar que, uma vez que estamos a viver



num inferno, seria mais desejável que todos vivêssemos em melhores condições de vida material e imaterial, ainda que inferno. Talvez melhor mesmo fosse eliminar este “inferno”, rechaçando todo o projeto de modernidade. Ou valerá a pena “humanizar” este inferno enquanto ele subsiste a custos sociais e humanos sem limites?

Não por acaso, a expressão também remete à reflexão a Schopenhauer, de quem Nietzsche é confessadamente discípulo – autor lido e apreciado por Byung-Chul Han. Em “As Dores do Mundo”, Schopenhauer afirma: “O mundo é o inferno, e os homens dividem-se em almas atormentadas e em diabos atormentadores” (2014, p. 28). Para além do declarado pessimismo da visão de mundo de Schopenhauer, subsiste uma crítica dura às desigualdades e complexas relações de poder no mundo moderno. Parece ser esse, precisamente, o “inferno do igual” de Byung-Chul Han: não se trata de escamotear desigualdades reconhecidamente existentes e muito menos de desprezar a importância das ações e movimentos democráticos por maior inserção e equidade econômica, participação política e inclusão social, mas de destacar que, ao final de tudo, o “inferno do igual” (demônios e almas atormentadas) ainda persistiria nesta sociedade moderna. A essa redução do **ser** a uma igualdade como **ser-valor** não escamoteia as diferenças e desigualdades. A existência dessas particularidades no ser igualado pela sua condição de **ser-valor** não aniquila sua singularidade. Deleuze (2006) já resolvera essa equação quando refletiu sobre a univocidade do Ser:

Com efeito o essencial da univocidade não é o Ser que se diga num único e mesmo sentido. É que ele diga num único sentido de todas as suas diferenças individuantes ou modalidades intrínsecas. O Ser é o mesmo para todas as estas modalidades, mas estas modalidades não são as mesmas. Ele é “igual” para todas, mas elas mesmas não são iguais. [...] O Ser diz-se num único sentido de tudo aquilo que ele se diz, mas aquilo de que ele se diz difere: ele diz-se da própria diferença (Deleuze & Guattar, 2006, p. 93).



É nesse sentido deleuziano que o ser é diferente e, ao mesmo tempo, é igual a todos na sua condição de mero valor. Dessa premissa a partir da qual tudo é reduzido, ao final e ao cabo, a um **valor**, e tem seu preço, foram erigidas diversas outras subjetivações da sociedade contemporânea, amplamente conhecidas e introjetadas na cosmovisão de mundo socialmente compartilhada da modernidade, em torno da ideia de trabalhar e ter posses: “vencer na vida”, “chegar lá”, “obter sucesso”, “chegar primeiro”, “ser o melhor”, “ganhar”, “se dá bem”; sem citar as inúmeras variações da assertiva que enaltece o trabalho como algo que tenta engradecer e dignificar o ser humano.

A sociedade da produção e do consumo passa a se constituir em um meio e um fim, esvaziando todo e qualquer sentido metafísico da existência, para a mera reprodução de si mesma. O resultado mais evidente é a transformação do sistema produtivo numa complexa engrenagem autorreferente: o sujeito trabalha para viver e vive para trabalhar. O domínio corporal, do corpo disciplinado e produtivo, se supera em direção à **psique** e à otimização mental. O consumo se descola da necessidade real da manutenção da vida e transmigra para desejos supérfluos e necessidades inúteis e pueris. Consome-se por consumir, por entretenimento, por pura compulsão, onde nada é suficiente (Sennett, 2006). E tudo se transforma em mercadoria: o amor, o respeito, a graça de Deus, a amizade, o gozo, a alegria, a vida e a morte.

Psicopolítica: a ascese do desempenho e a servidão voluntária

A passagem dos processos de dominação e controle biopolíticos para as formas de autovigilância e sujeição psicopolítica ocorre com o alargamento da razão neoliberal centrada no sujeito do rendimento (Han, 2014), cuja principal subjetivação é a concorrência como orientador de condutas (Dardot & Laval, 2016); e da emergência de dispositivos técnicos que permitem que essa razão alcance o estatuto de autogerenciamento emocional do controle, mediante uma hiper-imersão racio-



nal, emotiva e narcísica da pessoa nos sistemas abertos de interação em rede de mútuo reconhecimento social.

Essa “ascese do desempenho” pode e deve ser considerada uma nova dimensão moral da vida contemporânea, na medida em que consiste em práticas interiorizadas e modeladoras da conduta, de modo imperativa e socialmente compartilhada. Essa dimensão moral, necessária e **voluntária** da sujeição é um tema caro, mas imprescindível à filosofia política e à sociologia da moral. Ela ampara a necessária compreensão reflexiva das relações de poder e sujeição:

A sujeição é uma subordinação que o sujeito provoca sobre si mesmo; no entanto, se a submissão produz o sujeito e o sujeito é a precondição da ação, então a sujeição é o motivo de o sujeito se tornar garantidor de sua própria resistência e oposição (Butler, 2017, p. 24).

O que chamamos aqui de “ascese do desempenho” implica, dessa feita, numa servidão espontânea porque essa sujeição ascética é parte constitutiva desse sujeito. Ele aceita explorar a si mesmo, ser seu próprio senhor e escravo, como condição para manter sua existência, na forma exata sugerida por Butler: “a sujeição é o efeito paradoxal de um regime de poder em que as próprias “condições de existência”, a possibilidade de continuar como ser social reconhecível, requerem a formação e a manutenção do sujeito na subordinação” (Butler, 2017, p.47).

Para efeito da introdutória da reflexão aqui proposta, destaco três aspectos dessa psicopolítica e alguns dos seus respectivos dispositivos sociopsicológicos de autocontrole técnico-moral.

i. Psicopolítica do tempo: mantenha-se ocupado

Como se sabe, o controle do tempo é, desde sua origem, um dos mais importantes mecanismos de controle do capitalismo. Toda a lógica da produção capitalista se baseia na ideia de uso máximo, racional e



eficiente do tempo dispensado ao trabalho. A produção dos excedentes, que alimentam a geração dos valores-a-mais, ou mais-valia, depende desse uso metódico do tempo.

O culto ao tempo dedicado ao trabalho e ao dinheiro ganhou considerável impulso com as concepções religiosas, sobretudo com a tradição judaico-cristã. Weber (1987) já desvendou como a moderna racionalidade capitalista se beneficiou da ideia do ganho como virtude. Ganhar dinheiro estava associado a um estilo de vida austero, com a máxima dedicação do tempo ao trabalho e com o afastamento de qualquer atitude hedonista: “O homem é dominado pela produção de dinheiro, pela aquisição encarada como finalidade da sua vida” (Weber, 1987, p. 33).

Essa ética de uma virtude aliada a um “dever profissional” perdura até hoje, com a diferença do esvaziamento de qualquer sentido sacrosanto. Hoje impera apenas o “dever” pela autorrealização da pessoa, no sentido mais egóico que poderia ser. E para isso, o argumento de uma total dedicação ao ganho concorreu para a apropriação, pelo capital, do tempo livre e do lazer. Com o afastamento das justificativas religiosas de cunho ético e salvacional, o tempo dedicado ao trabalho abarcou todo o sentido da vida, suplantando qualquer explicação plausível sobre o real sentido do trabalho.

A exacerbação desse sentido de trabalho como dever, para todas as esferas da vida, levou à criação, ao fim e ao cabo, de uma das formas mais eficientes de controle do tempo e da pessoa: a ocupação do tempo cotidiano, através de um conjunto de metas renováveis, móveis e inatingíveis, relacionadas a ideias difusas de sucesso, realização pessoal e felicidade: “Os tempos mortos desaparecem. E a vida cotidiana é inteiramente colonizada por uma urgência sem fim, que se estende pra fora da empresa, não poupando mais nem a vida pessoal nem a familiar” (Le Breton, 2018, p. 62).

Na sociedade da produção, o tempo é todo consumado pela “vida activa” que aprisiona o ser na cadeia interminável de produção e consumo. O tempo fogaz da vida sem gravidade não tem durabilidade e necessita ser repostado infinitamente:



O imperativo capitalista do crescimento implica que as coisas se produzem e se consuma num lapso de tempo cada vez mais breve. A pressão do consumo é imanente ao sistema de produção. O crescimento económico depende do consumo e do uso vertiginoso das coisas (Han, 2016, p. 112).

O tempo do trabalho engloba também o tempo do consumo, de modo que todo o tempo da vida se aprisiona nesta sucessão de eventos do tempo considerado útil. Toda a inutilidade e desperdício do tempo são banidos em prol da ideia de vida produtiva. O tempo é o ardil de se mesmo ao se tornar seu cárcere. Essa utilização do tempo não é nova. Foucault já alertara sobre este uso estratégico do tempo, quando estudou os processos institucionais de controle:

o emprego do tempo devia afastar o perigo de o desperdiçar – ofensa moral e desonestidade económica. A disciplina, por seu lado, cria uma economia positiva; afirma o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo: mais exaustão que emprego; trata-se de extrair, do tempo, sempre mais instantes disponíveis e, de cada instante, sempre mais forças úteis (Foucault, 2013, p.411).

O que mudou foi a direção do vetor de controle, antes partindo do poder institucional em direção à pessoa; hoje partindo da pessoa para ela mesma. A sociedade disciplinar estudada por Foucault era a sociedade da proibição; hoje vivemos na sociedade da permissão. Antes, o verbo “poder” era negativo e o controle se dava proibindo; hoje o poder se exerce pela positividade e o controle mediante a positividade de manter o sujeito sempre ocupado porque ele, supostamente, tudo pode. “A sociedade da produção é caracterizada pelo verbo positivo poder – um verbo que não conhece limites. (...) As proibições e as obrigações são substituídas pelos projetos, pelas iniciativas e pelas motivações” (Han, 2014, p. 20).

A outra face dessa psicopolítica do tempo é a psicopolítica do excesso. Ambas concorrem para o mesmo fim: estimular a produtividade



e manter o sujeito sempre ativo e submetido à lógica da intensa busca pelo rendimento. Quaisquer outros estímulos dispersivos são tolhidos para não alterar o sentido focal da produção: “o corpo só se torna força útil se for simultaneamente corpo produtivo e corpo submetido” (Foucault, 2013, p.87).

ii. Psicopolítica do cansaço: mantenha-se hiperativo

Na psicopolítica da sociedade neoliberal, portanto, para ser um o “sujeito do rendimento” não basta estar ocupado, é preciso estar ocupado e hiperativo: superando limites, ampliando metas, otimizando recursos. A maximização da produtividade exige total dedicação do tempo e este sujeito precisa estar sempre ganhando alguma coisa, ou motivado a sempre ganhar ou levar vantagem nas situações de concorrência. As relações sociais são mediadas pelo benefício de algo para si. O outro pouco ou nada importa, e interessa apenas na medida da sua utilidade para o alcance das mestas desse sujeito. A hiperatividade é chave para manter o sujeito ocupado e produtivo:

Nesta sociedade coercitiva, cada homem transporta às costas o seu próprio campo de trabalho forçado. A particularidade deste campo de trabalho é que cada um de nós é, ao mesmo tempo, prisioneiro e capataz, vítima e carrasco. Desta forma cada um se explora a si mesmo (Han, 2014, p.35).

Não há medida de bom senso para este sujeito do rendimento. Ele quer mais. E não se importa em se sacrificar para obter sempre mais. Os estímulos psicopolíticos da sociedade da produção brindam o sujeito com inúmeras ofertas para que ele próprio se explore e retire, de si mesmo, a máxima eficiência produtiva. Essa busca pelo ápice do rendimento eleva os níveis de estresse, autocobrança, concorrência e incertezas. Sem tempo para si mesmo porque precisa estar sempre ocupado em atingir seus objetivos, este sujeito não se permite falhar nem descansar:



“A coerção não pesa mais sobre os corpos, mas sobre as mentes, já não há mais vigilância, mas autocontrole permanente, uma disponibilidade sem descanso” (Le Breton, 2018, p.63).

Esse sujeito produtivo é o seu próprio agente disciplinador sob o mesmo paradigma de sempre: aumentar os níveis de produtividade. O engano cruel dessa psicopolítica é fazer esse sujeito crer que todos podem ser beneficiários plenos e saudáveis desse processo. Os mecanismos psicopolíticos estimulam a busca infinita do sucesso sem avisar que um dos mais perversos efeitos coletivos dessa pressão por mais rendimento é a exaustão, o cansaço, as síndromes de pânico e os processos depressivos (Han, 2014). Ademais, esses mecanismos psicopolíticos descontextualizam as desigualdades de oportunidades e dissimulam os meios através dos quais as pessoas podem alcançar sucesso profissional:

A distribuição dos recursos econômicos e das posições sociais é vista exclusivamente como consequência de percursos, bem-sucedidos ou não, de realização pessoal. Em todas as esferas de sua existência, o sujeito empresarial é exposto a riscos vitais, dos quais ele não pode se esquivar, e a gestão desses riscos está ligada a decisões estritamente privadas (Dardot & Laval, 2016, p. 748).

O enevoamento dos contextos sociais de crise despolitiza esse sujeito e o incapacita de perceber as condições sociais que incidem sobre seu desempenho. Sem capacidade crítica, esse sujeito é incapaz de perceber os níveis sutis de manipulação que permeiam os estímulos ao seu rendimento produtivo. Ao final, se tudo depende apenas do esforço pessoal, anula-se qualquer responsabilidade social dos agentes políticos e econômicos no gerenciamento das crises. Recai sobre esse indivíduo tolo e fragilizado toda a culpa do seu fracasso numa sociedade perversamente desigual.

Assistimos a uma individualização radical que faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsa-



bilidade individual. A maquinaria instaurada “transforma as causas externas em responsabilidades individuais e os problemas ligados ao sistema em fracassos pessoais (Dardot & Laval, 2016, p. 752).

Ao final, manter-se ocupado, e sob essa pressão constante de máximo rendimento, apenas assegura uma nova forma de controle na sociedade contemporânea, através da exaustão. Muito longe de libertar o **ser**, esse mecanismo apenas atualiza os velhos processos da sociedade disciplinar: “O sujeito produtivo entrega-se à *liberdade coercitiva* ou à *livre coação* em prol da maximização da produtividade” (Han, 2014, p. 23).

Poderia ser realmente livre esse **ser** submetido a essa “livre coerção” da produtividade? Para Foucault, esse **ser** está de tal modo impregnado da lógica produtiva que poderíamos afirmar que a psicopolítica já alcançou até a sua **alma**:

O homem de que nos falamos e que nos convidam a libertar é já, em si mesmo, o efeito de uma sujeição muito mais profunda que ele. Uma «alma» habita-o e leva-o à existência, que é em si mesma uma peça no domínio que o poder exerce sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo (Foucault, 2013, p. 96).

O sentido da liberdade foi totalmente obliterado com a modulação produtiva da vida. Ser livre, no sentido mais usual do termo hoje, é tão somente poder dispor das próprias vontades para operar o maquinário físico e psíquico disponível para a maximização produtiva. Ser livre se transformou em ser produtivo:

A liberdade tornou-se uma obrigação de desempenho. O normal não é mais o domínio e a regulação das pulsões, mas sua estimulação intensiva como principal fonte de energia. É em torno da norma da competição entre empresas de si mesmo que a fusão



do discurso “psi” com o discurso econômico se opera, que as aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa se identificam, que, em suma, o “microcosmo” e o “macrocosmo” se harmonizam (Dardot & Laval, 2016, p. 777).

A liberdade somente existe para sermos hiperativos nesta vida e durante toda a nossa existência. Não se pode, por vezes, sequer morrer. O nosso ser parece condicionado sempre à vida ativa, e esquecemos que somos finitos em nossa existência. Em Heidegger, o *dasein*⁵ é um **ser-para-morte** exatamente pela sua existência contingente. A morte baliza, assim, a temporalidade do **ser-aí**: não é uma etapa da vida, mas uma **condição do ser**, como destaca Emmanuel Levinas: “a morte não é um momento do seu ser. A morte não é um momento, mas uma maneira de ser, da qual o *Dasein* se encarrega a partir do momento em que é, de tal modo que a fórmula “ter que ser” significa também “ter de morrer” (Levinas, 2012, p. 70).

O **ser** que não contempla a morte como possibilidade de **já-não-poder-ser-aí** é um **ser sujeitoado**, no sentido de estar submerso no fluxo contínuo da “mera vida”. Esse ser sujeitoado seria um ser passivo e ajustado à positividade da “Sociedade de Consumo”. A sujeição ao trabalho continua sendo uma das expressões desse **sujeitar-se**, conforme destaca Baudrillard: “O cenário nunca mudou. Quem trabalha continua a ser aquele que foi não foi condenado à morte, ao qual é recusado tal honra. E o trabalho é, antes de mais, signo da abjeção de ser julgado digno apenas da vida (Baudrillard, 2014, p.76).

Sem direito à morte, o sujeito do trabalho e do rendimento mergulha na “mera vida” e de “sujeito da razão” passa a se sujeitar à razão da produção e do consumo. Sem a morte e o seu amplo significado de finitude e transformação, o ser se entrega à vida como se apenas ela restasse. Para Baudrillard, a negação da morte vale a prisão na vida e a

⁵ O mundo do *Dasein* é o mundo-com. O ser-em é *ser-com* com outros. (Heidegger, 2012, p. 345)



subserviência ao poder do capital. Por isso afirma que a alternativa ao trabalho não seria o tempo livre, mas o sacrifício. Exatamente como Heidegger, os autores Baudrillard e Byung-Chul Han afirmam que não é a existência-em-si ou a “mera vida” que define o **ser**, mas sua capacidade de perceber a sua própria existência finita.

iii. Psicopolítica da vaidade: mantenha-se visível

Como já pude discutir em outra ocasião (Leite, 2017), o ato de expor-se publicamente deixou de ser uma forma de comunicabilidade inteligível sobre que desejamos expressar acerca do mundo. Expor-se passou a ser uma mero espelhar exibicionista de nós. A hipervisibilidade virtual é uma expressão saturada do excesso de si mesmo e de como nos tornamos o nosso próprio produto de consumo. Nos consumimos como **sujeito do rendimento**, que precisa se expor continuamente: “Na sociedade positiva, na qual as coisas, doravante transformadas em mercadoria, devem *expor-se* para *ser*, o seu valor cultural desaparece em benefício do seu valor de exposição” (Han, 2014b, p.21).

Essa hiperexposição da pessoa na sociedade contemporânea revela a face atual do fetichismo da mercadoria. O mundo se transforma em vitrine, as pessoas em mercadoria. Para esse mercado ampliado de bens e pessoas, mais vale o que se expõe. E o que vale não é mais a essência, mas aparência. Sutilezas, diferenças e singularidades desaparecem não mais na obscuridade, mas no excesso de luminosidades: “Na sociedade exposta, cada sujeito se torna o seu próprio objeto de publicidade. O seu valor de exposição é a medida de tudo. A sociedade exposta é uma sociedade pornográfica” (Han, 2014b, p. 24).

A visibilidade é parte integrante da nova economia política do desempenho/gozo. A exposição é peça fundamental do regozijo descontrolado do desempenho; da necessidade de aceitação permanente de si e da necessidade da avaliação positiva e constante do outro. A exibição é, ao final, uma celebração constante de si mesmo. Ele é, ao mesmo tem-



po, o produtor e o produto. Esse sujeito é mero artefato da nova lógica produtiva, na qual a concorrência é o mote central da vida: “A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Dardot & Laval, 2016, p. 661).

O sujeito neoliberal do desempenho precisa estar sempre em movimento, imerso na adrenalina dos novos desafios que ele mesmo se coloca e na agitação impulsiva da realização de múltiplas tarefas. E não basta estar nessa dinâmica das pulsões do desempenho: a exibição do sucesso e da felicidade, real ou aparente, é condição essencial para a ideia de plenitude:

Dessa forma, o imperativo categórico do desempenho concilia-se com as fantasias de onipotência, com a ilusão socialmente difundida de um gozo total e sem limite. Segundo Melman, passaríamos, assim, de uma economia psíquica organizada pelo recalque para uma “economia organizada pela exibição do gozo” (Dardot & Laval, 2016, p. 657).

A exibição é parte do *marketing* de si mesmo e atua de modo prático e simbólico, tanto pela monetização direta da imagem publicada, quanto pela valorização da pessoa na rede de influências do circuito da propaganda. O advento das redes sociais potencializou e ampliou as possibilidades dessa hipervisibilidade, antes restrita aos circuitos de tv, do colunismo social, do teatro e da moda. A ambiência virtual democratizou o acesso à informação e à divulgação pessoal de conteúdos, alastrando também as possibilidades interativas em rede. De outro modo, criou no ambiente ideal para a proliferação dos mecanismos de exposição, autovigilância e violência (Nalli & Mansano, 2019).

O uso indiscriminado dos sistemas de localização georreferenciado nos *smartphones*, associado ao uso das regras de seleção através de algoritmos em diversos *softwares*, catapultou o alcance das interações, compartilhamento de opiniões avaliativas de usuários e consu-



midores, assim como da propaganda customizada. Uma nova lógica de consumo aumentou muito em nossas rotinas: a compra baseada em sistemas sociais de referência compartilhada. O grau de importância simbólica conferida a um determinado produto pelos novos agentes formadores de opinião pública (o *digital influencer*) ampliou a busca pela notoriedade mediante o artifício da hiperexposição nas redes sociais, e criou um mundo paralelo de celebridades e subcelebridades, todas ávidas por seguidores e patrocinadores. Bastante desenvolvido nas mídias sociais, este sujeito neoliberal do desempenho precisa estar sempre em movimento e envolto em novidades, imerso na adrenalina dos novos desafios que ele mesmo se coloca e na agitação impulsiva da realização de múltiplas tarefas. E não basta estar nessa dinâmica das pulsões do desempenho: a exibição imediata do momento que sintetiza algum sucesso ou felicidade, real ou aparente, é condição essencial para a ideia de plenitude. O imediatismo, assim como as sensações mais breves e reativas, é parte das sensibilidades práticas desse sujeito da razão neoliberal.

Poder ser visto, e estar visível de modo mais duradouro possível, é um princípio básico dos sistemas de vigilância. Esse era o ideal da casa de inspeção de Jeremy Bentham, o **panóptico**, ideia que foi analisada por Foucault, Jacques-Alain Miller e Michelle Perrot, entre outros. A ideia era uma edificação circular, cuja disposição das celas permitia que um único inspetor pudesse vigiá-las (Bentham, 2008). O **panóptico** inspirou muitas reflexões da biopolítica sobre o sentido disciplinar e dos sistemas repressivos da sociedade, sobretudo, da disciplina corporal em espaços fechados. A expansão dos espaços de fluxos, abertos e fluídos, recolocam a problemática de Bentham em outro patamar: ainda que persistam os espaços de confinamento da biopolítica, outras formas eficazes de controle alteraram o **panóptico** para um sistema complexo de autovigilância através dos dispositivos psicopolíticos de controle do tempo, de estímulos ao cansaço pela hiperatividade, e da excessiva visibilidade na sociedade em rede. Para Byung-Chul Han (2014), além do



panóptico, há agora o “banótico” digital, que agrupa as pessoas segundo seu valor econômico:

O pan-ótico vigia os residentes no sistema de reclusão. O *banótico* é um dispositivo que, para as banir, identifica como não desejadas e exclui as pessoas distantes e hostis em relação ao sistema. (...) o *banótico* digital identifica como lixo os homens desprovidos de valor econômico (Han, 2015, p.75).

Em nome da maior produtividade, a psicopolítica induz esse sujeito a extrair tudo de si. E a exibir-se sem pudor em sua intimidade. Revela seus desejos e se expõe abertamente à opinião de todos. A hipervisibilidade aumenta o alcance das avaliações que os outros fazem de nós e desloca para o outro a capacidade de julgar. O resultado não poderia ser diferente, como sugerem Han (2014) e Dardot & Laval (2016), senão diversas formas de sofrimento social decorrentes dessa ascese do desempenho:

Seguindo o quadro clínico do neossujeito, vemos que a empresa de si mesmo tem dois rostos: o rosto triunfante do sucesso sem pudor e o rosto deprimido do fracasso diante dos processos incontroláveis e das técnicas de normalização [105]. Oscilando entre depressão e perversão, o neossujeito é condenado a ser duplo: mestre em desempenhos admiráveis e objeto de gozo descartável (Dardot & Laval, 2016, p. 803).

Mais até do que uma forma isolada de sofrimento, as frustrações decorrentes da ascese do desempenho podem conduzir a configurações incontornáveis de depressão generalizada que, na percepção de Maria Rita Kehl, poderia ser vista como um **sintoma social** da vida contemporânea, típica de pessoas esgotadas e frustradas por não alcançarem as inatingíveis metas da vida produtiva.

Centrado na razão à custa da eterna vigilância da consciência moral, obrigado a tornar-se senhor de seus impulsos e da ima-



gem oferecida ao Outro, vivendo em permanente estado de alerta diante da feroz concorrência da economia capitalista emergente, o indivíduo estava fadado a sofrer as consequências sintomáticas do recalque que sustentava suas pretensões (Kehl, 2009, p.82).

Na visão convergente de Kehl (2009), Han (2014) e Dardot & Laval (2016), a complexa teia de expectativas, metas e objetivos que circunscreve a vida produtiva desse neossujeito cria um fosso incontornável entre a vida concreta e realidade projetada, de tal modo que este sujeito sucumbe em qualquer das possibilidades: quando o neossujeito hiperativo vence, ele triunfa na perversão e tem um gozo descartável; quando ele fracassa mergulha na depressão, rejeita as modalidades de gozo ofertadas e busca o seu próprio gozo no limite “(...) perigosamente próximo ao domínio da pulsão de morte” (Kehl, 2009, p. 31). Não é edifício argumentar a essa altura que ambas as situações poderiam ser compreendidas como meras ilusões do gozo, na medida em que as duas situações resultam de contextos sociais de esgotamento e sofrimento. Por conseguinte, as sensações delas decorrentes, de gozo momentâneo de um lado, ou frustração de outro, podem arremessar novamente este neossujeito ao ciclo interminável, reprodutivo e autovigilante da vida ativa; reativando os dispositivos sociopsicológicos de autocontrole técnico-moral: ocupe-se; hiperative-se; exiba-se.

Amarrações finais: a ilusão do gozo e o esgotamento das pessoas

Com base nas estatísticas do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), Kehl (2009) esclarece que tem crescido as taxas epidêmicas de diagnósticos de depressão em países industrializados e esclarece:

Depressão é o nome contemporâneo para os sofrimentos decorrentes da perda do lugar dos sujeitos junto à versão imaginária do Outro. O sofrimento decorrente de tais perdas de lugar, no



âmbito da vida pública (ou, pelo menos, coletiva), atinge todas as certezas imaginárias que sustentam o sentimento de ser (Kehl, 2009, p. 82).

Dados recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os chamados “transtornos depressivos” apontam que mais 350 milhões de pessoas vivem com depressão em todo o mundo (Stopa, 2015). Estima-se que em 10 anos, os processos depressivos poderão se tornar, após as doenças cardiovascular, a principal causa de morbidade no mundo industrializado (Kehl, 2009, p.85).

A correlação empírica entre insucesso profissional e depressão é um campo novo e ainda pouco estudado nos estudos psiquiátricos sobre transtornos depressivos (Stopa, 2015), mas, não por acaso, a OMS incluiu a síndrome de *burnout* na 11ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) como um fenômeno ocupacional, definida como resultante do estresse crônico no local de trabalho e que apresenta algumas características típicas da **Sociedade do Cansaço**: exaustão, extenuação, negativismo, redução da eficácia profissional. Não raramente, podemos entender esse cansaço na direção mais ampla do **esgotamento** dellezeuano. Em sua análise sobre o as “cartografias do esgotamento”, Peter Pál Perbart (2016) esclarece que o cansaço pode ser entendido na dialética do trabalho como um estado temporário que pode ser restaurado pelo descanso. O esgotamento, ao contrário, resultaria numa espécie de um cansaço contínuo e generalizado, quase um vazio:

O esgotado é aquele que, tendo esgotado seu objeto, se esgota ele mesmo, de modo que essa dissolução do sujeito corresponde à abolição do mundo. Se o cansado tem sua ação comprometida temporariamente, preste a retomá-la, o esgotado, em contrapartida, é pura inação, testemunho (Perbart, 2016, p.42).

Essas características de cansaço e esgotamento são físicas e mentais, socialmente almeçadas e estimuladas, compartilhadas e levadas a



cabo pelo próprio neossujeito liberal, ao adotar no “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2018), cujas subjetividades se atrofiam ao nível mais elementar do eficaz assujeitamento das pessoas aos dispositivos sociopsicológicos de autocontrole técnico-moral do sujeito neoliberal, fincados na ideia de rendimento, competitividade, sucesso, desempenho.

É nessa perspectiva que podemos sugerir que a sociedade de consumo neoliberal, ou o **capitalismo de vigilância**, tem continuamente feito transitar o poder moral e disciplinar corporal (biopolítica) para o poder autovigilante mental (psicopolítica), através desses dispositivos sociopsicológicos de autocontrole. E que, embora a subjetivação do desempenho atribua ao sujeito maior poder de escolha, ela não confere mais autonomia e liberdade; ao contrário, robustece o aprisionamento à lógica da hiperatividade e desempenho que resultam na ilusão exibicionista do gozo ou nas diversas formas de irritação, frustração, sofrimento social e transtornos depressivos, que podem representar uma espécie de reação às avessas ao poder disciplinador neoliberal, na medida em que encarnam o “tempo lento” (Han, 2016) dos que não alcançam ou não se curvaram às metas obsessivas da neurose moderna da acumulação:

A depressão é a expressão de mal-estar que faz água e ameaça afundar a nau dos bem-adaptados ao século da velocidade, da euforia prêt-à-porter, da saúde, do exibicionismo e, como já se tornou chavão, do consumo generalizado. A depressão é sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida social desta primeira década do século XXI (Kehl, 2009, p. 39).

É indiscutível que a ninguém de bom senso ocorreria recomendar ou romantizar a depressão como fuga ou superação dos dispositivos psicopolíticos. Isso seria o equivalente a sugerir a um moribundo que pule no precipício para tentar se salvar. Por outro lado, é inegável que a depressão, em sua ruptura da cadência obsessiva do trabalho



frenético, susta e ameaça o fluxo pretensamente ininterrupto da acumulação. Os transtornos depressivos não libertam e nem poderiam libertar ninguém porque eles removem as pessoas dos mecanismos psicopolíticos quando elas já foram lesadas e, de certo modo, se encontram incapacitadas pelo próprio ambiente da ascense do desempenho. Que saídas seriam plausíveis em meio ao torpor desse generalizado mal-estar civilizatório? Restaria aos inconformados e pacíficos aceitar a situação e tão somente adoecer? Afinal, e transformando em pergunta a problemática levantada por Frédéric Gros (2018, p. 18): “por que é tão fácil chegar a um acordo sobre o desespero do mundo, mas tão difícil desobedecer-lhe”?

Referências

Agamben, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. Belo Horizonte: UFMG: Humanitas, 2004.

Baudrillard, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2014.

Bentham, Jeremy et al. **O Panóptico**. Org.de Tomaz Tadeu. BH; Autentica, 2008.

Botello, Nelson Arteaga. “orquestração de vigilância eletrônica: uma experiência em CFTV no México. In: Bruno, Fernanda; Kanashiro, Marta; Firmino, Rodrigo. **Vigilância e visibilidade: espaços, tecnologia e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

Bruno, Fernanda. “Visões maquínicas da cidade maravilhosa: do centro de operações do Rio à Vila Autódromo”. In: Bruno, Fernanda et al. **Tecnopolíticas de vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Butler, Judith. **A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. Apple Books, 2017.

Dardot, Pierre & Laval, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Boitempo. Epub Books, 2016.

Delleuze, Gilles e Guatari, Félix. (2006), *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo, Ed 34.

Firmino, Rodrigo José. “Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal”. In: Bruno, Fernanda et al. **Tecnopolíticas de vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.



Foucault, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins fontes, 2008.

Foucault, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Lisboa: Edições 70, 2013.

Giacoia, Jr, Oswaldo. **Nietzsche x Kant: uma disputa permanente a respeito de liberdade, autonomia e dever**. São Paulo: Casa da Palavra, 2012.

Gros, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

Hamnett, Chris. "Gentrification, Postindustrialism, and Industrial Restructuring in Global Cities". In: Gary Bridge e Sophie Watson (eds.). **A Companion to the City**. Oxford: Blackwell Publishing, 2000, 331-341.

Han, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Lisboa: Relógio d'Água, 2014.

Han, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Lisboa: Relógio d'Água, 2014b.

Han, Byung-Chul. **Psicopolítica: neoliberalismo e novas técnicas de poder**. Lisboa: Relógio D'água, 2015.

Han, Byung-Chul. **O Aroma do Tempo: um ensaio filosófico sobre a Arte da Demora**. Lisboa: Relógio D'água, 2016.

Heidegger, Martin. **Ser e tempo**. Edição bilíngue português/alemão, traduzida e organizada por Fausto Castilho. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da Unicamp/Vozes, 2012.

Heidegger, Martin. **Ontologia (hermenêutica da faticidade)**. Petrópolis, Vozes, 2002.

Kant, Immanuel. **Manual dos cursos de Lógica geral**. Tradução de Fausto Castilho. 2ª Edição, Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

Kant, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 6ª. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

Kant, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2011.

Kant, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Petrópolis: Vozes, 2016.

Kehl, Maria Rita. **O Tempo e o Cão - A Atualidade das Depressões**. São Paulo: Boitempo, 2015.

Landry, Charles. **The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators**. Londres: Comedia, 2008.

Le Breton, David. **Desaparecer de si: uma tentação contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2018.



Leite, Rogerio Proença. “Atopic City: Consumption and Death in Urban Life”. **Current Urban Studies**, 4, 2016, p. 280-296. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.4236/cus.2016.43019>.

Leite, Rogerio Proença. (2017), “Razão e Cidade Moderna”. **Revista Brasileira de Sociologia**, Vol 05, No. 10, Mai/Ago, 2017, p. 302-303 <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.214>

Leite, Rogerio Proença. “O futuro incerto das cidades: Uma reflexão niilista sobre as Atopias urbanas”. **Tempo Social**. 30(2), 2018, 255-276. <https://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.123174>

Levinas, Emmanuel. **Deus, a Morte e o Tempo**. Lisboa, Edições 70, 2012.

Lippolis, Leonardo. **Viaje al Final de La ciudad: la metrópolis y las artes en lo otoño posmoderno** (1972/2011). Madrid: Enclave del Libros, 2015.

Mbembe, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2020.

Morozov, Evgeny; Bria, Francesca. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

Nalli, Marcos Alexandre Gomes, & Mansano, Sonia Regina Vargas. “Da violência psicopolítica na contemporaneidade: uma análise das dimensões afetivas”. **Psicologia em Estudo**, 24, e43021. Epub July 15, 2019. <https://dx.doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.43021>

Pelbart, Peter Pál. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento**. 2º edição, São Paulo: n-1 edição, 2016.

Sassen, Saskia. **Expulsiones. Brutalidade y complejidad en la economia global**. Madri: Katz Editores, 2015.

Sennett, Richard. **La cultura del nuevo capitalismo**. Epublibre, 2006.

Sloterdijk, Peter. **Crítica da Razão Cínica**. Lisboa: Relógio d’Agua Editores, 2011.

Stopa, Sheila Rizzato et al. “Prevalência do autorrelato de depressão no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013”. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 18 (Supl. 2), 2015, 170-180. <https://dx.doi.org/10.1590/1980-5497201500060015>

Townsend, Anthony M. **Smart Cities: Big Data, Civic Hackers, and the Quest for a New Utopia**. Nova York: WW Norton & Company, 2014.

Vattimo, Gianni. **O fim da modernidade; niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Weber, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1987.



Zuboff, Shoshana. “Big other: capitalismo de vigilância perspectivas para uma civilização da informação”. In: Bruno, Fernanda et al. **Tecnopolíticas de vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.





A Coleção Sociologias Necessárias é formada por sete livros, organizados por diferentes docentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe. Os volumes abordam algumas das principais discussões realizadas durante o III Seminário Nacional de Sociologia, promovido pela mesma instituição, realizado no ano de 2020. Cada livro conta com a colaboração especial de pesquisadores nacionais ou internacionais, que participaram do seminário. Vivemos tempos difíceis com os novos desafios gerados pela crise sanitária mundial, pelas radicalizações no campo da posição de ideias na política e pela ampliação das desigualdades sociais. Os entendimentos se tornaram mais difíceis e as animosidades mais exaltadas, incluindo aí certa crise na produção científica e na análise sociológica. A reflexão proposta pela organização e pelos volumes desta coleção atravessam tais desafios, com temas como política, juventudes, trabalho, cidade, migrações, economia e africanidades.

